



# Relatório de Atividades do TRF – 1ª Região

# 2005

BRASÍLIA – DF  
2006

Sumário



Início

© 2006. Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Relatório de Atividades do TRF – 1ª Região 2005

Edifício-Sede: Praça dos Tribunais Superiores, bloco A  
CEP: 70070-900 Brasília/DF  
PABX: (61) 3314-5225  
Fax: (61) 3322-1150  
Site: www.trf1.gov.br

COORDENAÇÃO-GERAL

Washington Luiz Ribeiro da Silva  
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA

COORDENAÇÃO TÉCNICA E EDIÇÃO

Elieusa Guedes Brandão

CONSOLIDAÇÃO E REDAÇÃO

Elieusa Guedes Brandão  
Maria Angela Rocha Paes  
Rosângela Dias Bezerra Carlos

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Benvolio Evangelista da Silva

REVISÃO DE TEXTO

Carmen Lucia Prata da Costa  
Edleusa Santos da Trindade Züst  
Janídia Augusto Dias  
Magda Giovanna Alves  
Renato Cunha  
Robson Taylor de Barros  
Samuel Nunes dos Santos

REVISÃO DE CONTEÚDO

Elieusa Guedes Brandão  
Maria Angela Rocha Paes

PROJETO GRÁFICO

Geraldo Martins Teixeira Júnior  
Renata Guimarães Leitão

CAPA

Benvolio Evangelista da Silva

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Ana Carolina Pacheco Loureiro (estagiária)  
André Sampaio da Silva  
Geraldo Martins Teixeira Júnior  
Renata Guimarães Leitão

GRÁFICOS

Ana Carolina Pacheco Loureiro (estagiária)  
André Sampaio da Silva

FOTOS

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM  
Seções Judiciárias

CONFECÇÃO DE FOTOLITOS

Color Press

REPRODUÇÃO E ACABAMENTO GRÁFICO

Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA

DADOS E INFORMAÇÕES

Unidades do TRF

*Destaque do Dia* do TRF – 1ª Região

*Destaque mensal* do TRF – 1ª Região

Sistema de Automação Judiciária – JURIS

Intranet

B823 Brasil. Tribunal Regional Federal. Região I.

Relatório de Atividades do TRF – 1ª Região : 2005. – Brasília :  
TRF – 1ª Região, 2006.  
326 p. : il.

I. Tribunal Regional Federal, Relatório (2005). I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca do TRF – 1ª Região.

Sumário



Início

# COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Sumário



Início

Sumário

Sumário

<< >>

Início

# DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



**ALOÍSIO PALMEIRA LIMA**  
PRESIDENTE



**MÁRIO CÉSAR RIBEIRO**  
VICE-PRESIDENTE



**ASSUSETE MAGALHÃES**  
CORREGEDORA-GERAL



**TOURINHO NETO**



**CATÃO ALVES**



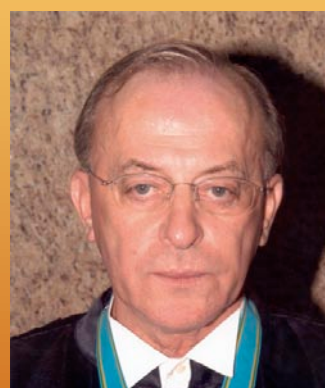
**JIRAIR ARAM MEGUERIAN**



**CARLOS FERNANDO  
MATHIAS**



**OLINDO MENEZES**



**LUCIANO TOLENTINO AMARAL**

Sumário



Início

# DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



CÂNDIDO RIBEIRO



HILTON QUEIROZ



CARLOS MOREIRA ALVES



ÍTALO FIORAVANTI  
SABO MENDES



CARLOS OLAVO



JOSÉ AMILCAR MACHADO



ANTÔNIO EZEQUIEL  
DA SILVA



DANIEL PAES RIBEIRO



LUIZ GONZAGA  
BARBOSA MOREIRA

Sumário



Início

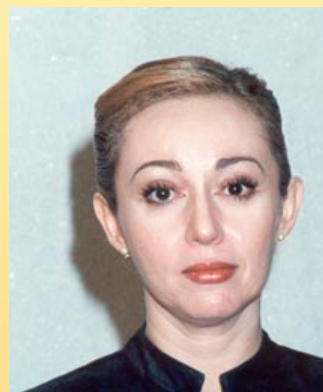
# DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRIBUNAL



JOÃO BATISTA MOREIRA



SOUZA PRUDENTE



SELENE DE ALMEIDA



FAGUNDES DE DEUS



ANTÔNIO SÁVIO DE  
OLIVEIRA CHAVES



MARIA ISABEL  
GALLOTTI RODRIGUES



MARIA DO CARMO  
CARDOSO



LEOMAR AMORIM



NEUZA ALVES

Sumário



Início

# PLENÁRIO

DESEMBARGADOR	FEDERAL	ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADORA	FEDERAL	ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES – CORREGEDORA-GERAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL	FERNANDO DA COSTA TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO AUGUSTO CATÃO ALVES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JIRAIR ARAM MEGUERIAN
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	OLINDO HERCULANO DE MENEZES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	LUCIANO FRANCO TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CÂNDIDO ARTUR MEDEIROS RIBEIRO FILHO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS EDUARDO MAUL MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES
DESEMBARGADOR	FEDERAL	CARLOS OLAVO PACHECO DE MEDEIROS
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE
DESEMBARGADORA	FEDERAL	SELENE MARIA DE ALMEIDA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	SEBASTIÃO FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
DESEMBARGADORA	FEDERAL	MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI RODRIGUES
DESEMBARGADORA	FEDERAL	MARIA DO CARMO CARDOSO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUSA
DESEMBARGADORA	FEDERAL	NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

Sumário



Início



# CORTE ESPECIAL

DESEMBARGADOR FEDERAL ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – VICE-PRESIDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES – CORREGEDORA-GERAL

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS  
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA  
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

Sumário



Início

## PRIMEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES  
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES

## PRIMEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA

## SEGUNDA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES  
DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES

Sumário



Início

## SEGUNDA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO

## TERCEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO

## QUARTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO FIORAVANTI SABO MENDES

Sumário



Início

## TERCEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA  
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES

## QUINTA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE DE ALMEIDA – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA  
DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

## SEXTA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

Sumário



Início

## QUARTA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS  
DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO  
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

## SÉTIMA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES  
DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA

## OITAVA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS FERNANDO MATHIAS  
DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

Sumário



Início

# CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DESEMBARGADOR	FEDERAL	ALOÍSIO PALMEIRA LIMA – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL	MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADORA	FEDERAL	ASSUSETE MAGALHÃES – CORREGEDORA-GERAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL	DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR	FEDERAL	JOÃO BATISTA MOREIRA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	SOUZA PRUDENTE
DESEMBARGADORA	FEDERAL	SELENE DE ALMEIDA
DESEMBARGADOR	FEDERAL	FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADOR	FEDERAL	ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES

Sumário



Início

# COMISSÕES PERMANENTES

## COMISSÃO DE REGIMENTO

DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS MOREIRA ALVES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS OLAVO – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL	DANIEL PAES RIBEIRO – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL	LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA – SUPLENTE

## COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

DESEMBARGADOR FEDERAL	LUCIANO TOLENTINO AMARAL – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	JOSÉ AMILCAR MACHADO – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL	ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL	JOÃO BATISTA MOREIRA – EFETIVO

## COMISSÃO DE PROMOÇÃO

DESEMBARGADORA FEDERAL	ASSUSETE MAGALHÃES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES
DESEMBARGADOR FEDERAL	JIRAIR ARAM MEGUERIAN
DESEMBARGADOR FEDERAL	OLINDO MENEZES
DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS OLAVO
DESEMBARGADORA FEDERAL	SELENE DE ALMEIDA
DESEMBARGADORA FEDERAL	MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
DESEMBARGADOR FEDERAL	LUCIANO TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADORA FEDERAL	MARIA DO CARMO CARDOSO

Sumário



Início

# COMISSÕES TEMPORÁRIAS

## COMISSÃO DE CONCURSO

DESEMBARGADOR FEDERAL	CATÃO ALVES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS FERNANDO MATHIAS – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL	JOÃO BATISTA MOREIRA – EFETIVO
DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS OLAVO – SUPLENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	SOUZA PRUDENTE – SUPLENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES – SUPLENTE

## COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

DESEMBARGADOR FEDERAL	JOSÉ AMILCAR MACHADO – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR FEDERAL	ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL	JOÃO BATISTA MOREIRA

## REVISTA DO TRIBUNAL

DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS FERNANDO MATHIAS – DIRETOR
-----------------------	-----------------------------------

## ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL	CARLOS FERNANDO MATHIAS – DIRETOR
-----------------------	-----------------------------------

Sumário



Início



# SECRETARIA DO TRIBUNAL

## DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES

Washington Luiz Ribeiro da Silva  
Diretor-Geral

SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU  
Joaquim Felipe Barbosa de Alencastro

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SECOR  
Carlos Frederico Maia Bezerra

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE  
Alex Amorim de Sousa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD  
Maria Cristina Turnes

SECRETARIA DE INFORMÁTICA – SECIN  
Marcos Barbosa Andrade

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI  
Pedro Maximiano Pereira

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE  
Sônia Maria Garcez Teixeira

Sumário



Início

**CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO  
MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA**

CHANCELER

Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima

MEMBROS

Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Desembargadora Federal Assusete Magalhães

Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

SECRETÁRIA

Andréa Balsini Ghisi

Sumário



Início

# CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

## PRESIDENTE

Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima

## REPRESENTANTE DOS MAGISTRADOS

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

## DIRETOR-GERAL

Washington Luiz Ribeiro da Silva

## DIRETORA DA SECBE

Sônia Maria Garcez Teixeira

## DIRETOR DA SECOI

Pedro Maximiano Pereira

## REPRESENTANTE DOS SERVIDORES

Ionice de Paula Ribeiro

Sumário



Início

Sumário



Início

# APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos Senhores Desembargadores Federais, Senhores Servidores,

Em atendimento ao que determina o Regimento Interno desta Corte, em seu artigo 22, inciso XL, bem como para atender ao anseio de lhes passar a grandiosidade desta nossa Primeira Região, apresento o relatório das atividades de 2005.

Ao iniciar-se, o ano de 2005 trouxe grande desafio: instalar 41 Varas Federais sem os suficientes apoios orçamentário, financeiro e de recursos humanos, materiais e tecnológicos.

Contudo grandes desafios exigem grandes atitudes. Assim o fizemos. Unimos nossos esforços ao interesse das comunidades contempladas com Varas Federais, nas quais a atuação de algumas prefeituras foi imprescindível, notadamente na cessão de prestadores de serviços gerais.

Realizamos convênios que tornaram possível a captação de recursos para a instalação das Varas. Da Caixa Econômica Federal vieram R\$ 1.200.000,00, para a reforma das sedes de Varas Federais do interior da Bahia — Barreiras, Campo Formoso, Jequié, Feira de Santana, Guanambi — e, também, de Goiás — Luziânia e Anápolis. A reforma dos demais prédios destinados às Varas Federais foi promovida com recursos do próprio Tribunal.

Do Banco do Brasil vieram R\$ 1.348.600,00, destinados à aquisição de 34 veículos para atender às novas Varas.

Sem que fosse criado um único cargo nas sedes das Seccionais, os incansáveis servidores, ricos em qualidade de serviço, embora em parco número, absorveram o acréscimo de inúmeras atividades sem comprometer a regularidade daquelas que já vinham executando. Milhares de quilômetros foram rodados pelas estradas que ligam as Seccionais às novas Varas para acompanhar obras, levar equipamentos e móveis, firmar contratos, enfim, para fazer nascer a Justiça Federal no interior dos Estados da Primeira Região.

De grande valia foi também a atuação da Secretaria do Tribunal, de todos os diretores e servidores envolvidos nessa empreitada. Foram realizadas inúmeras reuniões, celebrados diversos contratos, implantados os serviços de informática em todas as Varas e descentralizados R\$ 4.979.025,00 especialmente para esse fim. A cobertura jornalística e fotográfica colocou a Primeira Região a par da instalação das Varas praticamente em

Sumário



Início

tempo real. O cerimonial do Tribunal esteve presente na programação e realização de todas as solenidades.

As sedes de todas as Subseções Judiciárias instaladas exigiram reformas e adaptações, prontamente realizadas sob a coordenação da área de Engenharia do Tribunal. Além dessas reformas, merece destaque a construção das sedes da Seccional de Mato Grosso — já concluída —, da Seção Judiciária do Estado do Piauí e do Juizado Especial Federal da Bahia, ambas com conclusão prevista para março de 2006, em razão das precárias condições das instalações anteriores.

Encontram-se em andamento as obras destinadas às sedes das Subseções Judiciárias de Imperatriz e de Caxias, no Maranhão.

Aditamos o convênio com o Banco do Brasil em até R\$ 7.457.000,00, para apoio a projetos da Justiça Federal de primeiro grau, e em até R\$ 1.928.600,00, para projetos do Tribunal.

Foram publicadas mais de 500 nomeações de servidores efetivos e contratados 88 estagiários. Em decorrência das posses (4), remoções (8) e promoções (26), foram nomeados, entre Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos, 38 magistrados para as Varas Federais instaladas no interior da Primeira Região.

O resultado desse esforço conjunto entre Tribunal, Justiça Federal e sociedade possibilitou a instalação, em 2005, de 22 Varas, média de quase duas por mês, que, somadas às 18 instaladas em 2004, totalizaram 40 novas Varas. A previsão é de que as 19 Varas remanescentes sejam instaladas até março de 2006.

Foram instaladas Varas Federais em nove das 14 Seccionais jurisdicionadas. Na Bahia foram instaladas Varas em Salvador, Barreiras, Campo Formoso, Feira de Santana e Juazeiro. No Distrito Federal foram instaladas duas Varas. Em Goiás foram instaladas Varas em Goiânia, Anápolis e Luziânia. No Maranhão foi instalada Vara em Caxias. Em Minas Gerais foram instaladas Varas em Lavras, Montes Claros, Passos, Patos de Minas, Pouso Alegre, São Sebastião do Paraíso e Varginha. Em Mato Grosso foi instalada Vara em Cáceres. No Pará foi instalada Vara em Altamira. No Piauí foi instalada Vara em Picos. No Tocantins foi instalada Vara em Palmas.

O resultado da criação de Varas já começou a ser sentido a partir da instalação de 17 Varas exclusivas de JEF, em 2004. O total de julgados do JEF mais que dobrou, chegando a quase 500.000 processos, o que atendeu ao anseio de milhares de jurisdicionados que estavam alijados do sistema judiciário. Esse resultado decorreu, também, da virtualização dos Juizados Especiais Federais, que já alcançou 13 das 14 Seccionais jurisdicionadas. A instalação do JEF Virtual na Seccional de Goiás está prevista para fevereiro de 2006.

Sumário



Início

Em toda a primeira instância, foram julgados 633.355 processos. A distribuição registrou 700.784 processos e encontram-se em tramitação 1.709.804 feitos. A maior contribuição para esse resultado foi dos Juizados Especiais Federais, que receberam 382.043 processos (54%), julgaram 465.061 (73%) e encerraram o exercício com 683.875 (40%) em tramitação.

No âmbito do Tribunal, mesmo com o acréscimo de atribuições ocasionado pela instalação das Varas Federais, transcorreram normalmente as atividades administrativas e judicantes. Esse resultado comprova o comprometimento do corpo funcional do Tribunal, que se tem desdobrado para atender às exigências da administração. Contudo é urgente a necessidade de recompor os quadros administrativos, sob pena de não se manter a qualidade dos serviços prestados, pelo esgotamento físico dos servidores.

A criação de cargos públicos depende de apreciação e aprovação legislativa. A par disso e com vistas a avaliar a situação dos quadros de pessoal do Tribunal e da primeira instância, convidei a eminente Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida para presidir comissão de estudos sobre o dimensionamento e a distribuição do quadro de pessoal permanente e do quadro de funções comissionadas do Tribunal e das Seções Judiciárias da Primeira Região e propor soluções que conciliassem as necessidades das unidades jurisdicionais e administrativas com o volume de serviço. Para auxiliá-la nessa árdua missão, convidei o Juiz Federal Euler de Almeida Silva Júnior e convoquei os técnicos da Secretaria do Tribunal.

Após exaustivo diagnóstico, levantado a partir das informações prestadas por magistrados, servidores e comissões específicas instituídas nas Seccionais e enriquecido com a análise da estatística judicial, a Comissão apresentou propostas que abrangem toda a Primeira Região, consubstanciando, de forma pormenorizada, as necessidades dos gabinetes de desembargador federal, das Varas Federais, dos Juizados Especiais Federais e das áreas administrativas do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias.

O projeto para a primeira instância foi apresentado ao Plenário do Tribunal e foi aberto prazo para sugestões. Após a apreciação e aprovação pelo Plenário, previstas para acontecer em março de 2006, a proposta de anteprojeto de lei será encaminhada ao Conselho da Justiça Federal e, posteriormente, ao Congresso Nacional. Como resultado desse esforço, esperamos que sejam criados os cargos necessários para recomposição dos quadros de pessoal da Primeira Região, o que acreditamos seja crucial para a manutenção da qualidade dos serviços judiciários atualmente prestados à sociedade.

Com a preocupação de buscar o aprimoramento da prática redacional no Tribunal, constituí comissão formada por revisores da Presidência e da área de Editoração para prestar consultoria nos gabinetes de desembargadores federais. O serviço — que, para maior eficácia, é desenvolvido em cada gabinete, individualmente — realiza-se em várias etapas: entrevista inicial, coleta de dados, análise do material e posterior retorno da equipe à unidade para a consultoria *in loco* — apresentação das ocorrências, exposição

Sumário

Sumário



Início

teórica e proposta de soluções. O trabalho abrange ainda a publicação eletrônica *O quê do mês*, artigo periódico sobre questões da língua portuguesa, e a resposta a dúvidas enviadas para o e-mail da Consultoria ([www.consultoria.portugues@trf1.gov.br](mailto:www.consultoria.portugues@trf1.gov.br)).

Na Presidência desta Corte, incumbe-me apreciar os processos registrados, que, em 2005, totalizaram 4.100. Exarei 1.233 despachos e proferi 219 decisões. Foram admitidos 5.612 recursos especiais e extraordinários e 5.993 não foram admitidos.

Foram distribuídos 75.939 processos, e o número de julgados voltou a crescer, com o total de 73.106, mesmo com a descontinuação das Turmas Suplementares, substituídas pelo sistema de convocação de juízes federais auxiliares. Apresentamos, no conteúdo deste relatório, histórico pormenorizado da atuação das Turmas Suplementares durante o período de funcionamento.

O orçamento anual — excluídos precatórios e RPVs —, da ordem de R\$ 1.025.786.539,00, foi executado quase em sua totalidade — 99,64%. Os precatórios pagos alcançaram R\$ 1.135.005.749,44, e o pagamento das requisições de pequeno valor triplicou em relação ao do ano de 2004 (R\$ 161.234.680,00), alcançando a cifra de R\$ 516.387.816,85. A efetividade dos julgamentos dos Juizados Especiais Federais foi garantida com o crescimento do volume de RPVs processadas e pagas.

Do orçamento total aprovado para a Primeira Região — excluídos precatórios e RPVs — foram descentralizados para as Seccionais R\$ 810.496.576,40, cabendo ao Tribunal R\$ 212.221.124,81.

Efetuaram-se adaptações nas garagens do Edifício-Sede para permitir que os gabinetes recebessem armários e, assim, ampliassem o espaço interno com a transferência de parte do acervo de processos. Foi licitada a modernização dos elevadores do Edifício-Sede para dar maior segurança a magistrados e servidores. Para atender aos jurisdicionados, foi inaugurado o protocolo externo, por meio do qual as partes podem entregar petições sem sair do carro.

A ocupação dos espaços físicos é questão importante que interfere diretamente no desempenho das atividades judicantes e administrativas. A última ampliação do número de membros desta Corte — de 18 para 27 — não contemplou o correspondente incremento do espaço disponível. A previsão de ampliação da composição do Tribunal para 51 desembargadores federais exigiu atitudes rápidas e eficientes, mesmo com a inexistência de recursos orçamentários para construção de nova sede que abrigasse todo o complexo que hoje representa o TRF – 1ª Região. Foi então que vislumbramos a possibilidade de ocupar o prédio que sediava o Conselho da Justiça Federal – CJF, recém-transferido para as instalações do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Depois de reiterada negociação com o CJF, foi concedida ao Tribunal autorização para utilizar e conservar o Edifício Cabo Frio. A entrega das chaves foi feita pelo Presiden-

Sumário



Início



te daquele Conselho, Ministro Edson Carvalho Vidigal. A partir de então, criei comissões destinadas a definir a ocupação do prédio, cujos relatórios culminaram em entender necessária a transferência de unidades administrativas para que as áreas remanescentes pudessem ser redimensionadas em gabinetes de desembargador federal. Assim, determinei que fossem iniciados os procedimentos de ocupação do Edifício Cabo Frio pelas Secretarias de Administração, de Programação Orçamentária e Financeira, de Controle Interno e de Recursos Humanos e por algumas unidades das Secretarias de Informática e de Programas e Benefícios Sociais. A conclusão da mudança está prevista para março de 2006.

A execução do convênio firmado com o Banco do Brasil em 2004, no valor total de R\$ 589.000,00, possibilitou a modernização das sessões de julgamento do Tribunal e sua transmissão, em tempo real, pela internet. Modernizou-se também o sistema de assinatura dos Diários Oficiais, com a adesão à consulta eletrônica, em substituição às assinaturas impressas, o que ocasionou, além da redução de gastos, a racionalização do uso, manuseio e conservação de papéis.

A fim de melhorar os serviços de segurança do Tribunal e das Seccionais, apresentamos proposta de normatização do porte de arma de fogo institucional. Primeiramente, foi submetida à Corte Especial minuta de resolução, aprovada sob o número 100-009, que dispõe sobre o porte de arma de fogo institucional nas atividades de segurança judiciária no Tribunal Regional Federal e na Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região. Em segundo momento, apresentamos a IN-14-20 – Porte de Arma de Fogo Institucional, cuja finalidade é regulamentar os procedimentos administrativos de utilização e autorização de porte de arma de fogo institucional. Após a aprovação das normas, foram iniciados os procedimentos de aquisição dos materiais necessários para a emissão da Carteira de Segurança Judiciária, bem como autuados os processos administrativos exigidos para avaliação e concessão do porte aos seguranças do Tribunal e das Seccionais. Já estamos aptos a emitir os portes de arma para os agentes de segurança que cumprirem as exigências normativas.

Ainda cuidando da segurança, foi instalado sistema de acesso que controla, por meio de catracas e detectores de metais, a entrada e saída de pessoas nas instalações do Edifício-Sede e do Edifício Anexo I. Somente por esse sistema, registrou-se a entrada de mais de um milhão de visitantes durante o ano de 2005.

Diante da necessidade de modernizar os serviços prestados aos jurisdicionados para executá-los com qualidade, foi constituída, em 2005, comissão formada por 13 servidores de unidades-chave do Tribunal para implementação de ciclos contínuos de avaliação e melhoria da gestão organizacional do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, de acordo com o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA. A comissão desenvolveu, em conjunto com dirigentes de todas as unidades do Tribunal, os trabalhos correspondentes à primeira fase do programa: auto-avaliação. Após validação pelos técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, recebi, como Presidente do Tribunal, o primeiro Certificado de Gestão de Qualidade,

Sumário



Início

por ter alcançado 149 pontos. A próxima fase do trabalho será a execução das oportunidades de melhoria detectadas pelo estudo e aprovadas em 2005, para desenvolvimento em 2006. Ao final de 15 meses, deverá ser realizada nova avaliação para identificar o progresso e atribuir nova pontuação e certificação.

Considerando a finitude dos espaços físicos e a necessidade de melhor preservar os documentos que efetivamente possuem valor, promovemos o primeiro descarte de documentos armazenados nos arquivos centrais da Primeira Região. Em operação ampla, coordenada pelo ilustre Desembargador Federal Leomar Barros Amorim, foram eliminados mais de 30.000 documentos e processos administrativos, inclusive precatórios, dos acervos do Tribunal e das Seccionais do Acre, da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, do Maranhão e de Rondônia. Os papéis inservíveis — 9.697 quilogramas —, após fragmentação, foram doados a instituições filantrópicas para reciclagem e reaproveitamento. Esse trabalho teve como objetivo, também, a preparação para o descarte de autos findos, procedimento já autorizado por resolução do Conselho da Justiça Federal.

Com participação ativa nos Tribunais Superiores, no CJF, nos demais TRFs e no Tribunal de Contas da União, buscamos beneficiar magistrados e servidores, a exemplo do aumento do auxílio-alimentação e auxílio-creche e do pagamento de quintos para os servidores e das diferenças a que os magistrados faziam jus.

Assim, é com satisfação que apresento este minucioso relatório das atividades realizadas em 2005, acreditando que os pilares em que se firmou esta administração — INTEGRAÇÃO, INTERIORIZAÇÃO e VIRTUALIZAÇÃO — alcançaram os objetivos traçados no início da minha gestão.

Sumário



Início

# ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

## PRESIDÊNCIA

- Quadro 1 Convênios Firmados, 4  
Quadro 2 Inaugurações/Instalações, 5  
Quadro 3 Posses, 10  
Quadro 4 Entrevistas, 10  
Quadro 5 Reuniões com Autoridades Diversas, 11  
Quadro 6 Participações no Conselho da Justiça Federal, 11  
Quadro 7 Recursos Tecnológicos e Virtualização, 14  
Quadro 8 Audiências e Visitas, 16  
Quadro 9 Solenidades e Comemorações, 18  
Quadro 10 Realizações Culturais, 19  
Quadro 11 Prêmios e Homenagens Concedidas, 20  
Quadro 12 Diversos, 21  
Quadro 13 Sessões Realizadas, 22  
Quadro 14 Publicações, 22  
Quadro 15 Ofícios, Telex e Telegramas Assinados, 22  
Quadro 16 Condecorações e Homenagens Recebidas, 23

## ASESP

- Quadro 17 Legenda, 28  
Quadro 18 Câmara dos Deputados, 29  
Quadro 19 Senado Federal, 38  
Quadro 20 Congresso Nacional, 40  
Quadro 21 Plano Plurianual 2004-2007, 44

## ASRET

- Quadro 22 Estatística, 48

## COJEF

- Quadro 23 Varas de JEF Instaladas, 52  
Quadro 24 Instalação dos JEFs nas Subseções Judiciárias, 53  
Gráfico 1 Evolução dos JEFs, 54  
Quadro 25 Implantação dos JEFs Virtuais, 54  
Quadro 26 Juizados Especiais Federais da Primeira Região, 55  
Quadro 27 JEFs Itinerantes Realizados, 59

- Gráfico 2 Estatística de Processos dos JEFs, 63  
Quadro 28 Desempenho dos JEFs e das Turmas Recursais, 63  
Quadro 29 Estatística da Turma Regional de Uniformização, 65  
Quadro 30 Normas Específicas dos JEFs Publicadas, 65

## COREJ

- Gráfico 3 Comparativo de RPVs Processadas, 68  
Gráfico 4 Pagamento de Precatórios, 69  
Quadro 31 Orçamento para Pagamento de Precatórios, 70  
Quadro 32 Atividades Desempenhadas, 72  
Quadro 33 Precatórios/RPVs Aguardando Pagamento em 2006, 73  
Quadro 34 Outras Atividades, 73

## ASREP

- Quadro 35 Eventos na Primeira Região, 77

## ASCOM

- Quadro 36 Temas do Programa Lições de Direito, 85  
Quadro 37 Temas do Programa Momento Jurídico, 86  
Quadro 38 Produção de VTs Diários, 86  
Quadro 39 Vídeos Institucionais Produzidos, 87  
Quadro 40 Cobertura de Eventos e Solenidades Internos e Externos, 87  
Quadro 41 Veiculação na TV Justiça, 88  
Quadro 42 Fornecimento de Cópias de VTs, 88  
Quadro 43 Gravações Editadas, 88  
Quadro 44 Edições Informativas da Rádio Destaque, 89  
Quadro 45 Edições Musicais da Rádio Destaque, 90  
Quadro 46 Promoções Realizadas, 90  
Quadro 47 Publicações Não Periódicas, 91  
Quadro 48 Publicações Realizadas, 91

## ASMAG

- Quadro 49 Posse de Magistrados, 97

Sumário



Início

Quadro 50	Cargos Providos e Cargos Vagos – Primeira Região, 98
Quadro 51	Convocação de Juiz Federal para Integrar o Tribunal, 99
Quadro 52	Convocação de Juiz Federal para Auxiliar Desembargador Federal, 100
Quadro 53	Presidência das Turmas Suplementares, 101
Quadro 54	Convocação para Turmas Suplementares, 101
Quadro 55	Juizes Federais Eleitos para Compor os Tribunais Regionais Eleitorais no Biênio 2005/2007, 102
Quadro 56	Movimentação de Juiz Federal, 102
Quadro 57	Movimentação de Juiz Federal Substituto, 103
Quadro 58	Remoção de Juiz Federal, 103
Quadro 59	Remoção de Juiz Federal Substituto, 104
Quadro 60	Remoção de Juiz Federal Substituto de Outras Regiões, 104
Quadro 61	Remoção de Magistrado Mediante Permuta, 105
Quadro 62	Promoção de Juiz Federal Substituto – Critério de Antiguidade, 106
Quadro 63	Promoção de Juiz Federal Substituto – Critério de Merecimento, 107

## VIPRE

Quadro 64	Substituição do Presidente, 110
Quadro 65	Distribuições Realizadas, 110
Quadro 66	Estatística Anual, 111
Quadro 67	Presidência das Seções, 112
Quadro 68	Proferimento de Votos-Desempate, 112
Quadro 69	Participação do Vice-Presidente em Eventos, 113

## COGER

Quadro 70	Participação em Eventos, 118
Quadro 71	Correições Gerais Ordinárias, 119
Quadro 72	Provimentos/Orientações Normativas, 124
Quadro 73	Processos Arquivados, 125
Quadro 74	Decisões e Despachos, 126
Quadro 75	Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação na Primeira Instância, 128
Gráfico 5	Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Varas Federais, 130
Gráfico 6	Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nos Juizados Especiais Federais, 131

Gráfico 7	Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Turmas Recursais, 132
Quadro 76	Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Seccionais, 133
Gráfico 8	Processos Distribuídos, Julgados e em Tramitação nas Seccionais, 133

## ESMAF

Quadro 77	Eventos Realizados pela ESMAF, 137
Quadro 78	Eventos Realizados no CENTREJUFE em Parceria com Outras Entidades, 139
Quadro 79	Participação em Eventos Externos, 139

## DIGES

Quadro 80	Documentos Expedidos, 143
Gráfico 9	Interiorização da Justiça Federal da Primeira Região, 144
Quadro 81	Varas Instaladas, 145
Quadro 82	Varas a Ser Instaladas em 2006, 146
Quadro 83	Primeiro Descarte Central da Primeira Região, 150
Quadro 84	Acompanhamento de Obras e Reformas, 152
Quadro 85	Outras Atividades Relevantes, 157

## SEJU

Quadro 86	Desempenho das Turmas Suplementares – Processos Atribuídos, 162
Quadro 87	Desempenho das Turmas Suplementares – Processos Julgados, 162
Quadro 88	Desempenho das Turmas Suplementares – Acórdãos Publicados, 162
Quadro 89	Desempenho das Turmas Suplementares – Decisões Terminativas, 163
Gráfico 10	Desempenho Geral das Turmas Suplementares, 163
Gráfico 11	Desempenho das Turmas Suplementares – Evolução dos Processos Julgados, 164
Quadro 90	Composição da Turma Especial de Férias, 167
Gráfico 12	Petições Apresentadas ao Tribunal, 167
Gráfico 13	Protocolo de Petições, 167
Quadro 91	Petições Iniciais e Diversas Protocolizadas, 168
Quadro 92	Petições Diversas Recebidas, 168
Quadro 93	Petições Iniciais e Diversas Recebidas por Meio Eletrônico, 169

Sumário



Início

Quadro 94	Petições Diversas Recebidas nas Seções Judiciárias, 169
Quadro 95	Protocolo Descentralizado de Petições Iniciais, 170
Quadro 96	Processos Distribuídos por Grupo no Tribunal, 171
Quadro 97	Processos Registrados, 173
Quadro 98	Processos Distribuídos e Registrados por Magistrados, 174
Quadro 99	Processos Redistribuídos, 175
Quadro 100	Sessões Realizadas no Tribunal, 176
Gráfico 14	Processos Distribuídos e Julgados no Tribunal, 177
Quadro 101	Desempenho dos Órgãos Julgadores, 178
Quadro 102	Outras Estatísticas, 179
Quadro 103	Notas Taquigráficas, 180
Quadro 104	Movimentação de Processos, 182
Quadro 105	Publicações de Decisões e Despachos em Recursos, 182
Quadro 106	Estatística de Acórdãos, 184
Quadro 107	Acórdãos dos Juizados Especiais Federais, 184
Quadro 108	Correção de Pendências de Inteiro Teor, 185
Quadro 109	Estatística de Atendimento do Arquivo Judicial, 186
Quadro 110	Empréstimo de Processos do Arquivo Judicial, 186
Quadro 111	Estatística de Processos Arquivados, 186
Quadro 112	Atividades Desenvolvidas pela Biblioteca, 187
Quadro 113	Comissão de Acervo Jurídico – CAJ, 187
Quadro 114	Atendimento ao Usuário da Biblioteca, 188
Quadro 115	Registro e Processamento Técnico de Acervo, 188
Quadro 116	Atividades com Periódicos, 189
Quadro 117	Plano de Trabalho para 2006 – Biblioteca, 189
Quadro 118	Atividades de Divulgação da Jurisprudência, 190
Quadro 119	Publicação de Súmulas, 191
Quadro 120	Apoio às Comissões de Concurso, 191
Quadro 121	Produções Editoriais, 192

## SECOR

Quadro 122	Orçamento Aprovado para a Primeira Região, 198
Gráfico 15	Dotação por Unidade Orçamentária, 199

Quadro 123	Alterações à Lei Orçamentária, 199
Quadro 124	Precatórios Pagos, 202
Quadro 125	Execução de Precatórios e RPVs Inscritos em Restos a Pagar, 203
Quadro 126	Execução Orçamentária (Excluídos Precatórios e RPVs), 205
Quadro 127	Execução de Restos a Pagar Inscritos em 2004, 206
Gráfico 16	Comparativo Orçamentário – Dotação x Provisão, 207
Gráfico 17	Provisão Concedida para a Primeira Região, 207
Quadro 128	Provisão Orçamentária Concedida, 208
Gráfico 18	Sub-Repasse para as Seccionais, 209
Quadro 129	Recebimento e Distribuição dos Limites Financeiros, 210
Quadro 130	Aquisição de Veículos, 212
Quadro 131	Acompanhamento de Projetos em Andamento, 213
Quadro 132	Obras e Reformas, 214
Quadro 133	Valores Aplicados nas Varas Instaladas, 216
Quadro 134	Valores Previstos para Implantação de Varas em 2006, 217
Quadro 135	Projetos Priorizados para 2006, 219
Quadro 136	Comparativo dos Orçamentos de 2005 e 2006, 220
Quadro 137	Revisão do PPA 2004–2007 – Limites da Primeira Região (2006–2009), 221

## SECRE

Quadro 138	Eventos Externos de Capacitação, 226
Quadro 139	Eventos Internos de Capacitação, 233
Quadro 140	Eventos Regionais de Capacitação, 235
Quadro 141	Lotação Inicial de Servidores, 235
Quadro 142	Distribuição de Servidores em Primeira Lotação, 235
Quadro 143	Atividades de Avaliação Desenvolvidas, 236
Quadro 144	Seleção Interna para Funções Comissionadas, 237
Quadro 145	Processo Seletivo de Estagiários, 238
Quadro 146	Contratação de Estagiários, 239
Quadro 147	Atividades Extraordinárias de Pagamento de Pessoal, 239
Quadro 148	Força de Trabalho da Primeira Região, 240
Quadro 149	Movimentação de Pessoal – TRF, 240
Quadro 150	Movimentação de Pessoal – Justiça Federal de Primeiro Grau, 241

Sumário



Início

## SECAD

- Quadro 151 Documentos Expedidos/Processos Analisados, 244
- Quadro 152 Procedimentos de Aquisição, 247
- Quadro 153 Atividades Realizadas, 248
- Quadro 154 Atividades Desenvolvidas pela Área de Contratos, 248
- Quadro 155 Apoio às Seções e Subseções Judiciárias, 251
- Quadro 156 Créditos Provisionado e Liquidado por Subprojeto/Atividade – Tribunal, 257
- Quadro 157 Créditos Provisionado e Liquidado por Categoria de Gasto – Tribunal, 257
- Quadro 158 Créditos Provisionado e Liquidado por Subprojetos/Atividade – Seccionais, 258
- Quadro 159 Créditos Provisionado e Liquidado por Categoria de Gasto – Seccionais, 259
- Quadro 160 Créditos Provisionado e Liquidado por Categoria de Gasto – Precatórios e RPVs, 259
- Quadro 161 Documentos Enviados/Recebidos, 260
- Quadro 162 Comunicação Administrativa, 262
- Quadro 163 Administração de Material, 262
- Quadro 164 Reprodução Gráfica, 264
- Quadro 165 Contratos Executados pela Área de Segurança, 267
- Quadro 166 Serviços Gerais, 267

## SECIN

- Quadro 167 Principais Ações, 271
- Quadro 168 Atividades Relacionadas à Página Eletrônica do Tribunal, 272
- Quadro 169 Treinamentos Realizados, 274
- Quadro 170 Evolução dos Sistemas Informatizados, 275
- Quadro 171 Atividades Gerais Desenvolvidas nos Sistemas do TRF – 1ª Região, 277
- Quadro 172 Manutenções Corretivas e Evolutivas nos Sistemas/Programas, 279
- Quadro 173 Atividades Desenvolvidas em Conjunto com as Seccionais, 280
- Quadro 174 Equipamentos, 281
- Quadro 175 Acompanhamento do PCTT, 282
- Quadro 176 Resumo Analítico de Instruções Normativas, 285
- Quadro 177 Formulários e Impressos, 289

## SECOI

- Quadro 178 Tomadas de Contas Aprovadas, 295
- Quadro 179 Auditorias Realizadas, 296
- Quadro 180 Tipos de Auditoria, 297
- Quadro 181 Atividades Desenvolvidas, 298
- Quadro 182 Processos Analisados, 299

## SECBE

- Quadro 183 Evolução dos 10 Anos da Feira de Saúde, 304
- Gráfico 19 Participantes na Feira de Saúde, 304
- Quadro 184 Atendimentos Médicos, 305
- Quadro 185 Atendimentos Odontológicos, 306
- Gráfico 20 Clientela Atendida na Assistência Direta, 306
- Quadro 186 Serviços Psicológicos, 307
- Quadro 187 Auxílios Concedidos (média mensal), 308
- Quadro 188 Aplicação dos Recursos da União por Benefício Social, 308
- Gráfico 21 Participação das Fontes Mantenedoras do PRO-SOCIAL
- Quadro 189 Receitas e Despesas do PRO-SOCIAL, 310
- Quadro 190 Aplicação dos Recursos do PRO-SOCIAL por Benefício, 311
- Gráfico 22 Aplicação dos Recursos do PRO-SOCIAL, 312
- Quadro 191 Atendimentos Realizados pela Rede Credenciada, 313
- Quadro 192 Beneficiários do PRO-SOCIAL, 314
- Gráfico 23 Distribuição dos Beneficiários do PRO-SOCIAL na Primeira Região, 315
- Gráfico 24 Atividades de Credenciamento, 316
- Quadro 193 Aplicação dos Recursos do PGQVT, 318
- Quadro 194 PGQVT – Resultados de Destaque, 319
- Quadro 195 Acompanhamento das Ações do PGQVT, 322

Sumário



Início

# SUMÁRIO

## **PRESIDÊNCIA – PRESI, 2**

Assessoria Especial da Presidência – ASEP, 26

Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – ASRET, 46

Coordenação dos Juizados Especiais Federais – COJEF, 50

Coordenadoria de Execução Judicial – COREJ, 66

## **SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA – SEGEP**

Assessoria de Representação e Programação Social – ASREP, 74

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, 82

Assessoria de Assuntos da Magistratura – ASMAC, 92

## **VICE-PRESIDÊNCIA – VIPRE, 108**

## **CORREGEDORIA-GERAL – COGER, 114**

## **ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO – ESMAF, 134**

## **DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES, 140**

## **SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU, 158**

## **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SECOR, 196**

## **SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE, 222**

## **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD, 242**

## **SECRETARIA DE INFORMÁTICA – SECIN, 268**

## **SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI, 290**

## **SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS – SECBE, 300**

Sumário



Início

# PRESI

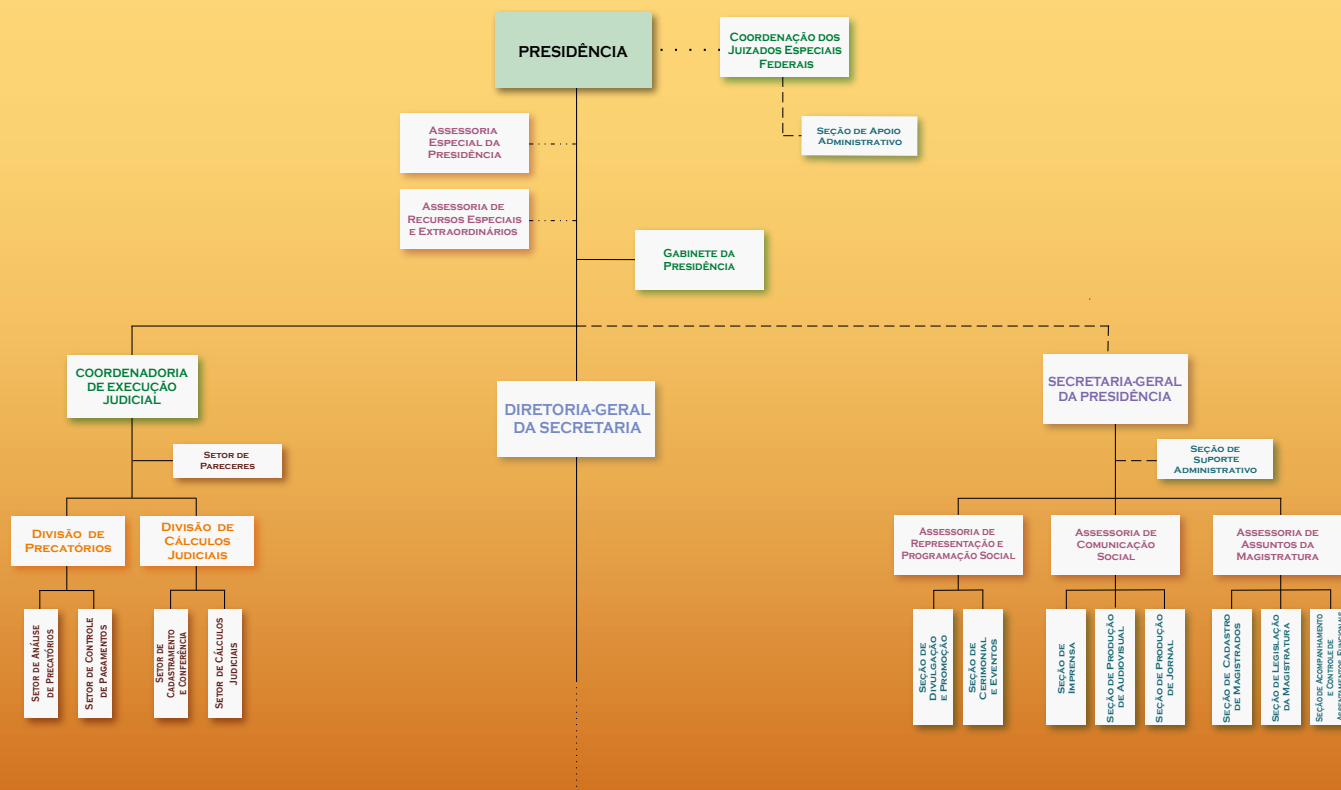
PRESIDÊNCIA

Sumário



Início





Sumário



Início

Em continuação às atividades de implantação de 59 novas Varas Federais na Primeira Região, criadas pela Lei 10.772/2003, a prioridade estabelecida para 2005 foi a interiorização da Justiça Federal, com a implantação das 41 Varas Federais remanescentes.

Para atender a esse objetivo não foram medidos esforços tanto por parte do Tribunal como por parte das Seções Judiciárias, que colocaram a máquina administrativa a pleno vapor, num esforço concentrado que resultou na instalação de 22 Varas em 2005 e na preparação para instalação de mais 19 até março de 2006.

Como pré-requisito essencial, a Presidência da Corte buscou levantar os recursos orçamentários e financeiros necessários à consecução desse grande projeto. Além dos recursos provenientes do orçamento da União, foram realizados convênios com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil. As prefeituras das cidades que receberam Varas Federais contribuíram de forma decisiva, cedendo instalações, equipamentos e prestadores de serviço.



**QUADRO 1**  
**CONVÊNIOS FIRMADOS**

DATA	ATIVIDADE
29/03	Assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal para concessão de recursos financeiros com o objetivo de agilizar a instalação das Varas Federais no interior dos Estados que compõem a Primeira Região.
27/10	Assinatura do segundo termo aditivo do convênio com o Banco do Brasil para aquisição de equipamentos de informática e modernização do centro de processamento de dados do Tribunal, além de 34 veículos para as novas Subseções Judiciárias da Primeira Região.

Sumário



Início

**QUADRO 2**  
**INAUGURAÇÕES/INSTALAÇÕES**

DATA	ATIVIDADE
18/02	Instalação de Vara Federal na Seção Judiciária do Estado do Tocantins, com a presença de autoridades locais.
02/03	Instalação de duas Varas Federais para o funcionamento de novos Juizados Especiais Federais na Seção Judiciária do Distrito Federal, com a presença de autoridades locais.
11/03	Instalação de Vara Federal para o funcionamento de Juizado Especial Federal na Seção Judiciária do Estado de Goiás, com a presença de autoridades locais.
08/04	Inauguração da Subseção Judiciária da Justiça Federal de Caxias/MA, com jurisdição sobre mais de 770 mil habitantes de 26 municípios do Estado. Participaram da solenidade autoridades locais.
06/05	Instalação de Vara do Juizado Especial Federal na Seção Judiciária do Estado da Bahia.
17/06	Instalação do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus /BA.
08/08	Instalação da Subseção Judiciária de Cáceres/MT, com a presença de autoridades locais, civis e militares.
12/08	Instalação do Juizado Especial Federal na Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG. A solenidade foi dirigida pelo Coordenador dos JEFs na Primeira Região, Desembargador Federal I'talo Mendes, que representou o Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima. Participaram autoridades do Judiciário de Minas Gerais.
19/08	Instalação da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso/MG, com a presença de autoridades dos três Poderes de Minas Gerais.
26/08	Instalação da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG e inauguração do Edifício-Sede do novo órgão judiciário federal, que atende a 37 municípios. Participaram da solenidade o Ministro-Presidente do STJ, Edson Vidigal, os Ministros do STJ Fernando Gonçalves e Adhemar Ferreira Maciel, além de autoridades dos três Poderes de Minas Gerais.
13/09	Inauguração do posto avançado da Seção Judiciária do Distrito Federal no serviço de atendimento imediato ao cidadão "Na hora", do Governo do Distrito Federal. O posto foi resultado da parceria entre a Justiça Federal e a Secretaria de Gestão Administrativa do GDF e tem por objetivo facilitar o acesso da população aos Juizados Especiais Federais. A solenidade foi presidida pelo Desembargador Federal I'talo Mendes, representando o Presidente do TRF – 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima.
30/09	Instalação da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA, com a presença de várias autoridades federais, estaduais e municipais. A Subseção tem jurisdição sobre mais de 800 mil pessoas dos municípios circunvizinhos.
14/10	Instalação da Subseção Judiciária de Barreiras/BA, prestigiada pela comunidade jurídica e pela população local.
25/10	Instalação da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG, que tem jurisdição sobre outros 97 municípios do Estado.
08/11	Solenidade de inauguração do restaurante da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.
11/11	Inauguração da Subseção Judiciária de Picos/PI. Prestigiaram a solenidade autoridades locais e os Juizes Federais daquele Estado.
14/11	Solenidade de inauguração do Protocolo Externo do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, localizado no estacionamento ao lado do Edifício Anexo I.
21 e 22/11	Instalação das Varas Federais de Lavras, Varginha e Pouso Alegre/MG e inauguração dos prédios onde passaram a funcionar.
30/11	Instalação da Subseção Judiciária de Feira de Santana, com a presença de autoridades dos três Poderes da Bahia.
19/12	Inauguração de Vara Federal na Subseção Judiciária de Juazeiro/BA, com Juizado Especial Federal adjunto e jurisdição sobre os municípios de Juazeiro, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. Participaram do evento autoridades dos três Poderes.
07/12	Inauguração do "Fórum Federal 8 de Abril", sede da Justiça Federal de Mato Grosso. O nome do edifício foi homenagem da Justiça Federal à cidade de Cuiabá, capital do Estado, que aniversaria naquele dia. Estiveram presentes, além do Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi, autoridades dos três Poderes, civis e militares.
13/12	Instalação da Subseção Judiciária de Altamira/PA, maior município do mundo em extensão territorial, com a presença de autoridades dos três Poderes daquele Estado.
15/12	Instalação da Subseção Judiciária de Luziânia/GO.
16/12	Instalação da Subseção Judiciária de Anápolis/GO.

Sumário



Início



Inauguração de Vara Federal em Altamira/PA



Inauguração de Vara Federal em Salvador/BA



Inauguração de Vara Federal em Cáceres/MT



Inauguração de Vara Federal em Campo Formoso/BA



Inauguração de Vara Federal em Pouso Alegre/MG

Sumário



Início



Inauguração de Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Tocantins



Inauguração de Vara Federal em Barreiras/BA



Inauguração de Vara Federal em Patos de Minas/MG



Inauguração de Vara de JEF em Goiás



Inauguração de Vara Federal em Feira de Santana/BA

Sumário



Início



Inauguração de Vara Federal em Passos/MG



Inauguração de Vara Federal em Picos/PI



Inauguração de Vara Federal no DF



Inauguração de Vara Federal em Juazeiro/BA



Inauguração de Vara Federal em Caxias/MA

Sumário



Início



Inauguração de Vara Federal em Luziânia/GO



Inauguração de Vara Federal em Montes Claros/MG



Inauguração de Vara Federal em Anápolis/GO



Inauguração de Vara Federal em Varginha/MG



Inauguração de Vara Federal em Lavras/MG



Inauguração de Vara Federal em São Sebastião do Paraíso/MG

Sumário



Início

**QUADRO 3  
POSSES**

DATA	ATIVIDADE
13/05	Solenidade de posse da Diretora do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, Juíza Federal Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa.
02/06	Solenidade de posse do Presidente do Superior Tribunal Militar – STM, Ministro Max Hoertel.
24/06	Posse dos novos juízes federais substitutos da Primeira Região, em solenidade realizada no pátio externo entre o TRF e o STM.
04/11	Solenidade de posse do Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves.
04/11	Solenidade de posse da Juíza Federal Substituta da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amapá, Olívia Mérilin Silva.

**QUADRO 4  
ENTREVISTAS**

DATA	ATIVIDADE
06/01	Entrevista coletiva à imprensa baiana realizada na Seção Judiciária do Estado da Bahia. Destacou-se, entre outros assuntos, a interiorização da Justiça Federal, com a instalação de 41 novas Varas Federais em municípios do interior de 13 Estados e do Distrito Federal.
12/01	Entrevista à TV Bahia sobre a importância da interiorização da Justiça Federal e sobre a implantação dos JEFs virtuais nas Seções Judiciárias da Primeira Região.
28/09	Entrevista ao programa Jornal da Manhã, apresentado pelos jornalistas Genildo Lawinsky e Adriana Quadros, na TV Bahia, afiliada da Rede Globo em Salvador. O tema central da entrevista foi a instalação da Vara Federal de Campo Formoso/BA.

Sumário



Início



**QUADRO 5**  
**REUNIÕES COM AUTORIDADES DIVERSAS**

DATA	ATIVIDADE
25/01	Reunião, na Seção Judiciária do Estado da Bahia, com prefeitos e outras autoridades de Barreiras, Campo Formoso, Eunápolis, Feira de Santana, Guanambi, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso e Vitória da Conquista. Também estavam presentes o Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, a Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia, Juíza Federal Mônica Aguiar, e representantes da Caixa Econômica Federal. Foram discutidas as diretrizes necessárias para a implantação de Varas Federais naqueles municípios.
23/02	Reunião com prefeitos e autoridades das cidades de Lavras, Ipatinga, Divinópolis, Varginha e Pouso Alegre/MG para tratar da implantação, naquele Estado, das Varas Federais criadas pela Lei 10.772/2003. Compareceram, também, o Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Juiz Federal Renato Martins Prates, o Presidente da Associação dos Juizes Federais de Minas Gerais, Juiz Federal José Carlos Machado, os Juizes Federais Solange Salgado e Miguel Ângelo Lopes e o Deputado Federal Mauro Lopes, além de dirigentes e servidores do Tribunal.
09/03	Reunião com a Prefeita de Altamira/PA, Odileida Maria Sampaio, com o Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, com o Chefe de Gabinete da Prefeitura de Altamira/PA, José Tarcísio Sampaio, e com o Deputado Federal Nícias Ribeiro (PSDB/PA), para tratar das instalações de Varas Federais naquela cidade.

**QUADRO 6**  
**PARTICIPAÇÕES NO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

DATA	LOCAL
24/02	Tribunal Regional Federal da Segunda Região – Rio de Janeiro/RJ
22/03	Superior Tribunal de Justiça – Brasília/DF
22/04	Seção Judiciária do Estado da Bahia – Salvador
30/05	Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte – Natal
30/06	Seção Judiciária do Estado de Sergipe – Aracaju
26/09	Tribunal Regional Federal da Segunda Região – Rio de Janeiro/RJ
21/10	Tribunal Regional Federal da Terceira Região – São Paulo/SP
18/11	Tribunal Regional Federal da Terceira Região – São Paulo/SP
09/12	Seção Judiciária do Estado do Tocantins – Palmas

Sumário



Início



Reunião do CJF – Natal/RN



Reunião do CJF – Salvador/BA



Reunião do CJF no STJ



Reunião CJF – São Paulo/SP

Sumário



Início



Reunião do CJF – Aracaju/SE



Reunião do CJF – TRF – 2ª Região – Rio de Janeiro

Sumário



Início



Instalação do JEF virtual no Maranhão

#### QUADRO 7 RECURSOS TECNOLÓGICOS E VIRTUALIZAÇÃO

DATA	ATIVIDADE
18/03	Instalação do Juizado Especial Federal virtual na Seção Judiciária do Estado do Amazonas. Participaram do evento autoridades do Judiciário do Amazonas, representantes dos demais Poderes, do Ministério Público, do Banco do Brasil e da CEF, além dos dirigentes e servidores daquela Seccional.
21/03	Instalação do Juizado Especial Federal virtual na Seção Judiciária do Estado do Pará. Participaram do evento autoridades do Judiciário do Pará, representantes dos demais Poderes, do Ministério Público, do Banco do Brasil e da CEF, além dos dirigentes e servidores daquela Seccional.
04/04	Inauguração do Juizado Especial Federal virtual na Seção Judiciária do Estado do Maranhão, com a presença de juízes federais e de autoridades locais.
20/04	Inauguração do Juizado Especial Federal virtual na Seção Judiciária do Estado da Bahia e apresentação do Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística – SIDJOR à sociedade baiana. O Presidente fez a distribuição do primeiro processo virtual do JEF e os componentes da Mesa assinaram, por meio digital, a ata. Presentes ao evento a Ministra do STJ Eliana Calmon, autoridades do Judiciário local, além de dirigentes e servidores daquela Seccional.
1º/06	Lançamento do Sistema de Controle de Acesso Eletrônico do Tribunal, no hall do Plenário, com entrega simbólica dos crachás de acesso às autoridades presentes, entre elas a Procuradora Regional da União da Primeira Região, Hélia Bettero, e representantes da OAB/DF, Polícia Federal e Procuradoria-Geral do INSS.
12/09	Solenidade de virtualização dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com a presença do Desembargador Federal I'talo Mendes e de autoridades do Judiciário local.

Sumário



Início



Instalação do JEF virtual na Bahia



Instalação do JEF virtual em Minas Gerais



Instalação do JEF virtual no Pará



Instalação do JEF virtual no Distrito Federal



Instalação do JEF virtual no Amazonas

Sumário



Início

**QUADRO 8**  
**AUDIÊNCIAS E VISITAS**

DATA	ATIVIDADE
02/02	O Presidente recebeu o Deputado Federal Carlos Melles, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o Prefeito de São Sebastião do Paraíso/MG, Mauro Zanin, o Vice-Prefeito, Márcio da Silveira, e o Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, que entregaram ao Presidente a planta do edifício que abrigará a Vara Federal naquela cidade.
22/02	O Presidente recebeu a visita de dez autoridades do Município de Araguari/MG, entre elas o Prefeito Marcos Antônio Alvim. O objetivo da reunião foi sensibilizar o Tribunal para a instalação de Vara da Justiça Federal naquela cidade.
15/03	Visitaram o Presidente o Prefeito de Uberlândia/MG, Odelmo Leão, o Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, Tenente Lúcio, o Senador Eduardo Azeredo, o Deputado Federal Gilmar Machado, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, o Coordenador da Subseção Judiciária de Uberlândia, Juiz Federal Substituto Alexandre Laranjeira, os Juízes Federais Lincoln Rodrigues Faria e Osmar Vaz de Mello, representantes de sociedades de classes e associações civis daqueles municípios.
29/03	Visitaram o Presidente os Deputados Federais Coriolano Sales e Edson Duarte, quando trataram da instalação de Varas Federais nas cidades baianas de Vitória da Conquista e Juazeiro, informando ao Presidente a existência de prédios, nas respectivas cidades, em condições de abrigar a Justiça Federal.
30/03	O Presidente recebeu o Prefeito de Araxá/MG, Antônio Leonardo Ramos, o Senador Hélio Costa, o Vice-Prefeito, Miguel Júnior, e o Coordenador da Promotoria de Araxá, Márcio Oliveira Pereira, além de outras autoridades mineiras, que pleitearam a criação de uma Vara Federal no município.
1º/04	O Presidente recebeu a visita de dirigentes do Banco do Brasil, a fim de ampliar a integração já existente daquela instituição com o Tribunal, no sentido de firmar convênios para melhoria dos serviços judiciários na Primeira Região. Estiveram reunidos o Gerente de Mercado, Flávio Náufel do Amaral, o Superintendente de Governo, Paulo Roberto de Oliveira, e o Gerente da Agência Poder Judiciário, Ricardo Newman.
06/04	O Presidente recebeu, em visita de cortesia, o Vice-Governador do Maranhão, Jurandir Ferro do Lago Filho, e o Ministro aposentado do STJ José Cândido de Carvalho Filho.
13/04	O Presidente recebeu visita do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, Desembargador José Maria das Neves.
03/05	O Presidente recebeu a visita do Deputado Federal Paes Landim. O assunto tratado na reunião foi a instalação da Vara Federal de Picos/PI.
17/05	O Presidente recebeu a visita da Senadora Ana Júlia Carepa, que pleiteava a criação de mais Varas Federais no interior do Pará, além daquelas já previstas para os municípios de Altamira e Castanhal.
18/05	O Presidente do Tribunal recebeu a visita dos membros da Coordenadoria Interestadual das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Rio São Francisco: os Promotores de Justiça Eduardo Lima de Matos, Ricardo Rangel de Andrade, José Aparecido Rodrigues, Rodrigo Cançado Rojas, Carlos Guanaes, Luciana Khoury e Ana Rúbia Carvalho, além dos advogados Pedro Diamantino e Maurício Araújo, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR/BA. Os visitantes apresentaram o parecer do Ministério Público Federal acerca dos estudos de impacto ambiental que têm sido realizados sobre o projeto de transposição das águas do rio.

Sumário



Início

DATA	ATIVIDADE
18/05	O Presidente recebeu os Deputados Federais Babá, Eduardo Seabra e Hélio Esteves para tratar das ações relativas à demissão de 992 servidores públicos no Estado do Amapá, ocorrida em 1996, em tramitação no Tribunal.
23/05	O Presidente foi visitado pela delegação composta de oito juízes do Estado de Xangai, na China. Os magistrados vieram ao Brasil para conhecer o sistema judiciário e o funcionamento dos Tribunais no País.
24/06	O Presidente recebeu a visita do Clube dos Desbravadores de Sobradinho/DF, liderado pelo desbravador José Alberto da Costa.
28/06	O Presidente recebeu a visita dos Deputados Federais Reginaldo Lopes e Nicias Ribeiro, que trataram da instalação de Vara Federal em São João del-Rei/MG e reiteraram o interesse das comunidades daquela região na instalação de Vara Federal em Altamira/PA.
17/08	O Deputado Federal Coriolano Sales visitou o Presidente para discutir a instalação de Vara Federal em Vitória da Conquista/BA. O parlamentar foi relator, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que criou 183 Varas da Justiça Federal em 2003.
31/08	O Presidente recebeu os dirigentes do Banco do Brasil Sérgio Nazaré, Diretor da área de governo, Ricardo Newman, Gerente-Geral da Agência Poder Judiciário, e Mauro Santana, Gerente de Relacionamento, para discutir questões sobre o relacionamento institucional do Tribunal com o Banco.
20/09	O Presidente recebeu a visita do Prefeito de Alagoinhas/BA, Joseildo Ramos, do Deputado Federal Luiz Alberto Silva dos Santos e do Procurador Federal da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Fábio Almeida Lima. Na oportunidade, as autoridades pleitearam a criação de Vara Federal naquele município baiano, centro geoeconômico da região.
21/09	O Presidente recebeu a visita do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, Desembargador Federal do Trabalho Albano Mendonça, a fim de tratar do acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento dos programas de recursos humanos no TRT – 8ª Região.
21/09	O Presidente recebeu a visita do Professor Antônio Avelãs Nunes, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Portugal, a quem deu boas-vindas, entregando-lhe a medalha destinada a visitantes ilustres.
23/09	O Presidente recebeu a visita do Vice-Presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil, Ricardo Alves da Conceição, do Diretor da Área de Governo, Sérgio Nazaré, e do Gerente-Geral da Agência Poder Judiciário, Ricardo Newman, que o informaram da aprovação, pelo Banco do Brasil, de proposta de convênio com o TRF – 1ª Região, cujo montante será destinado ao fornecimento de 34 veículos para as novas Subseções Judiciárias e de equipamentos de informática para modernização do centro de processamento de dados da Corte, onde ficarão centralizados os sistemas de dados das novas Subseções.

Sumário



Início

QUADRO 9  
SOLENIDADES E COMEMORAÇÕES

DATA	ATIVIDADE
1º/02	Solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2005, no Plenário do Supremo Tribunal Federal. Participaram, entre outras autoridades, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim. No mesmo dia, foi realizada a 1ª Sessão Plenária Ordinária do Tribunal em 2005.
14/03	Solenidade de Abertura do II Encontro de Escolas de Magistratura Federal, na sede da ESMAF.
29/04	Comemoração do 1º ano de gestão da administração do Presidente, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, com a presença de dirigentes e servidores do Tribunal.
22/08	Solenidade de assinatura do termo de autorização de uso do Edifício Cabo Frio, que abrigará parte das unidades administrativas do Tribunal. O evento, ocorrido na Presidência do Superior Tribunal de Justiça, contou com a presença do Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, que entregou oficialmente ao TRF – 1ª Região as chaves do imóvel, dos Desembargadores Federais Carlos Mathias e Ítalo Mendes e de dirigentes do Tribunal.
24/08	Solenidade, com descerramento de placa, em homenagem aos três anos de instalação da Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal. O evento contou com a presença do Desembargador Federal Ítalo Mendes, que representou o Presidente do Tribunal, e de autoridades do Judiciário, do Tribunal e daquela Seccional.
31/08	Solenidade de entrega do relatório final dos trabalhos da Comissão de Estudos para a Redefinição da Competência Funcional das Varas Federais da Primeira Região.
08/09	Solenidade de Abertura do III Encontro Anual da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região. Representou o Presidente do TRF – 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, o Desembargador Federal Catão Alves.
18/10	Solenidade de descerramento da placa comemorativa da instalação da Turma Regional de Uniformização dos JEFs, na Coordenação dos Juizados Especiais Federais.

Sumário



Início



**QUADRO 10**  
**REALIZAÇÕES CULTURAIS**

DATA	ATIVIDADE
02/05	Comemoração antecipada do Dia do Taquígrafo, consagrado em 3 de maio de 1823.
19/05	Lançamento do livro <i>Reforma do Judiciário: comentários à Emenda n. 45/2004</i> , dos autores Juiz Federal Flávio Dino, Leonardo Barbosa, Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, Juiz do Trabalho Hugo Melo Filho e Nicolao Dino, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).
09/06	Abertura do 1º Simpósio Internacional: “O Resseguro e o Judiciário”, realizado pelo Superior Tribunal de Justiça. O Presidente do TRF dirigiu a Mesa de debates sobre um dos temas do encontro.
22/06	Lançamento do livro <i>Desapropriação: doutrina &amp; jurisprudência</i> , da Revista do Tribunal. A publicação conta com artigos dos magistrados Olindo Menezes, Diretor da Revista do TRF – 1ª Região, Cândido Ribeiro, Carlos Olavo, Tourinho Neto e João Batista Moreira, além de jurisprudência sobre o tema.
05/08	Lançamento do livro <i>Direito à Filiação e Bioética</i> , da Juíza Federal Mônica Neves Aguiar, Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia.
05/09	Lançamento da quinta edição da <i>Revista Jurídica da Seção Judiciária do Estado da Bahia</i> , na sede daquela Seccional. Na ocasião, foram incorporadas à galeria do auditório 14 novas fotos de juízes federais e inaugurados os portais eletrônicos localizados nos locais de acesso ao prédio da Justiça Federal da Bahia.
06/10	Lançamento da obra <i>Súmula Vinculante: um estudo sobre o poder normativo dos tribunais</i> , da Juíza Federal Mônica Sifuentes, titular da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.
17/10	Solenidade de abertura da X Feira de Saúde e V Expo Qualidade de Vida do Tribunal, no Salão Nobre.

Sumário



Início

## QUADRO 11

## PRÊMIOS E HOMENAGENS CONCEDIDAS

DATA	ATIVIDADE
27/06	Solenidade de entrega de prêmio aos vencedores do III Concurso de Monografias do TRF – 1ª Região.
07/10	Solenidade de entrega de prêmio aos vencedores da V Jornada de Sustentação Oral do Centro Universitário do Distrito Federal – UNIDF, ocorrida durante a VI Jornada.



Premiação do III Concurso de Monografias



Premiação da V Jornada de Sustentação Oral – alunos do UNIDF

Sumário



Início

**QUADRO 12**  
**DIVERSOS**

DATA	ATIVIDADE
27/01	Visita ao posto de atendimento da Seção Judiciária do Estado da Bahia, localizado no Núcleo de Atendimento Judiciário, em Salvador, onde funciona o serviço de atermações dos JEFs.
05/03	Assinatura, na Nunciatura Apostólica, do livro de condolências pela morte do Papa João Paulo II. Em nome do Tribunal, o Presidente entregou mensagem de pesar ao Núncio Apostólico no Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri.
22/03	Reunião com a Comissão Julgadora do VIII Concurso Nacional de Monografias para apresentação dos trabalhos recebidos e definição de critérios para a seleção das monografias vencedoras.
1º/04	Visita às instalações da Coordenadoria de Execução Judicial.
1º/04	Visita à Diretoria-Geral do Tribunal. Na ocasião, o Diretor-Geral, Washington Luiz Ribeiro da Silva, apresentou os servidores do setor e teceu considerações sobre o funcionamento da Diretoria.
19/04	Inspeção das obras do prédio dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia, localizado no Centro Administrativo de Salvador.
16/05	Assinatura do termo de cessão de parte do espaço físico da Base Operacional do TRF – 1ª Região para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, pelo período de 12 meses.
10/06	Visita às obras de construção do prédio que abrigará os Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia, em Salvador.
21/07	Visita às obras de reforma do prédio que abrigará a Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA e ao Gabinete da Prefeita da cidade, Iracy Andrade de Araújo, a fim de tratar de assuntos relacionados à instalação da Vara.
09/09	Recebimento do relatório final de auto-avaliação, entregue pela Comissão de Gestão do TRF – 1ª Região. Resultado da avaliação das práticas de gestão adotadas pelo Tribunal, o documento foi encaminhado pela Presidência ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
19/10	Realização de evento educativo, nos turnos matutino e vespertino, com atendimento de 35 crianças entre 7 e 12 anos, filhos de magistrados, servidores e estagiários, que participaram de julgamentos simulados e atuaram como desembargadores, usando becas.
16/11	Cerimônia de aposição dos retratos dos Desembargadores Federais Antônio Augusto Catão Alves, na galeria de presidentes; Carlos Fernando Mathias de Souza, na de vice-presidentes; Leomar Barros Amorim de Souza e Neuza Maria Alves da Silva, na galeria de membros da Corte.
19/12	Solenidade para o recebimento do Certificado de Qualidade em Gestão Pública, nível 1, entregue pelo Diretor do Departamento de Programas de Gestão, Dr. Paulo Daniel Barreto, representando o GESPÚBLICA do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sumário



Início

**QUADRO 13**  
**SESSÕES REALIZADAS**

ÓRGÃO JULGADOR	QUANTIDADE
Plenária ordinária	5
Plenária extraordinária	5
Plenária especial	2
Conselho de Administração – ordinária	18
Conselho de Administração – extraordinária	3
Corte Administrativa – extraordinária	5
Corte Administrativa – ordinária	16
Corte Especial	23

**QUADRO 14**  
**PUBLICAÇÕES**

DOCUMENTOS PUBLICADOS	QUANTIDADE
Atos	2.096
Portarias	684
Resoluções	31

**QUADRO 15**  
**OFÍCIOS, TELEX E TELEGRAMAS ASSINADOS**

UNIDADE	QUANTIDADE
PRESI	506
ASMAG	3.933
ASREP	143
COREJ	66
DIGES	957
SECJU	7
SECRE	1.061

Sumário



Início

**QUADRO 16**  
**CONDECORAÇÕES E HOMENAGENS RECEBIDAS**

DATA	EVENTO
19/04	O Presidente, por decisão do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar, foi admitido no grau de Alta Distinção do Quadro Especial, em solenidade no Superior Tribunal Militar.
04/04	O Presidente foi homenageado pela Seção Judiciária do Estado do Maranhão, quando recebeu a medalha Ministro Carlos Madeira, condecoração destinada a autoridades que contribuíram para o engrandecimento da Justiça Federal do Estado do Maranhão.
20/04	O Presidente foi homenageado pela Seccional da Bahia na passagem de um ano à frente da Presidência do TRF – 1ª Região. Recebeu a primeira Medalha “Ministro Aliomar de Andrade Baleeiro”, recém-instituída para homenagear personalidades que tenham contribuído para o aprimoramento dos serviços judiciários federais na Bahia.
03/06	O Presidente foi agraciado com a Medalha do Mérito Eleitoral do Tocantins, no grau Alta Distinção.
28/06	O Presidente foi condecorado com a medalha da Ordem do Mérito de Brasília. Foi promovido ao grau Grande Oficial.
26/07	O Desembargador Federal João Batista Moreira representou o Presidente na outorga da Comenda da Ordem do Mérito Anhanguera, instituída pelo Governo do Estado de Goiás.
23/08	O Presidente recebeu placa de Mérito da Segurança Judiciária da Associação de Agentes de Segurança do Poder Judiciário da União – AGEPOJUS em agradecimento ao apoio à categoria.
30/09	O Presidente foi homenageado pelo Colégio Presbiteriano Augusto Galvão, em Campo Formoso, onde cursou o ginásio e foi presidente do Grêmio Estudantil. Recebeu diploma e placa da homenagem prestada.
30/09	O Presidente foi homenageado pela Prefeitura de Campo Formoso e pela CEF, que lhe ofereceram um jantar abrilhantado pela apresentação do grupo de Ternos e Reisados Anajô, da cidade de Pindobaçu/BA.
24/10	O Presidente recebeu placa de homenagem por relevantes serviços prestados à sociedade durante a solenidade de inauguração do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Imperatriz/MA.
13/12	Durante a solenidade de instalação da Subseção Judiciária em Altamira/PA, o Presidente recebeu a medalha da Ordem do Mérito Xingu, no grau de Comendador, entregue pela prefeita Odileida Sampaio.

Sumário



Início



Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar de Brasília



Medalha "Ministro Aliomar de Andrade Baleeiro", da Bahia



Medalha do Mérito Eleitoral do Tocantins



Comenda da Ordem do Mérito Anhanguera, de Goiás

Sumário



Início



Medalha do Mérito Xingu, de Altamira/PA



Medalha da Ordem do Mérito de Brasília



Placa de Mérito da Segurança Judiciária, da AGEPOJUS



Homenagem – Colégio Presbiteriano Augusto Galvão, em Campo Formoso/BA

Sumário



Início

# ASESP

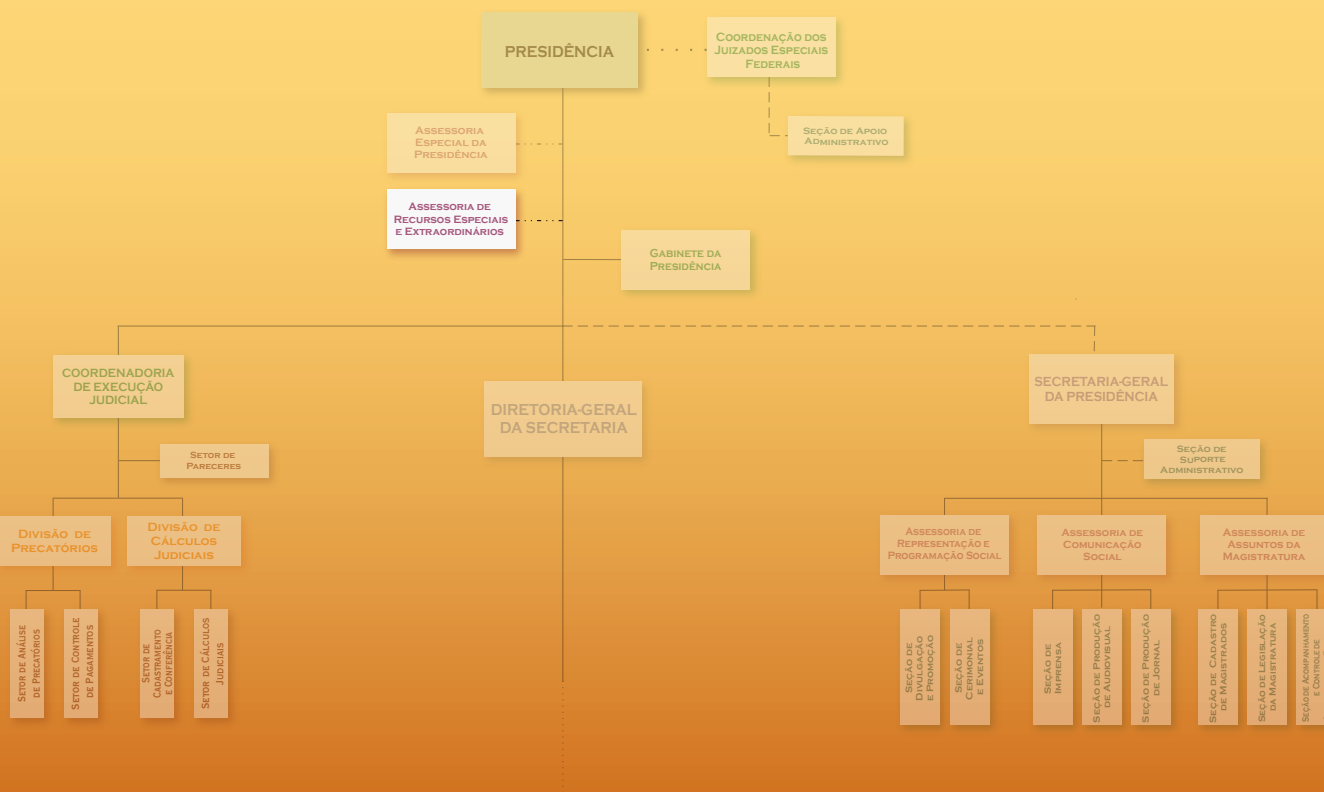
ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Sumário



Início





Sumário



Início

A Assessoria Especial da Presidência – ASEP tem como competência básica promover a articulação do Tribunal com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados, bem como acompanhar, de acordo com a determinação do Presidente, assuntos de interesse do Tribunal em andamento nas Seções Judiciárias jurisdicionadas, no Poder Executivo Federal e no Governo do Distrito Federal.

Assim, a ASEP tem por objetivos:

- ▶ providenciar o encaminhamento e acompanhamento de proposições de interesse do TRF – 1ª Região no âmbito da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, inclusive no que se refere à apresentação de emendas;
- ▶ acompanhar o Presidente do TRF – 1ª Região nas audiências com parlamentares e encaminhar aos órgãos competentes os pleitos solicitados durante os encontros;
- ▶ assessorar o Presidente e demais dirigentes do TRF – 1ª Região nas relações com o Poder Legislativo.

QUADRO 17  
LEGENDA

SIGLA	DESCRIÇÃO
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei da Câmara em tramitação no Senado
PLS	Projeto de Lei do Senado
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PLP	Projeto de Lei Complementar
PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
CCJR	Comissão de Constituição e Justiça e Redação
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CESP	Comissão Especial
CMPOF	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
SSCL	Subsecretaria de Coordenação Legislativa
SSCLSF	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal
SSCLCN	Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional

Sumário



Início

## ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS NO PODER LEGISLATIVO

QUADRO 18  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PL 3473/00</b></p> <p>Altera a parte geral do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. (Altera o Código Penal.)</p>	<p>Poder Executivo 18/08/2000</p>	<p>CCJR</p>	<p>24/08/2000 – Designado Relator o Dep. Ibrahim Abi-Ackel. 02/10/2001 – Parecer do Relator, Dep. Ibrahim Abi-Ackel, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo. 13/03/2002 – Aprovado o parecer na Comissão de Constituição e Justiça, com complementação de voto.</p>	<p>31/07/2003 – Aguardando inclusão na Ordem do Dia (Plenário).</p>
<p><b>PL 4203/01</b></p> <p>Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.</p>	<p>Poder Executivo 12/03/01</p>	<p>CCJR</p>	<p>24/04/2002 – Distribuído ao Relator, Dep. Ibrahim Abi-Ackel.  28/02/2002 – Apresentação de requerimento pelos líderes dos Partidos, solicitando, nos termos do art. 155 do RI, urgência para este Projeto. DCD 1º/03/2002, p. 4.830, col. 0.  07/03/2002 – Vista ao Dep. Luiz Antônio Fleury e devolução em 11/03/2002.  13/03/2002 – Aprovado por unanimidade o parecer do Dep. Ibrahim Abi-Ackel na CCJR, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.  Parecer da CCJR publicado no DCD de 14/03/2002, letra A. Encerramento. Discussão em turno único.  11/06/2002 – Plenário – Adiada a discussão em face da não-conclusão da apreciação da Medida Provisória n. 35, de 2002, com prazo encerrado (item 1 da pauta).</p>	<p>1º/07/2005 – CCP – Encaminhado à republicação, em virtude de apensação.  07/07/2005 – Plenário – Retirado de pauta de ofício.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PL 5760/01</b></p> <p>Dá nova redação ao art. 6º e acrescenta o art. 10-A à Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997, para — nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional 30, de 2000, e o teor da Lei n. 10.099, de 19 de dezembro de 2000, que altera a Lei n. 8.213, de 24 de junho de 1991, regulamentando o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, (...) — conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento destas e do crédito de natureza alimentícia, devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado – precatório. (Origem: PLS 255/00.)</p>	<p>Sen. Paulo Hartung (PSDB/ES)  26/11/2001</p>	<p>CFT e CCJR</p>	<p>Origem – Senado: PLS 255/00. Câmara: PL 5760/01.</p> <p>25/03/2002 – Encaminhado à CFT. 05/04/2002 – Designado Relator o Dep. Cornélio Ribeiro. 15/04/2002 – Encerrado prazo para emendas, nenhuma foi apresentada na CFT. 05/07/2002 – Apense-se a este o PL 3535/00. 12/12/2002 – Apense-se a este o PL 4261/01. 18/12/2002 – Apense-se a este o PL 7362/02. 27/02/2003 – Devolução por força da saída do Relator da Comissão. 19/03/2003 – Designado Relator o Dep. Luiz Carlos Hauly. 03/04/2003 – Encerrado o prazo para emendas, nenhuma foi apresentada na CFT. 19/03/2003 – CFT – Designado Relator o Dep. Luiz Carlos Hauly.</p>	<p>05/07/2005 – CCP – Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação publicado no DCD de 06/07/2005, letra A.</p> <p>26/08/2005 – CCJC – Abertura de prazo para emendas ao Projeto, a partir de 29/08/2005.</p> <p>02/09/2005 – Encerrado prazo para emendas. Não foram apresentadas.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PL 6954/02</b></p> <p>Altera a competência funcional dos Juizados Especiais Cíveis regulada no art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e dá outras providências.</p> <p>Dispõe que o Juizado Especial Cível tem competência funcional obrigatória para conciliação e julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). "Reforma Processual Civil."</p> <p>Origem: PLS 520/99.</p>	<p>Senado Federal</p> <p>Sen. Pedro Simon (PMDB/RS)</p> <p>11/06/2002</p>	<p>CCJR</p>	<p>Origem – Senado: PLS 520/99. Aprovado no Senado, encaminhado para Câmara.</p> <p>Câmara: PL 6954/02.</p> <p>02/02/2002 – Despacho à CCJR. Apensem-se a este os PL 3994/00 e 3283/97 e seus apensados. Em 26/06/2002, recebimento pela CCJR, com as proposições PL 3947/97, PL 4000/97, PL 4021/97, PL 6910/02, PL 4275/98, PL 4404/98, PL 6429/02, PL 3994/00, PL 3283/97, PL 3914/97 apensadas. Em 09/09/2002, apenso a este o PL 7165/02.</p> <p>05/11/2002 – Designado Relator o Dep. Renato Vianna. Devolução por força da saída do Relator da Comissão, em 27/02/2003. Designado novo Relator o Dep. Sérgio Miranda, em 20/03/2003.</p> <p>20/03/2003 – Designado Relator o Dep. Sérgio Miranda, na Comissão de Constituição e Justiça e Redação – CCJR.</p>	<p>18/03/2005 – CCJC – Recebido com as proposições PL 3947/97, PL 4000/97, PL 4021/97, PL 6910/02, PL 4275/98, PL 4404/98, PL 6429/02, PL 7165/02, PL 3594/04, PL 3283/97, PL 3914/97 apensadas, reconstituídas.</p> <p>16/11/2005 – CCJC – Parecer do Relator, Dep. Sérgio Miranda (PDT/MG), pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste, do PL 3914/97, do PL 3947/97, do PL 4000/97, do PL 4021/97, do PL 4275/98, do PL 4404/98, do PL 6429/02, do PL 6910/02, do PL 3594/04 e do PL 3283/97, apensados, e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 7165/02, apensado.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PL 7316/02</b> Disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação.</p>	<p>Poder Executivo 07/11/2002</p>	<p>Plenário</p>	<p>MSC – 962/02</p> <p>13/03/2003 – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI. Designado Relator o Dep. Jorge Bittar.</p> <p>1º/12/2004 – Aprovado por unanimidade, na forma do substitutivo.</p> <p>08/12/2004 – Coordenação de Comissão Permanente – CCP. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática publicado no DCD de 09/12/2004, p. 53654, col. 1, letra A.</p> <p>25/01/2005 – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – CCJC. Designado Relator o Dep. Maurício Rands (PT/PE).</p> <p>28/03/2005 – Abertura do prazo de emenda.</p> <p>1º/04/2005 – Foram apresentadas 12 emendas.</p> <p>24/05/2005 – Parecer de Redator, Dep. Maurício Rands (PT/PE), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos do substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, com emendas; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das emendas apresentadas nesta Comissão.</p>	<p>15/09/2005 – CCJC – Vista ao Dep. Mendes Ribeiro Filho.</p> <p>19/09/2005 – CCJC – Prazo de vista encerrado.</p> <p>16/12/2005 – (CCJC) Parecer com complementação de voto, Dep. Maurício Rands (PT/PE). Apresentadas as emendas, nesta Comissão, de números 1, com subemenda, 2, com subemenda, e 3 a 12.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PEC 227/04</b></p> <p>Altera os arts. 28, 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal para dispor sobre a Previdência Social e dá outras providências. PEC paralela – Altera a Emenda Constitucional n. 41, de 2003 (Reforma da Previdência ou Previdenciária).</p>	<p>Senado Federal</p> <p>Sen. Ideli Salvatti (PT/SC)</p> <p>06/01/2004</p>	<p>CCJR</p>	<p>20/01/2004 – Designado Relator o Dep. Maurício Rands (PT/PE). Aprovado o parecer. Apresentou voto em separado o Dep. Sérgio Miranda (PCdoB/MG). Parecer da CCJR publicado no DCD de 07/02/2004, p. 4799, col. 2, letra A. Ato da Presidência: Cria Comissão Especial. Designado Relator o Dep. José Pimentel (PT/CE). Foram apresentadas 45 emendas. Encaminhado à publicação no Suplemento do DCD de 1º/05/2004. Publicação das emendas apresentadas na Comissão Especial, letra B.</p> <p>08/07/2004 – Aprovado o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial, em primeiro turno, ressalvados destaques. Publicado no DCD de 09/07/2004, p. 32304, col. 2, letra C.</p> <p>24/08/2004 – Plenário – Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 191/04, item 1 da pauta, com prazo encerrado. DCD 25/08/2004, p. 36534, col. 2. Continuação da votação – Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 192/04.</p> <p>15/12/2004 – Plenário – Adiada a continuação da votação em face do encerramento da sessão.</p>	<p>OBS: A PEC Paralela, em essência, trata de nove pontos:</p> <p>a) integralidade, b) paridade, c) transição, d) subteto, e) contribuição de inativo, f) aposentado especial, g) aposentadoria compulsória, h) contribuição da empresa para o INSS e i) inclusão previdenciária.</p> <p>16/03/2005 – Plenário. Matéria retorna ao Senado Federal.</p> <p>22/03/2005 – Mesa – Remessa ao SF, mediante Of. PS – GSE 93/05.</p> <p>05/07/2005 – Mesa – Transformada pela EC 47/05. DOU 06/07/2005, p. 1, col. 1.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PL 3294/04</b></p> <p>Cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do STF, 46 cargos de Analista Judiciário e 88 de Técnico Judiciário, além de cargos em comissão e funções comissionadas.</p>	<p>Supremo Tribunal Federal – STF</p> <p>31/03/2004</p>	<p>CTASP</p> <p>CFT</p> <p>CCJR</p> <p>(Urgência, art. 155 do RICD)</p>	<p>31/03/2004 – Apresentação do PL pelo STF.</p> <p>11/08/2004 – Designado Relator o Dep. Paulo Rocha (PT/PA) para proferir parecer pela CTASP, que conclui pela aprovação deste Projeto.</p> <p>11/08/2004 – CFT – Parecer proferido pelo Relator, Dep. Walter Feldman (PSDB/SP), na CFT, que conclui pela adequação financeira e orçamentária deste Projeto.</p> <p>11/08/2004 – Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ), pela CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste Projeto. Encerrada a discussão. Aprovado.</p> <p>Aprovado em turno único.</p>	<p>11/08/2004 – Aprovada redação final oferecida pelo Relator, Dep. Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ). Plenário da Câmara em turno único.</p> <p>12/08/2004 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Remete ao Senado Federal, por meio do Of. PS-GSE 998/04.</p> <p>(No Senado passa a ser: PLC 56/04.)</p> <p>16/09/2004 – Sancionada.</p> <p>Transformada em norma jurídica. Lei n. 10.945/04. DOU 17/09/2004, p. 2.</p>
<p><b>PL 3629/04</b></p> <p>Altera o art. 23 da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001.</p> <p>Prorroga por até 5 anos a autorização para que o Conselho da Justiça Federal limite a competência dos Juizados Especiais Cíveis.</p>	<p>Poder Executivo</p> <p>21/05/2004</p>	<p>Plenário</p>	<p>21/05/2004 – Apresentação do PL pelo Poder Executivo.</p> <p>04/06/2004 – CCJR – art. 24, II.</p> <p>14/06/2004 – Designado Relator o Dep. Sigmaringa Seixas (PT/DF).</p> <p>15/06/2004 – Abertura de prazo para emendas a partir de 16/06/2004. Encerrado prazo para apresentação de emendas em 22/06/2004. Não foram apresentadas.</p> <p>30/06/2004 – Parecer do Relator, Dep. Sigmaringa Seixas, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.</p> <p>07/07/2004 – Vista conjunta aos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e José Roberto Arruda.</p> <p>07/07/2004 – Concedida vista aos Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e José Roberto Arruda.</p> <p>18/11/2004 a 15/12/2004 na CCJR – Não deliberado.</p>	<p>27/05/2005 – Mesa – deferida a mensagem n. 263/05 da Presidência da República, que solicita a retirada deste Projeto.</p> <p>15/06/2005 – Retirado de pauta, de ofício, em virtude da MSG 236/05 da Presidência da República, que solicita a retirada de tramitação do Projeto.</p>

Sumário



Início



PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PL 3821/04</b></p> <p>Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.</p>	<p>Superior Tribunal de Justiça – STJ</p> <p>Poder Judiciário</p> <p>17/06/2004</p>	<p>CTASP</p> <p>CFT</p> <p>CCJR</p> <p>(Urgência, art. 155 do RICD)</p>	<p>Apresentação do PL pelo STJ.</p> <p>11/08/2004 – CTASP – Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Devanir Ribeiro (PT/SP), pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que conclui pela aprovação do Projeto.</p> <p>CFT – Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. José Carlos Araújo (PFL/BA), pela Comissão de Finanças e Tributação, que conclui pela adequação financeira e orçamentária deste Projeto.</p> <p>CCJR – Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. José Eduardo Cardozo (PT/SP), pela CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste Projeto.</p>	<p>11/08/2004 – Aprovada redação final oferecida pelo Relator, Dep. Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ). Plenário da Câmara em turno único.</p> <p>12/08/2004 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – Remetido ao Senado Federal, por meio do Of. PS-GSE 996/04. (No Senado passa a ser: PLC 54/04.)</p> <p>16/09/2004 – Sancionada. Transformada em norma jurídica. Lei n. 10.943/04. DOU 17/09/2004, p. 1 a 2.</p>
<p><b>PL 4651/04</b></p> <p>Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, XV, da Constituição Federal, e dá nova redação ao art. 2º da Lei n. 8.350, de 28 de dezembro 1991.</p> <p>Fixação, subsídio, aumento, parcela mensal, remuneração, ministro (STF), aplicação, Constituição Federal, teto salarial. – Alteração, lei federal, redução, percentagem, valor, gratificação, juiz eleitoral, Justiça Eleitoral, equivalência, subsídio, juiz federal.</p>	<p>Supremo Tribunal Federal – STF</p> <p>15/12/2004</p>	<p>CTASP</p> <p>(Urgência, art. 155 do RICD)</p> <p>Plenário</p>	<p>15/12/2004 – Plenário – Apresentação do Projeto de Lei pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>15/12/2004 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e Constituição e Justiça e Redação (mérito e art. 54 do RICD).</p> <p>16/12/2004 – Recebimento pela CTASP.</p> <p>16/12/2004 – Encaminhada à publicação. Publicação inicial no DCD de 12/12/2004.</p> <p>16/12/2004 – Encaminhada à publicação. Publicação inicial no DCD de 17/12/2004.</p> <p>15/06/2005 – CTASP. Aprovado por unanimidade o Parecer (Comissão de Trabalho).</p> <p>16/06/2005 – CFT. Designado Relator o Dep. Francisco Dormelles (PP/RJ).</p>	<p>06/07/2005 – Plenário. Aprovou o requerimento do Deputado José Janene pela urgência na apreciação do Projeto de Lei n. 4.651/04.</p> <p>26/07/2005 – Mesa – Transformada em norma Jurídica. Lei n. 11.143/05. DOU 27/07/2005, p. 1, col. 1.</p> <p>26/07/2005 – Mesa – Ofício n. 1.694/05 do Senado Federal comunicando inexistência material no autógrafa deste Projeto.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PL 4825/05</b></p> <p>Dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração de subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição, referente a 2005.</p>	<p>Poder Executivo</p> <p>28/02/2005</p>	<p>CTASP Plenário</p>	<p>MSC – 107/05</p> <p>02/03/2005 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e Constituição e Justiça e Cidadania (mérito e art. 54 do RICD) – art. 24, inciso II.</p>	<p>07/03/2005 – Recebimento pela CTASP.</p>
<p><b>PL 5819/05</b></p> <p>Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.</p>	<p>Supremo Tribunal Federal – STF</p> <p>25/08/2005</p>	<p>CTASP Plenário</p>	<p>MST – 45/05</p> <p>05/09/2005 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e Constituição e Justiça e Cidadania (mérito e art. 54 do RICD) – art. 24, inciso II.</p>	<p>06/09/2005 – CCP – Encaminha à publicação no DCD de 07/09/2005.</p> <p>08/09/2005 – Recebimento pela CTASP.</p> <p>19/10/2005 – Mesa – Ato da Presidência que decide suspender a tramitação desse Projeto, nos termos do art. 88, incisos IV e V, da LDO.</p> <p>13/12/2005 – Mesa – Ofício n. 71/GP, de 29/11/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que encaminha cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida em relação ao mérito deste Projeto.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PL 5829/05</b></p> <p>Dispõe sobre a criação de 400 (quatrocentas) varas federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País e dá outras providências.</p>	<p>Superior Tribunal de Justiça – STJ</p> <p>31/08/2005</p>	<p>CTASP</p> <p>Finanças e Tributação (art. 54 do RICD)</p> <p>CCJC (art. 54 do RICD)</p> <p>Plenário</p>	<p>31/08/2005 – Plenário – Apresentação do Projeto de Lei pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>31/08/2005 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e Constituição e Justiça e Cidadania (mérito e art. 54 do RICD).</p> <p>05/09/2005 – Coordenação de Comissões Permanentes – CCP. Encaminhada à publicação. Publicação inicial no DCD de 06/09/2005.</p>	<p>15/09/2005 – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP. Designado Relator o Dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN).</p> <p>19/10/2005 – Mesa – Ato da Presidência decidindo suspender a tramitação desse Projeto, nos termos de art. 88, incisos IV e V, da LDO.</p>
<p><b>PL 5845/05</b></p> <p>Dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.</p>	<p>Supremo Tribunal Federal – STF</p> <p>31/08/2005</p>	<p>CTASP</p> <p>Finanças e Tributação (art. 54 do RICD)</p> <p>CJC (art. 54 do RICD – art. 24, II)</p> <p>Plenário</p>	<p>31/08/2005 – Plenário – Apresentação do Projeto de Lei pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>1º/09/2005 – Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Mesa) – Às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e Constituição e Justiça e Cidadania (art. 24, II).</p> <p>02/09/2005 – Coordenação de Comissões Permanentes – CCP. Encaminhada à publicação. Publicação inicial no DCD de 03/09/2005.</p>	<p>02/09/2005 – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP. Recebimento pela CTASP.</p> <p>28/09/2005 – CTASP – Designado Relator o Dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN).</p> <p>05/12/2005 – Mesa – Retomada da tramitação deste Projeto do STF.</p> <p>20/12/2005 – CTASP – Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação – Ofício n. 315/05.</p>

Sumário



Início

QUADRO 19  
SENADO FEDERAL

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PEC 29/00</b></p> <p>Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário (volume – XV).</p> <p>Reforma do Poder Judiciário.</p> <p>Origem: PEC 96/92 – Câmara dos Deputados.</p>	<p>Dep. Hélio Bicudo e outros</p> <p>30/06/1992</p>	<p>CCJR</p>	<p>Origem: Câmara dos Deputados – PEC 96/92 (Aprovado – 1º e 2º turnos).</p> <p>Senado troca a numeração.</p> <p>PEC 29/00, de 30/06/2000.</p> <p>05/01/2005 – Transformada em norma jurídica a Emenda Constitucional n. 45 de 2004. Publicada no DOU n. 252, de 31/12/2004, p. 9 a 12.</p> <p>28/01/2005 – Secretaria-Geral da Mesa – SGM. O Presidente do Supremo Tribunal Federal solicita informações a fim de instituir as Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 3392 e 3367. À Advocacia do Senado Federal.</p> <p>03/02/2005 – Secretaria-Geral da Mesa – SGM. O Presidente do Supremo Tribunal Federal. Comunicar que, nos autos da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3395, suspende, <i>ad referendum</i> do Plenário, toda e qualquer interpretação dada ao inciso I do art. 114 da CF, na redação dada pela EC 45/04, que inclui, na competência da Justiça do Trabalho, a apreciação de causas que sejam instauradas entre Poder Público e seus servidores. À Advocacia do Senado Federal.</p> <p>30/03/2005 – Secretaria-Geral da Mesa – SGM.</p> <p>Supremo Tribunal Federal, solicitando informações a fim de instruir os processos das ADIns n. 3423, 3431 e 3432. À Advocacia do Senado Federal.</p>	<p>13/06/2005 – Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal – SSCLSF O Ministro Sepúlveda Pertence, Relator do processo no STF, solicita informações a fim de instruir a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3486, requerida pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e Associação Nacional dos Magistrados Estaduais – ANAMAGES. À Advocacia do Senado Federal.</p> <p>29/11/2005 – SSCLSF – Juntado às folhas 288/345 Ofício n. 5.616/R, de 28/11/2005, do STF, encaminhando Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3520, contra os arts. 1º e 10 da EC n. 45.</p> <p>12/12/2005 – SSEXP – Recebido volume principal e volume 15º.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PLC 39/04</b></p> <p>Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e dá outras providências.</p> <p>Origem: PL 6777/02.</p>	<p>Tribunal Superior do Trabalho – TST</p> <p>18/06/2004</p>	<p>CCJC</p>	<p>Origem: PL 6777/02.</p> <p>29/06/2004 – Distribuído ao Sen. Arthur Virgílio, para emitir relatório.</p> <p>25/08/2004 – Aprovado extrapauta na CCJC.</p> <p>16/09/2004 – Aprovado no Plenário. Publicação em 17/09/2004, no DSF, p. 29689.</p>	<p>13/10/2004 – Transformada em norma jurídica. Presidência da República. Sancionada. Lei n. 10.961, de 2004. DOU 13/10/2004, p. 1. Sancionada em 11/10/2004.</p> <p>08/11/2004 – Subsecretaria de Arquivo – SSARQ – Processo Arquivado.</p>
<p><b>PLC 54/04</b></p> <p>Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções comissionadas no quadro do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.</p> <p>Origem: PL 3821/04.</p>	<p>Superior Tribunal de Justiça – STJ</p> <p>12/08/2004</p>	<p>CCJC</p>	<p>Origem: PL 3821/04.</p> <p>13/08/2004 – CCJC – Distribuído ao Sen. Demóstenes Torres, para emitir relatório.</p> <p>25/08/2004 – Aprovado extrapauta na CCJC.</p> <p>16/09/2004 – Aprovado no Plenário. Publicado em 17/09/2004, no DSF, p. 29677-29678.</p>	<p>17/09/2004 – Transformada em norma jurídica. Presidência da República. Sancionada. Lei n. 10.943, de 2004. DOU 17/09/2004, p. 1 a 2. Sancionada em 16/09/2004.</p> <p>15/10/2004 – Subsecretaria de Arquivo – SSARQ – Processo Arquivado.</p>
<p><b>PLC 56/04</b></p> <p>Cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do STF: 46 cargos de Analista Judiciário e 88 de Técnico Judiciário, além de cargos em comissão e funções comissionadas.</p> <p>Origem: PL 3294/04.</p>	<p>Supremo Tribunal Federal – STF</p> <p>12/08/2004</p>	<p>CCJC</p>	<p>Origem: PL 3294/04.</p> <p>23/08/2004 – CCJC – Distribuído ao Sen. Demóstenes Torres, para emitir relatório.</p> <p>25/08/2004 – Aprovado extrapauta na CCJC.</p> <p>16/09/2004 – Aprovado no Plenário. Publicação em 17/09/2004, no DSF, p. 29677-29679.</p>	<p>17/09/2004 – Transformada em norma jurídica. Presidência da República. Sancionada. Lei n. 10.945, de 2004. DOU 17/09/2004, p. 2. Sancionada em 16/09/2004.</p> <p>15/10/2004 – Subsecretaria de Arquivo – SSARQ – Processo Arquivado.</p>

Sumário



Início

QUADRO 20  
CONGRESSO NACIONAL

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PLN 51/04</b></p> <p>Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005 (volume VI). Orçamento de investimentos, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações, órgãos do Poder Executivo.</p> <p>(Orçamento da União para 2005.)</p> <p>LOA</p> <p>OBS.: O Poder Judiciário encontra-se na Área Temática I – Poderes do Estado e Representação – Relator Setorial – Senador João Ribeiro (PFL/TO).</p> <p>Relator-Geral – Senador Romero Jucá (PMDB/RR).</p>	<p>Presidência da República 31/08/2004</p> <p>(MSG 543/04, em 30/08/2004)</p> <p>Obs.: O último dia para apresentação da LOA, pelo Executivo, por meio de Mensagem Presidencial, é 31 de agosto.</p>	<p>Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional – SSCLCN</p>	<p>MSG 543/04 (em 30/08/2004)</p> <p>MCN 151/04 – CN</p> <p>Valor: R\$ 1.616.575.517.533,00.</p> <p>Leitura: 1º/09/2004.</p> <p>02/09/2004 – Entrada na CMO.</p> <p>19/10/2004 – O Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Dep. Paulo Bernardo (PT/PR), designou para Relator-Geral do Orçamento o Senador Romero Jucá, Ofício n. P-191/04 – CMO.</p> <p>26/11/2004 – Aprovado o Relatório Preliminar do Orçamento.</p> <p>Apresentação de emendas de 26 de novembro a 2 de dezembro.</p> <p>Número de Emendas – 8.319.</p> <p>29/12/2004 – Aprovada votação na CMO.</p> <p>29/12/2004 – Saída da CMO. Parecer n. 155.</p> <p>29/12/2004 – Plenário do CN – Aprovada votação do Orçamento da União para 2005 no Congresso Nacional – CN.</p> <p>Substitutivo.</p>	<p>Lei n. 11.100, DOU de 26/01/2005.</p> <p>24/05/2005 – Ata – Plenário – Subsecretaria de Ata – Plenário. O Presidente da CMO, Senador Gilberto Mestrinho, por meio de quem solicita a apreciação dos pedidos de retificação listados. Leitura do Ofício n. 264/2005 – CMO, de 24 de agosto em curso. Aprovadas as retificações constantes do Ofício n. 264/2005 – CMO. À SSEX, para as providências devidas.</p> <p>1º/09/2005 – Subsecretaria de Expediente – SSEX. A Ministra de Estado Chefe da Casa Civil encaminha a Mensagem CN n. 42/05 ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunicando a aprovação das solicitações de retificações da Lei n. 11.100, de 25 de janeiro de 2005.</p> <p>10/10/2005 – Subsecretaria de Arquivo – SSARQ. Processo arquivado.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PLN 04/05</b></p> <p>Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências.</p> <p><b>LDO</b></p> <p>Obs.: 30 de junho é prazo limite para sua votação, caso contrário, o Congresso não entra em recesso.</p> <p>Na CMO, os membros titulares fazem as emendas. O suplente o fará, se ausente algum titular.</p>	<p>Presidência da República</p> <p>15/04/2005</p>	<p>CMPOF</p>	<p>MSG 212/05 (em 15/04/2005).</p> <p>MCN 035/05 – CN</p> <p>Leitura: 18/04/2005.</p> <p>26/05/2005 – Designado Relator o Deputado Gilmar Machado, conforme Ofício n. P-096/2005 – CMO, de 24/05/2005.</p>	<p>09/08/2005 – Aprovado por unanimidade o relatório do Deputado Gilmar Machado, favorável nos termos do substitutivo e das alterações decorrentes dos adendos e das erratas, ressalvados os destaques.</p> <p>30/08/2005 – Remetido à Sanção do Of. CN n. 370, de 30/08/2005. Mensagem CN n. 40/05 ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República submetendo à sanção presidencial.</p> <p>22/09/2005 – Transformada em norma jurídica com veto parcial. Presidência da República. Sancionada. Lei n. 11.178, de 2005. DOU – 21/09/2005, p. 1 a 69. Sancionada em 20/09/2005.</p>
<p><b>PLN 05/05</b></p> <p>Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do TCU, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, Crédito suplementar no valor global de R\$ 40.618.368,00 (-), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária Vigente.</p>	<p>Presidência da República</p> <p>17/05/2005</p>	<p>CMPOF</p>	<p>MSG 287/05 (em 17/05/2005).</p> <p>MCN 44/05 – CN</p> <p>Leitura: 25/05/2005.</p> <p>1º/06/2005- Designado Relator o Senador Garibaldi Alves Filho.</p> <p>06/07/2005 – Recebido relatório do Senador Garibaldi Alves Filho.</p> <p>20/07/2005 – Aprovada.</p> <p>25/07/2005 – Remetido a sanção, mensagem do CN n. 26/05.</p>	<p>1º/08/2005 – Transformada em norma jurídica. Presidência da República. Sancionada. Lei n. 11.157, de 2005. DOU – 1º/08/2005, p. 6 a 23. Sancionada em 29/07/2005.</p> <p>03/08/2005 – Lei n. 11.157, de 29 julho de 2005 – Subsecretaria de Arquivo – SSARQ. Processo para arquivo.</p> <p>22/08/2005 – Processo Arquivado. Crédito suplementar em favor da CD, TCU, STJ, Justiça Eleitoral, Federal, do Trabalho e do MPU no valor de R\$ 40.618.368,00.</p>

Sumário



Início

PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PLC 51/05</b></p> <p>Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, inciso XV, da Constituição Federal, e dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 2º da Lei n. 8.350, de 28 de dezembro de 1991.</p> <p>Obs: Subsídio, Juiz Federal. (MSG 051/04, PL 04651/04.)</p>	<p>Supremo Tribunal Federal</p> <p>06/07/2005</p>	<p>CCJ</p>	<p>07/07/2005 – Ata – Plenário – Subsecretaria de Ata – Plenário.</p> <p>Anunciado o Projeto, é proferido pelo Senador Ramez Tebet parecer de Plenário substitutivo ao da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluído favoravelmente. À Sanção. À SSEX.</p> <p>27/07/2005 – Transformada em norma jurídica. Presidência da República. Sancionada. Lei n. 11.143, de 2005. Sancionada em 26/07/2005.</p>	<p>03/08/2005 – Transformada em norma jurídica. Sancionada e transformada na Lei de n. 11.143, de 26 de julho de 2005.</p> <p>22/08/2005 – Subsecretaria de Arquivo – SSARQ. Processo arquivado.</p>

Sumário



Início



PROPOSIÇÃO/EMENTA	TRAMITAÇÃO			
	AUTOR/ INÍCIO	DESPACHO INICIAL	VOTAÇÕES	ÚLTIMA AÇÃO
<p><b>PLN 40/05</b> Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.</p>	<p>Presidência da República 31/08/2005</p>	<p>CMPOF</p>	<p>MSG 560/05 (em: 31/08/2005). MCN 104/05 – CN Leitura: 1º/09/2005. 1º/09/2005 – Plenário – Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.</p>	<p>05/09/2005 – SSCLCN – Aguardando parecer (CN). Calendário de Tramitação do Projeto (Diário do Senado / setembro de 2005): 1º/09 – Leitura em sessão do CN; Até 06/09 – Publicação e distribuição de avulsos; Até 20/09 – Prazo para realização de audiências públicas; Até 25/09 – Apresentação do parecer preliminar perante a Comissão; De 26 a 28/09 – Apresentação de emendas ao relatório preliminar; Até 10/11 – Votação do relatório preliminar com emendas pela Comissão; De 11 até 29/11 – Apresentação de emendas ao Projeto de Lei; Até 04/12 – Publicação e distribuição de avulsos das emendas; 08/12 – Entrega dos relatórios setoriais à secretaria da CMO para distribuição; Até 12/12 – Apresentação, publicação, distribuição e votação dos relatórios setoriais pela Comissão; Até 14/12 – Apresentação, publicação, distribuição e votação, na Comissão, do relatório final; Até 14/12 – Sistematização do parecer sobre o Projeto e seu encaminhamento à Mesa do CN; Até 15/12 – Sistematização das decisões do Plenário do CN e geração do autógrafa.</p>

Sumário



Início

QUADRO 21  
PLANO PLURIANUAL 2004-2007

PROJETO DE LEI N. 30/2003-CN (PLPPA 2004-2007)

28/08/2003 – Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Leitura – 28/08/2003.

03/09/2003 – Entrada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOF.

Apresentação de Emendas – 5 a 19 de novembro de 2003.  
Número de Emendas – 2.423.

14/04/2004 – Aprovada a votação na Comissão Mista de Orçamento – CMO.

24/05/2004 – Saída da Comissão Mista de Orçamento – CMO. Parecer n. 11.

13/07/2004 – Aprovada votação no Congresso Nacional – CN.

Relatório apresentado pelo Relator o Senador Roberto Saturnino (PT/RJ).

Relatório apresentado pelo Relator da Redação do Vencido, Senador Sibá Machado (PT/AC).

Substitutivo.

Texto da Lei: 1) Lei n. 10.933, de 11 de agosto de 2004; 2) Mensagem n. 481, de 11 de agosto de 2004.

DOU de 12/08/2004.



Sabatina do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania

Sumário



Início



Visita do Deputado Federal João Magno



Deputado Estadual/MG Adalclever Lopes na reunião com prefeitos mineiros e representantes



Visita do Deputado Federal Carlos Melles

Sumário



Início

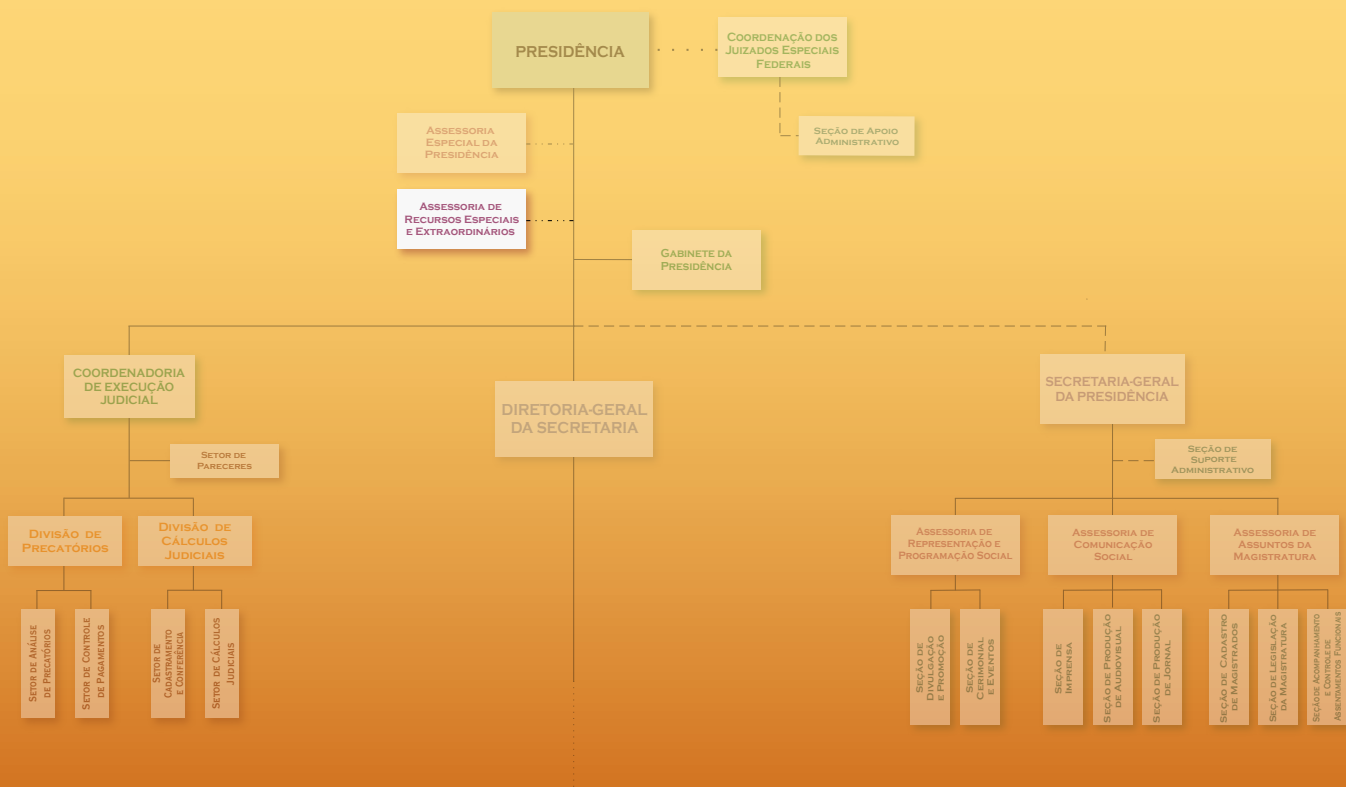
# ASRET

ASSESSORIA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS

Sumário



Início



A Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – ASRET é a unidade responsável pelo juízo de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários que chegam ao Tribunal, ou seja, pela avaliação da possibilidade de envio ou não desses recursos para julgamento no STJ ou STF, respectivamente. Em 2005, foram analisados 12.699 processos.

Foram elaboradas, em 2005, 81 informações em mandados de segurança e *habeas corpus* e encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal – STF ou ao Superior Tribunal de Justiça – STJ.

QUADRO 22  
ESTATÍSTICA

ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Recurso extraordinário admitido	65	95	54	193	166	213	–	285	424	279	11	2	1.787
Recurso especial admitido	131	213	113	526	316	400	18	672	899	485	20	26	3.819
Recurso extraordinário não admitido	66	82	87	120	125	101	–	206	419	115	11	6	1.338
Recurso especial não admitido	225	225	166	367	595	340	18	697	1.460	490	26	18	4.627
Despacho diverso proferido	25	43	68	41	85	91	34	58	50	55	39	29	618
Decisão diversa proferida	–	–	–	–	21	8	9	19	24	25	4	1	111
Recurso especial adesivo admitido	–	–	2	1	1	–	–	1	–	–	–	–	5
Recurso especial adesivo não admitido	–	1	3	4	7	2	–	1	7	2	–	–	27
Recurso extraordinário adesivo admitido	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	1
Recurso extraordinário adesivo não admitido	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	1
Decisão em plantão	5	–	1	–	–	2	–	–	–	–	–	1	9
Despacho em plantão	18	4	5	–	1	6	–	6	–	–	1	–	41
REsp/RE retidos	–	–	–	–	–	–	–	–	3	1	–	–	4

Sumário



Início

ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Suspensão de segurança deferida	7	3	4	9	12	8	-	13	15	2	-	-	73
Suspensão de segurança indeferida	6	1	4	2	6	2	4	10	9	6	3	1	54
Decisão diversa em suspensão de segurança	2	9	17	12	6	3	8	11	29	-	1	1	99
Despacho diverso em suspensão de segurança	2	-	7	4	9	13	6	7	6	12	9	1	76
Agravo regimental provido	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Agravo regimental não provido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Agravo regimental não conhecido	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	3
Embargos de declaração não conhecidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
<b>TOTAL</b>	<b>552</b>	<b>676</b>	<b>531</b>	<b>1.279</b>	<b>1.351</b>	<b>1.189</b>	<b>97</b>	<b>1.986</b>	<b>3.350</b>	<b>1.475</b>	<b>127</b>	<b>86</b>	<b>12.699</b>
<b>PROCESSOS</b>													
<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>3.175</b>	<b>2.970</b>	<b>3.344</b>	<b>3.640</b>	<b>3.658</b>	<b>3.320</b>	<b>4.074</b>	<b>4.681</b>	<b>5.682</b>	<b>4.451</b>	<b>3.770</b>	<b>4.988</b>	<b>3.175</b>
Entradas	391	762	771	968	770	1.069	703	2.856	1.331	468	1.399	106	11.594
Saídas	596	388	475	950	1.108	315	96	1.855	2.562	1.149	181	73	9.748
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>2.970</b>	<b>3.344</b>	<b>3.640</b>	<b>3.658</b>	<b>3.320</b>	<b>4.074</b>	<b>4.681</b>	<b>5.682</b>	<b>4.451</b>	<b>3.770</b>	<b>4.988</b>	<b>5.021</b>	<b>5.021</b>

Sumário



Início

# COJEF

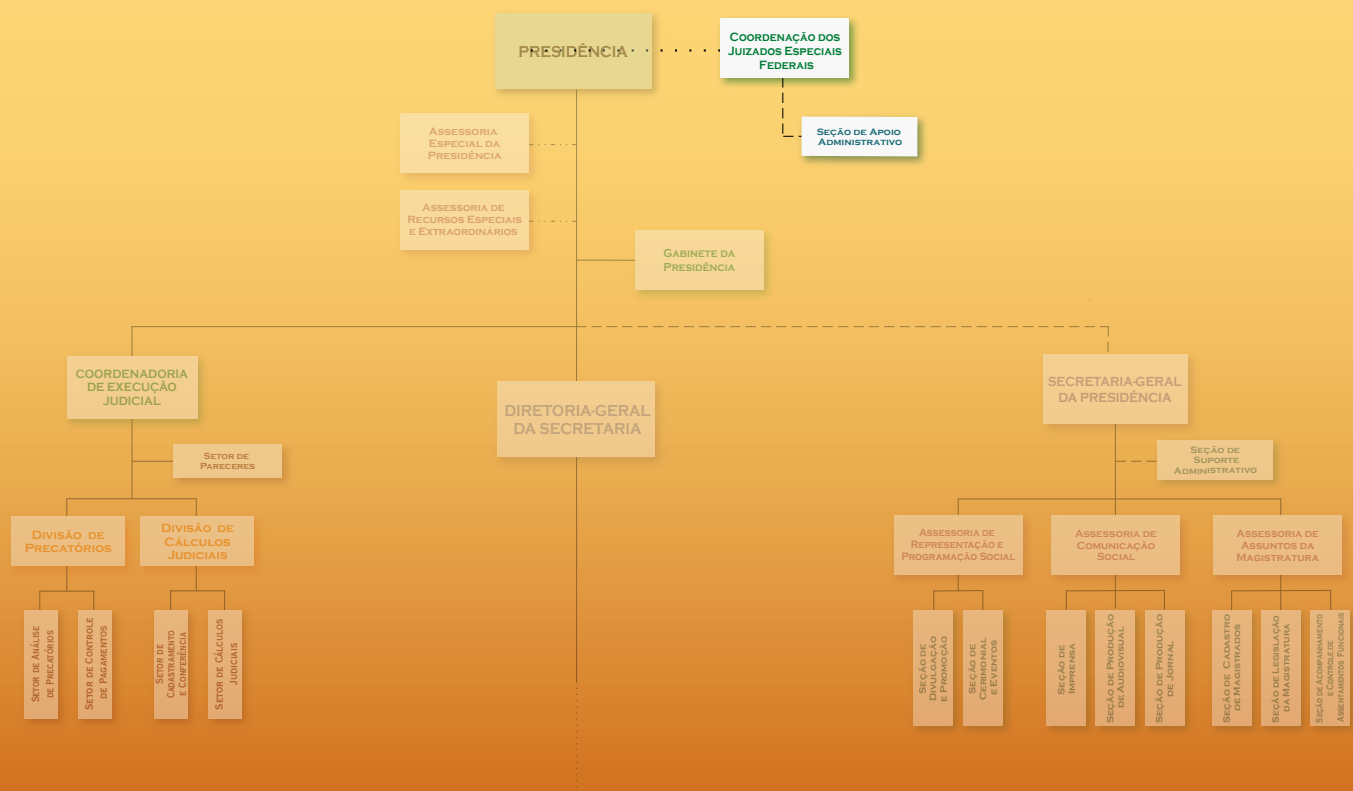
COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Sumário



Início





Sumário



Início



## NOVO COORDENADOR DA COJEF

O Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves tomou posse no cargo de Coordenador dos JEFs, sucedendo o Desembargador Federal Ítalo Mendes.

O novo Coordenador agradeceu a confiança nele depositada e, sabedor das grandes dificuldades e do grande desafio de expansão dos juizados, assumiu o compromisso de trabalhar com entusiasmo e humildade.

**QUADRO 23**  
**VARAS DE JEF INSTALADAS**

SECCIONAL	CIDADE	VARA	DATA DE INSTALAÇÃO
Bahia	Salvador	23ª	06/05
Distrito Federal	Brasília	25ª	02/03
		26ª	02/03
Goiás	Goiânia	14ª	11/03
Tocantins	Palmas	3ª	18/02

No ano de 2005, houve grande avanço no processo de construção e consolidação dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais da Primeira Região. Num primeiro momento, foram instaladas cinco novas Varas de Juizado oriundas da Lei n. 10.772/2003.

Ao longo do ano, foram convertidas três Varas Federais em Varas de JEF: 5ª e 9ª Varas da Seção Judiciária do Estado da Bahia e 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Sumário



Início

QUADRO 24  
 INSTALAÇÃO DOS JEFs NAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CIDADE	JEF ADJUNTO	DATA DE INSTALAÇÃO
Bahia	Barreiras	1	14/10
	Campo Formoso	1	30/09
	Ilhéus	1	17/06
	Juazeiro	1	19/12
	Feira de Santana	1	30/11
Goiás	Anápolis	1	16/12
	Luziânia	1	15/12
Maranhão	Caxias	1	08/04
	Imperatriz	1	24/10
Mato Grosso	Cáceres	1	08/08
Minas Gerais	Juiz de Fora	1	12/08
	Lavras	1	21/11
	Montes Claros	1	25/10
	Passos	1	29/03
	Patos de Minas	1	26/08
	Pouso Alegre	1	22/11
	São Sebastião do Paraíso	1	19/08
Pará	Varginha	1	21/11
	Altamira	1	13/12
Piauí	Marabá	1	26/10
	Picos	1	11/11

Em 2005, foram instalados JEFs em seis das sete Subseções Judiciárias já existentes. Concomitantemente à instalação das 17 Varas criadas pela Lei n. 10.772/2003 no interior da Primeira Região, foram sendo criados Juizados Especiais Federais. São três as modalidades de JEF:

a) Juizados Especiais Adjuntos – JEFAD: instituídos em varas federais já instaladas, excluídas as especializadas em execuções fiscais;

b) Juizados Especiais Autônomos – JEF AU: instituídos independentemente de varas instaladas, contando com recursos humanos, materiais e financeiros próprios para seu funcionamento;

c) Juizados Especiais Autônomos como Serviços Destacados – JEF AU-SD: instalados provisoriamente com juízes que mantêm a jurisdição de suas varas federais e com servidores cedidos de varas e da Secretaria Administrativa.

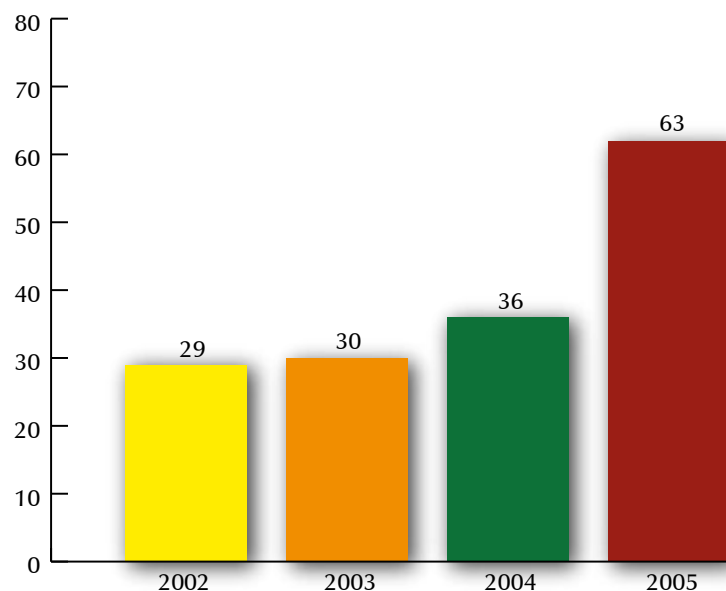
Em 2005, houve acréscimo de 27 JEFs.

Sumário



Início

GRÁFICO 1  
EVOLUÇÃO DOS JEFs



O sistema do JEF virtual vem sendo implementado com muito sucesso. Com a virtualização dos processos, diminui-se o tempo gasto com tarefas burocráticas, o que permite melhor aproveitamento do tempo para serviços tipicamente jurídicos, como a elaboração de minutas de sentenças e decisões, bem como atermações.

A partir da implantação do sistema em mais cinco cidades, em 2005, à exceção de Goiás, todas as Seccionais passaram a contar com os Juizados Especiais Federais virtuais.

QUADRO 25  
IMPLANTAÇÃO DOS JEFs VIRTUAIS

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CIDADE	DATA DE INSTALAÇÃO
Amazonas	Manaus	18/03
Bahia	Salvador	20/04
Maranhão	São Luís	04/04
Minas Gerais	Belo Horizonte	12/09
Pará	Belém	21/03

Sumário



Início

QUADRO 26  
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA PRIMEIRA REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CIDADE	JUIZADOS CRIMINAIS		JUIZADOS CÍVEIS			JUIZADOS MISTOS		
		JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO	JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO DESTACADO	JEF AUTÔNOMO	JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO COMO SERVIÇO DESTACADO	
Acre	Rio Branco	-	-	-	-	1 (4ª Vara)	-	-	
Amapá	Macapá	-	-	-	-	1 (3ª Vara)	-	-	
Amazonas	Manaus	-	-	-	-	1 (6ª Vara)	-	-	
	Tabatinga	-	-	-	-	-	1 (Vara Geral)	-	
Bahia	Salvador	2 (2ª e 17ª Varas)	6 (5ª, 9ª, 15ª, 21ª, 22ª e 23ª Varas)	-	-	-	-	-	
	Barreiras	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	
	Campo Formoso	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	
	Ilhéus	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	
Distrito Federal	Juazeiro	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	
	Feira de Santana	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	
	Brasília	2 (10ª e 12ª Varas)	4 (23ª, 24ª, 25ª e 26ª Varas)	-	-	-	-	-	

Sumário



Início

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CIDADE	JUIZADOS CRIMINAIS		JUIZADOS CÍVEIS			JUIZADOS MISTOS		
		JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO	JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO	JEF AUTÔNOMO COMO SERVIÇO DESTACADO	JEF AUTÔNOMO	JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO COMO SERVIÇO DESTACADO
Coiás	Coiânia	2 (5ª e 11ª Varas)	2 (13ª e 14ª Varas)	-	-	-	-	-	-
	Anápolis	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	-
	Luziânia	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	-
Maranhão	São Luís	2 (1ª e 2ª Varas)	1 (7ª Vara)	-	-	-	-	-	-
	Caxias	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	-
	Imperatriz	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	-
Mato Grosso	Cuiabá	-	-	-	-	-	1 (6ª Vara)	-	-
	Cáceres	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	-
	Belo Horizonte	2 (4ª e 9ª Varas)	5 (1ª, 2ª, 30ª, 31ª e 32ª Varas)	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	Juiz de Fora	-	-	1 (1ª Vara)	-	-	-	-	-
	Montes Claros	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	-
	Passos	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	-
	Patos de Minas	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	-
	São Sebastião do Paraíso	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-	-

Sumário



Início

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CIDADE	JUIZADOS CRIMINAIS		JUIZADOS CÍVEIS			JUIZADOS MISTOS		
		JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO	JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO	JEF AUTÔNOMO COMO SERVIÇO DESTACADO	JEF AUTÔNOMO	JEF ADJUNTO	JEF AUTÔNOMO COMO SERVIÇO DESTACADO
Minas Gerais	Varginha	-	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-
	Lavras	-	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-
	Pouso Alegre	-	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-
	Uberaba	-	-	-	-	-	-	-	1
	Uberlândia	-	-	-	-	-	-	-	1
Pará	Belém	2 (3ª e 4ª Varas)	1 (8ª Vara)	-	-	-	-	-	-
	Altamira	-	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-
	Marabá	-	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-
Piauí	Teresina	-	-	-	-	-	1 (6ª Vara)	-	-
	Picos	-	-	-	-	-	-	1 (Vara Única)	-
Rondônia	Porto Velho	-	-	-	-	-	1 (4ª Vara)	-	-
Roraima	Boa Vista	-	-	-	-	-	1 (3ª Vara)	-	-
Tocantins	Palmas	-	-	-	-	-	1 (3ª Vara)	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>12</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	<b>63</b>

Sumário



Início



## JUIZADOS ITINERANTES

Em 2005, aconteceu o primeiro Juizado itinerante no Distrito Federal.

Com o objetivo de atender aos idosos com mais de 65 anos que não possuem renda própria e nenhum tipo de assistência, o itinerante aconteceu no Lar Maria Madalena, localizado no Núcleo Bandeirante.

O trabalho voluntário e gratuito contou com equipe formada pelas Juízas Federais Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz e Geneviève Grossi Orsi, por seis servidores da Seção Judiciária do Distrito Federal, por dois procuradores do INSS e por um advogado da Caixa Econômica Federal.

Foram atendidos pelo Juizado 26 idosos da instituição.

Além disso, os Juizados itinerantes têm atendido a população dos locais mais distantes, carente tanto no aspecto financeiro como no de informações sobre seus direitos. Foram realizados 25 JEFs itinerantes em 2005, média de dois juizados por mês, com o atendimento de 38.821 pessoas.

Visando à continuidade das atividades de implementação do projeto “Juizados Especiais Federais Itinerantes: A Justiça Vencendo Distâncias”, foi consolidada uma parceria com a empresa Petrobras Distribuidora S.A., que colocou à disposição do Tribunal recursos na ordem de 300 mil reais, valor designado à compra de veículos para utilização nesse serviço. Em 2005, foram autuados 27.837 processos. Desse total 20.961 foram sentenciados após a realização de 18.964 audiências.

Sumário



Início



QUADRO 27  
JEFs ITINERANTES REALIZADOS

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	PROCESSOS SENTENCIADOS
Amapá	Bailique	Divulgação/Atermação: 17 a 23/04	Cível e Previdenciário (fluvial)	44	105	40	40
		Audiências: 08 a 26/08					
Amazonas	Coari (Convênio BR)	Divulgação/Atermação: 18 a 25/05	Cível e Previdenciário	34	480	-	-
		Audiências: 21 a 24/11					
Bahia	Caem	Divulgação: 15 a 22/06/2004	Cível e Previdenciário	143	384	102	105
		Atermação: 26/06/2004					
		Audiências: 18 e 19/02					
	Saúde	Divulgação: 15 a 22/06/2004	Cível e Previdenciário	244	432	169	167
		Atermação: 28/06/2004					
		Audiências: 16 e 17/02					
	Antônio Gonçalves	Divulgação: 15 a 22/06/2004	Cível e Previdenciário	302	534	154	140
		Atermação: 1º/07/2004					
		Audiências: 14 e 15/02					
	Campo Formoso	Divulgação: 15 a 22/06/2004	Cível e Previdenciário	1.213	2.586	839	744
		Atermação: 02 e 03/07/2004					
		Audiências: 22 a 26/02					
	Senhor do Bonfim	Divulgação: 15 a 22/06/2004	Cível e Previdenciário	1.332	1.974	720	661
		Atermação: 05 e 06/07/2004					
Audiências: 15 a 18/02							
Feira de Santana	Divulgação: 15 a 22/06/2004	Cível e Previdenciário	2.073	4.364	328	316	
	Atermação: 14 a 21/07/2004						
	Audiências: 22 a 24/02						

Sumário



Início

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	PROCESSOS SENTENCIADOS
Bahia	Itabuna (Convênio BR)	Divulgação: 08 e 09/03	Cível e Previdenciário	1.318	2.680	136	127
		Atermação: 29/03 a 1º/04					
		Audiências: 26 a 28/07					
Distrito Federal	Brasília (Lar dos Velinhos Maria Madalena)  Brazlândia	Divulgação, Atermação e Audiências: 26/02	Previdenciário	26	26	17	17
		Divulgação: 18/02 a 04/03	Cível e Previdenciário	250	500	221	185
		Atermação: 07 a 11/03					
Goiás	Mineiros	Divulgação: 08 e 09/03	Cível e Previdenciário	2.350	2.500	2.016	1.945
		Atermação: 11 a 16/04					
		Audiências: 13/06 a 1º/07					
Maranhão	Pinheiro	Divulgação: 07 a 09/11/2004	Cível e Previdenciário	1.813	1.813	1.826	1.780
		Atermação: 21 a 27/11/2004					
		Audiências: 28/03 a 08/04					
	Açailândia (Convênio BR)	Divulgação: 24 a 28/01	Cível e Previdenciário	4.589	4.589	4.639	4.589
		Atermação: 21 a 25/02					
		Audiências: 1ª Etapa: 12 a 23/09 2ª Etapa: 17 a 28/10 3ª Etapa: 28/11 a 07/12					

Sumário



Início

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	PROCESSOS SENTENCIADOS
Mato Grosso	Sinop (Convênio BR)	Divulgação: 10/11/2004	Cível e Previdenciário	691	768	913	832
		Atermação: 07 a 16/12/2004					
		Audiências: 11/04 a 03/05					
Minas Gerais	Poços de Caldas	Divulgação: 05/10 a 07/11/2004	Cível e Previdenciário	318	689	83	83
		Atermação: 08 a 12/11/2004					
		Audiências: 14 a 18/02					
	Betim (Convênio BR)	Divulgação: 12 a 26/11/2004	Cível e Previdenciário	90	330	70	28
		Atermação: 29/11 a 03/12/2004					
		Audiências: 07 a 11/03					
	Teófilo Otoni	Divulgação: 1º/06 a 03/07	Cível e Previdenciário	1.885	2.393	1.300	1.235
		Atermação: 04 a 08/07					
		Audiências: 22 a 26/08					
	Guanhães	Divulgação: 19/09 a 16/10	Cível e Previdenciário	1.095	1.600	976	828
		Atermação: 17 a 21/10					
		Audiências: 28/11 a 02/12					
	Coronel Pacheco	Divulgação: 1º a 07/11	Cível e Previdenciário	78	86	75	49
		Atermação: 16 e 17/11					
		Audiências: 19/12					
Taiobeiras	Atermação: 16 e 17/11	Cível e Previdenciário	98	150	-	-	

Sumário



Início

ESTADO	CIDADE	PERÍODO	TIPO DE PROCESSO	AÇÕES AJUIZADAS	PESSOAS ATENDIDAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	PROCESSOS SENTENCIADOS
Pará	Cametá	Divulgação: 03 a 17/03	Cível e Previdenciário	1.440	2.400	1.178	1.416
		Atermação: 04 a 08/04					
		Audiências: 08 a 26/08					
Piauí	Bom Jesus	Divulgação: 08 a 12/11/2004	Cível e Previdenciário	637	837	350	340
		Atermação: 18 a 27/11/2004					
		Audiências: 19 a 26/02					
	Piripiri	Divulgação: 1º a 04/08	Cível e Previdenciário	1.760	2.100	1.536	1.500
		Atermação: 15 a 20/08					
		Audiências: 17 a 28/10					
Rondônia	Vilhena (Convênio BR)	Divulgação: 30 e 31/03	Cível e Previdenciário	2.687	2.880	145	2.638
		Atermação: 12 a 15/04					
		Audiências: 27/06 a 1º/07					
Roraima	Santa Maria de Boiaçu	Divulgação: 17/03	Previdenciário	245	500	245	245
		Atermação/Audiências: 11 a 17/04					
Tocantins	Augustinópolis	Divulgação: 30/05 a 03/06	Cível e Previdenciário	1.167	1.121	886	951
		Atermação: 13 a 23/06					
		Audiências: 22/08 a 02/09					
<b>TOTAL</b>				<b>27.922</b>	<b>38.821</b>	<b>18.964</b>	<b>20.961</b>

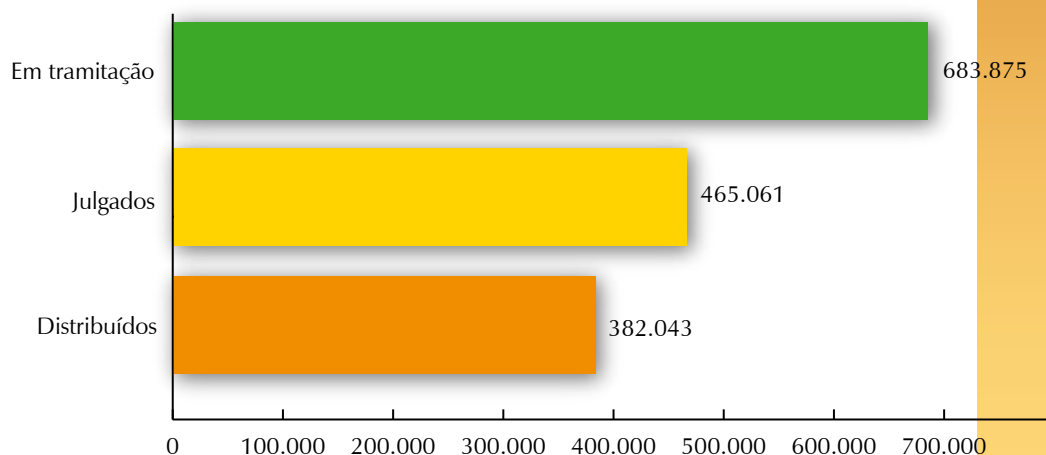
Sumário



Início

## ESTATÍSTICA

GRÁFICO 2  
ESTATÍSTICA DE PROCESSOS DOS JEFs



Em 2005, o volume de processos julgados nos JEFs chegou a quase meio milhão. O número de processos distribuídos, entretanto, sofreu redução significativa (15%) se comparado ao total de 2004. Esse dado parece apontar para o fato de que a grande distribuição ocorrida até 2004 representava demanda reprimida.

A partir da análise dos resultados apresentados nos últimos três anos, pode-se concluir pela efetividade dos julgados dos JEFs em 95%, pois, apesar de ter havido aumento do total de processos distribuídos para as Turmas Recursais (27%), esse valor representa apenas 5% dos processos julgados pelos JEFs em 2005.

QUADRO 28  
DESEMPENHO DOS JEFs E DAS TURMAS RECURSAIS

	DISTRIBUÍDOS			JULGADOS			EM TRAMITAÇÃO		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Juizados	232.649	450.899	382.043	102.572	228.680	465.061	270.521	618.774	683.875
Turma Recursal	17.280	37.125	47.185	14.629	24.324	24.575	10.009	18.912	32.314

\* Dados fornecidos pela Divisão de Estatística – DIEST/SECIN.

Sumário



Início

## UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA



Antes composta apenas pelos presidentes das Turmas Recursais que tivessem divergência de entendimento, a Turma Regional de Uniformização passou a ser composta por todos os presidentes de Turma Recursal.

Além dessa inovação, foram adotados novos procedimentos para a admissibilidade dos incidentes de uniformização e dos recursos extraordinários.

Em 2005 foram apreciados 5.010 processos e, como resultado dos trabalhos da Turma Regional de Uniformização, foram editadas três súmulas:

- a) Súmula n. 1 – A ausência de revisão anual, de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, não dá ensejo a reparação por danos morais;
- b) Súmula n. 2 – É de cinco anos o prazo prescricional para a propositura de ação em que se postula atualização de saldo de contas do fundo PIS/PASEP;
- c) Súmula n. 3 – O acordo firmado nos termos da Lei Complementar n. 110/2001, sem vício capaz de acarretar a sua nulidade, constitui ato jurídico perfeito e irretratável.

Sumário



Início

**QUADRO 29**  
**ESTATÍSTICA DA TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO**

ATIVIDADE		QUANTIDADE
Sessão de julgamentos		2
Julgamento de incidentes de uniformização		3.952
Recursos extraordinários	interpostos	528
	admitidos	299
	não admitidos	1
	aguardando o prazo para apresentação de contra-razão	228
<b>TOTAL</b>		<b>5.010</b>

**QUADRO 30**  
**NORMAS ESPECÍFICAS DOS JEFs PUBLICADAS**

NORMA PUBLICADA	ASSUNTO
Resolução n. 600-011 de 1º/04/2005	Converte a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia em Vara de Juizado Especial Federal.
Portaria/PRESI n. 620-422 de 18/08/2005	Institui procedimentos para a programação anual dos Juizados Especiais Federais itinerantes.
Resolução/PRESI n. 600-023 de 22/08/2005	Altera a redação do art. 2º e do art. 14; inclui os §§ 1º, 2º e 3º no art. 14 e o parágrafo único no art. 32 da Resolução/PRESI n. 600-008 de 05/07/2004.
Resolução/PRESI n. 600-024 de 1º/09/2005	Converte a 9ª Vara Federal da Seccional da Bahia e a 1ª Vara Federal da Seccional de Minas Gerais em Varas de Juizado Especial Federal e destina cargos e funções remanescentes da 15ª Vara de Juizado da Bahia.
Resolução/PRESI n. 600-025 de 30/09/2005	Dispõe sobre a admissibilidade dos incidentes de uniformização e do recurso extraordinário interposto perante a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.
Portaria Conjunta/PRESI/COJEF n. 123 de 11/10/2005	Disciplina o uso das unidades móveis rodoviárias na realização dos Juizados Especiais Federais itinerantes.

Sumário



Início

# COREJ

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL

Sumário



Início





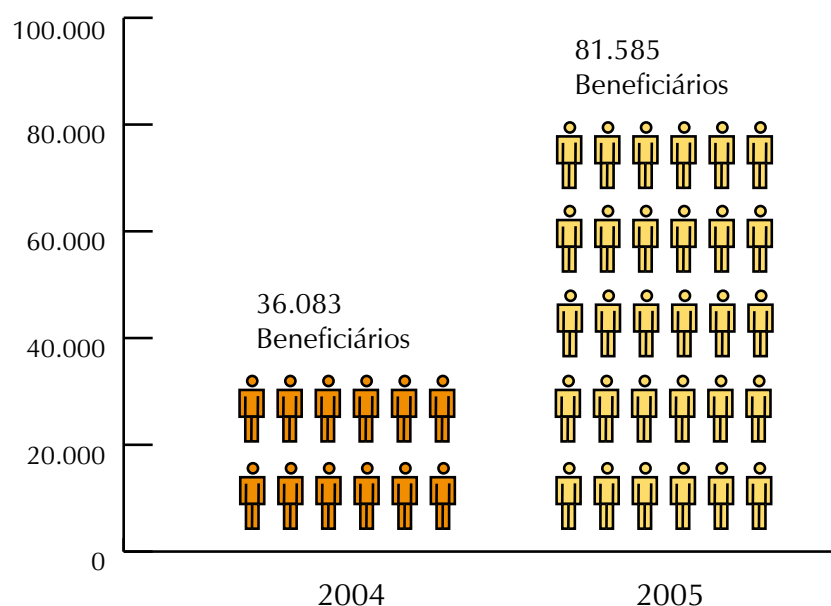
Sumário



Início

Mantendo tendência já verificada em anos anteriores, o número de Requisições de Pequeno Valor – RPVs vem sofrendo aumento significativo, especialmente pela criação dos Juizados Especiais Federais, de onde provém a maioria dessas requisições. Em 2005, o total de beneficiários atendidos com pagamento de RPVs representou mais que o dobro verificado em 2004.

GRÁFICO 3  
COMPARATIVO DE RPVs PROCESSADAS



Para atender a essa demanda, foi desenvolvida nova sistemática utilizando-se a racionalização e a desburocratização dos procedimentos de recebimento de precatórios e RPVs. Os jurisdicionados da Primeira Região com valores a serem pagos pela União passaram a contar com total eficiência no cumprimento do prazo determinado em lei.

Além disso, eliminou-se a necessidade de apensamento de cópias dos andamentos processuais às peças enviadas ao Tribunal pelas Varas Federais, sendo necessário apenas o preenchimento de formulário específico. O resultado dessa otimização trouxe melhoria da ordem de 19% no desempenho das atividades que envolvem precatórios e RPVs, bem como acentuada economia de papel e espaço físico.

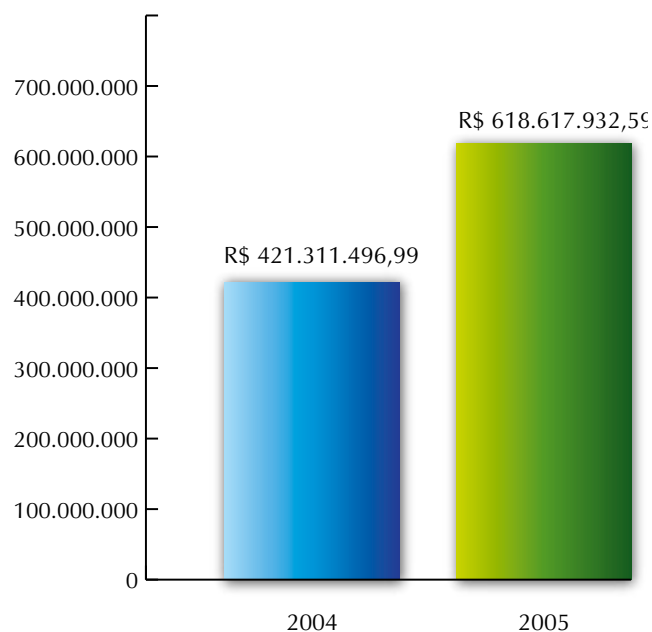
Sumário



Início

O pagamento de precatórios da União e entidades importou em R\$ 618.617.932,59, valor correspondente à execução de quase 100% do total orçado. Esse resultado representou crescimento de 46% em relação ao ano de 2004.

GRÁFICO 4  
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS



Em 2005, foram pagos todos os precatórios anteriores, e aqueles autuados no primeiro semestre foram encaminhados para a composição da proposta orçamentária de 2006.

Em RPVs foi executado o total de R\$ 516.387.816,85, o que corresponde a mais de três vezes o valor executado em 2004 (R\$ 161.234.680,00).

As RPVs recebidas até o último dia útil de cada mês foram autuadas e pagas no mês subsequente.

A grande inovação de 2005 relacionada aos precatórios e RPVs foi a eliminação da exigência do alvará de levantamento expedido pelo juiz de execução, medida tomada por resolução do Conselho da Justiça Federal. A partir de então, basta o beneficiário comparecer a uma agência da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil com o Cadastro de Pessoa Física – CPF e sacar o valor depositado em seu nome.

Sumário

<< >>

Início

QUADRO 31  
ORÇAMENTO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

ATIVIDADES/PROJETOS/ OPERAÇÕES ESPECIAIS	DOTAÇÃO/ DESTAQUES (R\$)	EXECUÇÃO DA DESPESA (R\$)
Tribunal Regional Federal da Primeira Região	491.830.300,93	491.830.300,93
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	171.489,39	171.489,39
Comissão Nacional de Energia Nuclear	217.702,66	217.702,66
Banco Central do Brasil	10.974.185,66	10.974.185,66
Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso	29.001,32	29.001,32
Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará	78.525,85	78.525,85
Universidade Federal da Bahia	962.231,16	962.231,16
Universidade Federal de Juiz de Fora	639.333,70	639.333,70
Universidade Federal de Minas Gerais	3.106.676,02	3.106.676,02
Universidade Federal do Pará	1.683.367,11	1.683.367,11
Universidade Federal Rural da Amazônia	305.938,67	305.938,67
Universidade Federal de Alfenas	64.604,97	64.604,97
Escola Superior de Agricultura de Lavras	26.412,92	26.412,92
Fundação Universidade Federal de Rondônia	498.009,90	498.009,90
Fundação Universidade do Amazonas	44.231,02	44.231,02
Fundação Universidade de Brasília	744.441,49	744.441,18
Fundação Universidade do Maranhão	412.592,51	412.592,51
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	575.955,32	575.955,32
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	101.041,74	101.041,74
Fundação Universidade Federal de Viçosa	259.179,94	259.179,94
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	23.516,60	23.516,60
Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	121.221,50	121.221,50
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.402.791,85	1.402.791,85

Sumário



Início

ATIVIDADES/PROJETOS/ OPERAÇÕES ESPECIAIS	DOTAÇÃO/ DESTAQUES (R\$)	EXECUÇÃO DA DESPESA (R\$)
Escola Agrotécnica Federal de Bambuí	67.519,69	67.519,69
Escola Agrotécnica Federal de Barbacena	174.024,90	174.024,90
Escola Agrotécnica Federal de Catu	31.494,02	31.494,02
Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba	154.090,69	154.090,69
Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba	21.442,04	21.442,04
Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste	17.522,15	17.522,15
Superintendência da Zona Franca de Manaus	16.465,62	16.465,62
Fundação Nacional do Índio	1.133.186,42	1.133.186,42
Departamento Nacional de Produção Mineral	18.190,10	18.190,10
Instituto Nacional do Seguro Social	20.937.665,77	20.937.665,77
Fundo do Regime Geral de Previdência Social	43.899.230,00	43.899.229,56
Fundação Nacional de Saúde	14.977.689,92	14.977.689,92
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	126.750,24	126.750,24
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis	11.609.450,22	11.609.450,22
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	107.732,38	107.732,38
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	465.400,10	465.400,10
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	10.216.687,09	10.216.687,09
Departamento Nacional de Obras contra as Secas	345.844,01	345.843,79
Instituto Brasileiro de Turismo	24.295,97	24.295,97
<b>TOTAL</b>	<b>618.617.933,56</b>	<b>618.617.932,59</b>

Sumário



Início

QUADRO 32  
ATIVIDADES DESEMPENHADAS

ATIVIDADE	QUANTIDADE	
	PROCESSOS	BENEFICIÁRIOS
Pagamento de precatórios não-alimentares da União 2001 – 5ª parcela	139	212
Pagamento de precatórios não-alimentares da União 2002 – 4ª parcela	107	176
Pagamento de precatórios não-alimentares da União 2003 – 3ª parcela	90	127
Pagamento de precatórios não-alimentares da União 2004 – 2ª parcela	204	488
Pagamento de precatórios não-alimentares da União 2005 – 1ª parcela	321	1.014
Pagamento de precatórios alimentares da União 2005	761	4.425
Precatórios processados da União para pagamento em 2006	308	4.636
Pagamento de precatórios não-alimentares das entidades 2001 – 5ª parcela	45	118
Pagamento de precatórios não-alimentares das entidades 2002 – 4ª parcela	38	51
Pagamento de precatórios não-alimentares das entidades 2003 – 3ª parcela	30	41
Pagamento de precatórios não-alimentares das entidades 2004 – 2ª parcela	136	197
Pagamento de precatórios não-alimentares das entidades 2005 – 1ª parcela	124	249
Pagamento de precatórios alimentares das entidades 2005	1175	3.211
Precatórios processados das entidades para pagamento em 2006	509	13.285
Pagamento de Requisição de Pequeno Valor – RPV (Lei n. 10.259/2001)	61.539	81.585
Precatórios processados para inclusão no orçamento de 2007 (art. 100 – CF)	817	1.764
<b>TOTAL</b>	<b>66.343</b>	<b>111.579</b>

Sumário



Início

**QUADRO 33**  
**PRECATÓRIOS/RPVs AGUARDANDO PAGAMENTO EM 2006**

PRECATÓRIOS/RPVs	QUANTIDADE	
	PROCESSOS	BENEFICIÁRIOS
Precatórios não-alimentares da União 2001 – 6ª parcela	119	178
Precatórios não-alimentares da União 2002 – 5ª parcela	86	134
Precatórios não-alimentares da União 2003 – 4ª parcela	73	96
Precatórios não-alimentares da União 2004 – 3ª parcela	146	286
Precatórios não-alimentares da União 2005 – 2ª parcela	231	484
Precatórios não-alimentares da União 2006 – 1ª parcela	433	1.537
Precatórios alimentares da União 2006	923	3.099
Precatórios não-alimentares das entidades 2001 – 6ª parcela	36	94
Precatórios não-alimentares das entidades 2002 – 5ª parcela	36	47
Precatórios não-alimentares das entidades 2003 – 4ª parcela	23	34
Precatórios não-alimentares das entidades 2004 – 3ª parcela	112	142
Precatórios não-alimentares das entidades 2005 – 2ª parcela	109	165
Precatórios não-alimentares das entidades 2006 – 1ª parcela	203	340
Precatórios alimentares das entidades 2006	1.843	12.945
RPVs (Lei n. 10.259/2001) processadas em dezembro/2005	8.913	13.838
<b>TOTAL</b>	<b>13.286</b>	<b>33.419</b>

**QUADRO 34**  
**OUTRAS ATIVIDADES**

OUTRAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS	QUANTIDADE
Correspondências expedidas	45.385
Despachos publicados	181
Processos conclusos aos relatores após elaboração de cálculos	190
<b>TOTAL</b>	<b>45.756</b>

Sumário



Início

# ASREP

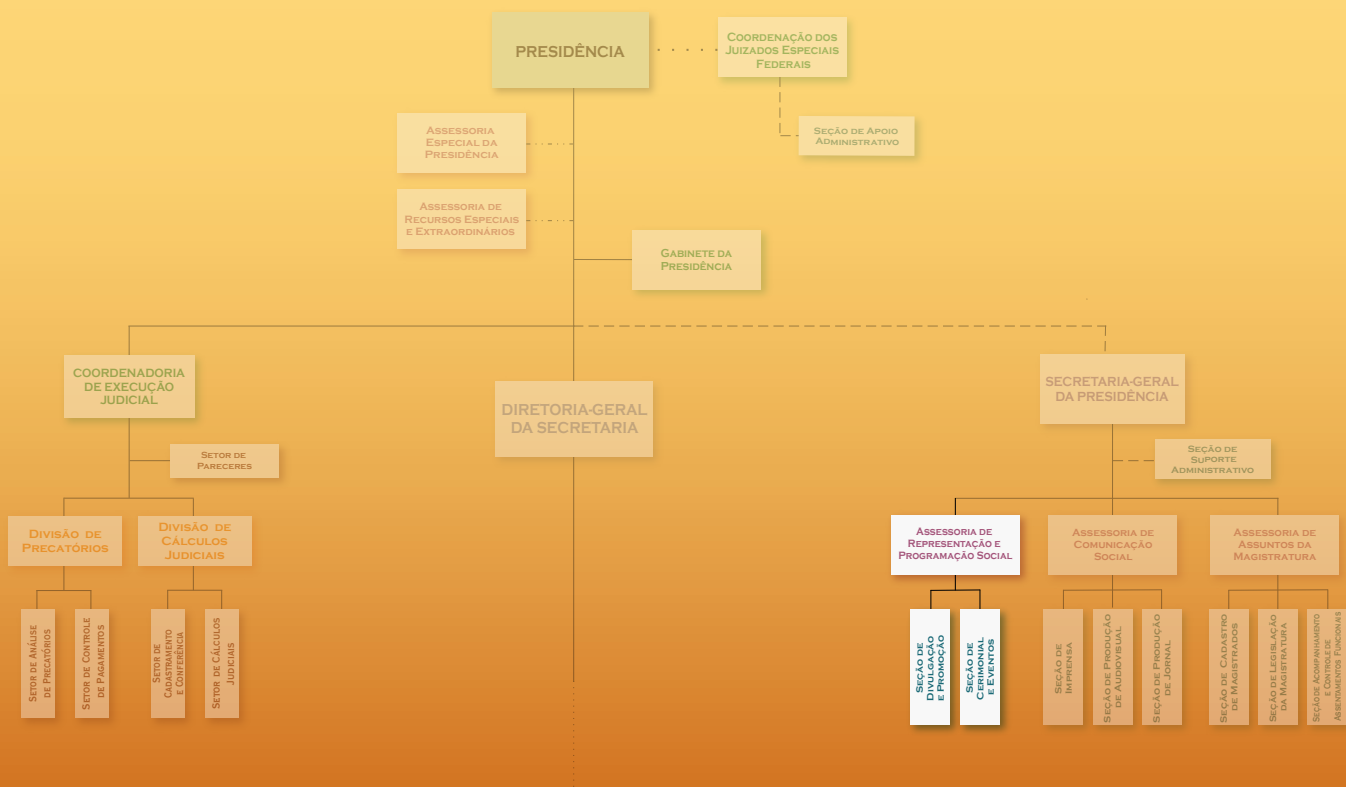
ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO SOCIAL

Sumário



Início





Responsável pelas ações de relações públicas da Corte, do planejamento à execução de todas as solenidades e sessões solenes, eventos de integração e atividades de comunicação interna, a Assessoria de Representação e Programação Social – ASREP desenvolveu suas atividades em 2005 dando continuidade ao estabelecimento de relações duradouras e consistentes com públicos diversos.

Dos 86 eventos que contaram com a participação da ASREP, cumpre ressaltar as 28 solenidades de instalação de Subseções Judiciárias e de Juizados Especiais Federais no interior dos Estados pertencentes à Primeira Região. Foram eventos que, dada sua complexidade, exigiram maior empenho da equipe, que, embora pequena, se desdobrou no atendimento às solicitações das Seções Judiciárias.

O Espaço Cultural e o Programa de Visitas superaram as expectativas em relação à participação do público interno e externo, trazendo benefícios ao Tribunal, entretenimento aos servidores e a divulgação de suas atividades à comunidade.

Foi realizada a atualização constante do programa Indicador de Autoridades Informatizado, disponível também para as Seções Judiciárias por meio da internet.



O Espaço Cultural do Tribunal recebeu em torno de 3.000 visitantes nas 11 exposições artísticas e quatro lançamentos de livros, no decorrer de 2005. Além do inquestionável sucesso com os magistrados e servidores da Casa como veículo de integração e melhoria da qualidade de vida, o espaço é reconhecido nacionalmente, pois é solicitado por artistas plásticos de todo o território brasileiro em função das excelentes referências e indicações.

Ao expor no Espaço Cultural do Tribunal, os artistas plásticos geralmente doam uma ou mais obras, que têm humanizado diversos ambientes da Casa, como gabinetes, diretorias e assessorias.

[Sumário](#)[Início](#)

O programa de visitas de estudantes Bem-Vindo ao Tribunal Regional Federal – 1ª Região é desenvolvido há dez anos pela ASREP. No entanto, graças à nova abordagem adotada a partir de 2004, houve aumento considerável da demanda em 2005. As visitas de alunos totalizaram 601, compreendendo alunos dos cursos de Direito do Distrito Federal e de outras unidades federativas, bem como de escolas de ensino fundamental.



QUADRO 35  
EVENTOS NA PRIMEIRA REGIÃO

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Visita de 30 estudantes do curso de Direito que fazem estágio no Superior Tribunal de Justiça	21/01	16h	TRF – 1ª Região
Instalação da Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Tocantins	18/02	18h	Seção Judiciária do Estado do Tocantins
Instalação da 25ª e da 26ª Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	02/03	14h	Seção Judiciária do Distrito Federal – Ed. Funasa
Semana da Mulher Exposição das artistas plásticas Esmeralda e Josiane Zanella	08 a 11/03	15h30 (abertura)	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da 14ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás	11/03	14h	Seção Judiciária do Estado de Goiás
Visita de 50 estudantes do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB	14/03	14h	TRF – 1ª Região
Reunião de Corregedores na Seção Judiciária do Estado de Goiás	17/03	8h	Seção Judiciária do Estado de Goiás
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal virtual na Seção Judiciária do Estado do Amazonas	18/03	17h	Seção Judiciária do Estado do Amazonas
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal virtual do Estado do Pará	21/03	10h	Seção Judiciária do Estado do Pará
Solenidade de assinatura do convênio de cooperação financeira entre o Tribunal Regional Federal da Primeira Região e a Caixa Econômica Federal	29/03	17h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região

Sumário



Início

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Exposição "O Brasil em Brasília" – artista plástica Andréa de Matos	1º a 15/04	–	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal virtual na Seção Judiciária do Estado do Maranhão	04/04	10h	Seção Judiciária do Estado do Maranhão
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Caxias/MA	08/04	11h	Subseção Judiciária de Caxias/MA
Solenidade de abertura dos trabalhos do Juizado Especial Federal itinerante na cidade de Mineiros/GO	10/04	20h	Mineiros/GO
Visita de quatro estudantes do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília	14/04	14h	TRF – 1ª Região
Instalação do Juizado Especial Federal virtual na Seção Judiciária do Estado da Bahia	20/04	16h	Seção Judiciária do Estado da Bahia
Justiça para Todos – evento promovido pelo STJ	21/04	9h30	Parque da Cidade Brasília/DF
Reunião do Conselho da Justiça Federal	22/04	9h	Salvador/BA
Solenidade em comemoração ao primeiro ano da administração do Desembargador Federal Presidente Aloísio Palmeira Lima	29/04	17h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Café-da-Manhã em comemoração ao Dia do Taquígrafo	02/05	10h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Exposição "Artes e Cacos" – artistas plásticas Clarissa Genari, Gilma Leite e Malou Oliver	02 a 13/05	–	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da 23ª Vara no Juizado Especial Federal de Salvador	06/05	16h	Seção Judiciária do Estado da Bahia
Visita de 20 alunos do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB	09/05	14h	TRF – 1ª Região
Visita de 32 estudantes do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia	12/05	14h	TRF – 1ª Região
Lançamento do Livro <i>Reforma do Judiciário – Comentários à Emenda n. 45/2004</i> – autores: Flávio Dino, Hugo Melo Filho, Leonardo Barbosa e Nicolao Dino	19/05	18h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Exposição "Antepassados" – artista plástica Patrícia Costa	23/05 a 03/06	–	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Jornada de Sustentação Oral da AEUDF – 35 estudantes do Curso de Direito	27/05	9h	TRF – 1ª Região
Visita de 23 estudantes do curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC	01/06	14h	TRF – 1ª Região

Sumário



Início

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Solenidade de implantação do Sistema de Controle de Acesso Eletrônico do Tribunal	1º/06	16h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Visita de 42 estudantes do curso de Direito do Instituto Superior de Educação de Ituiutaba/MG	03/06	14h	TRF – 1ª Região
Visita de 35 estudantes do curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC	06/06	14h	TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal Adjunto da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA	17/06	16h	Subseção Judiciária de Ilhéus
Visita de 17 estudantes do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB	20/06	14h	TRF – 1ª Região
Lançamento do Livro <i>Desapropriação</i>	22/06	17h30	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Posse de Juízes Federais Substitutos	24/06	17h	Pátio externo do TRF – 1ª Região
VIII Concurso Nacional de Monografias	27/06	16h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Visita de 36 estudantes do curso de Direito que fazem estágio no Superior Tribunal de Justiça	22/07	14h	TRF – 1ª Região
Aniversário do Desembargador Federal Presidente Aloísio Palmeira Lima	04/08	17h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Lançamento do livro <i>Direito à Filiação e Bioética</i> – autora: Juíza Federal Mônica Aguiar	05/08	17h	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Cáceres/MT	08/08	10h	Cáceres/MT
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal em Juiz de Fora/MG	12/08	10h	Juiz de Fora/MG
Exposição “Imagens de Minas Arte Sacra” – escultor Said Santiago	15 a 19/08	–	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de inauguração da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso/MG	19/08	10h	São Sebastião do Paraíso/MG
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG	26/08	10h30	Patos de Minas/MG
Exposição “Feminino” – artista plástica Christiane Contreiras	29/08 a 09/09	–	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Visita de 14 estudantes do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB	30/08	14h	TRF – 1ª Região
Solenidade de entrega do Relatório Final dos Trabalhos da Comissão de Estados para a redefinição da competência funcional das Varas Federais da 1ª Região	31/08	9h30	TRF – 1ª Região
Visita de 16 alunos do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília	05/09	14h	TRF – 1ª Região

Sumário



Início

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Solenidade de instalação do Juizado Especial Federal virtual na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	12/09	16h	Belo Horizonte/MG
Visita de 46 advogados da Advocacia-Geral da União	15/09	14h	TRF – 1ª Região
Exposição “Primavera em Formas e Cores” – artista plástica Cristina Diniz	16 a 30/09	–	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA	30/09	16h30	Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA
Outubro das Artes – artistas plásticos e servidores Manoel Duarte, Mauro Puttini, PGQVT, Coral Habeas Cantus	03 a 28/10	–	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Visita de dez alunos do curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas – FACITEC	05/10	14h	TRF – 1ª Região
Lançamento do Livro <i>Súmula Vinculante – um estudo sobre o Poder Normativo dos Tribunais</i> – autora: Juíza Federal Mônica Sifuentes	06/10	18h	TRF – 1ª Região
Jornada de Sustentação Oral do Centro Universitário do Distrito Federal – UNIDF – 20 alunos do curso de Direito	07/10	9h	TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Barreiras/BA	14/10	10h	Barreiras/BA
X Feira de Saúde – estande “Tempo de Criar”	17 a 21/10	10h	Hall do Plenário do TRF – 1ª Região
Visita de 27 alunos do Ensino Fundamental da Escola Classe do Varjão	21/10	10h	TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG	25/10	10h	Montes Claros/MG
Assinatura de convênio com o Banco do Brasil	27/10	11h30	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Solenidade de posse do Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves na função de Coordenador dos JEFs da Primeira Região	04/11	11h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Posse da Juíza Federal Substituta Olívia Merlin	04/11	14h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
1º Dia de Descarte Central de Documentos Administrativos da Primeira Região	11/11	9h30	Sala de Sessões do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Picos/PI	11/11	17h	Subseção Judiciária de Picos/PI
Exposição “Arte Mulher” – artista plástica Ana Luíza Mattoso	14 a 25/11	–	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de inauguração do Protocolo Externo	14/11	17h	Área externa do TRF – 1ª Região

Sumário



Início

EVENTO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Solenidade de aposição de retratos na Galeria de Presidentes, Vice-Presidentes e Desembargadores Federais	16/11	17h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Lavras/MG	21/11	10h	Lavras/MG
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Varginha/MG	21/11	17h	Varginha/MG
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG	22/11	10h	Pouso Alegre/MG
Visita de 61 alunos do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB	29/11	14h	TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA	30/11	10h	Feira de Santana/BA
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA	1º/12	16h	Juazeiro/BA
Árvore da Solidariedade	02 a 19/12	–	TRF – 1ª Região
Palestra “GESPÚBLICA”	05/12	15h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Inauguração da nova sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT	07/12	16h	Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso
Sessão do Conselho da Justiça Federal em Palmas/TO	09/12	9h	Seção Judiciária do Estado do Tocantins
Encontro de Corais “Encantando Sonhos de Natal, com o Coral Habeas Cantus e corais convidados”	07/12	17h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Exposição Natalina de Artesanato	12 a 16/12	–	Espaço Cultural do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Altamira/PA	13/12	10h	Altamira/PA
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Luziânia/GO	15/12	10h	Luziânia/GO
Missa de Natal	15/12	18h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região
Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Anápolis/GO	16/12	10h30	Anápolis/GO
Festa de Fim de Ano do TRF – 1ª Região	16/12	19h	Base Operacional de Serviços Administrativos do TRF – 1ª Região
Posse da Juíza Federal Substituta Mei Lin Lopes Wu Bandeira	27/12	15h	Salão Nobre do TRF – 1ª Região

Sumário



Início

# ASCOM

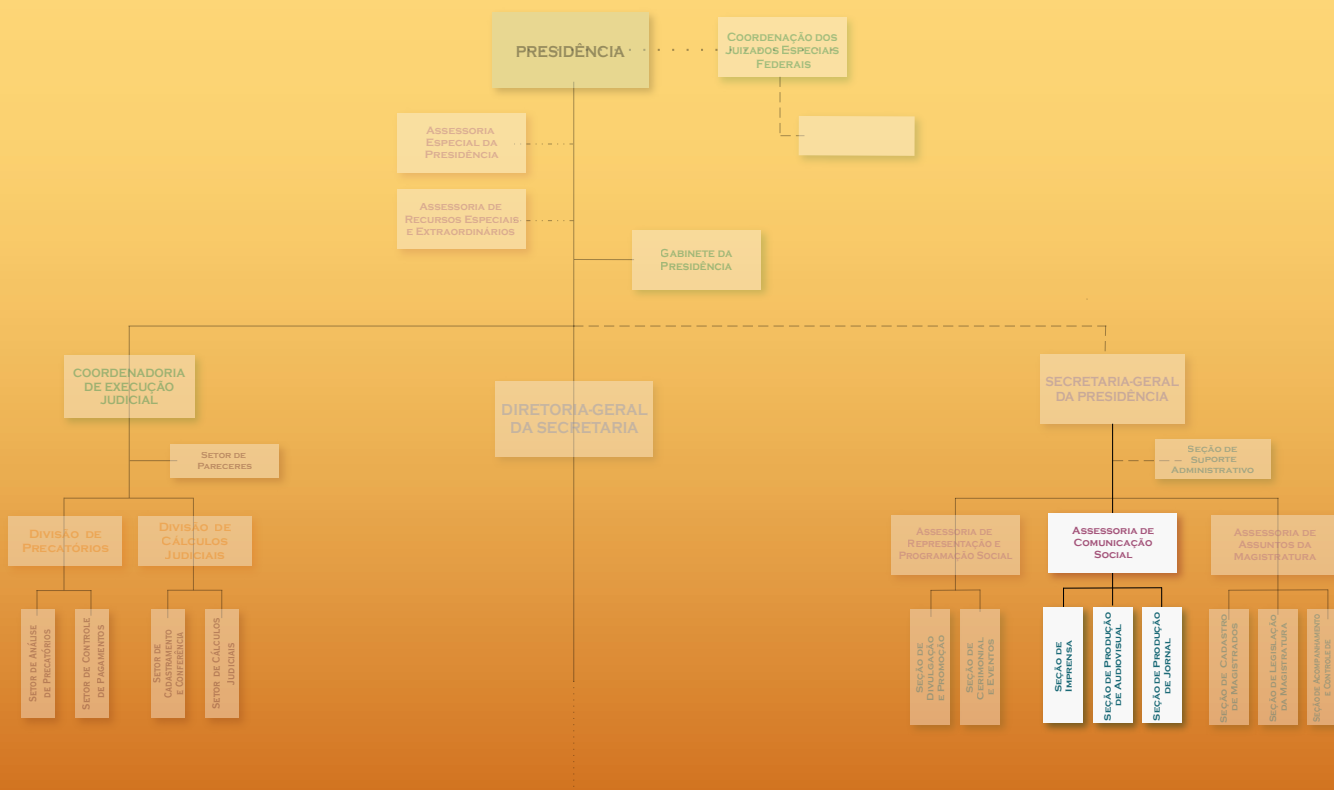
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Sumário



Início





Sumário

Sumário



Início

No ano de 2005, a Assessoria de Comunicação Social – ASCOM cumpriu a importante tarefa de esclarecer o público interno e a opinião pública a respeito das atividades julgadoras, culturais e sociais do Tribunal, além de assessorar diretamente o Presidente e demais autoridades no relacionamento com a imprensa e nas entrevistas concedidas. A Assessoria também foi responsável pela supervisão e pelo acompanhamento da cobertura jornalística e fotográfica de diversos eventos oficiais internos e externos de interesse desta Corte.



Transmissão das sessões de julgamento ao vivo, *on-line*, pela internet.

## CONBRASCOM

A ASCOM esteve presente no Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça – CONBRASCOM, evento que reuniu 200 assessores de Comunicação Social dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público para discutir temas relacionados à mídia, justiça e cidadania, bem como trocar experiências em prol de um Judiciário mais acessível.

Além de estimular, por meio de debates e conferências, o desenvolvimento de uma política de comunicação voltada para esclarecer o cidadão, o evento buscou contribuir para a democratização das instituições e a promoção de maior facilidade de acesso dos cidadãos à Justiça. O Congresso contou com a participação de nomes importantes da Justiça e da Comunicação brasileira, firmando-se como evento de ampla aceitação e reconhecimento técnico.

Sumário



Início

## TELEVISÃO

Com a implantação do novo Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística – SIDJOR, foi possível divulgação mais ampla dos trabalhos da Primeira Região. Além dos programas que já estavam em andamento — Lições de Direito, que traz esclarecimentos de magistrados sobre temas e termos jurídicos, e Momento Jurídico, no qual magistrados e juristas expõem idéias e pontos de vista sobre determinado tema jurídico —, a produção de VTs para a TV Justiça e a edição de vídeos institucionais e serviços sob encomenda impuseram novo ritmo à TV Destaque.



Em função da implantação da segunda etapa do SIDJOR, a TV Destaque ainda intensificou a programação, com apresentação de palestras da ESMAF e da área de Recursos Humanos, dos programas Via Legal, Fórum, Momento Jurídico, Lições de Direito, de vídeos institucionais e de serviços produzidos pela ASCOM, além de exibir a programação da TV Justiça.

**QUADRO 36**  
**TEMAS DO PROGRAMA LIÇÕES DE DIREITO**

TEMA	MAGISTRADO
<i>Habeas Data</i>	Juiz Federal Wesley Wadim Passos
Regime de Bens	Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz
<i>Inaudita Altera Pars</i>	Juiz Federal Saulo José Casalli
Hierarquia das Leis	Juiz Federal Itagiba Catta Preta
Revelia	Juiz Federal Roberto Veloso
Direito à Filiação	Juíza Federal Mônica Aguiar
Mandado de Segurança	Juiz Federal Klaus Kuschel

Sumário



Início

**QUADRO 37**  
**TEMAS DO PROGRAMA MOMENTO JURÍDICO**

TEMA	MAGISTRADO
Estrutura do Judiciário Brasileiro	Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva
Terras Indígenas	Juiz Federal Julier Sebastião da Silva
Liberdade de Expressão e o Direito na Sociedade da Informação	Juiz Federal Hamilton de Sá Dantas
Crime Hediondo	Juiz Federal Antônio Corrêa
Papel do Judiciário na Proteção Ambiental	Juiz Federal Flávio Dino
Direitos Indígenas	Juiz Federal Helder Girão

**QUADRO 38**  
**PRODUÇÃO DE VTs DIÁRIOS**

PROGRAMA	QUANTIDADE DE MATÉRIAS	DURAÇÃO MÉDIA
Jornal da Justiça das 13 horas	170	2 minutos
Jornal da Justiça das 19 horas		

Durante o ano foram produzidos VTs diários relativos a decisões importantes do Plenário, das Seções e Turmas do Tribunal e foi feita cobertura de eventos e solenidades.

Sumário



Início

**QUADRO 39**  
**VÍDEOS INSTITUCIONAIS PRODUZIDOS**

Hino do TRF
Alfabetização – PGQVT do Piauí
Aloísio Palmeira Lima: Primeiro Ano de Gestão
Ouvidoria da Justiça Federal
JEFs em Minas Gerais: Vencendo Distâncias
Primeiro Descarte Central da Primeira Região
Retrospectiva – Feira de Saúde
Conhecendo a Justiça Federal do Amazonas
Juizados Especiais Federais: A Justiça da Cidadania – Gestão Dr. I'talo Mendes

**QUADRO 40**  
**COBERTURA DE EVENTOS E SOLENIDADES INTERNOS E EXTERNOS**

Instalação dos Juizados Especiais Federais em diversos Estados da Primeira Região
Instalação dos Juizados virtuais
Trabalho dos Juizados itinerantes
Cobertura de encontros de magistrados
Condecorações e entrega de medalhas a desembargadores federais
Solicitações da Seção Judiciária do Distrito Federal para cobertura de eventos da Seccional

Sumário



Início

**QUADRO 41  
VEICULAÇÃO NA TV JUSTIÇA**

Ouvidoria da Justiça Federal da Primeira Região
Primeiro Descarte Central da Primeira Região

**QUADRO 42  
FORNECIMENTO DE CÓPIAS DE VTS**

VÍDEO SOLICITADO	TOTAL
Juizado Especial Federal	251
Encontro da AJUFER	
Curso de Latim	
Curso de Juízes Federais Substitutos	
Instalações de Subseções Judiciárias	
Matérias do Programa Via Legal	
Palestras diversas exibidas na TV Destaque	
Feira de Saúde	

**QUADRO 43  
GRAVAÇÕES EDITADAS**

EVENTO	DATA
Semana da Mulher (Palestra Paula Moulin)	1º/04
Posse da Juíza Federal Substituta Luciana Laurenti Gheller	05/04
Primeiro Ano de Gestão do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima	17/05
Curso para Juízes Federais Substitutos do X Concurso	20/07
Instalação da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG	26/08
Instalação da Subseção Judiciária de Barreiras/BA	14/10

Sumário



Início

## RÁDIO

Totalmente produzido pela ASCOM, o projeto Painel de Notícias foi um dos três finalistas do 3º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2005, na categoria Melhor Programa de Rádio. Durante todo o ano, foi enviada para a Rádio Justiça – 91.1 FM, no mínimo, uma matéria por semana, além de ter sido dado prosseguimento ao programa Painel de Notícias.

As atividades de radiodifusão tiveram como um de seus objetivos a consolidação do vínculo já estabelecido com os ouvintes da Rádio Destaque e da Rádio Justiça, bem como a busca de novos ouvintes no público externo. Os recursos radiofônicos foram utilizados também para a divulgação de atividades do Tribunal em rádios comerciais, como o Dia do Descarte Central, campanha que foi encaminhada para diversos canais: Rádio Executiva FM, Rádio Nacional, Rádio Cultura e Rádio Senado.

Em 2005, a Rádio Destaque esteve atenta ao seu objetivo principal: levar música e informação de qualidade aos seus ouvintes. Com a transmissão da programação da Rádio Destaque também pela internet, foi necessário, tendo em vista o público externo, adaptar a linguagem e o conteúdo de algumas programações e criar novos programas. Os ouvintes, inclusive externos, enviaram sugestões e elogios, via *e-mail*, para a caixa de mensagens da Rádio Destaque.

QUADRO 44  
EDIÇÕES INFORMATIVAS DA RÁDIO DESTAQUE

DATA DE EXIBIÇÃO	ENTREVISTADO	TEMA
02/06	Agnaldo de Souza – Servidor	Novo Sistema de Segurança do TRF
28/07	Cristine Caltabiano – Servidora/Nutricionista	Transtornos alimentares
1º/09	Mauro Puttini – Servidor/Fotógrafo	Exposição de fotografias
29/09	Elaine Wetle – Professora de Educação Física	Hérnia de disco
03/11	Valéria Cristina – Servidora	Dúvidas sobre férias dos servidores

Sumário



Início

Com vistas a interagir com os ouvintes e proporcionar maior contato com a rádio, foi criado o Clube do Som, produzido com as sugestões musicais encaminhadas, via *e-mail*, pelos ouvintes, que podem ainda oferecer músicas.

QUADRO 45  
EDIÇÕES MUSICAIS DA RÁDIO DESTAQUE

DATA DE EXIBIÇÃO	ENTREVISTADO	TEMA
13/07	Isamar – Músico da banda Cidade Livre	Carreira musical da banda
18/08	André Barcellos – Servidor/Músico da banda Raízes	Carreira musical da banda
15/09	Beatriz de Mattos – Servidora/Cantora Lírica	Carreira da cantora
20/10	Antônio Eustáquio da Silva – Servidor/Músico da banda Maranhata	Carreira musical da banda
17/11	Ronan Teixeira – Servidor/Músico da banda Los Tranquilos	Carreira musical da banda

Em 2005, durante a realização da X Feira de Saúde e V Expo Qualidade de Vida, a Rádio Destaque veiculou boletim informativo especial com os principais acontecimentos do dia, a programação do evento e ainda a opinião de visitantes, organizadores e palestrantes.

QUADRO 46  
PROMOÇÕES REALIZADAS

PROMOÇÃO	PRÊMIO
Peça teatral 5 vezes <i>David Ives</i> , no Centro Cultural Banco do Brasil	Ingressos
Peça teatral <i>Jung e Eu</i> , no Centro Cultural Banco do Brasil	Ingressos
Que beleza de mãe!	Kits de beleza, vale-lanches, pacote de massagens relaxantes, fotos individuais e com a família
Super Pai	Camisetas, livros, vale-lanches e ingressos para teatro
Natal	Brindes diversos

Sumário



Início



## PUBLICAÇÕES

A ASCOM deu prosseguimento em 2005, com algumas modificações, à produção e edição de publicações impressas, primando pela qualidade do material apresentado e pela objetividade dos textos.

**QUADRO 47**  
**PUBLICAÇÕES NÃO PERIÓDICAS**

Destaque Especial da X Feira de Saúde e V Expo Qualidade de Vida
Destaque Especial antitabagismo
Destaque Especial de um ano de gestão do Presidente, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima

Em edição especial, com 86 páginas, intitulada *Destaque Especial: realizações*, foram apresentadas, de forma resumida e objetiva, as principais ações do primeiro ano de gestão do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima na Presidência do Tribunal. Sempre que necessário, foram publicadas edições extras do *Destaque*, destinadas a divulgar assuntos de interesse dos magistrados e servidores.

**QUADRO 48**  
**PUBLICAÇÕES REALIZADAS**

PUBLICAÇÃO	EDIÇÕES PRODUZIDAS
<i>Destaque mensal</i>	10
<i>Destaque do Dia</i>	233
<i>Destaque Extra</i>	22
<i>Destaque Aniversariantes</i>	42
<i>Destaque Mensagem</i>	41
Publicações especiais	3
Destaque diário Feira de Saúde	3

Sumário



Início

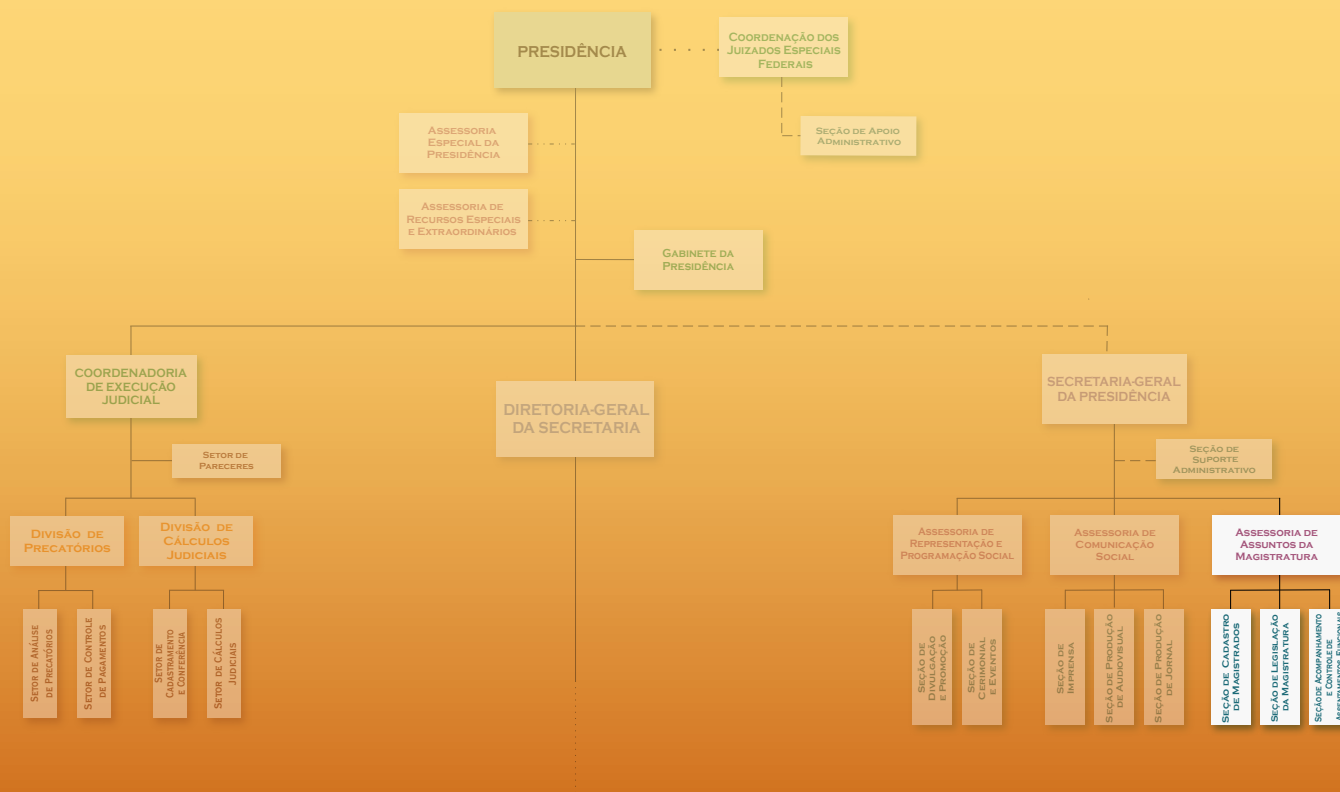
# ASMAG

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA

Sumário



Início



Em 2005, este Tribunal teve um de seus membros, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ. O Conselho, formado por 15 integrantes, representantes das várias instâncias do Judiciário brasileiro, foi criado pela Emenda Constitucional n. 45, de 30/12/2004, para controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.



O magistrado foi eleito o representante dos cinco Tribunais Regionais Federais no CNJ pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que tomou a iniciativa de sua indicação. Foi sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que aprovou sua indicação, e nomeado conselheiro pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A cerimônia de posse dos 15 membros do recém-instalado Conselho ocorreu no Supremo Tribunal Federal – STF, com a presença de autoridades do Congresso Nacional, do Executivo e do Judiciário brasileiro. Os conselheiros reúnem-se quinzenalmente, em sede localizada no prédio do STF, cujo Presidente, Ministro Nelson Jobim, também é o Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

[Sumário](#)[Início](#)

## CONDECORAÇÕES E MEDALHAS RECEBIDAS PELOS DESEMBARGADORES FEDERAIS



Medalha Mérito Naval – Desembargador Federal Catão Alves



Medalha do TRT – Desembargador  
Federal Tourinho Neto



Medalha Justiça Século XXI – Juízes Federais Marcos  
Augusto de Sousa e Reynaldo Soares da Fonseca

Sumário



Início

Em 2005, a Assessoria de Assuntos da Magistratura – ASMAG organizou e consolidou as pautas das sessões da Corte Especial Administrativa, do Conselho de Administração e do Plenário, num total de 53 sessões, com as respectivas atas confeccionadas, bem como preparou 705 atos, autuou 353 processos e encaminhou 3.061 transmissões via fax.



Foram empossados 38 juízes federais substitutos em 2005, dos quais 36 em cerimônia realizada na área externa à sede do Tribunal, em frente ao Superior Tribunal Militar – STM, na Praça dos Tribunais, que ficou tomada de familiares, convidados e autoridades.



Sumário



Início

**QUADRO 49**  
**POSSE DE MAGISTRADOS**

MAGISTRADO	POSSE/EXERCÍCIO	ÓRGÃO
Juiz Federal Substituto Márcio José de Aguiar Barbosa	24/06	SJ/DF
Juíza Federal Substituta Candice Lavocat Galvão Jobim	24/06	SJ/DF
Juiz Federal Substituto Marcos Silva Rosa	24/06	SJ/GO
Juiz Federal Substituto Newton Pereira Ramos Neto	24/06	SSJ Caxias/MA
Juiz Federal Substituto Leonardo Estevam de Assis Zanini	24/06	SSJ Uberlândia/MG
Juíza Federal Substituta Cristiane Pederzolli Rentzsch	24/06	SJ/DF
Juiz Federal Substituto José Márcio da Silveira e Silva	24/06	SJ/DF
Juiz Federal Substituto Daniel Carneiro Machado	24/06	SSJ Uberlândia/MG
Juiz Federal Substituto João Pedro Ayrimoraes Soares Júnior	24/06	SJ/GO
Juiz Federal Substituto Waldemar Cláudio de Carvalho	24/06	SJ/GO
Juiz Federal Substituto Daniel Castelo Branco Ramos	24/06	SJ/BA
Juíza Federal Substituta Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Alves	24/06	SJ/GO
Juíza Federal Substituta Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales	24/06	SJ/AM
Juiz Federal Substituto Emilson da Silva Nery	24/06	SJ/GO
Juiz Federal Substituto Gilton Batista Brito	24/06	SJ/GO
Juiz Federal Substituto Pedro Pereira Pimenta	24/06	SJ/BA
Juiz Federal Substituto Eduardo Henrique Lauar Filho	24/06	SJ/BA
Juíza Federal Substituta Vanessa Curti Perenha Gasques	24/06	SJ/MT
Juiz Federal Substituto Felini de Oliveira Wanderley	24/06	SJ/TO
Juiz Federal Substituto Hallison Rêgo Bezerra	24/06	SJ/BA
Juiz Federal Substituto Jader Alves Ferreira Filho	24/06	SJ/PA
Juíza Federal Substituta Raquel Vasconcelos Alves de Lima	24/06	SSJ Ilhéus/BA
Juiz Federal Substituto Valter Leonel Coelho Seixas	24/06	SJ/PA
Juíza Federal Substituta Karley Correa da Silva	24/06	SJ/RO
Juíza Federal Substituta Maria da Penha Gomes Fontenele Meneses	24/06	SJ/RO
Juiz Federal Substituto Rodrigo Pinheiro do Nascimento	24/06	SJ/RR
Juíza Federal Substituta Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira	24/06	SJ/RO
Juiz Federal Substituto Rafael Webber	24/06	SJ/AC
Juiz Federal Substituto José Alexandre Essado	24/06	SJ/PA
Juíza Federal Substituta Olívia Mérilin Silva	04/11	SJ/AP
Juíza Federal Substituta Mei Lin Lopes Wu Bandeira	27/12	SJ/RR

Sumário

Sumário



Início

QUADRO 50  
CARGOS PROVIDOS E CARGOS VAGOS – PRIMEIRA REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA	JUIZ FEDERAL		JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	
	PROVIDOS	VAGOS	PROVIDOS	VAGOS
Acre	4	–	1	3
Amazonas	7	–	3	4
Amapá	3	–	2	1
Bahia	34	–	17	17
Distrito Federal	26	–	9	17
Goiás	18	–	11	7
Maranhão	9	–	4	5
Mato Grosso	9	–	3	6
Minas Gerais	54	–	23	31
Pará	12	–	7	5
Piauí	7	–	3	4
Rondônia	5	–	4	1
Roraima	3	–	2	1
Tocantins	3	–	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>194</b>	<b>–</b>	<b>90</b>	<b>104</b>

Sumário



Início



QUADRO 51  
CONVOCAÇÃO DE JUIZ FEDERAL PARA INTEGRAR O TRIBUNAL

JUIZ FEDERAL	PERÍODO	MOTIVO
Alexandre Vidigal de Oliveira	1º/07 a 29/10	Auxílio ao Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Antonio Cláudio Macedo da Silva	02 a 31/05	Afastamento do Desembargador Federal Carlos Moreira Alves
	05 a 12/09	Férias do Desembargador Federal José Amílcar Machado
Daniele Maranhão Costa	18/04 a 05/06	Afastamento do Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves
	20 a 22/06	Composição da 2ª Turma Suplementar
Francisco Neves da Cunha	14/02 a 15/03	Férias do Desembargador Federal Sousa Prudente
Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	1º/03 a 01/04	Férias da Desembargadora Federal Selene de Almeida
Guilherme Mendonça Doehler	30/05 a 01/07	Afastamento do Desembargador Federal Carlos Olavo
	04/07 a 02/08	Férias do Desembargador Federal Carlos Olavo
	10 a 15/08	Férias do Desembargador Federal Olindo Menezes
	16/11 a 15/12	Férias do Desembargador Federal Hilton Queiroz
Hamilton de Sá Dantas	04/07 a 02/08	Férias do Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro
Itelmar Raydan Evangelista	06/07 a 04/08	Férias do Desembargador Federal Luis Gonzaga Barbosa Moreira
Ivani Silva da Luz	06/04	Composição da 2ª Turma Suplementar
	1º a 30/06	Férias da Desembargadora Federal Neuza Alves
Leão Aparecido Alves	1º/02 a 31/03	Férias da Desembargadora Federal Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues
	22/08 a 21/09	Férias da Desembargadora Federal Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues
Lincoln Rodrigues de Faria	04/07 a 11/10	Afastamento do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian
	02/05 a 02/07	Afastamento do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian
	12/10 a 19/12	Afastamento Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian
Manoel José Ferreira Nunes	27/04 a 26/05	Licença para Tratamento de Saúde do Desembargador Federal Fagundes de Deus
	06/12	Substituição do Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves na 1ª Turma
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	1º a 30/08	Férias da Desembargadora Federal Selene de Almeida
Marcus Vinícius Reis Bastos	1º/02 a 30/06	Afastamento do Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes

Sumário



Início

JUIZ FEDERAL	PERÍODO	MOTIVO
Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros	12/08 a 31/08	Licença para Tratamento de Saúde do Desembargador Federal Luciano Franco Tolentino Amaral
Pedro Francisco da Silva	1º/08	Composição da 1ª Turma Suplementar
	1º/09 a 30/09	Auxílio à Corregedoria-Geral
Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann	13/06 a 12/07	Férias do Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva
Saulo José Casali Bahia	05/05 a 03/06	Férias do Desembargador Federal Olindo Menezes

**QUADRO 52**  
**CONVOCAÇÃO DE JUIZ FEDERAL PARA AUXILIAR DESEMBARGADOR FEDERAL**

JUIZ FEDERAL	PERÍODO	DESEMBARGADOR FEDERAL
Carlos Augusto Pires Brandão	A partir de 1º/09	Daniel Paes Ribeiro
Cesar Augusto Bearsi	A partir de 1º/09	Maria do Carmo Cardoso
Daniele Maranhão Costa	A partir de 1º/09	Catão Alves
Gláucio Ferreira Maciel	A partir de 1º/09	Ítalo Fioravanti Sabo Mendes
Itelmar Raydan Evangelista	A partir de 1º/09	Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
Leão Aparecido Alves	A partir de 1º/09	Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Moacir Ferreira Ramos	A partir de 1º/09	Souza Prudente
Maízia Seal Carvalho Pamponet	A partir de 15/09	Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Cláudio Macedo da Silva	1º a 11/09 e a partir de 12/10	Carlos Moreira Alves
Simone dos Santos Lemos Fernandes	A partir de 13/10	José Amilcar Machado
Klaus Kuschel	1º/09 a 19/12	Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Carlos Alberto Simões de Tomaz	1º/09 a 31/12	Luciano Tolentino Amaral
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	1º/09/2005 a 1º/03/2006	João Batista Moreira
Mônica Jacqueline Sifuentes P. de Medeiros	1º/09/2005 a 1º/03/2006	Neuza Alves
Vallisney de Souza Oliveira	19/09/2005 a 18/03/2006	Fagundes de Deus
Avio Mozar José Ferraz de Novaes	19/09/2005 a 18/03/2006	Selene de Almeida
Saulo José Casali Bahia	23/09/2005 a 22/03/2006	Olindo Menezes
Francisco Neves da Cunha	03/11/2005 a 03/05/2006	Jirair Aram Meguerian

Sumário



Início

**QUADRO 53**  
**PRESIDÊNCIA DAS TURMAS SUPLEMENTARES**

MÊS	DESEMBARGADOR FEDERAL	TURMA
Fevereiro	Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	1ª
	Maria do Carmo Cardoso	2ª
	Leomar Amorim	3ª
Março	Fagundes de Deus	1ª
	Souza Prudente	2ª
	Antônio Ezequiel da Silva	3ª
Abril	Luciano Tolentino Amaral	1ª
	I'talo Fioravanti Sabo Mendes	2ª
	Hilton Queiroz	3ª
Maio	Carlos Fernando Mathias	1ª
	Maria Isabel Gallotti Rodrigues	2ª
	Jirair Aram Meguerian	3ª
Junho	José Amilcar Machado	1ª
	Leomar Amorim	2ª
	Maria do Carmo Cardoso	3ª

**QUADRO 54**  
**CONVOCAÇÃO PARA TURMAS SUPLEMENTARES\***

JUIZ FEDERAL	JUIZ FEDERAL SUBSTITUÍDO	PERÍODO
Avio Mozar José Ferraz de Novaes	Vallisney de Souza Oliveira	A partir de 1º/08
Carlos Augusto Pires Brandão	Flávio Dino de Castro e Costa	02/02 a 31/08
César Augusto Bearsi	Carlos Alberto Simões de Tomaz	1º a 31/08
Flávio Dino de Castro e Costa	Carlos Augusto Pires Brandão	1º a 31/08
Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	Antonio Cláudio Macedo da Silva	A partir 1º/08
João Luiz de Souza	Wilson Alves de Sousa	A partir 1º/08
Klaus Kuschel	João Carlos Mayer Soares	1º a 31/08
Marcelo Dolzany da Costa	Saulo José Casali Bahia	1º/03 a 30/06
Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro	Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	1º a 31/08
Saulo José Casali Bahia	Mark Yshida Brandão	1º a 31/08

\* Substituições de fevereiro a agosto/2005.

Sumário



Início

QUADRO 55  
**JUÍZES FEDERAIS ELEITOS PARA COMPOR OS  
 TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS NO BIÊNIO 2005/2007**

ESTADO	MEMBRO	
	EFETIVO	SUPLENTE
Acre	Cláudia Oliveira Costa Tourinho Scarpa	Iran Esmeraldo Leite
Amapá	João Bosco Costa Soares	Anselmo Gonçalves da Silva
Amazonas	Klaus Kuschel	Regina Maria de Souza Torres
Bahia	Pompeu de Sousa Brasil	Saulo José Casali Bahia
Goiás	Urbano Leal Berquó Neto	Euler de Almeida Silva Junior
Maranhão	Clemência Maria A. Lima de Ângelo	Roberto Carvalho Veloso
Mato Grosso	José Pires Cunha	César Antônio Ramos
Minas Gerais	Francisco de Assis Betti	Renato Martins Prates
Pará	Carlos Roberto Alves dos Santos	Paulo Ernane Moreira de Barros
Piauí	Clodomir Sebastião Reis	Márcio Braga Magalhães
Rondônia	Francisco Martins Ferreira	José Humberto Ferreira
Roraima	Grigório Carlos dos Santos	Cristiane Miranda Botelho
Tocantins	Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	Denise Dias Dutra Drumond

QUADRO 56  
**MOVIMENTAÇÃO DE JUIZ FEDERAL**

JUIZ FEDERAL	ORIGEM	DESTINO
Carlos Roberto Alves dos Santos	5ª Vara – SJ/PA	6ª Vara – SJ/PA
César Antônio Ramos	6ª Vara – SJ/MT	4ª Vara – SJ/MT
Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira	4ª Vara – SJ/PA	7ª Vara – SJ/PA
Rafael Paulo Soares Pinto	21ª Vara – SJ/BA	23ª Vara – SJ/BA
Rosimayre Gonçalves de Carvalho da Fonseca	2ª Vara – SJ/MG	1ª Vara – SJ/MG

Sumário



Início

**QUADRO 57**  
**MOVIMENTAÇÃO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO**

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	ORIGEM	DESTINO
Anna Cristina Rocha Gonçalves Lopes	25ª Vara – SJ/MG	14ª Vara – SJ/MG
Cristiano Miranda de Santana	10ª Vara – SJ/BA	17ª Vara – SJ/BA
Dimis da Costa Braga	24ª Vara – SJ/MG	10ª Vara – SJ/MG
Durval Carneiro Neto	13ª Vara – SJ/BA	2ª Vara – SJ/BA
João Carlos Cabrelon de Oliveira	21ª Vara – SJ/BA	23ª Vara – SJ/BA
Lucas Rosendo Máximo de Araújo	6ª Vara – SJ/PI	2ª Vara – SJ/PI
Marcelo Rebello Pinheiro	24ª Vara – SJ/DF	1ª Vara – SJ/DF
Marco Antônio Barros Guimarães	26ª Vara – SJ/MG	30ª Vara – SJ/MG
Roberto Carlos de Oliveira	4ª Vara – SJ/GO	14ª Vara – SJ/GO

**QUADRO 58**  
**REMOÇÃO DE JUIZ FEDERAL**

JUIZ FEDERAL	ORIGEM	DESTINO
Arali Maciel Duarte	1ª Vara – SJ/PA	22ª Vara – SJ/BA
Bruno Augusto Santos Oliveira	3ª Vara – SJ/AM	SSJ São Sebastião do Paraíso/MG
Francisco Hélio Camelo Ferreira	SSJ Marabá/PA	SSJ Caxias/BA
Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	1ª Vara – SJ/MG	26ª Vara – SJ/DF
Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	9ª Vara – SJ/BA	25ª Vara – SJ/DF
Lana Lígia Galati	7ª Vara – SJ/PA	14ª Vara – SJ/GO
Luciana Laurenti Gheller	5ª Vara – SJ/MT	4ª Vara – SJ/GO
Luiz Antônio Ribeiro da Cruz	32ª Vara – SJ/MG	SSJ Varginha/MG
Maízia Seal Carvalho Pamponet	22ª Vara – SJ/BA	5ª Vara – SJ/BA
Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira	7ª Vara – SJ/PA	6ª Vara – SJ/PI
Márcio Barbosa Maia	3ª Vara – SJ/AP	2ª Vara – SSJ Uberaba/MG
Mauro Rezende de Azevedo	11ª Vara – SJ/DF	1ª Vara – SSJ Divinópolis/MG

Sumário



Início

**QUADRO 59**  
**REMOÇÃO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO**

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	ORIGEM	DESTINO
Alexandre Buck Medrado Sampaio	2ª Vara – SJ/BA	9ª Vara – SJ/MG
André Dias Fernandes	2ª Vara – SJ/AP	16ª Vara – SJ/BA
Brunno Christiano Carvalho Cardoso	5ª Vara – SJ/AM	6ª Vara – SJ/PI
Giovanny Morgan	2ª Vara – SJ/RR	SSJ Passos/MG
Gustavo Moreira Mazzilli	6ª Vara – SJ/MT	24ª Vara – SJ/MG
Nazareno César Moreira Reis	19ª Vara – SJ/DF	1ª Vara – SJ/PI
Raquel Soares Chiarelli	2ª Vara – SJ/AM	25ª Vara – SJ/DF
Régis de Souza Araújo	16ª Vara – SJ/BA	3ª Vara – SJ/PI
Regivano Fiorindo	4ª Vara – SJ/BA	25ª Vara – SJ/MG
Rodrigo de Godoy Mendes	6ª Vara – SJ/PA	12ª Vara – SJ/MG
Rogério Volpatti Polezze	4ª Vara – SJ/AC	24ª Vara – SJ/DF
Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza	2ª Vara – SJ/TO	26ª Vara – SJ/MG

**QUADRO 60**  
**REMOÇÃO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DE OUTRAS REGIÕES**

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	ORIGEM	DESTINO
Carlos Alberto Gomes da Silva	TRF – 2ª Região	SSJ Campo Formoso/BA
Ricardo Augusto de Sales	TRF – 5ª Região	4ª Vara – SJ/AM
Rodrigo Rigamonte Fonseca	TRF – 4ª Região	4ª Vara – SJ/RO

Sumário



Início

## VITALICIEDADE

Em 2005, somente a Juíza Federal Substituta Dayana de Azevedo Bião de Souza foi declarada apta à vitaliciedade por decurso do prazo constitucional.

**QUADRO 61**  
**REMOÇÃO DE MAGISTRADO MEDIANTE PERMUTA**

PERMUTA	MAGISTRADO	ORIGEM	DESTINO
1	Juiz Federal João Carlos Costa Mayer Soares	13ª Vara – SJ/MG	5ª Vara – SJ/AM
	Juíza Federal Luciana Pinheiro Costa Mayer Soares	5ª Vara – SJ/AM	13ª Vara – SJ/MG
2	Juiz Federal Substituto Leandro Saon da Conceição Bianco	7ª Vara – SJ/GO	13ª Vara – SJ/GO
	Juiz Federal Substituto Warney Paulo de Araújo Nery	13ª Vara – SJ/GO	7ª Vara – SJ/GO
3	Juiz Federal Manoel José Ferreira Nunes	3ª Vara – SSJ Uberlândia/MG	14ª Vara – SJ/GO
	Juíza Federal Lana Ligia Galati	14ª Vara – SJ/GO	3ª Vara – SSJ Uberlândia/MG
4	Juiz Federal Substituto José Baptista de Almeida Filho Neto	SJ/BA	TRF – 5ª Região
	Juíza Federal Substituta Marla Consuelo Santos Marinho	TRF – 5ª Região	SJ/BA
5	Juíza Federal Substituta Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz	SJ/DF	TRF – 5ª Região
	Juiz Federal Substituto Rubem Lima de Paula Filho	TRF – 5ª Região	SJ/DF
6	Juiz Federal Substituto André Dias Fernandes	SJ/BA	TRF – 5ª Região
	Juíza Federal Substituta Nair Cristina Corado Pimenta de Castro	TRF – 5ª Região	SJ/BA

Sumário



Início

QUADRO 62  
**PROMOÇÃO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO**  
**CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE**

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	LOCAL DE EXERCÍCIO
Atanair Nasser Ribeiro Lopes	SJ/RR
Carlos Henrique Borlido Haddad	SSJ Marabá/PA
Charles Renaud Frazão de Moraes	SSJ Sinop/MT
Cloves Barbosa de Siqueira	SJ/TO
Daniel Santos Rocha Sobral	SJ/PA
Dimis da Costa Braga	SSJ Juazeiro/BA
Eduardo Luiz Rocha Cubas	SSJ Barreiras/BA
Francisco Alexandre Ribeiro	SSJ Rondonópolis/MT
Francisco de Assis Garcês Castro Júnior	SSJ Santarém/PA
Geraldo Magela e Silva Meneses	SJ/RO
Hermes Gomes Filho	SSJ Governador Valadares/MG
Jair Araújo Facundes	SJ/AC
João Batista de Castro Júnior	SSJ Vitória da Conquista/BA
José Alexandre Franco	SJ/PA
José Godinho Filho	SJ/TO
Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	SJ/AP
Marcelo Eduardo Rossito Basseto	SSJ Tabatinga/AM
Marcelo Motta de Oliveira	SSJ Guanambi/BA
Márcio Flávio Mafra Leal	SSJ Eunápolis/BA
Paulo César Alves Sodré	SSJ Cáceres/MT
Reginaldo Márcio Pereira	SJ/AM
Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	SJ/PA
Rodrigo Navarro de Oliveira	SJ/MT
Sidiny Garcia Filho	SSJ Pouso Alegre/MG

Sumário



Início



QUADRO 63  
**PROMOÇÃO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO**  
**CRITÉRIO DE MERECEMENTO**

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	LOCAL DE EXERCÍCIO
Adverci Rates Mendes de Abreu	SJ/MT
Agliberto Gomes Machado	SJ/AM
Anamaria Reys Resende	SSJ São Sebastião do Paraíso/MG
Antônio Francisco do Nascimento	SJ/AM
Carlos Eduardo Castro Martins	SSJ Jequié/BA
Carlos Geraldo Teixeira	SSJ Passos/MG
Carmen Elizângela Dias Moreira de Resende	SJ/RO
Cleberon José Rocha	SJ/AC
Dirley da Cunha Júnior	SSJ Itabuna/BA
Edison Moreira Grillo Júnior	SJ/PA
Élcio Arruda	SJ/RO
Fábio Moreira Ramiro	SSJ Paulo Afonso/BA
Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	SJ/RO
Guilherme Jorge de Resende Brito	SSJ Campo Formoso/BA
Herculano Martins Nacif	SSJ Altamira /PA
Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa	SSJ Montes Claros/MG
Lília Botelho Neiva Brito	SSJ Feira de Santana/BA
Lucas Rosendo Máximo de Araújo	SSJ Imperatriz/MA
Márcio Luiz Coelho de Freitas	SSJ Ji-Paraná/RO
Osmane Antônio dos Santos	SJ/PA
Ronaldo Castro Destêrro e Silva	SSJ Castanhal/PA
Sérgio Santos Melo	SSJ Varginha/MG
Wellington Cláudio Pinho de Castro	SJ/PA

Sumário



Início

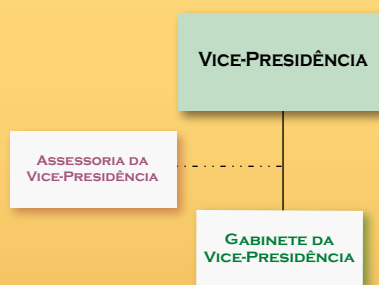
# VIPRE

VICE-PRESIDÊNCIA

Sumário



Início



Sumário



Início

Conforme determinações regimentais, a Vice-Presidência do Tribunal exerceu suas funções administrativas e judiciais, assim como atividades em substituição ao Presidente do Tribunal em suas ausências regulamentares.

**QUADRO 64**  
**SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE**

SUBSTITUIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Presidência do Tribunal	2 a 31	4 e 18	28	4 e 8 18 a 25	5 a 10 26 a 31	2 e 3 10 a 14 16 a 20 29 e 30	1º a 31	1º e 2 11 e 12 18 e 19 25 a 27	1º a 8 11 e 12 25 a 30	1º a 5 13 24 e 25 28	8 a 12 17 e 18 20 a 30	1º a 5 7 e 9 12 a 14 15 e 16
Presidência do Tribunal em plantão	-	4 e 18	-	7 e 8 11 18 a 24	5 a 9 26 a 30	2 e 3 9 a 13 16 a 19 26 a 30	1º a 31	1º 7 e 18 25 e 26	1º a 7 25 27 a 30	1º a 4 20 24 e 25 27	8 10 e 11 17 20 a 22 24 a 30	1º a 5 7 e 8 12 e 13
Presidência da Corte Especial	-	-	-	-	-	30	7 e 21	-	29	20	17	1º e 15
Presidência da Corte Especial Administrativa	-	-	-	-	-	-	14 e 28	25	-	-	10	16
Presidência do Plenário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-
Presidência do Conselho de Administração	-	-	-	-	-	-	7 e 21	-	-	-	-	15
Presidência do Conselho Deliberativo do Pro-Social	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-

**QUADRO 65**  
**DISTRIBUIÇÕES REALIZADAS**

Distribuição Ordinária	98
Distribuição Extraordinária	76
<b>TOTAL</b>	<b>174</b>

Sumário



Início

QUADRO 66  
ESTATÍSTICA ANUAL

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Despacho diverso	531
Decisão em plantão	14
Despacho em plantão	3
Suspensão de segurança deferida	15
Suspensão de segurança indeferida	31
Decisão diversa em suspensão de segurança	6
Despacho SECU	45
<b>SUBTOTAL</b>	<b>645</b>
REsp admitido	390
REsp não admitido	586
RE admitido	178
RE não admitido	296
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.450</b>
Telefax	923
Portaria/PRESI	2
Resolução/PRESI	1
Portaria/DIGES	35
Portaria/SECRE	138
Ato/PRESI	297
Ato/SECRE	262
ATIVIDADE	QUANTIDADE
Circular/DIGES	29
Ofício/PRESI	186
Ofício – DIGES	93
Ofício – SECRE	206
Despacho – COCSE	8
Decisão – COCSE	6
Despacho (Presidente das Seções)	61
Decisão (Presidente das Seções)	4
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.251</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.346</b>

Sumário

Sumário



Início

QUADRO 67  
PRESIDÊNCIA DAS SEÇÕES

PRIMEIRA SEÇÃO	SEGUNDA SEÇÃO	TERCEIRA SEÇÃO	QUARTA SEÇÃO
05/04	09/02	29/03	16/02
17/05	06/04	12/04	30/03
31/05	20/04	26/04	13/04
09/08	04/05	07/06	27/04
23/08	18/05	16/08	11/05
20/09	1º/06	13/09	25/05
18/10	15/06	11/10	08/06
–	10/08	06/12	22/07
–	24/08	–	17/08
–	21/09	–	14/09
–	19/10	–	23/11
–	16/11	–	29/11

QUADRO 68  
PROFERIMENTO DE VOTOS-DESEMPATE

PRIMEIRA SEÇÃO	SEGUNDA SEÇÃO	TERCEIRA SEÇÃO	QUARTA SEÇÃO	TOTAL
4	4	18	11	37

Sumário



Início

**QUADRO 69**  
**PARTICIPAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE EM EVENTOS**

EVENTO	PERÍODO/DATA
Participação na Conferência “O papel do Sistema Financeiro no Desenvolvimento Nacional”, organizada pelo Superior Tribunal de Justiça, em Comandatuba/BA.	31/03 a 03/04
Solenidade de homenagem, em comemoração ao dia do Exército, com a outorga da medalha Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador.	19/04
Presença, representando o TRF – 1ª Região, na exposição “Justiça para Todos”, promovida pelo Superior Tribunal de Justiça, realizada no Parque da Cidade.	21/04
Recebimento de medalha e admitido no grau Grande Oficial pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, mediante proposta do Conselho da Ordem do Mérito Brasília.	28/06
Recepção à Coordenadora da Assessoria dos Voluntários da Justiça Social, Dra. Terezinha Meira, a estudantes do Centro de Ensino Médio 12, da Ceilândia/DF, e estagiários que atuam como voluntários na Turma Recursal dos Juizados Especiais, em face de convênio celebrado com a Seção Judiciária do Distrito Federal.	02/12
Presença na cerimônia de Colação de Grau do Centro Universitário UNIEURO, como Paraninfo do Curso de Direito.	13/12



Sumário



Início

# COGER

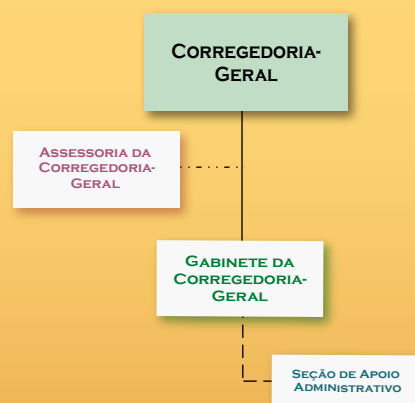
CORREGEDORIA-GERAL

Sumário



Início





Sumário



Início

## ADEQUAÇÃO DO SISTEMA PROCESSUAL

O processo judicial deve ter sua trajetória monitorada desde o momento da autuação até a fase de arquivamento definitivo, inclusive.

O volume de processos torna essa atividade complexa, o que exige ações eficazes. Em paralelo às atividades desenvolvidas pelo Conselho da Justiça Federal – CJF e visando à uniformização do procedimento de classificação de processos judiciais, a Corregedoria-Geral tomou providências para a efetiva adoção de tabelas de classificação, que unificam a autuação, a movimentação e o arquivamento em toda a Justiça Federal do Brasil.

Ainda em 2004, foi editada a Portaria/COGER n. 111, que implementou a Tabela Única de Classes – TUC. A reclassificação dos feitos em tramitação operou-se em 2005, de forma automática, na maior parte do acervo, incumbidas as Varas Federais de regularizar o restante, mediante análise física dos autos. Do total aproximado de 1.800.000 processos em tramitação — Varas Federais, JEFs e Turmas Recursais —, apenas cerca de 150 processos, ou 0,01% do total, aguardam reclassificação.

Editada em 2005, a Portaria/COGER n. 14 tornou obrigatória a utilização da Tabela Única de Assuntos – TUA na primeira instância da Justiça Federal da Primeira Região, com a adoção tanto do conteúdo como da estrutura de numeração estabelecida pelo CJF. Foram elaboradas tabelas para, na medida da similitude com os dados existentes nos cadastros dos processos, ser feita a conversão automática. Às Secretarias das Varas foi fixado prazo de 120 dias para a atualização integral dos assuntos nos feitos em tramitação que dependessem de exame individual. Aproximadamente 66.000 processos — correspondentes a 3,67% do total — estão ainda pendentes de atualização do assunto.

Ainda tratando de unificação de classificação, o CJF editou a Resolução n. 471/2005, que aprova a Tabela Única de Movimentação Processual da Justiça Federal – TUMP, com previsão de implantação na primeira instância da Justiça Federal da Primeira Região a partir de fevereiro de 2006.

Essas mudanças exigiram esforço significativo para o aperfeiçoamento e a padronização do sistema processual da primeira instância.



Sumário



Início

Além da criação de tabelas de conversão, foi necessária remodelagem dos programas informatizados, atividade desenvolvida prontamente pelos técnicos da Secretaria de Informática – SECIN, mesmo com a escassez de recursos humanos e com as atividades de implantação de novas Varas Federais em toda a Primeira Região. Além dessas, outras frentes de trabalho — coordenadas pela COGER — estão em andamento, entre as quais se destacam:

- a) padronização e definição de critérios para emissão da Certidão Negativa da Justiça Federal — local e regional;
- b) elaboração de regras específicas, padronizando as rotinas que realizam os procedimentos de associação e distribuição, especialmente a fim de regulamentar situações de afastamento e de designação de magistrados em função de auxílio;
- c) revisão da Tabela de Prevenção entre as classes processuais, definição dos parâmetros para a pesquisa fonética e implementação da prevenção entre os sistemas processual e virtual dos JEFs;
- d) revisão e implementação da Tabela de Entidades, com regras e bloqueio de classes/entidades;
- e) criação do Registro Único do Rol de Culpados e de Suspensão Condicional da Execução da Pena no âmbito da Justiça Federal de primeira instância da Primeira Região, em sintonia com o regramento geral do CJF;
- f) revisão dos boletins estatísticos tipo 1 (produtividade de vara) e tipo 2 (produtividade do juiz), para adequação ao SINEJUS (Resolução CJF n. 398, de 26 de outubro de 2005), bem como para atender ao estatuído na Resolução CJF n. 446, de 9 de junho de 2005, e na Resolução CNJ n. 4, de 16 de agosto de 2005.

A Corregedora-Geral, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, foi condecorada com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grã-Cruz, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT.



Sumário



Início

Além do cumprimento das atribuições definidas no Regimento Interno, as atividades da Corregedoria-Geral se estendem à participação em reuniões, encontros e seminários destinados à definição de procedimentos uniformes, nos quais são discutidas alternativas para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. O exercício dessas tarefas é, contudo, de grande importância para o resultado dos objetivos traçados. Em 2005, a Corregedoria-Geral participou de sete fóruns de corregedores-gerais, de um encontro e de um seminário, além de proferir palestras e discursos.

**QUADRO 70**  
**PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS**

EVENTO	DATA	LOCAL
Fórum Permanente de Corregedores-Gerais da Justiça Federal	28/02	São Paulo/SP
	17/03	Goiânia/GO
	18/04	Passo Fundo/RS
	13/05	Vitória/ES
	23/05	Brasília/DF
	26/08	Brasília/DF
	17/11	São Paulo/SP
XXII Encontro da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE	16 a 18/11	São Paulo/SP
1º Encontro dos Novos Juizes Federais Substitutos, promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE ▶ Palestra: “O papel das Corregedorias”	22/09	Maceió/AL
4ª Jornada Jurídica de Parnaíba – PI ▶ Palestra: “Competência da Justiça Federal no contexto das Reformas Políticas”	28/10	Parnaíba/PI
Curso de Preparação para Juizes Federais Substitutos, realizado pela ESMF – TRF da 1ª Região ▶ Palestra: “O papel da Corregedoria-Geral”	25/06 a 08/07	Brasília/DF
Discurso como paraninfa da Turma de Formandos em Direito do UNICEUB	05/09	Brasília/DF
Seminário sobre Planos de Saúde, realizado pela Associação dos Magistrados dos Tribunais Superiores	08 a 11/09	Santiago do Chile

Sumário



Início

Em 2005, completaram-se as correições gerais ordinárias nas 14 Seções Judiciárias da Primeira Região. Nos procedimentos de correição, foi incluída a realização de reuniões com os magistrados e servidores, com o objetivo de firmar a atuação preventiva da Corregedoria-Geral, que, além da competência prevista no plano constitucional (art. 96, I, b, da CF/88) e infraconstitucional (Lei n. 5.010/66), visa:

- a) evitar situações negativas que possam repercutir na eficiência dos serviços da Justiça Federal da Primeira Região;
- b) possibilitar que o Tribunal conheça, de perto, os problemas e dificuldades enfrentados pela Justiça Federal;
- c) permitir a busca de soluções para o aperfeiçoamento e a racionalização dos serviços prestados.

**QUADRO 71**  
**CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS**

SEÇÃO JUDICIÁRIA	PERÍODO	VARAS	JUÍZES PARTICIPANTES	RELATÓRIO APROVADO EM
Piauí	14 a 22/03	Todas (6) + Turma Recursal	Reynaldo Soares da Fonseca	25/08
Amapá	04 a 08/04	Todas (3)	Cândido Moraes Pinto Filho	25/08
Tocantins	02 a 06/05	Todas (3) + Turma Recursal	Reynaldo Soares da Fonseca	25/08
Roraima	30/05 a 03/06	Todas (3)	Iran Velasco Nascimento	25/08
Acre	16 a 23/06	Todas (4) + Turma Recursal	Reynaldo Soares da Fonseca	25/08
Amazonas (Manaus e Tabatinga)	15 a 19/08	Todas (6) + Turma Recursal (AM e RR) + Vara Única de Tabatinga/AM	Evaldo de Oliveira Fernandes Filho (Manaus) Antonio Oswaldo Scarpa (Manaus) Reynaldo Soares da Fonseca (Tabatinga/AM)	pendente de julgamento
Pará (Belém, Marabá e Santarém)	12 a 21/09	Todas (8) + Turma Recursal (PA e AP) + Varas Únicas de Santarém e Marabá/PA	Mônica Neves Aguiar da Silva (Belém) Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas (Belém) Cândido Moraes Pinto Filho (Santarém) Marcelo Dolzany da Costa (Marabá)	pendente de julgamento
Mato Grosso (Cuiabá e Cáceres)	03 a 11/10	Todas (6) + Turma Recursal + Vara Única de Cáceres/MT	Sônia Diniz Viana (Cuiabá) Evaldo de Oliveira Fernandes Filho (Cuiabá e Cáceres)	pendente de julgamento
Rondônia	24 a 27/10	Todas (4) + Turma Recursal	Reynaldo Soares da Fonseca Rafael Paulo Soares Pinto	pendente de julgamento
Bahia (Salvador)	21/11 a 02/12	Todas (23) + Turma Recursal	Sônia Diniz Viana Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca	pendente de julgamento

Sumário



Início

No que tange às Varas de Juizados Especiais Federais e às Turmas Recursais, foi mantido estreito contato com os Juízes Federais nelas atuantes, com a promoção de reuniões conjuntas com a Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região – COJEF, representada pelo então Coordenador, Desembargador Federal Ítalo Fioranti Sabo Mendes. Nesses encontros, o objetivo único foi o de otimizar os serviços judiciários nos Juizados Especiais Federais, por meio da realização de mutirões, prontamente apoiados por todos os magistrados envolvidos. Foi também definido o encaminhamento à Presidência do Tribunal de propostas que visassem à melhor estruturação dos Juizados, no que se refere às instalações e ao quadro de servidores, atualmente bastante reduzido frente ao grande volume de processos em tramitação nos JEFs.

A partir dos resultados das correções gerais ordinárias, foi solicitada a realização de esforço concentrado, no regime de mutirão:

a) na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará, para prolação de sentenças, com a participação de magistrados daquela e de outras Seções Judiciárias;

b) na 8ª Vara Federal (JEF) da Seção Judiciária do Estado do Pará, para a antecipação de audiências designadas;

c) na Subseção Judiciária de Santarém/PA, para atualização dos serviços afetos à Secretaria da Vara;

d) na 6ª Vara Federal (JEF) da Seção Judiciária do Estado do Piauí, aos sábados, para juntada de elevado número de petições pendentes — aproximadamente 3.600 — com atraso de até 4 meses, com o apoio de servidores de outras Varas da Seccional;

e) na Secretaria da 4ª Vara Federal (JEF) da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, para diminuição do número de Requisições de Pequeno Valor – RPVs pendentes de expedição, realizadas por servidores, inclusive cedidos por outras Varas da Seccional;

f) na 3ª Vara Federal (JEF) da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, pelo período de 120 dias, para antecipação de audiências já designadas — inclusive para abril de 2006 — e para prolação de sentenças em processos com conclusão antiga;

g) na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, por 30 dias, para expedição de aproximadamente 700 Requisições de Pequeno Valor – RPVs;

h) na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás,

[Sumário](#)[Início](#)

para prolação de sentenças, com a participação de três juízes federais substitutos.

Ao apreciar o relatório da correição geral ordinária realizada na Seção Judiciária do Estado de Goiás e tomar conhecimento dos fatos nela apurados, a Corte Especial Administrativa determinou a realização de Correição Extraordinária na 3ª Vara Federal daquela Seção Judiciária. A correição extraordinária foi realizada no período de 23/08 a 1º/09/2005, com o auxílio do Juiz Federal Cândido Moraes Pinto Filho, titular da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

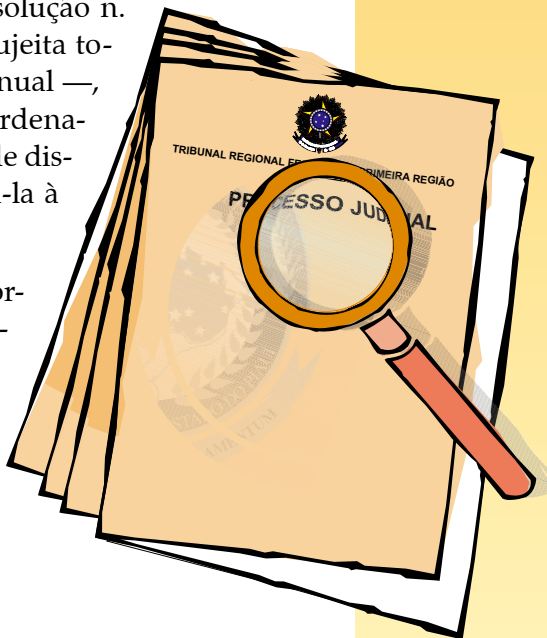
## INSPEÇÕES ANUAIS

Todas as Varas da Justiça Federal da Primeira Região apresentaram o calendário do período de realização das inspeções anuais e enviaram regularmente os respectivos relatórios.

Tendo em vista dificuldade de efetivo cumprimento, no prazo fixado, do disposto no art. 21, I, da Resolução n. 418/2005 do Conselho da Justiça Federal — que sujeita todos os processos em trâmite na Vara à inspeção anual —, a Corregedoria-Geral encaminhou ofício ao Coordenador-Geral da Justiça Federal, sugerindo alteração de dispositivos da Resolução mencionada, para adequá-la à realidade da Justiça Federal da Primeira Região.

O assunto foi apreciado pelo Fórum de Corregedores-Gerais da Justiça Federal, tendo a proposta sido acolhida e encaminhada ao Conselho da Justiça Federal, que deliberou pela alteração pontual da aludida Resolução.

O CJF expediu, então, a partir das sugestões da COGER, a Resolução n. 475/2005.



Sumário



Início

## ÂMBITO ADMINISTRATIVO E DISCIPLINAR

Consoante disposições regimentais, a Corregedoria-Geral promoveu, no ano de 2005, intenso trabalho de sindicância relacionado a faltas atribuídas a juízes federais e a juízes federais substitutos, puníveis com advertência ou censura, presidindo, ainda, inquéritos destinados à apuração de infrações penais praticadas por magistrados da Primeira Região, submetendo-os à apreciação da Corte Especial, na forma das disposições da Lei Complementar n. 35/79 – LOMAN e do Regimento Interno do Tribunal.

Promoveu, ainda, intensa e contínua fiscalização e supervisão dos trabalhos relacionados ao aperfeiçoamento, à disciplina e estatística forense da primeira instância, ao funcionamento de seus serviços, elaborando relatórios desses trabalhos e submetendo-os ao conhecimento dos membros da Corte Especial e do Tribunal, conforme disposições regimentais.

Os trabalhos da Corregedoria-Geral tiveram a relevante colaboração do Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca nas correições gerais ordinárias; na área regulamentar (provimentos, orientações e portarias); na movimentação, promoção, remoção e permuta de Juízes Federais e na área disciplinar. Outros magistrados auxiliaram a Corregedoria-Geral nas sindicâncias e nos processos administrativos disciplinares, envolvendo servidores ou magistrados da Primeira Região:

- a) Juíza Federal Sônia Diniz Viana, titular da 6ª Vara Federal de Minas Gerais, na Sindicância n. 2003.00420-DF, julgada em 27/10/2005 pela Corte Especial Administrativa;
- b) Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto, titular da 23ª Vara Federal da Bahia, no Processo Administrativo Disciplinar n. 2005.00384-DF, para colher depoimentos de magistrados, julgado em 15/12/2005, pelo Conselho de Administração;
- c) Juiz Federal Ávio Mozar José Ferraz de Novaes, Diretor do Foro da Seccional da Bahia em exercício, na Sindicância n. 2005.00220-DF, julgada em 24/11/2005 pela Corte Especial Administrativa.

Sumário



Início



## OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

O Provimento Geral Consolidado determina que “cabe à Ouvidoria da Justiça Federal da Primeira Região propor ao corregedor-geral a imediata adoção de medidas adequadas a sanar eventuais erros, omissões ou abusos detectados na Justiça Federal da Primeira Região”. Menciona o Provimento que esse serviço tem como características a rapidez, a informalidade, a eficiência e a discrição, na pronta satisfação do interessado.

A receptividade e a efetiva utilização dos serviços oferecidos pela Ouvidoria se demonstra pela demanda atualmente existente e pelo quantitativo de solicitações encaminhadas pessoalmente, por telefone, por meio de formulários eletrônicos e da página do Tribunal, por *e-mails* e por correspondências, bem como por formulários que são depositados em urnas instaladas nos prédios da Justiça Federal da Primeira Região.

Em 2005, foram realizados 4.420 atendimentos por telefone, 3.242 por *e-mail*, 220 pessoalmente, além de terem sido expedidos 690 correspondências e 563 ofícios.

Para atender às novas Subseções Judiciárias, criadas pela Lei n. 10.772/2003, foi iniciado o processo de confecção de novas urnas, bem como o encaminhamento de material de expediente e divulgação necessário aos serviços da Ouvidoria.

Sumário



Início

A Corregedoria-Geral, a par da legislação específica, vem orientando os serviços da Justiça Federal de primeiro grau mediante a expedição de provimentos, orientações normativas, circulares, portarias, ofícios e memorandos. No ano de 2005, foram editados oito provimentos, uma orientação normativa e 50 portarias.

**QUADRO 72**  
**PROVIMENTOS/ORIENTAÇÕES NORMATIVAS**

PROVIMENTO	ASSUNTO	OBSERVAÇÃO
Provimento COGER n. 16, de 1º de março de 2005	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da especialização da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG em matéria previdenciária, com Juizado Especial Federal Cível adjunto, ordenada pela Resolução n. 600-017, de 20 de dezembro de 2005, e adota outras providências.	Publicado no DJ de 09/03/2005
Provimento COGER n. 17, de 8 de março de 2005	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da criação da 14ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás, destinada a Juizado Especial Federal Cível, e adota outras providências.	Publicado no DJ de 11/03/2005
Provimento COGER n. 18, de 20 de abril de 2005	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da transformação da 5ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia em Vara de Juizado Especial Federal Cível, ordenada pela Resolução n. 600-011, de 1º de abril de 2005; da implantação da 23ª Vara da referida Seccional, destinada, também, a Juizado Especial Federal Cível, conforme diretriz fixada pela Resolução n. 600-12, de 1º de abril de 2005, e adota outras providências.	Publicado no DJ de 26/04/2005
Provimento COGER n. 19, de 15 de agosto de 2005	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da criação de Varas Federais em novas Subseções Judiciárias da Primeira Região (Leis n. 10.772, de 21 de novembro de 2003, e 10.934, de 11 de agosto de 2004; Resolução n. 600-018, de 28 de junho de 2005).	Publicado no DJ de 18/08/2005
Provimento COGER n. 20, de 26 de agosto de 2005	Altera dispositivo do Provimento Geral Consolidado, de 26 de março de 2002, referente ao Rol de Culpados e Registro de Suspensão Condicional de Execução da Pena e determina outras providências.	Publicado no DJ de 31/08/2005
Provimento COGER n. 21, de 5 de setembro de 2005	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da transformação da 1ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais em Vara de Juizado Especial Federal Cível, ordenada pela Resolução n. 600-024, de 1º de setembro de 2005, e adota outras providências.	Publicado no DJ de 12/09/2005
Provimento COGER n. 22, de 5 de setembro de 2005	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da transformação da 9ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia em Vara de Juizado Especial Federal Cível, ordenada pela Resolução n. 600-024, de 1º de setembro de 2005, e adota outras providências.	Publicado no DJ de 16/09/2005
Provimento COGER n. 23, de 10 de outubro de 2005	Altera dispositivos do Provimento COGER n. 3, de 26 de março de 2002, e dá outras providências.	Publicado no DJ de 14/10/2005
Orientação Normativa n. 22, de 25 de julho de 2005 – COGER	Orienta o cumprimento da Resolução CJF n. 441, de 9 de junho de 2005, que trata da distribuição na Justiça Federal de primeiro e segundo graus.	Publicada no DJ de 29/07/2005

Sumário



Início

## ATIVIDADES PROCESSANTES DA COGER

A partir de dados colhidos no sistema SISDOC, em 2005, foram recebidos, na Corregedoria-Geral, 4.257 documentos, dos quais 4.231 foram cadastrados.

Em 2005, dos 767 processos cadastrados 636 foram arquivados. Permanecem em tramitação 131 desses processos, que, somados aos atuados em anos anteriores, totalizam 243 processos em tramitação.

O total de processos arquivados no ano de 2005 chegou a 1.164, sendo que 397 foram cadastrados em anos anteriores.

QUADRO 73  
PROCESSOS ARQUIVADOS

CLASSE	TOTAL DA CLASSE
Correição parcial	107
Correição extraordinária	2
Representação	20
Expediente administrativo	176
Inspeção ordinária	286
Processo avulso	472
Sindicância	9
Processo administrativo disciplinar	2
Recurso em sindicância	1
Recurso em processo administrativo disciplinar	2
Correição geral ordinária	19
Consulta	61
Inquérito	6
Procedimento administrativo	1
<b>TOTAL</b>	<b>1.164</b>

A COGER manifestou-se, ainda, em mais de 500 processos administrativos.

Sumário



Início

QUADRO 74  
DECISÕES E DESPACHOS

ATIVIDADE	DECISÕES*	DESPACHOS*
Consulta	4	151
Correição extraordinária	–	5
Correição geral ordinária	4	100
Correição parcial	30	253
Expediente administrativo	64	455
Inquérito	–	9
Inspeção ordinária anual	176	715
Processo administrativo disciplinar	1	8
Processo avulso	42	863
Recurso em sindicância	–	1
Representação	8	126
Sindicância	2	18
<b>TOTAL</b>	<b>330</b>	<b>2.704</b>

\* Quantidades estimadas.

Sumário



Início

## ATIVIDADES JUDICANTES

O volume de processos distribuídos para as Varas voltou a crescer — 10% a mais que em 2004 —, contudo ainda foi menor que o valor verificado em 2003. Já os Juizados tiveram redução expressiva do total de processos distribuídos — 15% em relação ao total verificado no ano anterior —, o que parece apontar para o fato de a demanda reprimida ter sido atendida e estabilizada, dado a se comprovar em 2006, caso o valor se mantenha estável ou essa redução se repita.

A implantação de 17 Varas de Juizado, em 2004, proporcionou um aumento impressionante no volume de processos julgados, que chegou a quase meio milhão, mais que o dobro do ano anterior. A média de processos julgados por Juizado, em 2005, foi de 7.500, com evolução significativa sobre a média de 2004 (6.356). Isso se deveu ao fato de que diversos Juizados, antes adjuntos ou autônomos como serviço destacado, foram substituídos por Varas de JEF e, também, pela implantação do JEF virtual em quase todas as Seccionais.

[Sumário](#)[Início](#)

QUADRO 75  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO  
NA PRIMEIRA INSTÂNCIA\*

SEÇÃO JUDICIÁRIA		QUANTIDADE DE PROCESSOS		
		DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
AC	Varas	2.035	1.399	7.598
	Juizados	20.342	24.484	9.862
	Turma Recursal	4.426	2.252	2.788
AM	Varas	8.967	3.697	47.283
	Juizados	8.409	10.057	20.930
	Turma Recursal	6.149	4.989	2.791
AP	Varas	2.052	913	12.011
	Juizados	6.364	6.652	3.065
BA	Varas	34.774	19.739	131.438
	Juizados	92.165	130.812	124.208
	Turma Recursal	3.979	1.396	3.297
DF	Varas	38.025	23.700	144.773
	Juizados	57.110	49.063	57.494
	Turma Recursal	2.136	1.831	1.458
GO	Varas	24.649	13.616	89.348
	Juizados	20.661	31.409	28.441
	Turma Recursal	3.951	3.410	2.139
MA	Varas	14.310	5.652	62.031
	Juizados	24.930	21.779	44.616
	Turma Recursal	4.840	875	4.317

Sumário



Início

SEÇÃO JUDICIÁRIA		QUANTIDADE DE PROCESSOS		
		DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	EM TRAMITAÇÃO
MG	Varas	91.810	47.558	305.363
	Juizados	66.346	119.052	244.176
	Turma Recursal	13.615	3.915	12.287
MT	Varas	19.399	7.752	43.385
	Juizados	14.247	12.981	22.690
	Turma Recursal	1.936	1.849	445
PA	Varas	14.092	9.111	78.442
	Juizados	28.169	20.852	62.638
	Turma Recursal	2.139	1.095	2.171
PI	Varas	7.607	3.818	35.392
	Juizados	15.468	12.115	25.336
	Turma Recursal	1.114	1.620	176
RO	Varas	7.964	4.548	19.723
	Juizados	17.396	16.107	27.139
	Turma Recursal	2.448	704	382
RR	Varas	2.618	965	9.197
	Juizados	5.616	4.639	5.876
TO	Varas	3.254	1.251	7.631
	Juizados	4.820	5.059	7.404
	Turma Recursal	452	639	63

\* Dados fornecidos pela Divisão de Estatística – DIEST/SECIN.

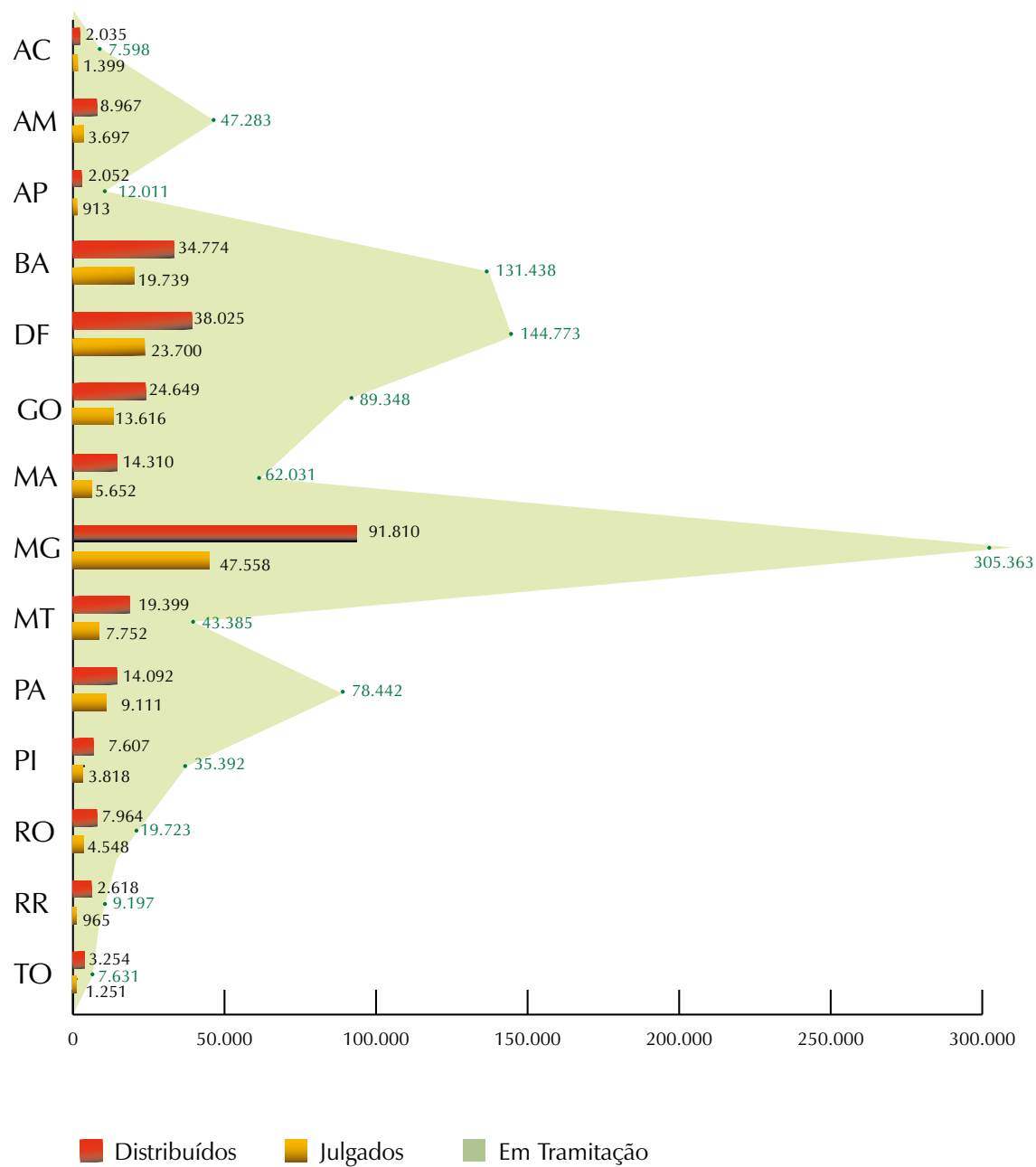
Sumário

Sumário



Início

GRÁFICO 5  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO  
NAS VARAS FEDERAIS



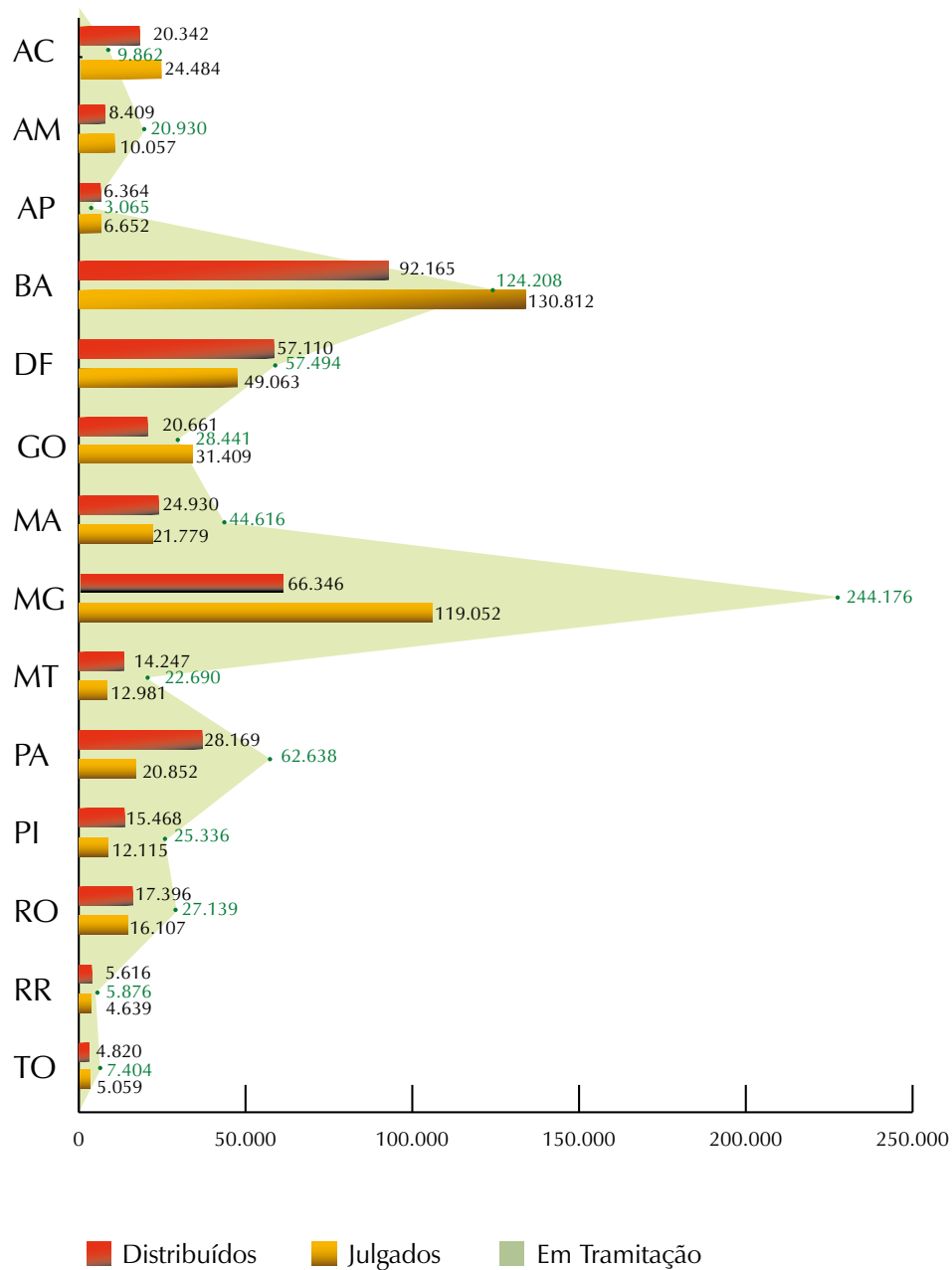
Sumário

<< >>

Início



GRÁFICO 6  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO  
NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

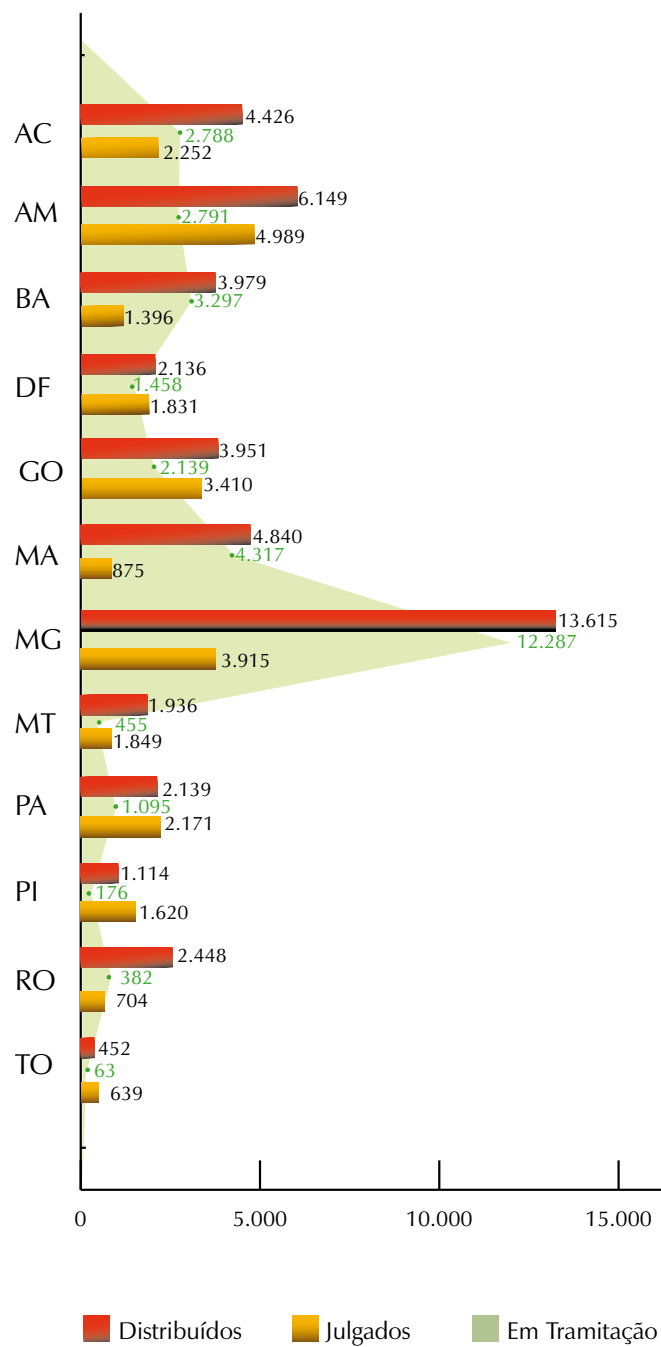


Sumário



Início

GRÁFICO 7  
 PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO  
 NAS TURMAS RECURSAIS



Sumário

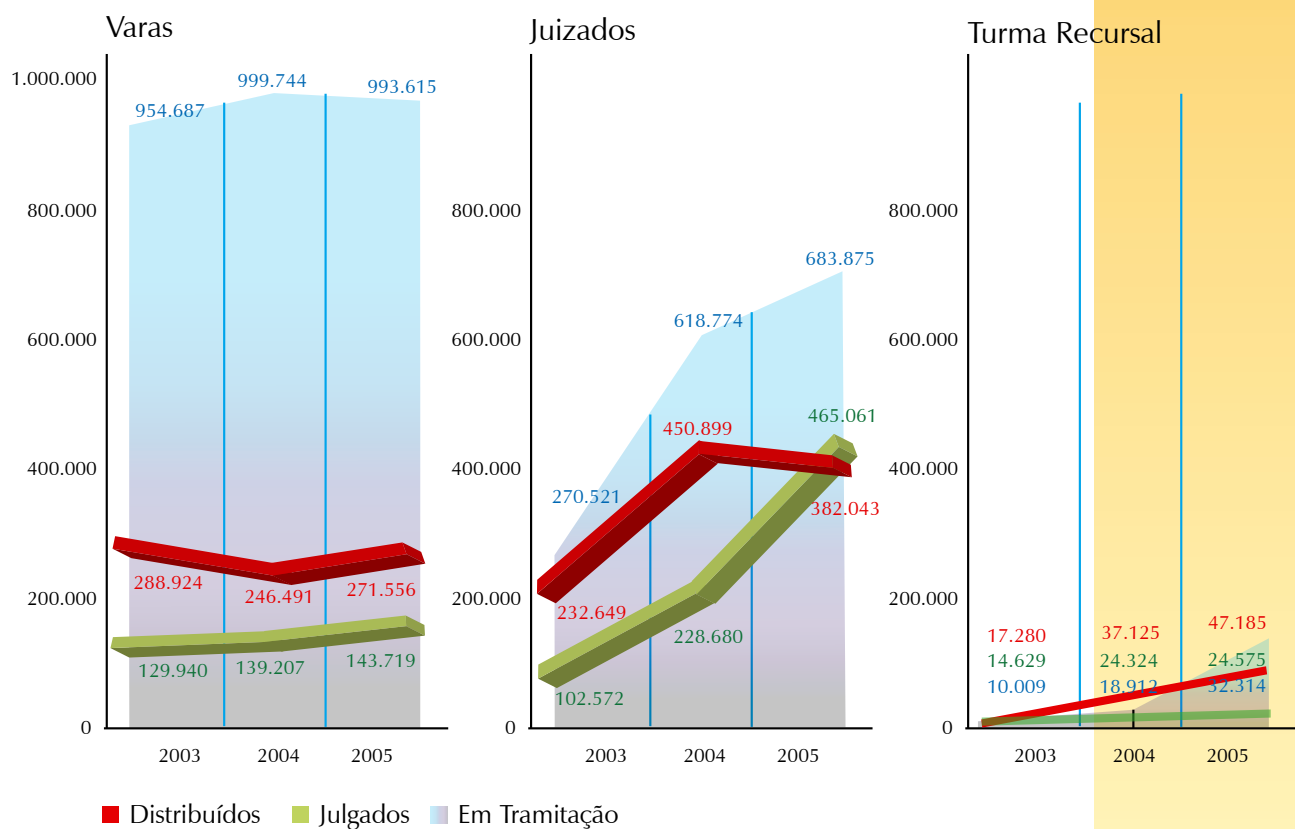
<< >>

Início

QUADRO 76  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS  
E EM TRAMITAÇÃO NAS SECCIONAIS

	DISTRIBUÍDOS			JULGADOS			EM TRAMITAÇÃO		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Varas	288.924	246.491	271.556	129.940	139.207	143.719	954.687	999.744	993.615
Juizados	232.649	450.899	382.043	102.572	228.680	465.061	270.521	618.774	683.875
Turma Recursal	17.280	37.125	47.185	14.629	24.324	24.575	10.009	18.912	32.314
<b>TOTAL</b>	<b>538.853</b>	<b>734.515</b>	<b>700.784</b>	<b>247.141</b>	<b>392.211</b>	<b>633.355</b>	<b>1.235.217</b>	<b>1.637.430</b>	<b>1.709.804</b>

GRÁFICO 8  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, JULGADOS E EM TRAMITAÇÃO  
NAS SECCIONAIS



Sumário



Início

# ESMAF

ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Sumário



Início

ESCOLA DE  
MAGISTRATURA FEDERAL  
DA PRIMEIRA REGIÃO

SEÇÃO DE  
TREINAMENTO E  
APERFEIÇOAMENTO  
DE MAGISTRADOS

SEÇÃO DE  
ESTUDOS, PESQUISAS  
E INFORMAÇÕES

Sumário



Início

## ENCONTROS NACIONAIS DE ESCOLAS DE MAGISTRATURA FEDERAL

O ano de 2005 foi marcado por quatro encontros nacionais de diretores de escolas de magistratura federal. Diante das inovações trazidas pela criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, foram discutidos aspectos relativos à seleção, formação e especialização de magistrados. Como resultado, foi elaborado documento contendo a sugestão de unificação do programa de formação de juízes federais substitutos com posterior encaminhamento à comissão de criação da ENFAM. Foram discutidos, ainda, critérios a ser observados no período de aquisição de vitaliciedade, promoção e remoção por mérito dos magistrados federais.

[Sumário](#)[Início](#)

QUADRO 77  
EVENTOS REALIZADOS PELA ESMAF

EVENTO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
Curso de Latim – módulo I	21/02 a 24/08	96	15
Curso de Latim – módulo II	29/08 a 07/12	50	
Curso para juízes federais substitutos da Primeira Região aprovados no X concurso	25/06 a 08/07	70	29

## CURSO DE LATIM

Latim e linguagem forense são assuntos que se inter-relacionam na vida jurídica. Assim, a ESMAF, considerando as necessidades dos magistrados da Primeira Região, promoveu, em 2005, o Curso de Latim, realizado no Centro de Treinamento da Justiça Federal – CENTREJUFE, com dois módulos.

No módulo I, foram transmitidas aos participantes noções gramaticais básicas para utilização instrumental da língua latina, leitura e compreensão de textos latinos, brocados e expressões jurídicas. No módulo II, o complemento e a ampliação do conhecimento da gramática latina, com ênfase na leitura de textos literários, especialmente na área jurídica, visando à consolidação da aprendizagem gramatical e à assimilação progressiva da fraseologia latina.



Sumário



Início

## CURSO DE PREPARAÇÃO DE JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS

Com a posse dos juízes federais substitutos, a ESMAF realizou no CENTREJUFE o Curso de Preparação de Juízes Federais Substitutos, cuja palestra de abertura foi proferida pelo Diretor da Escola, Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias.

Durante o evento, os novos juízes tiveram a oportunidade de assistir a palestras proferidas por desembargadores da Casa, magistrados de outras cortes e por renomados professores sobre temas atuais do direito, como “O novo Código Civil – parte geral”, “A ética do novo juiz”, “Direito Eleitoral da atualidade” e “Juizados Especiais Federais”.

Como parte da programação, os juízes federais substitutos visitaram as instalações do Tribunal. O curso foi encerrado com a palestra do Ministro Gilmar Mendes, do STF, que falou sobre o tema “Novos aspectos do controle de constitucionalidade”.



Sumário



Início



QUADRO 78

EVENTOS REALIZADOS NO CENTREJUFE EM PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES

EVENTO	ENTIDADE PROMOTORA	PERÍODO
II Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura Federal	Centro de Estudos Judiciários do CJF, ESMAF, AJUFE	14 e 15/03
III Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura Federal	ESMAF e AJUFE	03/10
IV Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura Federal		24/10
V Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura Federal		12/12

QUADRO 79

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

Tendo em vista a importância da reciclagem para o aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos pela ESMAF, o Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias participou, juntamente com magistrados de outros tribunais superiores, de três cursos voltados para a preparação dos dirigentes de escolas de magistratura.

EVENTO	ENTIDADE PROMOTORA	PERÍODO
Curso de Formação de Formadores	Escola Nacional de Magistratura e Embaixada da França	04 a 14/04
Seminário de Direitos Humanos	AJUFE/MG	18 e 19/04
Seminário A Reforma do Código de Processo Civil	Tribunal Regional Federal da Quarta Região	04 e 05/08

Sumário



Início

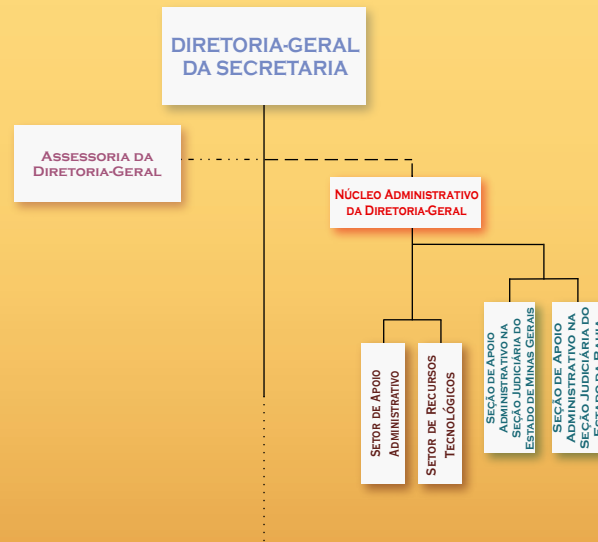
# DIGES

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA

Sumário



Início



Sumário



Início

A Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES tem a importante função de transformar as diretrizes emanadas da Presidência do Tribunal em planos de ação efetivos, em consonância com os modernos preceitos da administração pública do Poder Judiciário.



Em 2005, tomou posse, como Diretor-Geral do Tribunal, Washington Luiz Ribeiro da Silva, Prata da Casa, servidor da Justiça Federal da Primeira Região desde 1991, dando prosseguimento ao trabalho que vinha sendo conduzido interinamente pelo Diretor da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária – SECOR, Carlos Frederico Maia Bezerra.

A administração participativa foi a mola mestra das ações da Diretoria-Geral, especialmente com a liberação da agenda e a possibilidade de os diretores de Secretaria tratarem com o Diretor-Geral sem a necessidade de marcar horário. O estilo administrativo participativo, delegando e acompanhando resultados, permitiu ampla interação entre as unidades de apoio e as de assessoria da DIGES e delas com as demais unidades da Secretaria do Tribunal.

Durante o ano de 2005, com os objetivos de fechar a proposta orçamentária, de alcançar a liberação de créditos adicionais e de adotar outras medidas necessárias ao bom andamento das atividades administrativas do Tribunal e das Seccionais, o Diretor-Geral participou dos encontros promovidos pelo Conselho da Justiça Federal. Realizou, ainda, gestões na Secretaria de Patrimônio da União para permuta de imóveis, o que permitiu atender à necessidade de moradia de desembargadores federais.

A atuação da Diretoria-Geral foi promovida em diversas frentes de trabalho, em conjunto com as Secretarias do Tribunal e com as Seccionais vinculadas, cabendo-lhe o planejamento, a coordenação e o acompanhamento dos projetos desenvolvidos.

[Sumário](#)[Início](#)

QUADRO 80  
DOCUMENTOS EXPEDIDOS

TIPO	QUANTIDADE
Circular/DIGES	128
Circular/PRESI	173
Exposição de Motivos	8
Memorando/DIGES	276
Ofício/DIGES	271
Ofício/PRESI	624
Portaria/DIGES	216
Telefax/DIGES	32
Telefax/PRESI	267
<b>TOTAL</b>	<b>1.995</b>

A estatística de expedientes elaborados pela DIGES, em 2005, permite comprovar a dedicação dos servidores e o desempenho da unidade.

Foram recebidos 1.029 processos administrativos, que, após análise e parecer, ocasionaram 1.891 movimentações no Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos – SISPRA.

## PROTOCOLO EXTERNO

A preocupação maior da Justiça é atender ao jurisdicionado. Assim, com o objetivo de facilitar a entrega e o recebimento de petições, em um tempo em que o acesso ao centro das cidades é cada vez mais tumultuado, foi construído e implementado, em 2005, o protocolo externo do Tribunal, localizado ao lado do Edifício Anexo I. Por meio desse serviço, as partes podem, sem sair do carro, protocolizar petições destinadas aos processos em tramitação no Tribunal.

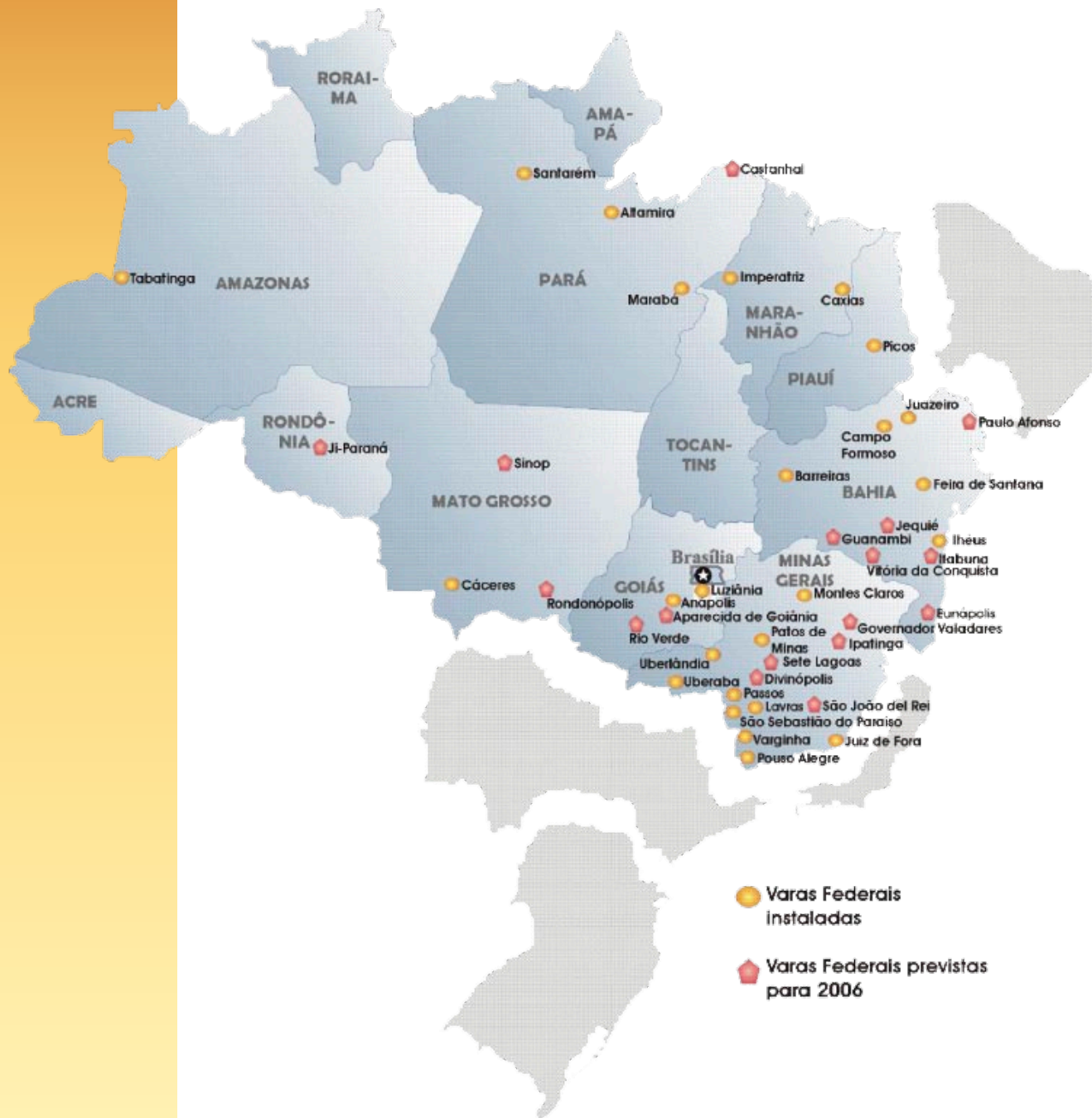


Sumário



Início

GRÁFICO 9  
INTERIORIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO



Sumário



Início

## INSTALAÇÃO DE VARAS FEDERAIS

As ações para implantação das novas Varas Federais foram desenvolvidas em cumprimento à Lei n. 10.772, de 21/11/2003, que criou 183 Varas na Justiça Federal, sendo 59 na Primeira Região, a ser implantadas de forma escalonada até 2007, e ao art. 121 da Lei n. 10.934, de 11/08/2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que antecipou o cronograma de implantação para 2005.

Para que fosse possível a implantação de 22 novas Varas Federais em 2005, especialmente as 17 destinadas ao interior, foram tomadas inúmeras providências:

a) criação de instrumentos gerenciais para acompanhamento e coordenação regional de todas as fases da instalação das novas Varas, desde as negociações preliminares para identificação de imóveis até as solenidades de instalação;

b) coordenação das equipes técnicas do Tribunal envolvidas com a implantação das novas Varas, principalmente das áreas de magistratura, recursos humanos, orçamento, engenharia e informática;

c) criação de página ([intranet.trf1.gov.br/novasvaras](http://intranet.trf1.gov.br/novasvaras)) e do *e-mail* de grupo ([novasvaras@trf1.gov.br](mailto:novasvaras@trf1.gov.br)) para agilizar a comunicação na Primeira Região, manter disponíveis as principais informações sobre o andamento das instalações e fornecer subsídios para as Seccionais elaborarem projetos básicos e convênios com prefeituras;

d) realização de estudos e elaboração de resoluções e portarias para organização, estruturação e implantação das Varas a ser inauguradas em 2005 e 2006;

QUADRO 81  
VARAS INSTALADAS

SJ	2004		2005	
	CIDADE	QUANTIDADE	CIDADE	QUANTIDADE
AC	Rio Branco	1	–	–
AM	Manaus	1	–	–
	Tabatinga	1	–	–
AP	Macapá	1	–	–
BA	Salvador	2	Barreiras	1
			Campo Formoso	1
			Feira de Santana	1
			Juazeiro	1
			Salvador	1
DF	Brasília	2	Brasília	2
GO	Goiânia	1	Anápolis	1
			Goiânia	1
			Luziânia	1
MA	São Luís	1	Caxias	1
MG	Belo Horizonte	3	Lavras	1
			Montes Claros	1
			Passos	1
			Patos de Minas	1
			Pouso Alegre	1
			São Sebastião do Paraíso	1
			Varginha	1
MT	Cuiabá	1	Cáceres	1
PA	Belém	1	Altamira	1
PI	Teresina	1	Picos	1
RO	Porto Velho	1	–	–
RR	Boa Vista	1	–	–
TO	–	–	Palmas	1
<b>TOTAL</b>		<b>18</b>	<b>TOTAL</b>	<b>22</b>

Sumário



Início

e) realização de estudos e elaboração de proposta, em conformidade com as sugestões apresentadas pelas Seccionais, para redefinição das jurisdições das Varas Federais da Primeira Região.

QUADRO 82  
VARAS A SER INSTALADAS EM 2006

SJ	CIDADE	PREVISÃO DE INSTALAÇÃO	QUANTIDADE
BA	Jequié	janeiro	1
	Vitória da Conquista	janeiro	1
	Guanambi	fevereiro	1
	Paulo Afonso	fevereiro	1
	Eunápolis	março	1
	Itabuna	março	1
GO	Rio Verde	fevereiro	1
	Aparecida de Goiânia	março	1
MG	Divinópolis	janeiro	2
	Ipatinga	março	1
	Sete Lagoas	fevereiro	1
	Governador Valadares	março	2
	São João del-Rei	março	1
MT	Rondonópolis	fevereiro	1
	Sinop	março	1
PA	Castanhal	janeiro	1
RO	Ji-Paraná	janeiro	1
<b>TOTAL</b>			<b>19</b>

Sumário



Início



## DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Em 2005, foram substituídas as assinaturas dos Diários Oficiais impressos destinados às diversas unidades do Tribunal e às Seções Judiciárias vinculadas pela adesão do Tribunal à assinatura eletrônica.

Esse procedimento permitiu considerável redução dos gastos com a contratação dos serviços, além de enquadrar-se na política de racionalização do uso, manuseio e conservação de papéis pela administração pública, uma vez que proporcionou redução significativa da circulação de grandes quantidades diárias de jornal nas dependências do TRF.

Além dos ganhos com a agilidade na pesquisa, a segurança e a disponibilidade da informação, a substituição do documento em papel pelo digital representa economia anual real de quase R\$ 500.000,00. Foram mantidos exemplares em papel apenas para as bibliotecas do Tribunal e das Seccionais.

The screenshot shows a web browser window displaying the website of the Tribunal Regional Federal da Primeira Região. The page title is 'Publicações Oficiais'. The main content area contains a form titled 'Dados da Publicação' with the following fields:

Dados da Publicação	
Entidade de Origem	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Órgão de Origem	- Todos -
Tipo	DJ 02 - Tribunal Federal 1ª Região
Número	DJ 02 - Tribunal Federal 1ª Região
Pesquisa Livre	
Data	

Below the form, there is a list of options for the 'Tipo' field:

- DJ 02 - Tribunal Federal 1ª Região
- DJ 02 - Tribunal Federal 2ª Região
- DJ 02 - Tribunal Federal 3ª Região
- DJ 02 - Tribunal Federal 4ª Região
- DJ 02 - Tribunal Federal 5ª Região
- DJ 02 - EXTRA
- DJ 03 - Ineditoriais
- DJ 03 - Ordem dos Advogados do Brasil
- DJ 03 - Serviços Notariais
- DJ 03 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
- DJ 03 - Tribunal Regional Eleitoral

At the bottom left of the page, there is a note: "Para recuperar todos os documentos basta pressionar o botão Consultar."

Sumário



Início



Solenidade de Descarte da Seção Judiciária do Distrito Federal



Solenidade de Descarte da Seção Judiciária do Estado do Maranhão



Solenidade de Descarte da Seção Judiciária do Estado da Bahia



Solenidade de Descarte da Seção Judiciária do Estado de Goiás



Solenidade de Descarte da Seção Judiciária do Estado do Acre



Solenidade de Descarte da Seção Judiciária do Estado de Rondônia

Sumário

Sumário



Início

## DESCARTE CENTRAL DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

Modernizar os arquivos centrais da Primeira Região é atividade que vem sendo desenvolvida no Tribunal desde 1998, quando foi aprovada a Instrução Normativa IN-14-18 – Gestão de Documentos Jurídicos e Administrativos.

Com a edição da Resolução n. 217/99 do Conselho da Justiça Federal – CJF, tornou-se obrigatória a adoção do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT para toda a Justiça Federal.

No Tribunal, o PCTT foi adotado a partir de janeiro de 2001, quando foram treinados os servidores de todas as unidades administrativas, inclusive dos gabinetes de desembargador federal.

Em 2005, como ponto culminante da gestão documental e, ainda, com os objetivos de ocupar racionalmente o espaço físico e de reduzir custos com a aquisição de estantes, armários, caixas, foi realizado o Primeiro Dia de Descarte Central da Primeira Região. A partir desse momento, os arquivos centrais assumiram a sua posição de repositório dos documentos e processos administrativos que efetivamente possuem valor probatório ou histórico.

Além do Tribunal, participaram do descarte as Seccionais do Acre, da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, do Maranhão e de Rondônia.

O resultado alcançado foi a eliminação de 30.946 documentos e processos administrativos, correspondentes a 9.697 quilogramas de papel inservível, que, após fragmentação, foi doado para instituições filantrópicas.

[Sumário](#)[Início](#)

QUADRO 83  
PRIMEIRO DESCARTE CENTRAL DA PRIMEIRA REGIÃO

ÓRGÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO PRIMEIRO DESCARTE CENTRAL	DOCUMENTOS DESCARTADOS	
			QUANTIDADE	PESO (KG)
TRF – 1ª Região	2000	Sim	17.308	5.900
Seção Judiciária do Estado do Acre	2005	Sim	547	780
Seção Judiciária do Estado do Amazonas	2003 e 2005	Não	–	–
Seção Judiciária do Estado da Bahia	2004	Sim	2.428	600
Seção Judiciária do Distrito Federal	2005	Sim	214	80
Seção Judiciária do Estado de Goiás	2004	Sim	6.649	1.030
Seção Judiciária do Estado do Maranhão	2004	Sim	1.000	807
Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	2005	Não	–	–
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	2001	Não	–	–
Seção Judiciária do Estado de Rondônia	2005	Sim	2.800	500
Seção Judiciária do Estado do Tocantins	2005	Não	–	–
<b>TOTAL</b>			<b>30.946</b>	<b>9.697</b>

Todo o trabalho foi coordenado pela Comissão de Avaliação de Documentos do Tribunal, presidida pelo Desembargador Federal Leomar Barros Amorim e, nas Seccionais, pelas Comissões de Avaliação de cada Seção Judiciária, presididas por Juiz Federal. Os documentos do Tribunal e das Seccionais preservados em decorrência de seu valor histórico já podem fazer parte do Memorial da Primeira Região.

Para que fosse possível analisar os processos administrativos um a um, foram instituídos grupos de trabalho coordenados por multiplicadores voluntários, formados por servidores treinados e por voluntários. Pela relevância do serviço prestado, todos os participantes fizeram jus a certificado e a elogio em seus registros funcionais.

A partir dessa primeira eliminação, será realizado todos os anos, na segunda sexta-feira do mês de novembro, o descarte dos documentos e processos com prazo de guarda vencido. Em 2006, a Comissão de Avaliação de Documentos do Tribunal coordenará as atividades para o descarte de autos findos, já autorizado pela Resolução n. 359/04 do CJE.

Sumário



Início

## GESPÚBLICA

O Modelo de Excelência em Gestão Pública – GESPÚBLICA, instituído pelo Programa da Qualidade no Serviço Público, do Governo Federal, tem como objetivo avaliar, em ciclos contínuos, a qualidade do sistema de gestão e o desempenho das instituições públicas brasileiras, por meio do aprimoramento das práticas de gestão voltadas para a sociedade.

Com o objetivo de investir na qualidade da gestão do Tribunal, foi instituída comissão integrada por 13 servidores, à qual coube implementar a primeira fase do programa, que é a auto-avaliação. As atividades desenvolvidas em 2005 foram as seguintes:

a) realização de treinamento denominado “Curso de Auto-Avaliação Continuada da Gestão Pública”, promovido por membros do Ministério de Orçamento e Gestão, com aulas teóricas e práticas sobre a metodologia do Modelo de Excelência da Gestão Pública;

b) levantamento de dados, nas unidades administrativas, com o objetivo de identificar as práticas de gestão adotadas;

c) consolidação dos dados obtidos nos questionários;

d) validação do diagnóstico, realizada em conjunto com os diretores de secretaria e com os chefes de gabinete e de assessoria de desembargadores federais;

e) validação final do diagnóstico pelos dirigentes estratégicos do Tribunal: o Presidente, o Diretor-Geral e o Secretário-Geral da Presidência;

f) encaminhamento do diagnóstico ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para análise de peritos da área competente daquele órgão;



Sumário



Início

g) validação do diagnóstico com a entrega de certificado de adesão ao programa GESPÚBLICA, no qual foi identificado o nível de gestão alcançado pelo Tribunal.

Com base nos resultados verificados no diagnóstico, foi elaborado o plano de melhoria de gestão, aprovado em 2005, para implementação em 2006 e preparação para a segunda auto-avaliação.

## OBRAS E REFORMAS

Com a implantação de novas Varas Federais, foi intenso o movimento de obras e reformas em 2005. As sedes das 34 Subseções Judiciárias distribuídas nas cidades do interior da Primeira Região, em decorrência da inexistência de recursos para construção e da necessidade de adequação dos imóveis disponíveis, precisaram de ajustes. A reforma de 24 sedes foi concluída em 2005. As outras dez têm sua conclusão prevista para o início de 2006.

Das obras realizadas nas sedes das Seções e Subseções Judiciárias, merecem destaque as das sedes de Mato Grosso e do Piauí e as do Juizado Especial Federal da Bahia, em razão das precárias condições das instalações anteriores. Foram iniciadas as obras de construção da nova sede da Subseção Judiciária de Caxias/MA, cuja edificação se encontra no local onde será construída a Cidade Judiciária naquele município, e da nova sede da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA.

QUADRO 84  
ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E REFORMAS

OBRA/REFORMA	SITUAÇÃO		RECURSOS	
	CONCLUÍDA	EM ANDAMENTO	TRIBUNAL	CONVÊNIO CEF
TRIBUNAL	Adaptação do Edifício Cabo Frio		X	
	Construção do protocolo externo	X		
	Construção da base operacional – garagem	X		
	Construção do CENTREJUE	X		
	Impermeabilização do Edifício-Sede e do Edifício Anexo I	X		
	Reforma do Edifício Anexo I		X	X

Sumário



Início

OBRA/REFORMA	SITUAÇÃO		RECURSOS	
	CONCLUÍDA	EM ANDAMENTO	TRIBUNAL	CONVÊNIO CEF
Construção da nova sede da SJ/AC – Rio Branco	X		X	
Construção da nova sede da SJ/MT – Cuiabá	X		X	
Construção da nova sede da SJ/PI – Teresina		X	X	
Construção da nova sede da SSJ de Imperatriz/MA		X	X	
Construção da nova sede da SSJ de Caxias/MA		X	X	
Construção da SSJ de Tabatinga/AM	X		X	
Instalações elétricas da SSJ de Uberaba/MG		X	X	
Readequação do espaço físico da SJ/PA		X	X	
Reforço da estrutura da SJ/RO		X	X	
Reforma das instalações elétricas da SJ/RR		X	X	
Reforma das instalações elétricas na SJ/TO		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Altamira/PA		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Anápolis/GO	X			X
Reforma – prédio da Vara Federal de Aparecida de Goiânia/GO		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Barreiras/BA	X			X
Reforma – prédio da Vara Federal de Cáceres/MT	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Campo Formoso/BA	X			X
Reforma – prédio da Vara Federal de Castanhal/PA	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Caxias/MA	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Divinópolis/MG	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Eunápolis/BA		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Feira de Santana/BA	X			X
Reforma – prédio da Vara Federal de Governador Valadares/MG		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Guanambi/BA	X			X
Reforma – prédio da Vara Federal de Ilhéus/BA	X		X	

Sumário



Início

OBRA/REFORMA	SITUAÇÃO		RECURSOS	
	CONCLUÍDA	EM ANDAMENTO	TRIBUNAL	CONVÊNIO CEF
Reforma – prédio da Vara Federal de Ipatinga/MG		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Itabuna/BA		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Jequié/BA	X			X
Reforma – prédio da Vara Federal de Ji-Paraná/RO	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Juazeiro/BA	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Lavras/MG	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Luziânia/GO	X			X
Reforma – prédio da Vara Federal de Montes Claros/MG	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Passos/MG	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Paulo Afonso/BA	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Picos/PI	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Pouso Alegre/MG	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Rio Verde/GO		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Rondonópolis/MT	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de São João del-Rei/MG		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de São Sebastião do Paraíso/MG	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Sete Lagoas/MG		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Sinop/MG		X	X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Varginha/MG	X		X	
Reforma – prédio da Vara Federal de Vitória da Conquista/BA	X		X	
Reforma no Edifício-Sede da SSJ de Uberlândia/MG		X	X	

Sumário



Início



## AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

A criatividade é fundamental na gestão dos recursos públicos. Essa é a realidade quando se trata de ampliação do espaço físico, diante da impossibilidade atual de construção de complexo que possa abrigar todas as unidades do Tribunal.

Em um primeiro momento, para sanar a dificuldade dos gabinetes de desembargador federal em armazenar processos sob sua guarda, utilizando-se da estrutura existente e com o menor gasto possível, foi remanejada a área da garagem do Edifício-Sede para a construção de armários exclusivos para cada gabinete. Com essa ação, foi possível a liberação de espaço físico e a melhoria do fluxo de trabalho.

Contudo, com a criação de mais 59 Varas Federais, o acúmulo de processos, que já demanda maior espaço físico nos gabinetes dos desembargadores federais, agrava-se ainda mais.

A provável ampliação do número de desembargadores federais para 51, projeto de lei que se encontra em fase de apreciação pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, é circunstância que pode piorar essa situação.

Assim, antevendo o futuro e para evitar prejuízo à atividade jurisdicional, foram realizadas pelo Presidente do Tribunal gestões no Conselho da Justiça Federal – CJF, recém-instalado no prédio do Superior Tribunal de Justiça – STJ, com o fim de solicitar a doação ao Tribunal do Edifício Cabo Frio, prédio anteriormente ocupado pelo CJF.

Atendido o pleito, foram iniciadas as atividades destinadas à preparação para o remanejamento de unidades do Tribunal para o Edifício Cabo Frio, que abrigará a área administrativa, o que permitirá a adaptação do Edifício Anexo I para os novos gabinetes de desembargadores.

[Sumário](#)[Início](#)



Auditório do Edifício Cabo Frio

Sumário



Início

**QUADRO 85**  
**OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES**

Adoção, no Tribunal e, em especial, nas novas Varas Federais instaladas, de tecnologia de ponta com o <i>terminal server</i> , que permite aprimorar os recursos de implantação de <i>software</i> das empresas, garantindo maior confiabilidade aos dados disponibilizados e eficiência nas consultas.
Realização de convênios e parcerias decorrentes de articulações externas para fazer frente às dificuldades orçamentárias vivenciadas pelo setor público.
Modernização dos elevadores do Edifício-Sede do TRF a fim de garantir a segurança de magistrados e servidores.
Adequação da carga elétrica do Edifício-Sede.
Construção de guarita no CENTREJUFE.
Participação ativa nos Tribunais Superiores, no CJF, nos demais TRFs e no Tribunal de Contas da União, buscando beneficiar magistrados e servidores, a exemplo do aumento do auxílio-alimentação, auxílio-creche, pagamento de quintos e das diferenças a que os magistrados faziam jus.

[Sumário](#)[Início](#)

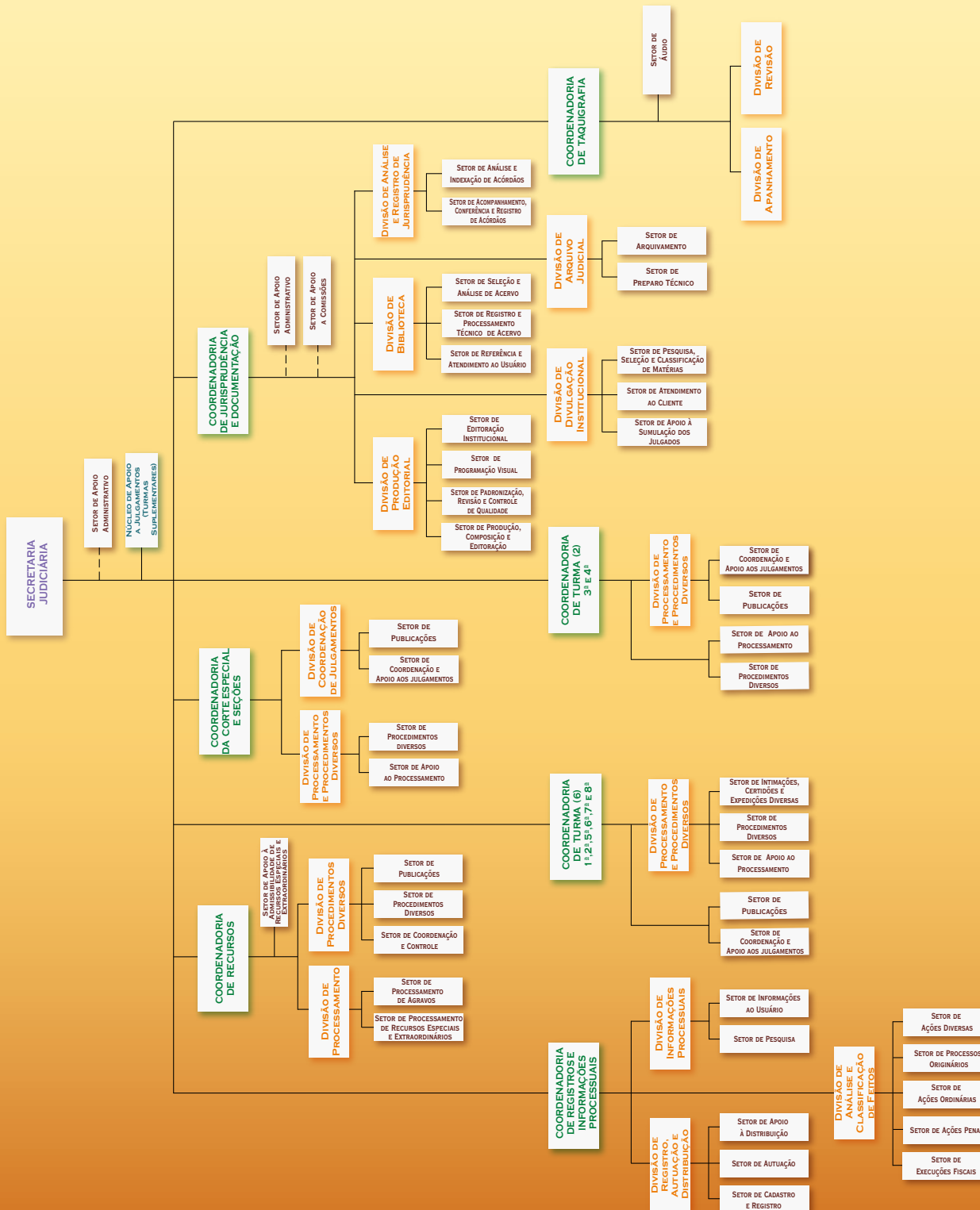
# SECJU

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Sumário



Início





## TURMAS SUPLEMENTARES

Criadas em 2001 com a finalidade de julgar processos autuados no período de 1989 a 2000 que se encontravam em fase de julgamento, as Turmas Suplementares funcionaram por mais de quatro anos nesta Casa, em regime de esforço concentrado. Em 2005, tiveram seus trabalhos encerrados por decisão da Corte Especial, homologada pela Resolução n. 600-022.

Durante todo o período de funcionamento, as três Turmas Suplementares contaram com o trabalho e a dedicação dos 37 juízes que nelas atuaram, além dos servidores, prestadores de serviço e estagiários que contribuíram para que fossem julgados, até seu encerramento, 39.920 processos. No ano de 2005, foram realizadas 65 sessões, todas ordinárias: 23 pela Primeira Turma, 24 pela Segunda Turma e 18 pela Terceira Turma.

O relevante serviço desempenhado por esses órgãos julgadores foi de grande valia para o exercício da prestação jurisdicional do Tribunal. No entanto, para que fossem otimizados os recursos humanos e financeiros, buscou-se alternativa que continuasse a atender às demandas internas da Corte.

No novo modelo aprovado, os desembargadores federais podem, em caráter excepcional e quando o acúmulo de serviço o exigir, indicar ao presidente do Tribunal a convocação de juizes federais para atuar exclusivamente nos processos de competência das Turmas, em sistema de rodízio.

Os juízes auxiliares também substituem os desembargadores federais em suas férias, afastamentos e impedimentos eventuais. Para atender aos juízes auxiliares nos dias em que estiverem no Tribunal para julgamento, foi criado o Setor de Apoio aos Juízes Auxiliares – SETAUX, vinculado à Presidência.

[Sumário](#)[Início](#)

**QUADRO 86**  
**DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES**  
**PROCESSOS ATRIBUÍDOS**

TURMA SUPLEMENTAR	PROCESSOS ATRIBUÍDOS					
	2001	2002	2003	2004	2005*	TOTAL
Primeira Turma	3.679	5.856	1.989	501	501	12.526
Segunda Turma	4.343	5.504	1.683	3.291	547	15.368
Terceira Turma	7.106	4.224	2.736	3.305	66	17.437
<b>TOTAL</b>	<b>15.128</b>	<b>15.584</b>	<b>6.408</b>	<b>7.097</b>	<b>1.114</b>	<b>45.331</b>

\* Dados fornecidos pela Divisão de Estatística – DIEST/SECIN.

**QUADRO 87**  
**DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES**  
**PROCESSOS JULGADOS**

TURMA SUPLEMENTAR	PROCESSOS JULGADOS					
	2001	2002	2003	2004	2005*	TOTAL
Primeira Turma	1.639	2.639	2.389	2.026	1.431	10.124
Segunda Turma	2.849	2.604	2.893	2.629	1.761	12.736
Terceira Turma	4.448	5.485	2.928	2.854	1.345	17.060
<b>TOTAL</b>	<b>8.936</b>	<b>10.728</b>	<b>8.210</b>	<b>7.509</b>	<b>4.537</b>	<b>39.920</b>

\* Dados fornecidos pela Divisão de Estatística – DIEST/SECIN.

**QUADRO 88**  
**DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES**  
**ACÓRDÃOS PUBLICADOS**

TURMA SUPLEMENTAR	ACÓRDÃOS PUBLICADOS					
	2001	2002	2003	2004	2005*	TOTAL
Primeira Turma	1.198	2.728	2.378	2.140	1.610	10.054
Segunda Turma	1.127	3.881	2.623	3.022	2.017	12.670
Terceira Turma	1.411	6.391	4.516	3.031	1.612	16.961
<b>TOTAL</b>	<b>3.736</b>	<b>13.000</b>	<b>9.517</b>	<b>8.193</b>	<b>5.239</b>	<b>39.685</b>

\* Dados fornecidos pela Divisão de Estatística – DIEST/SECIN.

Sumário



Início

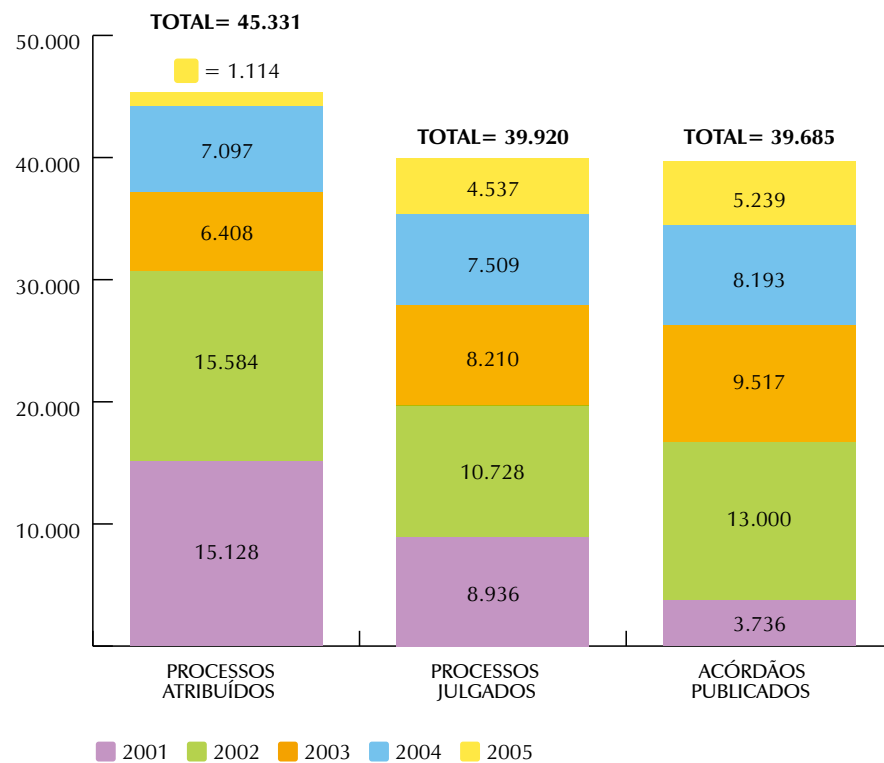


QUADRO 89  
DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES  
DECISÕES TERMINATIVAS

TURMA SUPLEMENTAR	DECISÕES TERMINATIVAS					
	2001	2002	2003	2004	2005*	TOTAL
Primeira Turma	99	72	14	17	78	280
Segunda Turma	57	326	119	30	233	528
Terceira Turma	183	90	237	188	76	1.011
<b>TOTAL</b>	<b>339</b>	<b>488</b>	<b>370</b>	<b>235</b>	<b>387</b>	<b>1.819</b>

\* Dados fornecidos pela Divisão de Estatística – DIEST/SECIN.

GRÁFICO 10  
DESEMPENHO GERAL DAS TURMAS SUPLEMENTARES

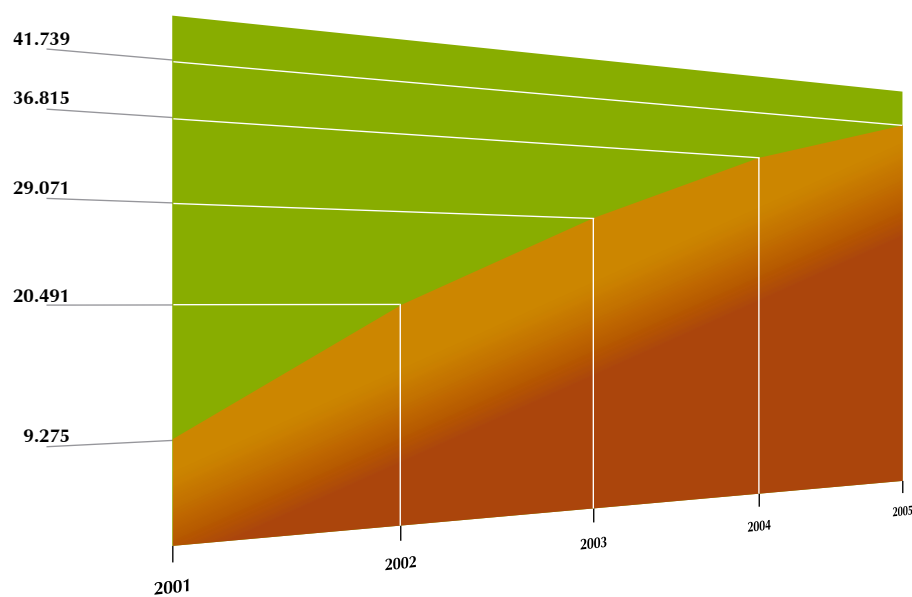


Sumário



Início

**GRÁFICO 11**  
**DESEMPENHO DAS TURMAS SUPLEMENTARES**  
**EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS JULGADOS\***



\* Valores acumulados. Os processos julgados incluem decisões terminativas.

Sumário



Início





## DESCARTE DE PROCESSOS DE PRECATÓRIOS

Em atendimento à determinação da Comissão de Avaliação de Documentos do Tribunal, foi realizada em 2005 a separação de 9.727 processos de precatórios relativos aos anos de 1989 a 1994 com temporalidade vencida, de acordo com o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.

Os processos separados para descarte foram listados e compuseram o relatório de eliminação publicado nas páginas eletrônicas de toda a Primeira Região, permitindo que os interessados em guardá-los para si pudessem retirá-los. Do total de precatórios indicados para eliminação apenas dois foram requisitados e entregues aos interessados. Para fins de preservação histórica foram mantidos alguns precatórios. Ao final, foram efetivamente eliminados 9.716.

Os precatórios não solicitados foram fragmentados e o papel inservível foi doado a instituição sem fins lucrativos.

Em conjunto com esses procedimentos, foram também realizadas as atividades de reorganização do acervo do Arquivo Central Judicial, bem como o lançamento, no sistema informatizado, dos registros correspondentes à destinação dos processos de precatórios eliminados.

## TURMA ESPECIAL DE FÉRIAS

Em 2005, a Turma Especial de Férias funcionou apenas em janeiro, último período de férias forenses dos magistrados desta Corte, em atendimento à Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004, que determina o funcionamento ininterrupto da atividade jurisdicional, vedando férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau e instituindo o atendimento, nos dias em que não houver expediente forense normal, por juízes em plantão permanente. Como resultado, foi julgado nessa Turma Especial de Férias o total de 40 processos em duas sessões ordinárias e uma sessão extraordinária.



Sumário



Início

QUADRO 90  
COMPOSIÇÃO DA TURMA ESPECIAL DE FÉRIAS

MÊS	COMPOSIÇÃO
Janeiro	Presidente – Desembargador Federal Olindo Menezes Desembargador Federal Carlos Moreira Alves Desembargadora Federal Selene de Almeida Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

## ATIVIDADES JUDICANTES

Em 2005, o Tribunal recebeu 163.037 petições, sendo 34.018 pelo Protocolo Descentralizado e 129.019 na própria sede (885 por meio eletrônico). Houve acréscimo de mais de 15% em relação à quantidade de petições recebidas em 2004.

GRÁFICO 12  
PETIÇÕES APRESENTADAS AO TRIBUNAL

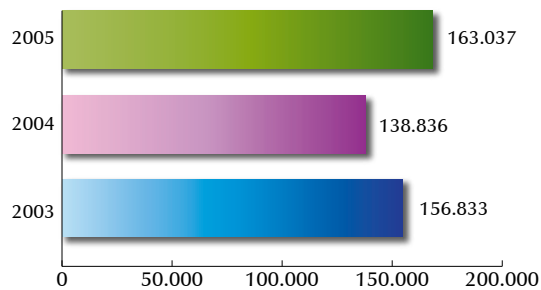
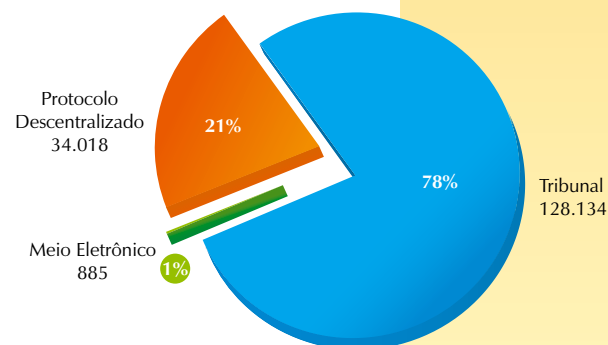


GRÁFICO 13  
PROTOCOLO DE PETIÇÕES



Sumário



Início

**QUADRO 91**  
**PETIÇÕES INICIAIS E DIVERSAS PROTOCOLIZADAS**

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Processos originários recebidos no Tribunal	13.917
Processos originários recebidos pelo Protocolo Descentralizado	14.020
<b>TOTAL</b>	<b>27.937</b>
Petições protocolizadas no TRF – 1ª Região	114.217
Petições recebidas por meio eletrônico, no Tribunal	885
Petições recebidas pelo Protocolo Descentralizado	19.998
<b>TOTAL</b>	<b>135.100</b>
Processos recebidos da primeira instância	78.001

A descentralização do recebimento de petições é realidade na Primeira Região. Com essa medida, o jurisdicionado não precisa se deslocar de sua cidade de origem, o que facilita e democratiza o acesso ao Tribunal.

Em 2005, foi recebido por essa modalidade o total de 34.018 petições destinadas ao Tribunal, o que representou 21% do total protocolizado.

**QUADRO 92**  
**PETIÇÕES DIVERSAS RECEBIDAS**

RECURSO	QUANTIDADE
Agravo regimental	2.039
Agravo de instrumento	3.775
Embargos infringentes	479
Embargos de divergência	6
Embargos de declaração	7.769
Extraordinário	3.279
Especial	8.226
Ordinário	55
Petições diversas	89.474
<b>TOTAL</b>	<b>115.102</b>

Sumário



Início

Outra modernidade que vem ganhando corpo é o peticionamento eletrônico, modalidade em que o jurisdicionado envia petições pela internet. Não obstante representar ainda percentual pequeno em relação ao total de petições protocolizadas, é clara a evolução do protocolo eletrônico. Em 2005 foram recebidas 885 petições eletrônicas, 40% a mais que o total recebido em 2004.

**QUADRO 93**  
**PETIÇÕES INICIAIS E DIVERSAS RECEBIDAS POR MEIO ELETRÔNICO**

PETIÇÕES	QUANTIDADE
Iniciais	64
Diversas	821
<b>TOTAL</b>	<b>885</b>

**QUADRO 94**  
**PETIÇÕES DIVERSAS RECEBIDAS NAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS**

RECURSO	AC	AM	AP	BA	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	TOTAL
Agravo regimental	1	4	2	73	42	2	158	24	13	3	7	–	8	337
Agravo de instrumento	–	5	–	5	18	–	165	–	2	2	1	–	–	198
Embargos infringentes	–	–	–	4	3	1	32	3	1	–	–	–	–	44
Embargos de divergência	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	–	3
Embargos de declaração	3	10	–	173	88	32	967	46	41	8	13	1	9	1.391
Recurso Extraordinário	6	141	–	71	35	9	361	10	20	4	32	1	3	693
Recurso Especial	4	69	–	123	143	13	921	31	37	9	35	3	6	1.394
Recurso ordinário	1	–	–	8	3	1	18	–	3	1	–	–	3	38
Petições diversas	167	242	58	2.328	1.240	472	9.283	845	588	251	249	36	141	15.900
<b>TOTAL</b>	<b>182</b>	<b>471</b>	<b>60</b>	<b>2.785</b>	<b>1.572</b>	<b>530</b>	<b>11.908</b>	<b>959</b>	<b>705</b>	<b>278</b>	<b>337</b>	<b>41</b>	<b>170</b>	<b>19.998</b>

Sumário



Início

QUADRO 95  
 PROTOCOLO DESCENTRALIZADO DE PETIÇÕES INICIAIS

SEÇÃO JUDICIÁRIA	QUANTIDADE
Acre	92
Amapá	165
Amazonas	272
Bahia	2.886
Goiás	1.185
Maranhão	546
Mato Grosso	846
Minas Gerais	5.973
Pará	941
Piauí	483
Rondônia	386
Roraima	88
Tocantins	157
<b>TOTAL</b>	<b>14.020</b>

Sumário



Início



QUADRO 96  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR GRUPO NO TRIBUNAL

CÓDIGO	GRUPO	QUANTIDADE
20	Ação penal	24
35	Agravo de instrumento	20.878
44	Agravo de instrumento em recurso especial	1
86	Apelação cível	36.828
94	Apelação criminal	954
108	Apelação em mandado de segurança	6.849
132	Carta testemunhável	5
133	Carta precatória	112
134	Carta precatória	20
160	Ação de improbidade administrativa	392
161	Ação de improbidade administrativa	1
205	Exceção de suspeição	13
213	<i>Habeas corpus</i>	949
231	Medida cautelar	34
248	Medida cautelar	248
265	Recurso de <i>habeas data</i>	35
272	Recurso criminal	358
280	Recurso de <i>habeas corpus</i>	15
329	Agravo de petição trabalhista	3
336	Remessa <i>ex officio</i>	2.178
337	Remessa <i>ex officio</i> em mandado de segurança	1.565
338	Remessa <i>ex officio</i> em <i>habeas data</i>	4
345	Representação	1
346	Representação	5
370	Suspensão de segurança	2
380	Medida cautelar	4
400	Recurso de <i>habeas corpus</i> ( <i>ex officio</i> )	19
418	Recurso criminal ( <i>ex officio</i> )	1

Sumário



Início

CÓDIGO	GRUPO	QUANTIDADE
434	Petição	16
470	Exceção de incompetência	2
558	Agravo em execução penal	5
566	Medida cautelar originária	3
639	Reclamação	3
647	Exceção de suspeição	4
663	Petição	64
697	Exceção de incompetência	2
702	Embargos de divergência	1
710	Embargos infringentes em AR	6
728	Embargos infringentes em AC	92
730	Embargos infringentes e de nulidade em ACR	5
744	Conflito de competência	2.264
752	Mandado de segurança	240
760	Revisão criminal	13
779	Ação rescisória	510
796	<i>Habeas data</i>	3
817	Queixa-crime	3
824	Inquérito	967
825	Inquérito	37
833	Mandado de segurança	105
850	Conflito de competência	78
930	Petição	1
965	Reclamação	1
973	Representação	7
992	Impugnação ao valor da causa	9
<b>TOTAL</b>		<b>75.939</b>

Sumário



Início

**QUADRO 97**  
**PROCESSOS REGISTRADOS**

CÓDIGO	GRUPO	QUANTIDADE
43	Agravo de instrumento em RE	889
44	Agravo de instrumento em REsp	2.955
124	Avocatória	3
130	Carta de ordem	9
133	Carta precatória	1
136	Carta precatória	6
370	Suspensão de segurança	205
380	Medida cautelar	29
507	Petição	2
515	Comunicação	1
<b>TOTAL</b>		<b>4.100</b>

[Sumário](#)[Início](#)

QUADRO 98  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REGISTRADOS POR MAGISTRADO

DESEMBARGADOR FEDERAL	QUANTIDADE
Presidente	4.100
Tourinho Neto	874
Catão Alves	3.872
Assusete Magalhães	11
Jirair Aram Meguerian	4.425
Carlos Fernando Mathias	3.870
Olindo Menezes	763
Mário César Ribeiro	16
Luciano Tolentino Amaral	3.883
Cândido Ribeiro	780
Hilton Queiroz	757
Carlos Moreira Alves	4.379
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	964
Carlos Olavo	850
José Amílcar Machado	4.462
Antônio Ezequiel da Silva	3.829
Daniel Paes Ribeiro	3.476
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	4.455
João Batista Moreira	3.571
Souza Prudente	3.621
Selene de Almeida	3.555
Fagundes de Deus	3.523
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	4.491
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	3.528
Maria do Carmo Cardoso	3.893
Leomar Amorim	3.800
Neuza Alves	4.291
<b>TOTAL</b>	<b>80.039</b>

Sumário



Início

QUADRO 99  
PROCESSOS REDISTRIBUÍDOS

DESEMBARGADOR FEDERAL	QUANTIDADE
Tourinho Neto	64
Catão Alves	367
Assusete Magalhães	3
Jirair Aram Meguerian	59
Carlos Fernando Mathias	339
Olindo Menezes	65
Mário César Ribeiro	3
Luciano Tolentino Amaral	385
Cândido Ribeiro	52
Hilton Queiroz	52
Carlos Moreira Alves	43
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	51
Carlos Olavo	92
José Amílcar Machado	51
Antônio Ezequiel da Silva	345
Daniel Paes Ribeiro	100
Luiz Gonzaga Barbosa Moreira	42
João Batista Moreira	108
Souza Prudente	123
Selene de Almeida	146
Fagundes de Deus	132
Antônio Sávio de Oliveira Chaves	63
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	131
Maria do Carmo Cardoso	400
Leomar Amorim	410
Neuza Alves	11.610
<b>TOTAL</b>	<b>15.236</b>

Sumário



Início

**QUADRO 100**  
**SESSÕES REALIZADAS NO TRIBUNAL**

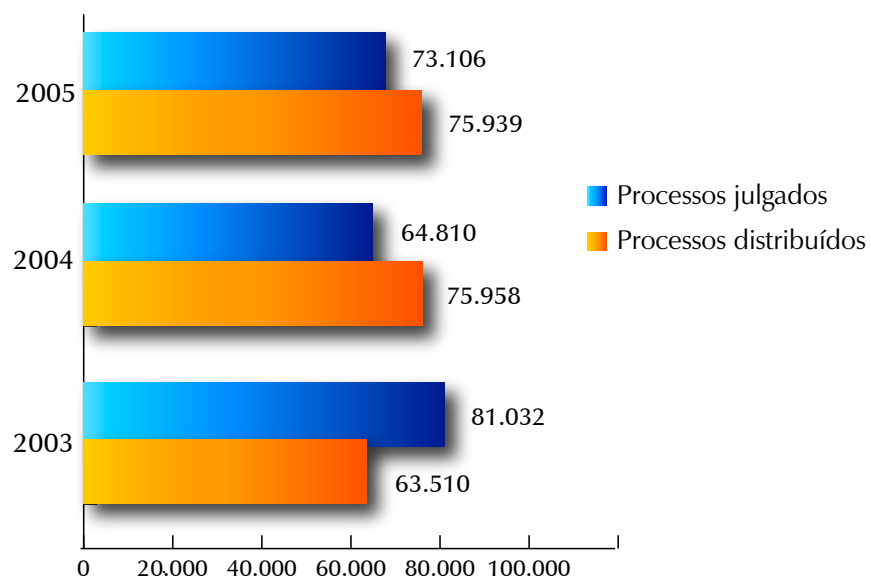
ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
Corte Especial	23	–	23
Primeira Seção	19	–	19
Segunda Seção	18	–	18
Terceira Seção	21	–	21
Quarta Seção	21	–	21
Primeira Turma	59	2	61
Segunda Turma	62	–	62
Terceira Turma	65	2	67
Quarta Turma	62	1	63
Quinta Turma	58	1	59
Sexta Turma	63	1	64
Sétima Turma	57	1	58
Oitava Turma	53	2	55
<b>TOTAL</b>	<b>583</b>	<b>10</b>	<b>593</b>

Sumário



Início

GRÁFICO 14  
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS NO TRIBUNAL\*



\* Os processos julgados incluem Corte Especial, Seções, Turmas, Turmas Suplementares, Turma Especial de Férias e decisões terminativas publicadas.

Sumário



Início

QUADRO 101  
DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS JULGADORES

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS JULGADOS	DECISÕES TERMINATIVAS	ACÓRDÃOS PUBLICADOS
Corte Especial	206	363	154
Primeira Seção	394	78	399
Segunda Seção	292	1.915	225
Terceira Seção	540	130	487
Quarta Seção	397	1.605	354
Primeira Turma	11.905	808	11.341
Segunda Turma	6.462	1.229	6.742
Terceira Turma	2.003	361	1.505
Quarta Turma	2.532	284	2.479
Quinta Turma	5.230	4.303	4.701
Sexta Turma	5.563	4.236	5.226
Sétima Turma	4.123	4.621	3.245
Oitava Turma	5.973	2.589	5.493
<b>TOTAL</b>	<b>45.620</b>	<b>22.522</b>	<b>42.351</b>

Sumário



Início



QUADRO 102  
OUTRAS ESTATÍSTICAS

ÓRGÃO JULGADOR	PAUTAS PUBLICADAS	ATAS PUBLICADAS	PROCESSOS BAIXADOS AO JUÍZO DE ORIGEM	PROCESSOS REMETIDOS À COREC
Corte Especial	22	23	92	27
Primeira Seção	23	18	234	144
Segunda Seção	21	18	1.454	38
Terceira Seção	29	21	303	323
Quarta Seção	30	21	1.585	112
Primeira Turma	60	59	11.345	1.731
Segunda Turma	63	57	5.360	847
Terceira Turma	72	32	744	287
Quarta Turma	65	52	3.656	212
Quinta Turma	59	55	8.335	965
Sexta Turma	65	58	4.479	1.188
Sétima Turma	57	58	5.690	947
Oitava Turma	53	51	6.734	1.471
<b>TOTAL</b>	<b>619</b>	<b>523</b>	<b>50.011</b>	<b>8.292</b>

Sumário



Início

QUADRO 103  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS

ÓRGÃOS JULGADORES	QUANTIDADE
Primeira Turma	1.267
Segunda Turma	3.125
Terceira Turma	2.253
Quarta Turma	3.031
Quinta Turma	2.571
Sexta Turma	5.748
Sétima Turma	2.475
Oitava Turma	4.847
Primeira Seção	655
Segunda Seção	626
Terceira Seção	883
Quarta Seção	693
Primeira Turma Suplementar	564
Segunda Turma Suplementar	764
Terceira Turma Suplementar	1.049
Corte Especial Judiciária	1.352
Corte Especial Administrativa	1.885
Plenário	155
Conselho de Administração	632
Conselho Deliberativo do PRO-SOCIAL	90
Turma Especial de Férias	36
Turma Regional de Uniformização	1.263
Comissão de Promoção de Juízes Federais Substitutos	44
Jornada UNIDF	160
<b>TOTAL</b>	<b>36.168</b>

Sumário



Início

## PROCESSAMENTO DE RECURSOS

As atividades de processamento de recursos englobam:

a) recebimento dos processos após o julgamento, com o objetivo de abertura de vista para contra-razões aos recursos;

b) encaminhamento ao presidente para que aprecie a admissibilidade dos recursos;

c) envio dos recursos admitidos ao Superior Tribunal de Justiça – STJ ou ao Supremo Tribunal Federal – STF;

d) abertura de prazo para vista aos agravados e certificação de não-interposição das contra-minutas, caso ocorra interposição de agravo aos recursos não admitidos;

e) envio dos agravos de instrumento contra não-admissão do recurso ao STF ou STJ;

f) remessa dos processos às varas de origem, após a apreciação dos recursos pelo STF ou STJ.

Ainda com relação às atividades de recursos, foram expedidas 75 cartas de sentença, que corresponderam à arrecadação de R\$ 11.447,20 em custas, e foram publicados 9.644 decisões e despachos do Presidente. Além disso, as intimações pessoais e a remessa de autos a pessoas jurídicas de direito público foram devidamente realizadas.

Sumário



Início

**QUADRO 104**  
**MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS**

MOVIMENTAÇÃO		QUANTIDADE
Remetidos	ao STJ	6.237
	ao STF	3.791
Recebidos	do STJ	7.684
	do STF	4.282
Baixados definitivamente à origem		12.447
<b>TOTAL</b>		<b>34.441</b>

**QUADRO 105**  
**PUBLICAÇÕES DE DECISÕES E DESPACHOS EM RECURSOS**

RECURSOS	PRESI	VIPRE
Admitidos	3.325	358
Não admitidos	4.669	610
<b>TOTAL</b>	<b>7.994</b>	<b>968</b>

Sumário



Início

## JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO

As atividades de jurisprudência e documentação compreendem:

- ▶ seleção e análise das decisões do Tribunal, com a finalidade de alimentar e manter atualizado o banco de dados de jurisprudência;
- ▶ divulgação institucional do Tribunal, que coloca à disposição dos magistrados, servidores, advogados e do público em geral a jurisprudência da Corte;
- ▶ seleção, aquisição e processamento técnico de publicações para incorporação ao acervo da Biblioteca do Tribunal, assim como armazenamento e recuperação de obras, periódicos e demais publicações que já fazem parte do acervo;
- ▶ análise e organização dos processos judiciais e documentos forenses recebidos para arquivamento intermediário e permanente, assegurando-se sua guarda e recuperação;
- ▶ atividades de revisão e editoração das publicações oficiais do Tribunal, bem como de criação artística e diagramação solicitadas pelas unidades administrativas do Tribunal e Seccionais;
- ▶ suporte técnico e apoio administrativo às Comissões do Tribunal.

Sumário



Início

Além dos 14.485 acórdãos incluídos no banco de dados de jurisprudência em 2006, foram analisados 5.873 acórdãos que haviam sido incluídos em anos anteriores, totalizando a análise de 20.358 acórdãos, ou seja, 39,80% a mais que o total analisado em 2004 (12.258).

**QUADRO 107**  
**ACÓRDÃOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS**

MÊS	TURMAS RECURSAIS	TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
JAN	116	3
FEV	208	–
MAR	179	–
ABR	124	4
MAIO	23	–
JUN	32	–
JUL	37	–
AGO	–	19
SET	52	35
OUT	17	1
NOV	8	16
DEZ	–	31
<b>TOTAL</b>	<b>796</b>	<b>109</b>

**QUADRO 106**  
**ESTATÍSTICA DE ACÓRDÃOS**

MÊS	PUBLICADOS	EXPURGADOS	ANALISADOS E INCLUÍDOS
JAN	951	671	280
FEV	2.642	1.815	827
MAR	4.307	2.978	1.329
ABR	4.927	3.235	1.692
MAIO	4.399	2.825	1.574
JUN	4.542	2.855	1.687
JUL	4.838	3.587	1.251
AGO	4.015	2.371	1.644
SET	5.126	3.601	1.525
OUT	5.278	4.161	1.117
NOV	4.831	3.657	1.174
DEZ	3.609	2.814	795
<b>TOTAL</b>	<b>49.465</b>	<b>34.570</b>	<b>14.895</b>

Em 2005, foram incluídos na base de dados acórdãos proferidos pela Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência.

Sumário



Início

QUADRO 108  
CORREÇÃO DE PENDÊNCIAS DE INTEIRO TEOR

ÓRGÃO JULGADOR	QUANTIDADE												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Corte Especial	–	–	–	3	–	–	–	1	4	2	–	1	11
Primeira Seção	–	1	1	–	3	1	–	–	1	2	1	1	11
Segunda Seção	1	–	–	1	–	1	–	2	–	–	–	1	6
Terceira Seção	1	2	13	4	2	17	–	4	2	3	1	2	51
Quarta Seção	–	–	1	1	–	–	2	3	–	6	3	–	16
Primeira Turma	6	6	9	8	11	6	12	25	10	8	13	4	118
Segunda Turma	4	3	12	33	65	37	40	48	43	34	32	35	386
Terceira Turma	5	5	13	3	3	8	7	8	8	5	3	–	68
Quarta Turma	–	5	3	2	3	1	1	6	–	30	3	1	55
Quinta Turma	–	63	127	37	34	42	28	31	26	48	55	–	491
Sexta Turma	–	14	16	38	19	22	16	27	29	18	13	9	221
Sétima Turma	3	3	9	12	12	7	3	2	14	8	13	2	88
Oitava Turma	–	4	6	12	6	24	17	13	16	19	30	23	170
Primeira Turma Suplementar	–	–	1	5	4	–	–	3	3	–	–	–	16
Segunda Turma Suplementar	–	3	–	5	2	–	–	–	4	1	–	–	15
Terceira Turma Suplementar	–	–	1	1	2	11	–	5	5	3	–	–	28
Turma Regional de Uniformização	–	–	–	78	–	–	–	14	76	69	28	14	279
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>109</b>	<b>212</b>	<b>243</b>	<b>166</b>	<b>177</b>	<b>126</b>	<b>192</b>	<b>241</b>	<b>256</b>	<b>195</b>	<b>93</b>	<b>2.030</b>

Todos os acórdãos publicados (49.465) foram conferidos com o objetivo de verificar a qualidade do inteiro teor. Como resultado foram corrigidas 2.030 pendências.

Sumário



Início

**QUADRO 109**  
**ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO DO ARQUIVO JUDICIAL**

ATIVIDADE		QUANTIDADE
Impressões de inteiro teor pagas		16.441
Impressões de inteiro teor não pagas		167.872
Cópias xerográficas		35.007
Central de Atendimento Personalizado	fax	52
	correio eletrônico	296
	malote	81

Em 2005, foi arrecadado com cópias e impressões o total de R\$ 4.932,30.

**QUADRO 110**  
**EMPRÉSTIMO DE PROCESSOS DO ARQUIVO JUDICIAL**

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Solicitados	209
Devolvidos	190
<b>SUBTOTAL (MOVIMENTAÇÃO)</b>	<b>399</b>
<b>A DEVOLVER</b>	<b>19</b>

**QUADRO 111**  
**ESTATÍSTICA DE PROCESSOS ARQUIVADOS**

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Arquivados	43.184
Desarquivados	543
Rearquivados	460
A remeter ao arquivo	55

Sumário



Início



## QUADRO 112

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA BIBLIOTECA

O atendimento ao público interno e externo, aliado à orientação aos usuários da Biblioteca do Tribunal, tem-se voltado para a necessidade de preservação do acervo, especialmente no caso da devolução das obras emprestadas.

O resultado desse trabalho atingiu seu ápice em 2005, quando o índice de extravio de obras (0,1%) atingiu o menor patamar já registrado.

Instalação das estantes deslizantes.
Remanejamento de todo o acervo da Biblioteca, com otimização do espaço físico para, aproximadamente, mais quatro anos de crescimento dos acervos de monografia e de periódicos.
Participação na Comissão de Avaliação de Documentos para Descarte.
Elaboração do Projeto de Higienização e Restauração, que objetiva reintegrar ao acervo do Tribunal 250 obras clássicas do Direito, atualmente em mau estado de conservação.
Participação na Reunião Técnica de Bibliotecários dos Tribunais Regionais Federais e da Justiça Federal, promovida pelo Conselho da Justiça Federal.
Participação no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, realizado em Curitiba/PR.
Participação no curso de atualização em AACR2, realizado no STJ.
Avaliação da ferramenta de busca de Diários, desenvolvida pela SECIN.
Realização do inventário no acervo bibliográfico.
Treinamento das bibliotecárias das Seções Judiciárias dos Estados do Acre e do Amazonas para utilização do Sistema Automatizado de Biblioteca – SIABI e processamento técnico de livros, periódicos e legislação.

## QUADRO 113

## COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO – CAJ

Aquisição de 516 livros: 420 para os gabinetes e 96 para as unidades administrativas.
Alimentação e controle do quadro contábil de aquisição de livros para os gabinetes e unidades administrativas.
Valor gasto: R\$ 39.136,14.
Valor empenhado: R\$39.500,00

Sumário



Início

**QUADRO 114**  
**ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA BIBLIOTECA**

SERVIÇO	QUANTIDADE
Consultas no SIABI	10.643
Pesquisas	5.361
Consultas de legislação e periódicos via internet	3.673
Circulação (empréstimo/devolução) de obras	8.548
Empréstimos interbibliotecários solicitados	151
Empréstimos interbibliotecários fornecidos	61
Inclusão de normas no sistema	433
Alteração de normas no sistema	424
Elaboração de Alertas DIBIB eletrônicos	48

**QUADRO 115**  
**REGISTRO E PROCESSAMENTO TÉCNICO DE ACERVO**

ATIVIDADE	QUANTIDADE/VALOR
Elaboração de listas de aquisição	26
Livros incorporados ao acervo da Biblioteca – comprados	1.141
Livros incorporados ao acervo da Biblioteca – doados	129
Valor gasto	R\$ 63.780,62
Valor empenhado	R\$ 74.500,00
Processamento técnico de livros	907
Elaboração do expositor eletrônico Novidades Jurídicas	34
Conferência de notas fiscais enviadas pela livraria	237
Registros na base de dados de livros do SIABI	1.150

Sumário



Início

**QUADRO 116**  
**ATIVIDADES COM PERIÓDICOS**

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Registro de novos volumes no Kardex	1.203
Indexação de artigos de periódicos	24
Inclusão de artigos de periódicos no sistema	24
Incorporação de CD-Rom ao acervo de periódicos	67
Acompanhamento dos processos de compra de periódicos da Biblioteca	36
Pedido de assinatura de títulos para 2006	29
Periódicos no acervo da Biblioteca impressos	25.343
Periódicos no acervo da Biblioteca em meio eletrônico	376

**QUADRO 117**  
**PLANO DE TRABALHO PARA 2006**  
**BIBLIOTECA**

Término, juntamente com a equipe de informática, do novo sistema automatizado de bibliotecas para o TRF – 1ª Região.
Realização da higienização e restauração da coleção dos 250 livros clássicos da DIBIB.
Processamento técnico da coleção de CDs da Biblioteca.
Realização de campanha de conservação dos livros pertencentes ao acervo da Biblioteca e retirados por empréstimo (destinada aos servidores do Tribunal).

Sumário



Início

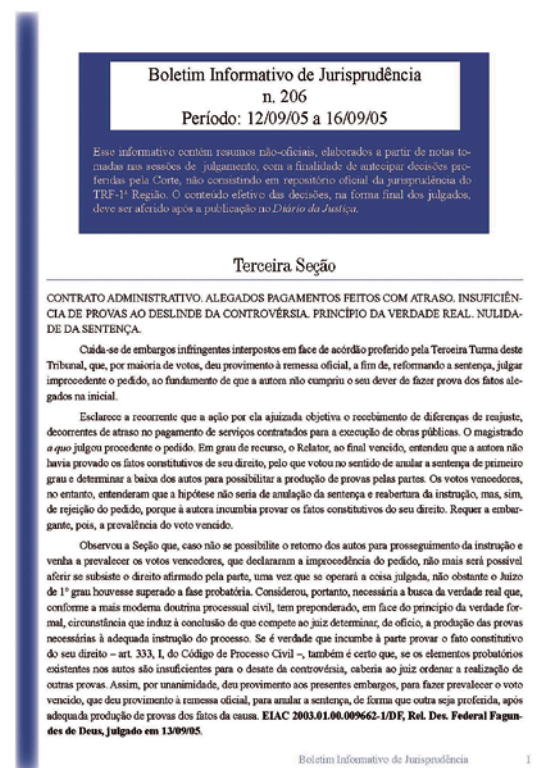
QUADRO 118  
ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Publicações de edições eletrônicas do <i>Boletim Informativo de Jurisprudência</i>	43
Publicações de edições eletrônicas do <i>Ementário de Jurisprudência</i>	42
Confecção de exemplares da <i>Revista do TRF – 1ª Região</i>	9
Envio de acórdãos para publicação nos repositórios oficiais de jurisprudência	360
Pesquisa de jurisprudência realizada durante todo o horário de funcionamento do Tribunal, mediante atendimento personalizado, por telefone, fax ou e-mail	2.126
Fornecimento de inteiros teores de julgados de outros tribunais solicitados pelo público interno	376

O *Boletim Informativo de Jurisprudência* é publicação eletrônica semanal e tem por objetivo antecipar as decisões do Tribunal. Consiste em resumo dos julgados considerados de maior relevância para a comunidade jurídica. É divulgado entre a data do julgamento e a data da publicação do acórdão. Foram veiculados, em 2005, 43 boletins.

A implantação da rede informatizada trouxe inúmeras vantagens para o andamento dos serviços internos e externos do Tribunal.

Expressão disso é o volume de consultas à jurisprudência realizadas por meio de correio eletrônico — 966 solicitações de pesquisa, em 2005, o que representou 45,44% do total de consultas formuladas.



Sumário



Início

**QUADRO 119**  
**PUBLICAÇÃO DE SÚMULAS**

ÓRGÃO	PUBLICADAS	CANCELADAS	REVISADAS
TRF – 1ª Região	1	1	–
Demais TRFs	21	5	–
STJ	14	1	1
STF	–	10	4
JEFs	101	11	–
<b>TOTAL</b>	<b>137</b>	<b>28</b>	<b>5</b>

**QUADRO 120**  
**APOIO ÀS COMISSÕES DE CONCURSO**

CONCURSO	ATIVIDADES
X Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região	Aplicação do exame psicotécnico e inspeção de saúde dos 46 candidatos aprovados nas provas escritas, aplicadas em 2004.
	Realização das provas orais, com aprovação de 42 candidatos.
	Análise de títulos pela Comissão Examinadora, que proclamou a aprovação de 35 candidatos.
	Homologação do resultado em Sessão da Corte Especial Administrativa.
XI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região	Eleição dos membros efetivos da Comissão Examinadora: Desembargadores Federais Catão Alves (Presidente), Carlos Fernando Mathias e João Batista Moreira. Foram ainda indicados o Dr. Jorge Amauri Maia Nunes, representando a OAB, e o Professor Frederico Henrique Viegas de Lima, representando a UnB.
	Inscrições: 1.856 candidatos, dos quais 1.748 tiveram suas inscrições homologadas.
	Realização da primeira prova com a classificação de 174 candidatos.
	Realização da segunda e terceira provas com a classificação de 69 candidatos.
	Realização da prova oral com aprovação de 43 candidatos.

Sumário



Início

CONCURSO	ATIVIDADES
VIII Concurso Nacional de Monografias	Recebimento dos trabalhos de 16 candidatos, na categoria Profissional, e de 20 candidatos, na categoria Universitário.
	Avaliação das monografias pela Comissão Julgadora, composta pelos Desembargadores Federais Aloísio Palmeira Lima (Presidente), Carlos Fernando Mathias e João Batista Moreira e pelo Dr. Ângelo Altoé Neto, representante do Banco do Brasil.
	Classificação final: Categoria Profissional – 1º colocado: Luís Felipe Zilli do Nascimento; 2º colocado: Paulo José Leite Farias; 3º colocado: Evilásio de Jesus Araújo. Categoria Universitário – 1º colocado: Davi Alvarenga Balduino Ala; 2º colocado: Juliana Silva; 3º colocado: Angela Barros Leal Farias.
	Realização da premiação neste Tribunal.
IX Concurso Nacional de Monografias	Abertura das inscrições.




QUADRO 121  
PRODUÇÕES EDITORIAIS

PUBLICAÇÃO/ EVENTO	DESCRIÇÃO	LEIAUTE
Padronização de convites	Os convites emitidos pelo Tribunal e os cartões de visitas dos desembargadores e juizes federais ganharam leiaute padronizado, o que propiciou significativa economia de material e tempo.	
Concurso de Monografia	Elaboração do cartaz de divulgação e do certificado do concurso.	

Sumário



Início

PUBLICAÇÃO/ EVENTO	DESCRIÇÃO	LEIUTE
Relatório de Atividades 2004	Concepção do projeto gráfico-visual, além de revisão e diagramação. Em 2005, foram publicadas a versão impressa e a eletrônica, em CD.	
Revista Jurídica da Seção Judiciária do Estado da Bahia	Publicação integral da revista, com a execução de todas as etapas do processo de produção editorial.	
Série Insignes	Nesta série, que se destina a publicar homenagens prestadas e/ou recebidas por desembargadores federais do TRF – 1ª Região, foram lançados três títulos: a) Discurso em Comemoração ao 16º Aniversário do TRF – 1ª Região, do Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves; b) Comemoração do 1º Ano de Administração do Presidente Aloísio Palmeira Lima, com discursos do próprio Presidente, da Ministra do STJ Eliana Calmon, do Desembargador Federal Souza Prudente, da Juíza Federal Mônica Neves Aguiar e do Juiz Federal Carlos D'Ávila Teixeira; c) Solenidade Comemorativa dos 14 Anos do TRF – 1ª Região, do Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira.	
Série Cartilha Jurídica	Destinada a publicar temas pontuais do universo jurídico desenvolvidos por magistrados da Primeira Região. Foi publicado, em 2005, o título “As inovações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 45/2004 na competência da Justiça do Trabalho, especialmente no procedimento recursal, à luz de precedentes do Supremo Tribunal Federal”, do Juiz Douglas Alencar Rodrigues e do Juiz Federal Carlos Costa Mayer Soares.	

Sumário



Início

PUBLICAÇÃO/ EVENTO	DESCRIÇÃO	LEIAUTE
Divulgação dos serviços de saúde	Arte e editoração de material gráfico, tais como manuais, livretos, cartazes, pôsteres, contendo informações sobre os serviços médico, odontológico e psicológico oferecidos pelo Tribunal.	
X Feira de Saúde e V Expo Qualidade de Vida	Arte e editoração de todo material gráfico relativo ao evento, tais como livretos, cartazes, convites, pôsteres e crachás.	
Calendário 2005	Produção do calendário anual, com apresentação de obras artísticas que fazem parte do acervo do Tribunal.	
Espaço Cultural	Criação de cartazes e convites, com identidade visual, de exposições de artes plásticas e lançamentos de livros no Espaço Cultural do Tribunal.	
O quê do mês	Criação da publicação eletrônica <i>O quê do mês</i> , que traz periodicamente um artigo da Comissão da Consultoria em Língua Portuguesa do Tribunal sobre tema relevante do nosso idioma.	

Sumário



Início



PUBLICAÇÃO/ EVENTO	DESCRIÇÃO	LEIAUTE
Campanha Uma Vida sem Cigarro, uma Vida Melhor	Arte e editoração de cartaz, fôlder e quatro manuais da campanha contra o tabagismo promovida pela SECBE, com o apoio do PGQVT.	
Sistema de Segurança	Criação de material gráfico e de filme animado para a campanha de conscientização para a instalação do Sistema de Controle de Acesso – SCA.	
Festa Junina	Criação de cartazes, convites e credenciais referentes ao evento.	
Festa de Final de Ano	Criação de cartazes, convites e credenciais referentes ao evento.	
Missa de Natal	Criação e elaboração de cartaz, convite e livreto.	

Sumário



Início

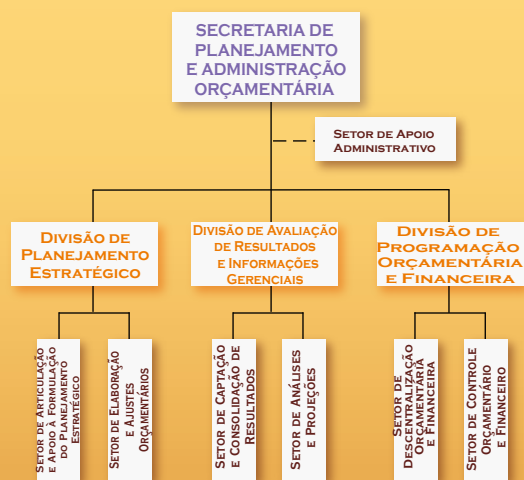
# SECOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Sumário



Início



Sumário



Início

Com o objetivo de atender à Lei Orçamentária n. 11.100/2005, a Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária – SECOR realizou a gestão orçamentária da Primeira Região de acordo com as ações de Governo e em conformidade com os créditos recebidos. Em 2005, a atuação foi especialmente voltada à garantia de recursos para as seguintes atividades:

- a) instalação e manutenção das 41 novas Varas Federais, criadas pela Lei n. 10.772/2003;
- b) funcionamento dos Juizados Especiais Federais e realização dos Juizados itinerantes;
- c) continuidade de oito obras em andamento;
- d) manutenção da estrutura física atual, com a realização de obras e reformas nas edificações existentes na Primeira Região;
- e) aquisição de materiais e equipamentos;
- f) aquisição de mobiliário, equipamentos e divisórias para as novas instalações das Seções Judiciárias dos Estados do Piauí, de Mato Grosso, da Bahia e do Maranhão.

Além disso, foi realizado o gerenciamento da elaboração da Proposta Orçamentária do Tribunal e das Seccionais, bem como o acompanhamento de sua execução. Para tanto, uma das ações adotadas foi o acompanhamento por meio de banco de dados que permite controlar e cobrar de cada executor de contrato o cumprimento do planejamento, a parcimônia nos gastos e o bom emprego do dinheiro público.

QUADRO 122

**ORÇAMENTO APROVADO PARA A PRIMEIRA REGIÃO (R\$)**

<b>DOTAÇÃO INICIAL (PESSOAL+CUSTEIO)</b>	<b>978.822.152,00</b>
Alterações orçamentárias (suplementações (-) cancelamentos)	46.717.167,00
(=) Dotação autorizada	1.025.539.319,00
(+) Destaque recebido	247.220,00
<b>POSIÇÃO FINAL EM 28/12/2005</b>	<b>1.025.786.539,00</b>

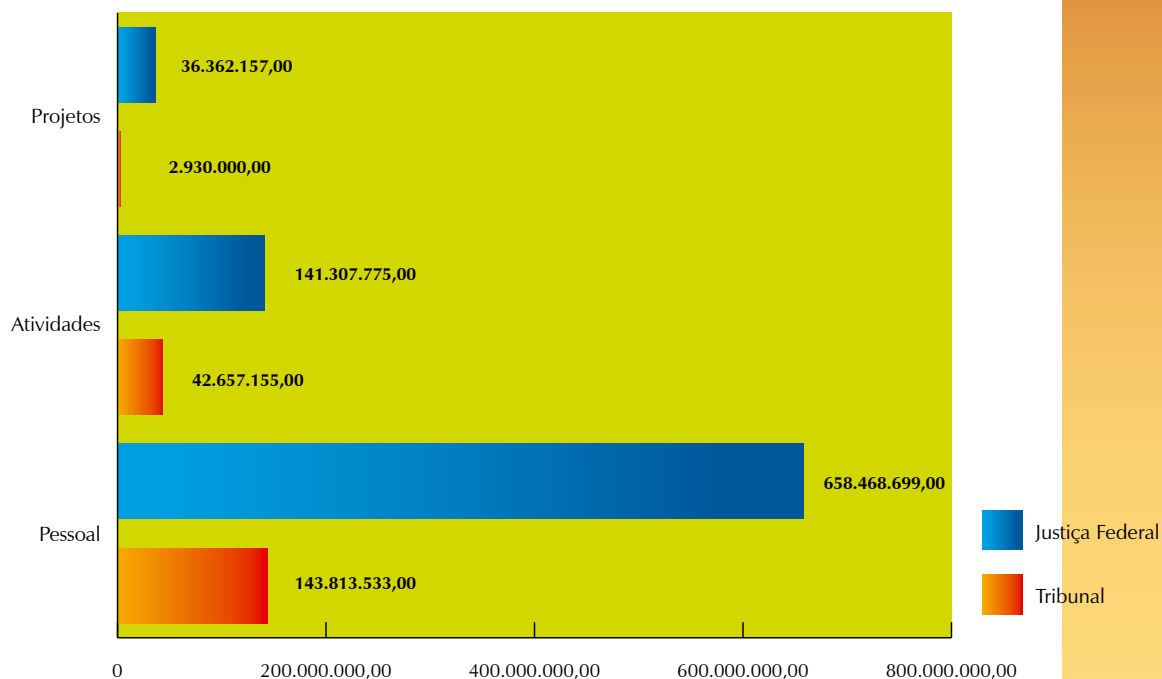
No ano de 2005, considerando-se os créditos iniciais e os créditos adicionais, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), a Primeira Região foi contemplada com recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.025.786.539,00.

Sumário



Início

GRÁFICO 15  
DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (R\$)



QUADRO 123  
ALTERAÇÕES À LEI ORÇAMENTÁRIA

ATIVIDADES – PESSOAL	LOA 2005 (R\$)	ALTERAÇÕES (R\$)	DOTAÇÃO FINAL (R\$)
Julgamento de causas	539.143.581,00	31.265.189,00	570.408.770,00
Pagamento de aposentadorias e pensões	122.292.706,00	2.691.766,00	124.984.472,00
Custeio do regime de previdência dos servidores	100.130.622,00	6.758.368,00	106.888.990,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>761.566.909,00</b>	<b>40.715.323,00</b>	<b>802.282.232,00</b>

ATIVIDADES – BENEFÍCIOS	LOA 2005 (R\$)	ALTERAÇÕES (R\$)	DOTAÇÃO FINAL (R\$)
Auxílio-alimentação	33.486.024,00	(238.000,00)	33.248.024,00
Auxílio-transporte	957.653,00	(356.533,00)	601.120,00
Assistência pré-escolar	8.007.500,00	(1.674.500,00)	6.333.000,00
Assistência médica e odontológica a servidores	18.803.010,00	978.087,00	19.781.097,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>61.254.187,00</b>	<b>(1.290.946,00)</b>	<b>59.963.241,00</b>

Sumário



Início

ATIVIDADES – CUSTEIO	LOA 2005 (R\$)	ALTERAÇÕES (R\$)	DOTAÇÃO FINAL (R\$)
Julgamento de causas	108.637.246,00	10.081.397,00	118.718.643,00
Assistência jurídica a pessoas carentes	2.000.000,00	1.650.000,00	3.650.000,00
Capacitação de recursos humanos	2.427.224,00	(794.179,00)	1.633.045,00
Manutenção dos Juizados Cíveis e Criminais	1.737.292,00	(1.737.292,00)	–
<b>SUBTOTAL</b>	<b>114.801.762,00</b>	<b>9.199.926,00</b>	<b>124.001.688,00</b>

ATIVIDADES – CUSTEIO	LOA 2005 (R\$)	ALTERAÇÕES (R\$)	DOTAÇÃO FINAL (R\$)
Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	3.600.000,00	(670.000,00)	2.930.000,00
Construção do Edifício-Sede de Rondonópolis/MT	200.000,00	–	200.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA	1.613.000,00	–	1.613.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Caxias/MA	1.200.000,00	–	1.200.000,00
Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	2.000.000,00	(2.000.000,00)	–
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG	1.800.000,00	(180.000,00)	1.620.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Montes Claros/MG	50.000,00	(50.000,00)	–
Construção do Edifício-Sede de Uberaba/MG	500.000,00	(342.000,00)	158.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Teresina/PI	4.250.000,00	2.326.000,00	6.576.000,00
Construção do Edifício II da Seção Judiciária do Estado da Bahia	4.000.000,00	–	4.000.000,00
Construção do Edifício-Sede em Campo Formoso/BA	50.000,00	(50.000,00)	–
Construção do Edifício-Sede em Vitória da Conquista/BA	50.000,00	(50.000,00)	–
Construção do Edifício-Sede em Jequié/BA	50.000,00	(50.000,00)	–
Implantação de Varas Federais	14.227.088,00	(797.671,00)	13.429.417,00
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação	7.609.206,00	(43.466,00)	7.565.740,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>41.199.294,00</b>	<b>(1.907.137,00)</b>	<b>39.292.157,00</b>

<b>TOTAL</b>	<b>978.822.152,00</b>	<b>46.717.167,00</b>	<b>1.025.539.319,00</b>
--------------	-----------------------	----------------------	-------------------------

Sumário



Início

## JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ITINERANTE

É notório que a atuação dos Juizados Especiais Federais itinerantes alcança os mais remotos municípios da Primeira Região, o que torna possível a distribuição da justiça àqueles que estavam dela excluídos.

Até 2004 a programação dos Juizados Especiais Federais itinerantes era apresentada pelos Juízes Coordenadores dos JEFs considerando-se o período que vai de 1º de julho do ano em curso a 30 de julho do ano subsequente. A programação envolvia dois exercícios financeiros, o que vinha ocasionando prejuízo à realização de JEFs itinerantes, que foram sendo postergados para momentos orçamentário e financeiro mais oportunos.

Para sanar esse problema, a SECOR propôs a alteração do período compreendido na programação aprovada pela Corte Especial, passando a englobar apenas um exercício, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do mesmo ano. Tal medida facilitou sobremaneira o planejamento dos recursos orçamentários para a realização dos itinerantes, cujo montante aplicado em 2005 foi de R\$ 1.194.889,00.

## CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS

Entre as principais mudanças ocorridas no exercício de 2005, relacionadas ao pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor – RPVs, destaca-se o fim da exigência do alvará para levantamento das quantias transferidas aos Juízos de origem, em cumprimento à decisão tomada no Fórum de Corregedores-Gerais. Com essa medida o jurisdicionado precisa apenas se dirigir ao banco, munido de documento de identidade, para efetuar o saque do valor depositado em seu nome.

Com o objetivo de obter crédito adicional suplementar para pagamento de RPVs de responsabilidade do Fundo do Regime Geral da Previdência, tipo de causa que tem demanda reprimida e de grande repercussão no orçamento da Justiça Federal, foram devolvidas ao CJF as dotações remanescentes, oriundas de sobras orçamentárias, assim como seus recursos financeiros.

[Sumário](#)[Início](#)

Assim, foi executado em 2005 o total de R\$ 1.135.005.749,44 em precatórios e RPVs, com execução de quase 100% do valor provisionado.

**QUADRO 124  
PRECATÓRIOS PAGOS**

UNIÃO	DOTAÇÃO (R\$)		EXECUÇÃO (R\$)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR (R\$)	EXECUÇÃO (%)
Pecatórios	Alimentício	268.142.736,00	268.142.735,09	2.505,36	100,00
	Outros	223.687.566,00	223.687.565,84	17.401,56	100,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>491.830.302,00</b>	<b>491.830.300,93</b>	<b>19.906,92</b>	<b>100,00</b>
RPV	Alimentício	152.631.393,00	152.631.393,00	13.141.168,79	100,00
	Outros	11.917.250,00	11.917.250,00	1.260.323,41	100,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>164.548.643,00</b>	<b>164.548.643,00</b>	<b>14.401.492,20</b>	<b>100,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>656.378.945,00</b>	<b>656.378.943,93</b>	<b>14.421.399,12</b>	<b>100,00</b>	

ENTIDADES	DOTAÇÃO (R\$)		EXECUÇÃO (R\$)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR (R\$)	EXECUÇÃO (%)
Pecatórios	Alimentício	52.869.638,00	52.869.619,34	0,00	100,00
	Outros	73.918.023,00	73.918.012,32	0,00	100,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>126.787.661,00</b>	<b>126.787.631,66</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
RPV	Alimentício	351.839.174,00	351.839.173,85	845.537,91	100,00
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>351.839.174,00</b>	<b>351.839.173,85</b>	<b>845.537,91</b>	<b>100,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>478.626.835,00</b>	<b>478.626.805,51</b>	<b>845.537,91</b>	<b>100,00</b>	

Sumário



Início



Os precatórios e RPVs inscritos em restos a pagar — processados em 2004 e pagos em 2005 — totalizaram R\$ 19.806.961,30.

QUADRO 125  
EXECUÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPVs INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

UNIÃO E ENTIDADES		INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR EM 2004 (R\$)	RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2005 (R\$)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS EM 2005 (R\$)	EXECUÇÃO (%)
Precatórios	Alimentício	1,16	0,00	1,16	0,00
	Outros	5.740,92	0,00	5.740,92	0,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>5.742,08</b>	<b>0,00</b>	<b>5.742,08</b>	<b>0,00</b>
RPV	Alimentício	17.677.533,64	17.630.802,65	46.730,99	99,74
	Outros	2.503.782,04	2.176.158,65	327.623,39	86,91
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>20.181.315,68</b>	<b>19.806.961,30</b>	<b>374.354,38</b>	<b>98,15</b>
<b>TOTAL</b>		<b>20.187.057,76</b>	<b>19.806.961,30</b>	<b>380.096,46</b>	<b>98,12</b>

Sumário



Início

## CONVÊNIOS



Foram recebidos dotações e limites financeiros provenientes dos convênios firmados entre:

- ▶ o Ministério do Orçamento e Gestão e o Tribunal, destinado a pagamentos de taxas extras de imóveis funcionais, no valor de R\$ 2.220,00;

- ▶ o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD e a Seção Judiciária do Estado de Roraima, para a melhoria da infra-estrutura das Varas Federais daquela Seccional, visando a possibilitar a substituição de bens obsoletos e reforçar os que estão sendo atualmente utilizados, no valor de R\$ 245.000,00.

Foram também recebidos limites financeiros que possibilitaram a inclusão de R\$ 500.565,00 na dotação inicial do orçamento de 2005 e a abertura de crédito adicional de R\$ 442.964,00, totalizando R\$ 943.529,00, cujos valores decorreram dos convênios firmados entre:

- ▶ a Caixa Econômica Federal e o Tribunal, para a implantação de política de instalação de postos de atendimento bancário – PAB e terminais de auto-atendimento da Caixa no Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região;

- ▶ a Petrobras e o Tribunal, destinado ao desenvolvimento do projeto intitulado Juizados Especiais Federais Itinerantes – A Justiça Vencendo Distâncias;

- ▶ a Prefeitura de Cáceres e a Subseção Judiciária de Cáceres/MT, para cobrir despesas com a locação do imóvel que abriga a Subseção;

- ▶ a Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT e a Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, para cobrir parte da despesa de locação do imóvel da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT.

Além disso, foi firmado convênio entre o Tribunal e o Banco do Brasil, em valor correspondente a R\$ 1.348.600,00, por meio do qual o Tribunal receberá 34 veículos e equipamentos de informática destinados às novas Varas.

Sumário



Início

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada com a emissão de relatórios periódicos que demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada Seção Judiciária que integra a Primeira Região. O percentual de execução esteve sempre próximo dos 100% tanto no Tribunal como nas Seccionais. Contudo nesse percentual está incluído o valor total inscrito em restos a pagar, que será executado somente em 2006.

QUADRO 126  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
(EXCLUÍDOS PRECATÓRIOS E RPVs)

SEÇÃO JUDICIÁRIA	DOTAÇÃO FINAL (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR (R\$)	EXECUÇÃO (%)
Acre	20.379.012,04	20.343.867,76	770.002,30	99,83
Amapá	14.716.099,52	14.708.970,70	480.352,77	99,95
Amazonas	34.166.669,66	34.081.505,80	1.423.407,74	99,75
Bahia	114.403.328,24	114.350.832,53	5.076.841,44	99,95
Distrito Federal	130.367.255,55	130.271.879,43	3.411.301,87	99,93
Goiás	66.557.884,22	66.548.864,22	2.335.975,42	99,99
Maranhão	48.885.450,24	48.854.945,23	4.547.522,36	99,94
Mato Grosso	36.071.796,00	36.051.874,24	2.391.187,74	99,94
Minas Gerais	199.028.491,95	197.326.396,02	5.055.493,91	99,14
Pará	51.562.012,32	51.547.418,93	840.949,03	99,97
Piauí	41.043.549,36	40.994.379,92	2.267.733,01	99,88
Rondônia	21.419.220,09	21.409.670,68	784.744,72	99,96
Roraima	14.710.977,40	14.477.160,69	693.839,77	98,41
Tocantins	17.184.829,81	17.174.879,44	566.105,48	99,94
<b>SUBTOTAL</b>	<b>810.496.576,40</b>	<b>808.142.645,59</b>	<b>30.645.457,56</b>	<b>99,71</b>
TRF	212.221.124,81	210.872.298,28	17.502.495,38	99,36
<b>TOTAL</b>	<b>1.022.717.701,21</b>	<b>1.019.014.943,87</b>	<b>48.147.952,94</b>	<b>99,64</b>

Sumário



Início

QUADRO 127  
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2004 (R\$)

SEÇÃO JUDICIÁRIA	INSCRITOS		PAGOS		CANCELADOS	
	PESSOAL	OUTROS	PESSOAL	OUTROS	PESSOAL	OUTROS
Acre	16.894,55	929.450,32	-	852.505,40	16.894,55	76.944,92
Amapá	1.229,07	261.019,05	1.229,07	241.041,69	-	19.977,36
Amazonas	-	1.094.254,29	-	1.045.220,86	-	49.033,43
Bahia	562.267,42	6.042.302,26	486.649,05	5.820.403,04	75.618,37	221.899,22
Distrito Federal	30.530,29	2.130.801,30	9.985,42	1.961.489,28	20.544,87	169.312,02
Goiás	340.157,69	916.080,26	235.559,77	827.559,55	104.597,92	88.520,71
Maranhão	-	3.821.788,70	-	3.767.111,10	-	54.677,60
Mato Grosso	-	7.996.428,74	-	7.952.556,50	-	43.872,24
Minas Gerais	494,34	2.545.732,67	494,34	2.446.421,57	-	99.311,10
Pará	-	987.973,83	-	969.754,46	-	18.219,37
Piauí	178.642,00	4.541.872,11	163.118,53	4.500.539,32	15.523,47	41.332,79
Rondônia	-	555.975,17	-	536.060,37	-	19.914,80
Roraima	19.406,57	787.739,14	11.996,66	660.426,51	7.409,91	127.312,63
Tocantins	11.551,89	552.594,88	-	522.199,05	11.551,89	30.395,83
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.161.173,82</b>	<b>33.164.012,72</b>	<b>909.032,84</b>	<b>32.103.288,70</b>	<b>252.140,98</b>	<b>1.060.724,02</b>
TRF	908.411,15	12.120.123,02	552.941,84	9.776.072,75	355.469,31	2.344.050,27
<b>TOTAL</b>	<b>2.069.584,97</b>	<b>45.284.135,74</b>	<b>1.461.974,68</b>	<b>41.879.361,45</b>	<b>607.610,29</b>	<b>3.404.774,29</b>

Sumário

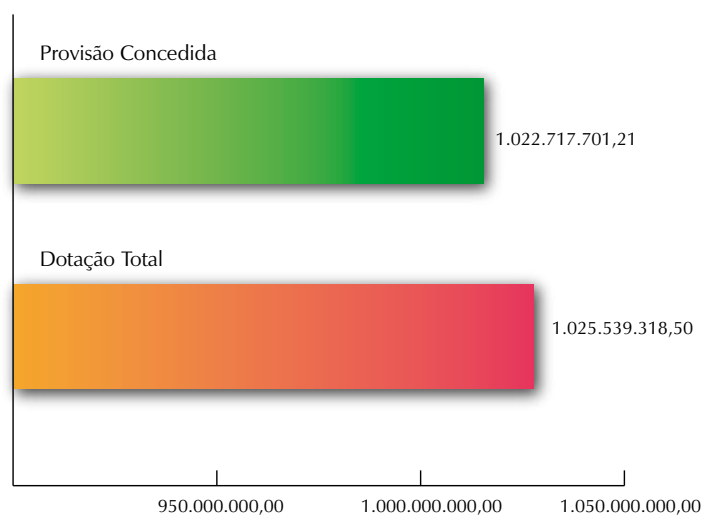


Início

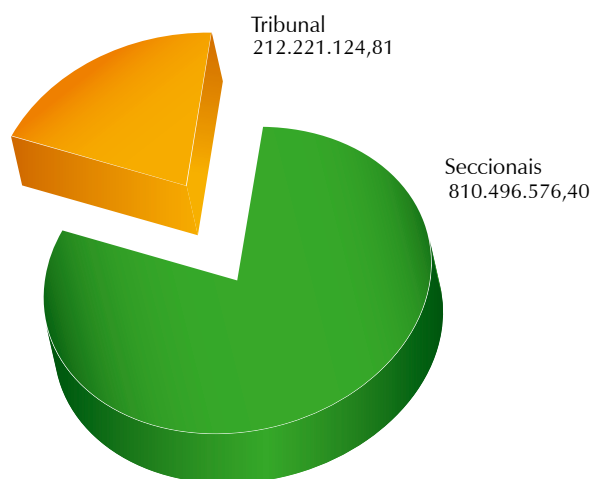
## DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Foram descentralizadas as dotações orçamentárias para atender às despesas relativas à Primeira Região, no montante de R\$ 810.496.576,40 para a primeira instância e de R\$ 212.221.124,81 para o Tribunal.

**GRÁFICO 16**  
**COMPARATIVO ORÇAMENTÁRIO – DOTAÇÃO X PROVISÃO**



**GRÁFICO 17**  
**PROVISÃO CONCEDIDA PARA A PRIMEIRA REGIÃO (R\$)**

[Sumário](#)[Início](#)

QUADRO 128  
PROVISÃO ORÇAMENTÁRIA CONCEDIDA (R\$)

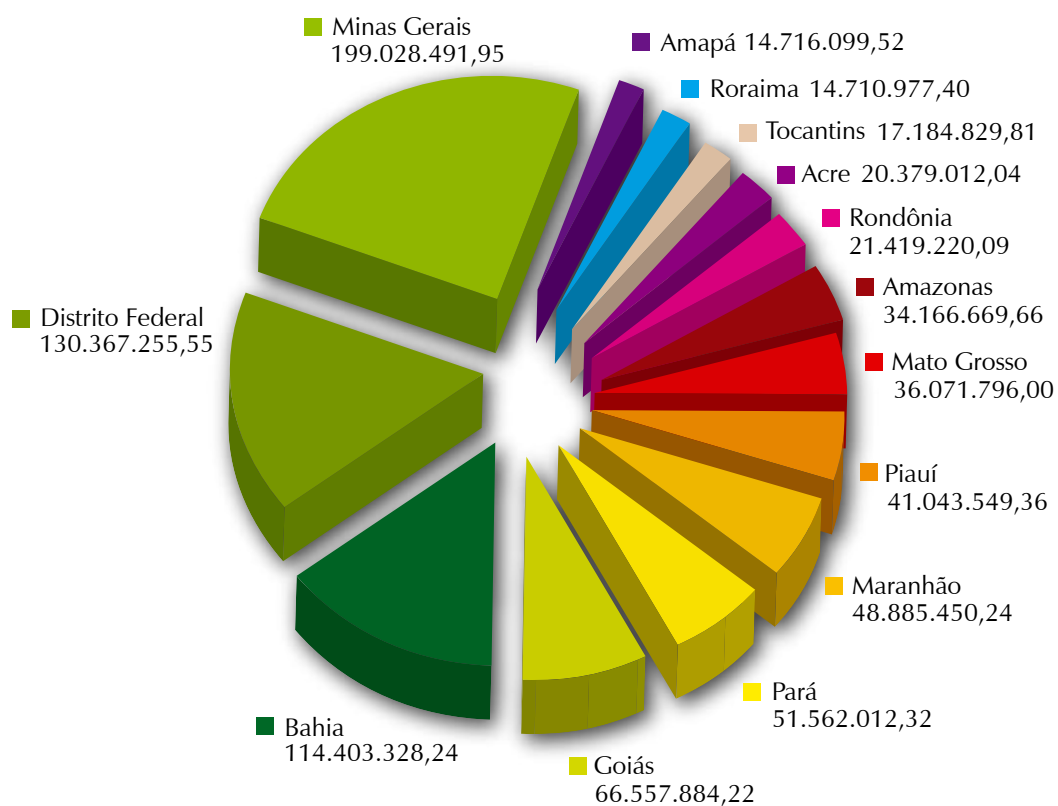
SEÇÃO JUDICIÁRIA	PESSOAL	ATIVIDADES	BENEFÍCIOS	PROJETOS	TOTAL
Acre	16.850.617,38	2.249.177,27	1.238.697,39	40.520,00	20.379.012,04
Amapá	12.172.917,48	1.535.642,92	933.079,12	74.460,00	14.716.099,52
Amazonas	27.464.880,18	4.632.427,90	1.994.901,58	74.460,00	34.166.669,66
Bahia	89.190.457,95	11.582.675,68	7.708.934,70	5.921.259,91	114.403.328,24
Distrito Federal	113.032.225,29	11.743.306,91	5.030.783,35	560.940,00	130.367.255,55
Goiás	55.367.606,59	6.321.141,96	3.735.458,41	1.133.677,26	66.557.884,22
Maranhão	37.169.798,48	5.777.005,11	2.976.212,93	2.962.433,72	48.885.450,24
Mato Grosso	25.886.893,72	4.156.375,73	2.011.511,63	4.017.014,92	36.071.796,00
Minas Gerais	165.655.532,12	17.618.167,01	11.266.638,19	4.488.154,63	199.028.491,95
Pará	43.733.207,15	4.489.640,62	2.719.953,92	619.210,63	51.562.012,32
Piauí	27.607.108,03	4.557.223,09	1.891.243,80	6.987.974,44	41.043.549,36
Rondônia	16.711.567,88	2.930.087,38	1.377.949,12	399.615,71	21.419.220,09
Roraima	11.571.987,09	2.095.759,47	968.770,84	74.460,00	14.710.977,40
Tocantins	13.899.230,86	2.075.597,12	1.120.329,28	89.672,55	17.184.829,81
<b>SUBTOTAL</b>	<b>656.314.030,20</b>	<b>81.764.228,17</b>	<b>44.974.464,26</b>	<b>27.443.853,77</b>	<b>810.496.576,40</b>
<b>TRF</b>	<b>143.897.155,52</b>	<b>42.147.597,97</b>	<b>14.328.943,69</b>	<b>11.847.427,63</b>	<b>212.221.124,81</b>
<b>TOTAL</b>	<b>800.211.185,72</b>	<b>123.911.826,14</b>	<b>59.303.407,95</b>	<b>39.291.281,40</b>	<b>1.022.717.701,21</b>

Sumário



Início

GRÁFICO 18  
SUB-REPASSE PARA AS SECCIONAIS



Sumário



Início

QUADRO 129  
RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS LIMITES FINANCEIROS (R\$)

SEÇÃO JUDICIÁRIA	CATEGORIA			REPASSES DARFS GPS	TOTAL
	A PESSOAL	C CUSTEIO	E RESTOS A PAGAR		
Acre	10.890.400,92	3.624.448,71	773.772,56	5.881.252,23	21.169.874,42
Amapá	7.750.303,24	2.441.576,10	178.234,44	4.543.819,44	14.913.933,22
Amazonas	17.863.283,90	6.430.984,77	848.246,64	10.059.952,83	35.202.468,14
Bahia	56.202.904,89	23.573.612,63	4.901.030,74	34.386.705,54	119.064.253,80
Distrito Federal	72.448.261,14	16.780.105,95	1.697.423,52	41.766.579,28	132.692.369,89
Goiás	35.035.246,28	10.768.779,27	805.633,88	20.830.711,14	67.440.370,57
Maranhão	24.181.151,63	8.938.665,44	3.629.308,63	13.553.758,37	50.302.884,07
Mato Grosso	16.431.365,36	8.740.155,04	7.740.408,03	10.101.689,03	43.013.617,46
Minas Gerais	107.065.137,79	29.234.919,71	1.952.774,68	60.386.825,58	198.639.657,76
Pará	27.813.518,89	7.473.229,92	439.261,66	16.446.143,92	52.172.154,39
Piauí	17.443.733,11	12.024.582,03	4.386.483,18	10.807.036,91	44.661.835,23
Rondônia	10.594.003,51	4.500.543,58	233.738,27	6.179.451,71	21.507.737,07
Roraima	7.444.477,58	3.122.138,26	696.400,59	4.303.584,85	15.566.601,28
Tocantins	8.657.218,07	3.204.477,28	471.222,03	5.443.524,52	17.776.441,90
<b>SUBTOTAL</b>	<b>419.821.006,31</b>	<b>140.858.218,69</b>	<b>28.753.938,85</b>	<b>244.691.035,35</b>	<b>834.124.199,20</b>
TRF	90.321.757,53	62.912.984,14	25.071.583,32	57.616.969,91	235.923.294,90
<b>TOTAL</b>	<b>510.142.763,84</b>	<b>203.771.202,83</b>	<b>53.825.522,17</b>	<b>302.308.005,26</b>	<b>1.070.047.494,10</b>

Sumário



Início



## PESSOAL

Com a dotação orçamentária de Pessoal, foi possível pagar todas as folhas normais, a antecipação e o abono de férias dos magistrados, o abono de férias para os servidores, as sentenças judiciais não transitadas em julgado, a incorporação dos quintos dos servidores, os subsídios dos magistrados.

As Seções Judiciárias e o Tribunal encaminharam, mensalmente, as informações referentes às despesas com pessoal ativo e inativo (quantitativo físico e valores pagos em regime de competência), as quais foram analisadas e consolidadas pela SECOR, que, em seguida, as encaminhou ao Conselho da Justiça Federal.

Foi feito o acompanhamento das nomeações de servidores para novas varas objetivando estimar o acréscimo na despesa de pessoal e dos benefícios correspondentes.

## AJUDA DE CUSTO

Para possibilitar o funcionamento das Varas Federais no interior, foi necessária a remoção de magistrados e servidores. Sendo assim, foram pagas ajudas de custo e transportes de bens no valor de R\$ 4.039.406,00 e foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 1.936.026,00, referente às remoções autorizadas para 2006.

No entanto, por insuficiência orçamentária, não foi possível atender, com o benefício da ajuda de custo, às remoções de servidores ocupantes de funções comissionadas ou de cargos em comissão.

## REAJUSTES DE BENEFÍCIOS

Para os reajustes dos auxílios pré-escolar e alimentação, que passaram, respectivamente, de R\$ 300,00 para R\$ 350,00 e de R\$ 484,00 para R\$ 590,00, foram utilizadas as dotações orçamentárias reservadas aos benefícios destinados às nomeações de cargos vagos previstos, neste exercício, para a Justiça Federal de todas Regiões, os quais não foram providos em sua totalidade.

[Sumário](#)[Início](#)

## MATERIAL PERMANENTE

Para atender às despesas posteriores à conclusão de obras nas Seccionais, foram descentralizados:

- ▶ R\$ 1.303.800,00 – Seção Judiciária do Estado do Piauí, para aquisição de material permanente, divisórias e *switches* para a nova sede;
- ▶ R\$ 632.610,00 – Seção Judiciária do Estado da Bahia, destinados à aquisição de materiais permanentes para o prédio que abrigará os juizados;
- ▶ R\$ 582.300,00 – Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, com vistas à aquisição de mobiliário para a nova sede;
- ▶ R\$ 105.167,00 – Seção Judiciária do Estado do Maranhão, para aquisição de equipamentos para o restaurante.

**QUADRO 130**  
**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**

ESTADO	QUANT.	VALOR (R\$)
Acre	1	37.000,00
Amazonas	1	40.990,00
Bahia	3	179.613,00
Distrito Federal	2	82.216,00
Goiás	1	40.800,00
Maranhão	2	123.000,00
Mato Grosso	2	47.000,00
Minas Gerais	2	81.100,00
Pará	1	39.300,00
Piauí	1	34.990,00
Rondônia	1	40.000,00
Tocantins	1	79.880,00
Tribunal Regional Federal	3	149.505,00
TRF– convênio Petrobras	3	292.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>1.267.894,00</b>

## FROTA DE VEÍCULOS

Para o cumprimento da diretriz de renovação da frota de veículos de serviço da Primeira Região, foi alocado o valor de R\$ 1.267.894,00.

Sumário



Início

## PROJETOS

Com vistas a otimizar a utilização orçamentária e financeira dos projetos em andamento e daqueles que ainda se vão iniciar, foi realizado constante acompanhamento da execução junto às Seccionais. Como resultado, concluiu-se pela impossibilidade de execução da totalidade dos projetos consignados na LOA/2005. Por outro lado, ficou clara a dificuldade de obtenção de crédito para os projetos em andamento sem oferecimento de fonte compensatória. Assim, foram solicitados créditos suplementares, oferecidos como cancelamento:

a) à dotação total dos projetos de construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais e da Subseções Judiciárias de Montes Claros/MG, Campo Formoso/BA, Vitória da Conquista/BA e Jequié/BA;

b) à dotação parcial dos projetos de construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso e das Subseções Judiciárias de Juiz de Fora/MG e de Uberaba/MG.

O único projeto novo que foi acompanhado em 2005 foi o de construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Caxias/MA.

Foi concluído o projeto arquitetônico da Subseção Judiciária de Juiz de Fora. No entanto não foi possível contratar empresa especializada para a construção de seu Edifício-Sede, mesmo com a realização de duas concorrências, tendo em vista que as empresas interessadas não atenderam às exigências quanto à capacidade técnico-operacional.

Esse fato gerou perda orçamentária no valor de R\$ 1.620.000,00, o que pode prejudicar o planejamento de obras da Primeira Região contido no Plano Plurianual.

QUADRO 131  
ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS EM  
ANDAMENTO

PROJETO	SECCIONAL	CIDADE	
Construção de Edifício-Sede	Piauí	Teresina	
	Mato Grosso	Cuiabá	
		Rondonópolis	
	Maranhão	Imperatriz	
		Caxias	
	Minas Gerais	Uberaba	
		Juiz de Fora	
	Bahia	Salvador	
	Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação		
	Implantação de Varas Federais		

Sumário



Início

QUADRO 132  
OBRAS E REFORMAS

UNIDADE GESTORA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Tribunal	Cabeamento vertical	89.852,00
	Modernização de elevadores do Edifício-Sede	707.249,61
	Impermeabilização em áreas do Edifício-Sede e dos Anexos I e II	293.442,81
	Aterramento e proteção contra descargas atmosféricas	14.914,24
	Construção do protocolo descentralizado	30.912,16
	Construção de guarita no CENTREJUFE	99.948,57
	Adequações nas instalações elétricas do Edifício-Sede para possibilitar o acréscimo de carga	118.842,14
	Fornecimento e instalação de condicionadores de ar	13.800,00
SJ/AC	Reforma da varanda de imóvel funcional	15.000,00
SJ/AM	Construção da lavanderia e do muro na Subseção de Tabatinga	226.788,00
	Construção da lavanderia	59.863,00
	Recuperação e reforço das peças de concreto armado da Subseção de Tabatinga	160.729,00
	Execução e instalação da central de GLP na Subseção de Tabatinga	65.953,00
	Reformas nos banheiros e assentamento de pastilhas no Edifício-Sede	97.257,19
	Serviços de adaptação e construção de subestação de energia elétrica	9.495,70
	Ampliação do Edifício Anexo II – Plenário para abrigar os JEFs	369.973,00
SJ/AP	Adaptações, reformas e implantação de novas vagas para estacionamento, bem como construção de guarita de segurança na fachada principal do Edifício-Sede	104.111,97
SJ/BA	Climatização da sala do NUMOI	25.515,00
	Ampliação da rede lógica do Edifício-Sede e do Edifício Anexo	522.211,00
SJ/DF	Atualização tecnológica da rede de comunicação de dados	169.045,00
SJ/GO	Instalação de portas giratórias doadas pela Caixa Econômica Federal	24.850,00
SJ/MA	Reforma e ampliação da rede elétrica do Edifício-Sede	591.926,00
	Revestimento de películas de proteção solar	74.000,00
	Reforma no estacionamento	13.951,12
	Reformas nas dependências do Edifício-Sede e do Edifício Anexo	72.260,28
	Construção do restaurante (2º termo aditivo – prorrogação)	43.650,04

Sumário



Início

UNIDADE GESTORA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
SJ/MG	Implantação de rede lógica estabilizada no prédio do JEF em Juiz de Fora	14.980,00
	Implantação de rede lógica estabilizada no prédio de Uberaba	23.300,00
	Rede lógica estabilizada no prédio do JEF em Belo Horizonte	26.700,00
	Troca do piso no 3º e 9º andares do Edifício Lucas Lopes e térreo do Edifício Olimpo (biblioteca)	31.612,16
	Serviço de cabeamento estruturado, com fornecimento de todo o material para o 9º andar do Edifício São Lucas	21.235,21
	Obras e serviços de engenharia para a Subseção de Uberlândia	168.391,44
	Construção de anexo no estacionamento externo do Edifício-Sede I da SJ/MG, em Belo Horizonte	50.000,00
	Reforma dos quatro elevadores do Edifício-Sede I da SJ/MG, em Belo Horizonte	500.000,00
	Reforma e adaptação do imóvel que abriga o JEF de Juiz de Fora	8.840,00
SJ/MT	Rede lógica	77.008,00
SJ/PA	Reforma e adaptação do Edifício-Sede	16.571,31
	Impermeabilização do prédio	50.000,00
	Reforma e modernização das instalações de Santarém e Marabá	100.000,00
SJ/PI	Serviços na cobertura do prédio do JEF e no gabinete do Coordenador do JEF	15.932,60
SJ/RO	Reforma da laje nervurada do piso, troca do revestimento da fachada e troca de tubulação do sistema hidráulico do Edifício-Sede	164.012,98
	Ampliação do estacionamento	36.700,00
SJ/RR	Reforma das instalações elétricas e construção da subestação abaixadora	311.050,00
	Reforma do <i>hall</i> do Edifício-Sede (1º termo aditivo ao contrato 06/2004)	26.687,86
SJ/TO	Reforço estrutural do poço do elevador	35.613,00
	Reforma dos banheiros	79.931,54
	Pintura interna e externa do Edifício-Sede	16.487,00
	Tablado para auditório	20.000,00
	Instalação de circuito para ar condicionado	4.750,00
	Reforma do telhado do Edifício-Sede	15.000,00

Sumário



Início

## INSTALAÇÃO DE VARAS FEDERAIS

QUADRO 133

## VALORES APLICADOS NAS VARAS INSTALADAS

ESTADO	CIDADE	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Bahia	Barreiras	1	124.502,00
	Campo Formoso	1	188.889,00
	Feira de Santana	1	225.489,00
	Juazeiro	1	325.768,00
	Salvador	1	149.716,00
Distrito Federal	Brasília	2	114.100,00
Goiás	Anápolis	1	262.350,00
	Goiânia	1	4.900,00
	Luziânia	1	161.537,00
Maranhão	Caxias	1	326.537,00
Mato Grosso	Cáceres	1	400.659,00
Minas Gerais	Lavras	1	254.471,00
	Montes Claros	1	317.858,00
	Passos	1	287.614,00
	Patos de Minas	1	251.686,00
	Pouso Alegre	1	223.275,00
	São Sebastião do Paraíso	1	257.939,00
	Varginha	1	256.791,00
Pará	Altamira	1	351.853,00
Piauí	Picos	1	420.375,00
Tocantins	Palmas	1	72.716,00
<b>TOTAL</b>		<b>22</b>	<b>4.979.025,00</b>

Das 59 Varas criadas pela Lei n. 10.772/2003, 18 foram instaladas em 2004 e 22 em 2005, ficando as 19 Varas restantes para 2006. O custo total de implantação, em 2005, foi de R\$ 4.979.025,00, que, somados a R\$ 1.944.000,00 de 2004, perfazem o total de R\$ 6.923.025,00.

A obtenção desses recursos e de outros necessários à manutenção das novas Varas Federais exigiu empenho no planejamento, na integração entre todas as Secretarias do Tribunal e na obtenção de mais recursos no CJF.

Está prevista a aplicação de R\$ 4.669.243,00 para instalação de Varas Federais em 2006.

Sumário



Início

QUADRO 134  
VALORES PREVISTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE VARAS EM 2006

ESTADO	CIDADE	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Bahia	Eunápolis	1	274.412,00
	Guanambi	1	110.674,00
	Itabuna	1	236.897,00
	Jequié	1	109.883,00
	Paulo Afonso	1	323.703,00
	Vitória da Conquista	1	371.477,00
Goiás	Aparecida de Goiânia	1	324.279,00
	Rio Verde	1	233.167,00
Mato Grosso	Rondonópolis	1	316.938,00
	Sinop	1	306.985,00
Minas Gerais	Divinópolis	2	402.586,00
	Ipatinga	1	247.010,00
	Governador Valadares	2	280.815,00
	São João del-Rei	1	183.296,00
	Sete Lagoas	1	214.723,00
Pará	Castanhal	1	349.417,00
Rondônia	Ji-Paraná	1	382.981,00
<b>TOTAL</b>		<b>19</b>	<b>4.669.243,00</b>

Sumário



Início

## CONTINGENCIAMENTO E DESCONTINGENCIAMENTO

Em 2005, o contingenciamento inicialmente imposto pelo Governo Federal foi reduzido para atender à instalação das Varas Federais criadas pela Lei n. 10.772/2003. O orçamento da Primeira Região ficou contingenciado, então, em R\$ 6.609.673,00. Ao longo do exercício foram sendo descontingenciados valores expressivos, de forma tal que, ao final, todo o montante foi descontingenciado. Contudo, o último descontingenciamento, no valor de R\$ 1.002.164,00, foi concretizado apenas em 26/12/2005, data da publicação. Em decorrência do pouco prazo para a realização de despesas, teve efeito negativo, ou seja, não pôde ser utilizado.

## PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2006

A proposta orçamentária para 2006 foi elaborada nos termos da Lei n. 11.178/2005, a partir das necessidades informadas pelas unidades administrativas do Tribunal e das Seções. Preliminarmente, a proposta previa orçamento de R\$ 1.582.251.134,00. Em decorrência do limite orçamentário definido para a Justiça Federal da Primeira Região, ela foi revisada para o total de R\$ 1.057.657.340,00, contudo, por solicitação do Tribunal, foi concedido extrateto de R\$ 12.719.830,00, o que elevou o limite orçamentário para R\$ 1.070.377.170,00.

Excetuam-se desse total R\$ 563.154,00, provenientes do convênio firmado com a Caixa Econômica Federal – CEF, e as dotações orçamentárias que se encontram na reserva do Conselho da Justiça Federal para posterior distribuição:

- a) R\$ 13.056.000,00 destinados à manutenção das 34 varas que não foram instaladas até junho de 2005, sendo que os créditos orçamentários serão descentralizados de acordo com o cumprimento do cronograma de instalação das varas;
- b) R\$ 2.000.000,00 destinados à manutenção do prédio doado pelo Conselho da Justiça Federal ao Tribunal;
- c) R\$ 13.682.560,00 relativos aos benefícios das nomeações de cargos vagos existentes em 2005;
- d) R\$ 7.950.231,00 para o projeto de implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação da Justiça Federal – ISIGI.

[Sumário](#)[Início](#)



**QUADRO 135**  
**PROJETOS PRIORIZADOS PARA 2006**

<b>PROJETOS EM ANDAMENTO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí	700.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA	1.012.656,00
Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	2.487.344,00
Construção do Edifício-Sede do Juizado Especial Federal na Bahia	1.800.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG	2.594.988,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberaba/MG	2.433.080,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT	1.100.000,00
Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	1.500.000,00
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Caxias/MA	900.000,00
Ampliação do Edifício Anexo da Seção Judiciária do Estado do Amazonas	585.000,00
Modernização de instalações da Justiça Federal no Distrito Federal	2.500.000,00
Modernização de instalações da Justiça Federal (Seções Judiciárias)	5.788.444,00
Aquisição de terreno (desapropriação) para construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado do Pará	300.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>23.701.512,00</b>
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação da Justiça Federal — ISIG	7.950.231,00
<b>TOTAL</b>	<b>31.651.743,00</b>

Sumário



Início

QUADRO 136  
COMPARATIVO DOS ORÇAMENTOS DE 2005 E 2006

ORÇAMENTO 2005	PESSOAL (R\$)	ATIVIDADES (R\$)	BENEFÍCIOS (R\$)	PROJETOS (R\$)	TOTAL (R\$)
TRF	143.813.533,00	31.627.498,00	11.029.657,00	2.930.000,00	189.400.688,00
SEÇÕES	658.468.699,00	92.374.190,00	48.933.584,00	36.362.157,00	836.138.631,00
<b>TOTAL</b>	<b>802.282.232 ,00</b>	<b>124.001.688 ,00</b>	<b>59.963.241,00</b>	<b>39.292.157,00</b>	<b>1.025.539.319,00</b>
PROPOSTA 2006 PL 40/2005	PESSOAL (R\$)	ATIVIDADES (R\$)	BENEFÍCIOS (R\$)	PROJETOS (R\$)	TOTAL (R\$)
TRF	158.026.599,00	34.479.662,00	12.023.000,00	4.000.000,00	208.529.261,00
SEÇÕES	697.968.973,00	111.997.539,00	61.481.600,00	27.651.743,00	899.099.855,00
<b>TOTAL</b>	<b>855.995.572 ,00</b>	<b>146.477.200,00</b>	<b>73.504.600,00</b>	<b>31.651.743,00</b>	<b>1.107.629.116,00</b>
ACRÉSCIMO (%)					
TRF	9,88	9,02	9,01	36,52	10,10
SEÇÕES	6,00	21,24	25,64	(23,95)	7,53
<b>TOTAL</b>	<b>6,70</b>	<b>18,13</b>	<b>22,58</b>	<b>(19,45)</b>	<b>8,00</b>

Verifica-se que houve crescimento global de 8% do orçamento proposto para 2006 em relação ao orçamento de 2005.

Por categoria de programação, nota-se crescimento de 6,70% em Pessoal, 18,13% em Atividades e 22,58% em Benefícios e decréscimo de 19,45% em Projetos. O acréscimo em Atividades e o decréscimo em Projetos decorrem da instalação das Varas Federais criadas pela Lei n. 10.772/2003.

Sumário



Início

## PLANO PLURIANUAL – PPA 2004-2007

O Plano Plurianual de Investimento – PPA 2004-2007 foi revisto em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei n. 10.933, de 11 de agosto de 2004, observando-se os limites definidos pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, os quais foram distribuídos pelo Conselho da Justiça Federal – CJF. Dos valores destacados devem ser excluídos os que se encontram na reserva do CJF para posterior distribuição.

A Primeira Região, ao desenvolver os projetos do Juizado Especial Federal – JEF, do JEF itinerante e da interiorização das Varas Federais, tem contribuído sobremaneira para o alcance do megaobjetivo do PPA 2004-2007, na medida em que propicia a inclusão social e a redução das desigualdades regionais.

QUADRO 137  
REVISÃO DO PPA 2004-2007  
LIMITES DA PRIMEIRA REGIÃO (2006-2009) (R\$)

	2006	2007	2008	2009
Atividades	59.822.040,00	130.858.046,00	136.746.658,00	142.900.258,00
Benefícios	131.421.200,00	60.371.400,00	60.371.400,00	63.094.800,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>191.243.240,00</b>	<b>191.229.446,00</b>	<b>197.118.058,00</b>	<b>205.995.058,00</b>
Projetos	23.701.512,00	28.000.000,00	31.000.000,00	32.500.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>214.944.752,00</b>	<b>219.229.446,00</b>	<b>228.118.058,00</b>	<b>238.495.058,00</b>

Sumário



Início

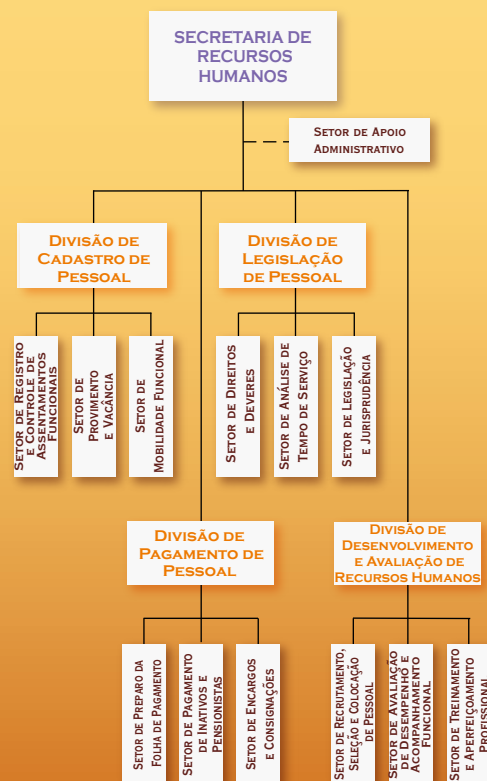
# SECRE

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Sumário



Início



Sumário

Sumário



Início

A Secretaria de Recursos Humanos – SECRE teve como principal projeto, em 2005, a implantação de sistema único de recursos humanos na Primeira Região. O projeto, elaborado em parceria com a Secretaria de Informática – SECIN, busca aperfeiçoar a política de recursos humanos, em especial na agilização do atendimento ao servidor.

Outra providência que modernizará os sistemas de recursos humanos da Justiça Federal brasileira é a centralização das folhas de pagamento dos Tribunais Regionais Federais, determinada pelo Conselho da Justiça Federal – CJF. Para unificação das rubricas das folhas de pagamento, foi instaurada comissão técnica composta pelos diretores de pagamento dos cinco TRFs e do próprio CJF.

Também em atendimento à decisão do CJF, a SECRE implantou novos procedimentos para a concessão de férias. Para tanto, divulgou amplamente a inovação em toda a Primeira Região e criou plantões para sanar as dúvidas dos servidores. As novas regras estabelecem que as férias devem ser agendadas levando-se em consideração o período aquisitivo — que está vinculado à data de ingresso do servidor no órgão de origem, e não ao ano civil.

Em 2005, a SECRE deu prosseguimento às ações de desenvolvimento, capacitação e integração dos servidores. Foram realizados ou receberam apoio logístico da Secretaria 113 eventos de capacitação, que contaram com a participação de 674 pessoas. Os eventos foram bastante variados: realizaram-se desde treinamentos para a execução de trabalhos específicos até aqueles cujo objetivo era auxiliar os servidores em dificuldades pessoais, mas não menos importantes, como falar em público, por exemplo.

A SECRE participou, ainda, da X Feira de Saúde e V Expo Qualidade de Vida do Tribunal, como uma das unidades organizadoras do evento, em especial, do estande “Tempo de Harmonizar”, em que, no atendimento aos visitantes, buscou demonstrar a importância da respiração adequada na diminuição da ansiedade e do estresse.

[Sumário](#)[Início](#)



QUADRO 138  
EVENTOS EXTERNOS DE CAPACITAÇÃO

EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
A reforma da previdência do servidor público	2	24	Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDEMP	2.400,00	04 a 06/05	Brasília/DF	Área de Controle Interno
Adobe creative suites – módulo illustrator CS	3	24	Web Oriented Center – WOC	2.370,00	20 a 22/01	São Paulo/SP	Área de Editoração
Adobe creative suites – módulo indesign CS	3	24	Web Oriented Center – WOC	2.370,00	24 a 26/01	São Paulo/SP	Área de Editoração
Análise de processos aplicada à auditoria e controles internos	2	24	Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDEMP	2.400,00	04 a 06/07	Brasília/DF	Área de Controle Interno
Auto cad 2004 – nível I	1	40	Pro Systems Informática	720,00	24/01 a 04/02	Brasília/DF	Área de Engenharia
Capacitação e aperfeiçoamento de pregoeiros e membros de equipe de apoio	5	24	Zenite Assessoria e Promoções	6.248,00	09 a 11/05	Brasília/DF	Área Administrativa
Certificação digital I	9	16	Centro de Estudos Judiciários – CJF	–	21 e 22/11	Brasília/DF	Área de Informática
Certificação digital II	9	16	Centro de Estudos Judiciários – CJF	–	23 e 24/11	Brasília/DF	Área de Informática
Certificação digital III – aplicações	3	16	Centro de Estudos Judiciários – CJF	–	1º e 02/12	Brasília/DF	Área de Informática
Certificação digital III – desenvolvimento	3	40	Centro de Estudos Judiciários – CJF	–	28/11 a 02/12	Brasília/DF	Área de Informática
Certificação digital III – desenvolvimento 2	3	40	Centro de Estudos Judiciários – CJF	–	12 a 16/12	Brasília/DF	Área de Informática
CICC– Curso integrado de licitação, compras e contratações no serviço público de acordo com a legislação em vigor	2	24	Escola de Administração e Negócios – ESAD	3.380,00	07 a 09/12	Rio de Janeiro/RJ	Área Administrativa
Combate à improbidade administrativa	1	16	Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT	200,00	12 a 14/05	Brasília/DF	Área Judiciária

Sumário



Início



EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
Como elaborar planos, projetos e programas de T&D	4	16	Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDEMP	1.900,00	23 e 24/05	Brasília/DF	Área de Recursos Humanos
Como proceder nas retenções de tributos de terceiros	6	8	Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDEMP	3.240,00	23/11	Brasília/DF	Área Administrativa
31º CONARH – 2005	2	30	Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH Nacional	4.896,00	1º a 04/08	São Paulo/SP	Área de Recursos Humanos
Congresso brasileiro de biblioteconomia	1	48	Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários – FEBAB	340,00	17 a 22/07	Curitiba/PR	Área de Biblioteca
XIX Congresso brasileiro de Direito Administrativo	1	24	Bidding – Consultoria e Treinamento	705,00	05 a 07/10	Gramado/RS	Área Judiciária
Congresso brasileiro dos assessores de comunicação da Justiça	2	16	Fórum Nacional de Comunicação e Justiça	500,00	14 a 16/11	Natal/RN	Área de Comunicação Social
V Congresso de stress da ISMA-BR	2	22	<i>International Stress Management Association</i> – ISMA-BR	1.640,00	13 a 15/06	Porto Alegre/RS	PGQVT
IV Congresso goiano de Direito Administrativo	1	24	Instituto de Direito Administrativo de Goiás – IDAG	320,00	22 a 24/06	Goiânia/GO	Área Judiciária
8º Congresso Nacional da SBAN	1	30	Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição	450,00	15 a 18/11	Sao Paulo/SP	Área de Saúde
XII Congresso nacional do cerimonial público	3	36	Comitê Nacional do Cerimonial Público – CNCP	2.000,00	26 a 28/10	Natal/RN	Área de Cerimonial
Congresso SET/2005	1	24	Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações	625,00	21 a 23/09	São Paulo/SP	Área de Comunicação Social

Sumário



Início

EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
Contabilidade pública e análise de balanços – teoria e prática	2	28	Escola de Administração e Treinamento – ESAFI	2.560,00	23 a 26/11	Fortaleza/CE	Área Administrativa
Contabilidade pública e análise dos balanços nas novas exigências da LRF	5	19	Cultural Eventos, Seminários, Cursos Jurídicos – CEBRAD	7.750,00	1º e 02/03	Brasília/DF	Área Financeira
Contratos administrativos	1	23	Zenite Assessoria e Promoções	1.595,00	07 a 09/03	Brasília/DF	Área de Controle Interno
Convênios: da solicitação à prestação de contas	1	24	Contrei	1.290,00	07 a 09/12	Brasília/DF	Diretoria-Geral
VI curso de auditoria governamental	1	40	Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP	1.600,00	11 a 27/07	Brasília/DF	Área de Controle Interno
Curso de Direito de Família e Sucessões	30	12	Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT	3.900,00	10 e 11/06	Brasília/DF	Área Judiciária
Curso de direitos reais	24	12	Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT	2.880,00	08 e 09/04	Brasília/DF	Área Judiciária
Curso de execução orçamentária e financeira no serviço público (LRF)	1	20	Contrei	990,00	23 a 25/05	Brasília/DF	Área Financeira
Curso de gestão sobre autos findos	3	24	Conselho da Justiça Federal – CJF	–	27 a 29/04	Brasília/DF	Área de Arquivo
Curso de latim para principiantes	6	64	Mosteiro de São Bento de Brasília	4.980,00	1º/03 a 30/11	Brasília/DF	Área de Editoração
Curso de licitações e contratos	2	16	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos	2.610,00	22 a 24/06	Brasília/DF	Área Administrativa
III Curso integrado sobre contratos administrativos, licitações públicas e convênios federais	1	54	Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP	1.800,00	23/05 a 17/06	Brasília/DF	Área de Controle Interno

Sumário



Início

EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
Direito Administrativo: inovações em Direito Administrativo – Módulo 1 e a estrutura administrativa pública no séc. XXI – módulo 2	9	24	Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT	2.520,00	19 a 27/08	Brasília/DF	Área Judiciária
Direito Constitucional Tributário	6	30	Instituto de Direito Público – IDP	3.480,00	07/03 a 04/04	Brasília/DF	Área Judiciária
Direito Previdenciário	2	20	Instituto de Direito Público – IDP	812,00	10/06 a 08/07	Brasília/DF	Área Judiciária
ENCEX – Curso de encerramento de exercício	2	25	Escola de Administração e Negócios – ESAD	3.380,00	12 a 16/12	Fortaleza/CE	Execução Orçamentária e Financeira
Estudo prático das faltas disciplinares	2	11	Cultural Eventos, Seminários, Cursos Jurídicos – CEBRAD	2.400,00	30 e 31/03	Brasília/DF	Área de Recursos Humanos
Execução orçamentária e financeira no serviço público	1	14	Contrei	1.290,00	14 a 16/12	Brasília/DF	Diretoria-Geral
Feira e congresso das Secretárias/2005	2	16	Web Media	1.632,00	12 e 13/08	Brasília/DF	Geral: Área Judiciária
Fiscalização de contratos administrativos	2	16	Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDEMP	1.656,00	28 e 29/11	Brasília/DF	Área de Controle Interno
V Fórum de qualidade de vida no trabalho	6	16	Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida – IBQV	2.000,00	27 e 28/04	Brasília/DF	PGQVT
I Fórum especializado em contratos administrativos	1	15	Editora Fórum	1.490,00	12 e 13/07	Brasília/DF	Área Administrativa
II Fórum especializado em licitações e contratos	2	16	Editora Fórum	3.380,00	22 e 23/08	Brasília/DF	Área Administrativa
III Fórum especializado em servidor – processo administrativo disciplinar	1	16	Editora Fórum	1.490,00	24 e 25/08	Brasília/DF	Área Administrativa
Fraudes na terceirização – prevenção de fraudes nos contratos de obras e serviços na administração pública	1	16	Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDEMP	828,00	25 e 26/10	Brasília/DF	Área de Controle Interno
Gestão de contratos administrativos	2	8	NDJ – Simpósios e Treinamentos	–	09/12	Cortesia – Brasília/DF	Diretoria-Geral e Área de Orçamento

Sumário



Início

EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
Gestão e fiscalização de contratos de terceirização e serviços na administração pública	1	24	Consultoria e Treinamento – CONSULTE	1.492,00	26 a 29/04	Curitiba/PR	Área de Orçamento
Infoimagem 2005	2	24	Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação – CENADEM	2.470,00	13 a 15/09	Brasília/DF	Área de Informática
Jogos de empresas e técnicas vivenciais	1	16	Instituto Nacional de Capacitação – INC	1.340,00	27 e 28/06	Brasília/DF	Área de Recursos Humanos
IV jornada internacional/ II conferência brasileira sobre representações sociais	1	32	Eventos e Consultoria	350,00	08 a 11/11	João Pessoa/PB	Área de Psicologia
Licitações e contratos – novas questões polêmicas	1	16	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos	1.490,00	15 e 16/12	Brasília/DF	Área de Controle Interno
Licitações e contratos de engenharia	2	16	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF – CREA/DF	420,00	21 a 24/11	Brasília/DF	Área de Engenharia
Medidas preparatórias para contratação na administração pública – a elaboração do projeto básico	3	16	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos	3.450,00	27 e 28/09	Brasília/DF	Área Administrativa
Planejamento científico do controle	1	8	Talentos e Organizações – TAO	1.250,00	07/10	Brasília/DF	Área de Controle Interno
Planejamento e controle de obras	2	16	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF – CREA/DF	400,00	17 a 20/10	Brasília/DF	Área de Engenharia
PPE – Seminário sobre os aspectos polêmicos e fundamentais na modalidade pregão	1	25	Escola de Administração e Negócios – ESAD	–	12 a 16/12	Cortesia – Rio de Janeiro/RJ	CPL
Prática do processo disciplinar	1	11	Cultural Eventos, Seminários, Cursos Jurídicos – CEBRAD	1.550,00	07 e 08/07	Brasília/DF	Área Administrativa

Sumário



Início

EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
Provas ilícitas: meios eletrônicos de captação de provas e direito ao sigilo	1	6	Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT	100,00	14 e 15/06	Brasília/DF	Área Judiciária
(Re)visão crítica do processo penal	1	16	Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT	200,00	14 a 16/04	Brasília/DF	Área Judiciária
II Semana de administração orçamentária, financeira e de contratações públicas	1	40	Escola de Administração Fazendária – ESAF	–	21 a 25/11	Brasília/DF	Área de Orçamento
Seminário – avaliação de documentos na administração pública	2	16	Centro Latino Americano de Capacitación Y Desarrollo de Empresas – CELACADE	2.880,00	23 e 24/09	São Paulo/SP	Área Administrativa
Seminário – temas e questões polêmicas sobre contratos e convênios	2	24	Zenite Assessoria e Promoções	3.360,00	03 a 05/10	Natal/RN	Áreas de Orçamento e Controle Interno
Seminário nacional – como licitar e fiscalizar os contratos de terceirização de serviços na administração pública	2	28	Zenite Assessoria e Promoções	3.360,00	24 a 27/10	Brasília/DF	Área de Controle Interno
8º Seminário Nacional – habilidades e competências	1	16	Treinamento e Consultoria – IBAP	1.700,00	28 e 29/06	Brasília/DF	Gerencial
Seminário para secretárias e assessores	1	8	Instituto Nacional de Desenvolvimento Profissional e Cultural – HDL	420,00	30/09	Brasília/DF	Geral: Recursos Humanos
4º Seminário SEIGOV – segurança da informação no governo	2	8	Sala XXI Eventos	2.790,00	18/10	Brasília/DF	Área de Desenvolvimento Organizacional
Seminário sobre novas tecnologias em inteligência e contra-espionagem	2	24	Masterview Soluções e Serviços em Informática	2.560,00	20 a 22/07	Curitiba/PR	Área de Segurança

Sumário



Início

EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	ORGANIZAÇÃO	VALOR (R\$)	PERÍODO	LOCAL	PÚBLICO-ALVO
III Seminário sobre o novo Código Civil – Fórum Miguel Reale	24	12	Instituto de Direito Público – IDP	2.300,00	23 e 24/06	Brasília/DF	Área Judiciária
Seminário: como dar validade legal aos documentos digitalizados	1	8	Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação – CENADEM	690,00	24/05	São Paulo/SP	Área de Informática
SIGPLAN – Curso de acompanhamento do planejamento estratégico e operacional	2	25	Escola de Administração e Negócios – ESAD	3.380,00	05 a 09/12	Rio de Janeiro/RJ	Área de Orçamento
X Simpósio nacional de auditoria de obras públicas	1	32	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	300,00	24 a 27/10	Recife/PE	Área de Orçamento
Simpósio: plano de abandono em edificações	2	8	Pacin Eventos	1.170,00	26/04	Rio de Janeiro/RJ	Área de Segurança
Sistema de registro de preços	1	16	Treinamento e Desenvolvimento – TREIDE	1.090,00	09 e 10/12	Belém/PA	Área Administrativa
Temas fundamentais em Direito Processual Civil	2	12	Instituto de Direito Público – IDP	300,00	12 a 19/07	Brasília/DF	Área Judiciária
Teoria Geral do Direito Tributário	14	40	Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT	4.900,00	28/03 a 28/04	Brasília/DF	Área Judiciária
Terapia cognitivo-comportamental – TCC	1	40	Centro de Estudos Avançados de Psicologia – Ciclo CEAP	1.150,00	20/08 a 11/09	Brasília/DF	Área de Recursos Humanos
Terceirização de serviços na administração pública: elaboração de planilha de composição de custos e gerenciamento e negociação de contratos	1	16	Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDEMP	828,00	24 a 25/11	Brasília/DF	Diretoria-Geral
Tópicos de licitações públicas e contratos administrativos	2	17	Bac Eventos	3.200,00	17 a 19/10	São Paulo/SP	CPL
<b>TOTAL</b>	<b>269</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>147.397,00</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

Sumário



Início

QUADRO 139  
EVENTOS INTERNOS DE CAPACITAÇÃO

EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	VALOR (R\$)	PERÍODO	INSTRUTORIA	PÚBLICO-ALVO
Aprimoramento técnico para desenvolvedores de sistemas	13	8	1.057,92	09 a 13/05	Pessoa Física	Área de Informática
Curso de gramática aplicada à redação oficial – módulo I	5	12	1.586,88	04 a 20/04	Interna	Geral
Curso de gramática aplicada à redação oficial – módulo I	16	12	1.586,88	14 a 25/02	Interna	Geral
Curso de gramática aplicada à redação oficial – módulo I	12	12	1.586,88	28/02 a 11/03	Interna	Geral
Curso de Power Point	8	12	1.586,88	1º a 10/03	Interna	Área Administrativa
Curso de Visual Basic 6.0	6	40	4.800,00	08 a 29/03	Pessoa Física	Área de Informática
Curso extrator de dados – processo bt	9	8	720,00	16 a 18/03	Pessoa Física	Área de Contadoria Judicial
Curso sobre metodologia e elaboração de cálculos na liquidação das sentenças	8	4	—	29/11 a 1º/12	Interna	Área Judiciária
Curso sobre SIASG	10	32	—	06 a 09/06	—	Área Administrativa
Dominando o medo de falar em público – expressão verbal	8	20	5.500,00	25 a 28/04	Pessoa Jurídica	Geral
Palestra direito da personalidade	56	2	—	10/06	—	Área Judiciária
Palestra direito intertemporal	54	2	—	10/06	—	Área Judiciária
SIAFI gerencial	16	20	3.000,00	28/03 a 01/04	Pessoa Física	Área Financeira
Sistema Financeiro da Habitação	25	15	4.500,00	24 a 28/10	Pessoa Jurídica	Área Judiciária
Treinamento comunicação eletrônica – ferramentas para excelência	10	2	—	17/03	Interna	Geral

Sumário



Início

EVENTO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA	VALOR (R\$)	PERÍODO	INSTRUTORIA	PÚBLICO-ALVO
Treinamento comunicação eletrônica – ferramentas para excelência	13	2	–	16/03	Interna	Geral
Treinamento comunicação eletrônica – ferramentas para excelência	9	2	–	18/03	Interna	Geral
Treinamento de avaliadores do PROGED	0	2	–	14/03	Interna	Gerencial
Treinamento de avaliadores do PROGED	10	2	–	18/03	Interna	Gerencial
Treinamento integração 2005	16	19	–	23/05 a 25/05	Interna	Geral
Treinamento operacional referente à dobradeira industrial Stahl TI-52	8	40	7.340,00	24 a 28/10	Pessoa Jurídica	Gráfica
Treinamento para avaliadores do PROGED	6	2	–	14/03	Interna	Gerencial
Treinamento para <i>software</i> COTAQ – turma C	2	3	270,00	08/04 a 10/06	Pessoa Física	Área de Taquigrafia
Treinamento para <i>software</i> COTAQ – turma B	4	3	270,00	08/04 a 20/05	Pessoa Física	Área de Taquigrafia
Treinamento para <i>software</i> COTAQ – turma E	9	3	270,00	15/04 a 10/06	Pessoa Física	Área de Taquigrafia
Treinamento para <i>software</i> COTAQ – turma A	7	3	270,00	08/04 a 20/05	Pessoa Física	Área de Taquigrafia
Treinamento para <i>software</i> COTAQ – turma D	2	3	270,00	15/04 a 10/06	Pessoa Física	Área de Taquigrafia
<b>TOTAL</b>	<b>342</b>	<b>–</b>	<b>34.615,44</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

Sumário



Início



QUADRO 140  
EVENTOS REGIONAIS DE CAPACITAÇÃO

EVENTO	PARTICIPANTES	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALOR (R\$)	PÚBLICO ALVO	INSTRUTORIA
Curso sobre aposentadoria e pensões	29	10 e 11/10	16	7.900,00	Área de Recursos Humanos	Pessoa Jurídica
SIAFI Gerencial regional	17	30/05 a 1º/06	20	3.000,00	Área Financeira	Pessoa Física
SIAFI Gerencial regional	17	1º e 03/06	20	3.000,00	Área Financeira	Pessoa Física
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>–</b>	<b>56</b>	<b>13.900,00</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

QUADRO 141  
LOTAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES

CARGO	QUANTIDADE
Analista Judiciário (Área Judiciária)	3
Técnico Judiciário (Área Administrativa)	5
Técnico Judiciário (Segurança e Transporte)	4
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

QUADRO 142  
DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES EM PRIMEIRA LOTAÇÃO

UNIDADE	QUANTIDADE
Gab. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral	1
Presidência (ASRET)	1
Secretaria Judiciária	2
Secretaria de Recursos Humanos	1
Secretaria de Administração	5
Secretaria de Controle Interno	1
Secretaria de Programas e Benefícios Sociais	1
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Sumário



Início

**QUADRO 143**  
**ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDAS**

Acompanhamento da tramitação de 86 processos administrativos, referentes à promoção e progressão funcional.
Acompanhamento da tramitação de 30 processos administrativos, referentes à homologação do resultado de avaliação de desempenho em estágio probatório, originários do TRF e das Seções Judiciárias.
Acompanhamento de servidor que apresentou conflitos no trabalho e/ou desajuste funcional, buscando a implementação de estratégia para solução.
Acompanhamento do processo de movimentação interna de 74 servidores.
Acompanhamento e controle de Avaliação de Desempenho de servidores requisitados de outros órgãos.
Análise e conferência de 279 cadernos de servidores submetidos ao PROGED.
Análise e conferência de 27 cadernos de servidores submetidos ao SUADES.
Apoio à Comissão de Concurso de Juiz Federal Substituto da 1ª Região, no que se refere aos testes psicotécnicos.
Atendimento a 11 servidores que solicitaram orientações referentes a relações de trabalho.
Controle das etapas de avaliação de desempenho no estágio probatório, referente a 21 servidores.
Elaboração e execução de treinamento dos avaliadores do PROGED no TRF – 1ª Região e na Seção Judiciária do Distrito Federal.
Emissão de 50 relatórios de conferência de fichas que compõem o PROGED.
Emissão de 13 relatórios de conferência de fichas que compõem o SUADES, para fins de homologação do resultado de avaliação de desempenho em estágio probatório.
Emissão de 320 cadernos do PROGED.
Fornecimento de informações sobre o SUADES a 12 servidores recém-empossados.
Orientação aos agentes de Recursos Humanos das Seções Judiciárias sobre a alteração do Procedimento do SUADES, em virtude da publicação da Resolução n. 334/03 – CJF.
Orientação aos dirigentes do TRF – 1ª Região para o preenchimento dos instrumentos que compõem o SUADES e para o acompanhamento eficaz dos servidores em estágio probatório.
Participação na Comissão Multidisciplinar de Avaliação de candidatos deficientes aprovados em concurso público.

O Sistema Unificado de Avaliação de Desempenho – SUADES possibilita o acompanhamento contínuo dos servidores em estágio probatório, buscando sua adaptação e o aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos.

Concluído o estágio probatório, os servidores recebem progressão funcional e promoção ordinária, mediante aprovação em avaliação funcional mensurada pelo Processo de Gestão de Desempenho – PROGED, que promove o desenvolvimento contínuo dos servidores na carreira.

Sumário



Início

**QUADRO 144**  
**SELEÇÃO INTERNA PARA FUNÇÕES COMISSIONADAS**

UNIDADE REQUISITANTE	PARTICIPANTES
Gabinete da Desembargadora Federal Selene de Almeida • FC 05 – Supervisor (1 vaga) • FC 04 – Assistente Processual (1 vaga)	8 6
Gabinete do Desembargador Federal Fagundes de Deus • FC 04 – Assistente Processual III (1 vaga) • FC 05 – Oficial-de-Gabinete (1 vaga) • FC 05 – Revisor (1 vaga)	6 9 3
Gabinete do Desembargador Federal Olindo Menezes • FC 04 – Assistente Processual III (1 vaga)	4
Gabinete da Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso • FC 04 – Assistente Processual II (1 vaga)	3
Gabinete do Juiz Federal João Carlos Costa Mayer Soares • FC 05 – Oficial-de-Gabinete (1 vaga)	3
Coordenação dos Juizados Especiais Federais – COJEF • FC 03 – Assistente Administrativo II (3 vagas)	4
Diretoria-Geral – DIGES • FC 03 – Assistente Técnico II (1 vaga)	2
Divisão de Segurança e Serviços Gerais – DISEG • FC 03 – Assistente Técnico II (1 vaga) • FC 02 – Motorista (3 vagas)	2 4
Divisão de Divulgação Institucional – DIDIV • FC 03 – Assistente Técnico II (1 vaga)	7
Secretaria de Programas e Benefícios Sociais – SECBE • FC 04 – Encarregado de Setor (1 vaga)	9
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>

Em 2005, o número de servidores que participaram do processo de seleção interna para funções comissionadas (70) foi mais que o dobro do número de participantes em 2004 (34).

Sumário



Início

QUADRO 145  
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS

GRAU DE ENSINO	CURSO	QUANTIDADE
SUPERIOR	Administração	30
	Comunicação Social	4
	Contabilidade	7
	Direito	144
	Economia	1
	Engenharia Elétrica	1
	Informática	15
	Nutrição	1
	Psicologia	14
	Relações Públicas	3
	Secretariado Executivo	3
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>223</b>
MÉDIO	–	151
<b>TOTAL</b>		<b>374</b>

Sumário



Início

**QUADRO 146**  
**CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

GRAU DE ENSINO	CURSO	QUANTIDADE
SUPERIOR	Administração	18
	Arquitetura	1
	Computação	13
	Comunicação Social	6
	Contabilidade	9
	Direito	86
	Economia	1
	Letras	1
	Nutrição	1
	Psicologia	3
	Relações Públicas	1
		<b>SUBTOTAL</b>
MÉDIO	–	92
<b>TOTAL</b>		<b>232</b>

Foram emitidas 273 declarações de estágio e emitidos e registrados 259 certificados de estágio. No final do exercício de 2005, o Tribunal contava com 228 estagiários de nível superior e 128 de nível médio, totalizando 356.

**QUADRO 147**  
**ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS DE PAGAMENTO DE PESSOAL**

Pagamento de diferença de subsídios, tendo como base a Lei 11.143/2005, referente aos meses de janeiro a julho, em folha suplementar de agosto.
Pagamento de decisões judiciais de processos diversos de exercícios anteriores, PA 2004164940/CJF, referentes aos quintos dos períodos de janeiro a julho/2005 e janeiro/1999 a dezembro/2000. O pagamento foi efetuado durante 2005.

Sumário



Início

QUADRO 148  
FORÇA DE TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO

FORÇA DE TRABALHO	ATIVOS				
	EFETIVOS	REQUISITADOS	SEM VÍNCULO	CEDIDOS	TOTAL
TRF	953	188	32	59	1.114
Seccionais	4.471	230	15	166	4.550
<b>TOTAL</b>	<b>5.424</b>	<b>418</b>	<b>47</b>	<b>225</b>	<b>5.664</b>

QUADRO 149  
MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL – TRF

TIPO	FORMA	QUANTIDADE
Provimento	Nomeação	14
	Redistribuição	10
	Requisição/exercício provisório	36
<b>TOTAL</b>		<b>60</b>
Vacância	Aposentadoria	2
	Exoneração	10
	Redistribuição	10
	Falecimento	1
	Posse em cargo inacumulável	6
	Retorno à origem	31
<b>TOTAL</b>		<b>60</b>

Sumário



Início

**QUADRO 150**  
**MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL – JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU**

TIPO	FORMA	QUANTIDADE
Provimento	Nomeação	413
	Redistribuição	10
	Requisição/exercício provisório	44
<b>TOTAL</b>		<b>467</b>
Vacância	Aposentadoria	9
	Exoneração	18
	Redistribuição	10
	Falecimento	1
	Posse em cargo inacumulável	76
	Retorno à origem	43
<b>TOTAL</b>		<b>157</b>

Sumário



Início

# SECAD

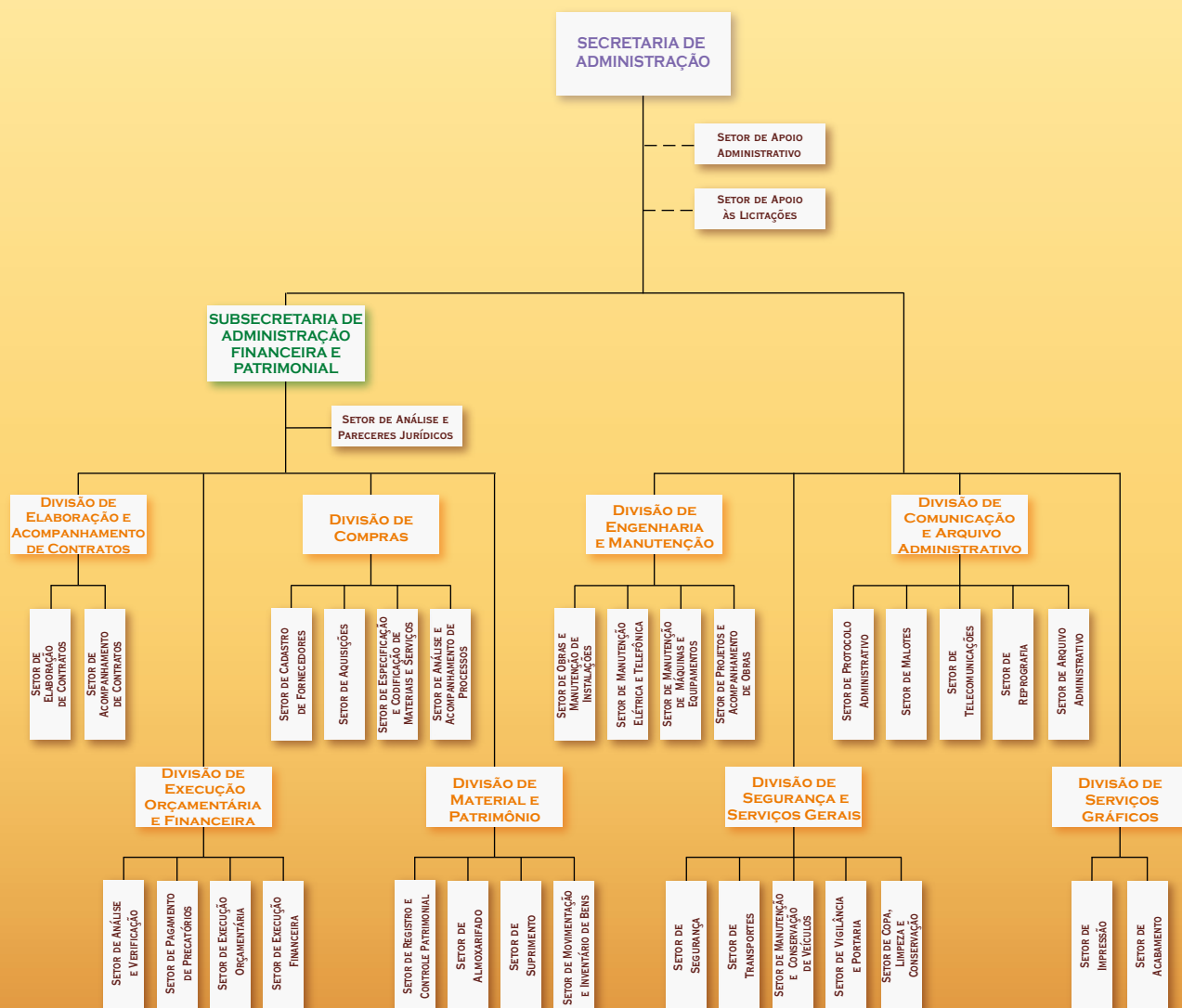
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Sumário



Início





Sumário



Início

Responsável pelas atividades de logística do Tribunal, a Secretaria de Administração – SECAD tem como competências básicas:

- ▶ reprodução e acabamento gráficos;
- ▶ elaboração e acompanhamento de contratos, convênios e ajustes;
- ▶ execução orçamentária e financeira;
- ▶ pagamento de precatórios;
- ▶ compras e contratações;
- ▶ administração de material e patrimônio;
- ▶ execução de obras e serviços de engenharia;
- ▶ manutenção e serviços gerais;
- ▶ comunicações administrativas;
- ▶ serviços de arquivo administrativo.

QUADRO 151

**DOCUMENTOS EXPEDIDOS/PROCESSOS ANALISADOS**

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Processos administrativos	7.596
Documentos expedidos	532
Despachos	2.175
Portarias	20
Papeletas de providências	4
Relatórios diversos (Gestor, Prestação de Contas, Levantamento de Necessidades e Previsão de Despesas e Atividades)	1
<b>TOTAL</b>	<b>10.328</b>

A vasta gama de serviços e o expressivo quantitativo de unidades e servidores subordinados exigem gestão eficiente, de forma que garanta o perfeito funcionamento do Tribunal para o atendimento da atividade finalística da instituição: a prestação jurisdicional. Nesse mister foram elaborados pela Secretaria, em 2005, mais de 10.000 documentos.

Sumário



Início

## DESCARTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Em prosseguimento às atividades de gestão do acervo de documentos mantidos sob a guarda do Arquivo Administrativo, foram realizadas, em 2005, as atividades de separação, análise e classificação de processos administrativos, com o objetivo de indicar aqueles passíveis de eliminação. Todo o trabalho foi norteado pelo Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT e pela Comissão de Avaliação de Documentos, presidida pelo Desembargador Federal Leomar Barros Amorim.

Para tanto, foram formados grupos de trabalho, que se deslocaram para o local de guarda dos processos e procederam à análise de 14.719 processos administrativos, dos quais 7.592 foram indicados para descarte.

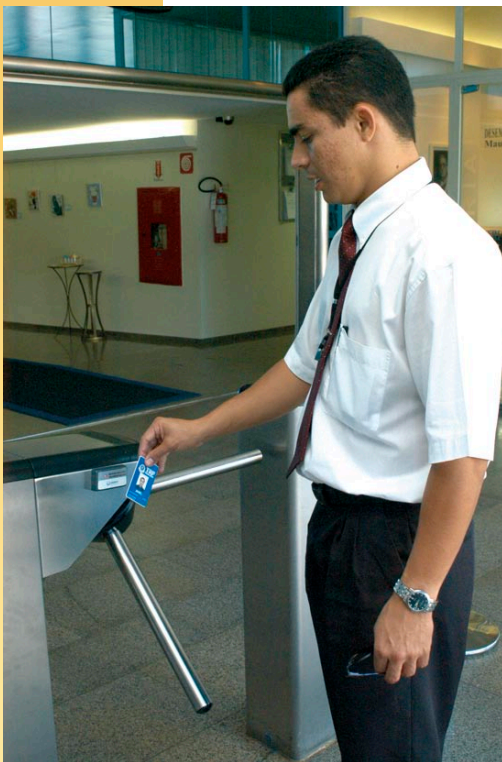
Paralelamente a essa atividade, foi coordenada a reprogramação do Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos – SISPRO e foram realizados os procedimentos necessários à fragmentação dos papéis inservíveis.

Concluídos os procedimentos de eliminação, foram iniciados o remanejamento e a adequação do acervo de processos administrativos, com a troca das caixas de polipropileno, e também a adequação dos registros no SISPRO.

[Sumário](#)[Início](#)

## SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO

Com a finalidade de oferecer maior segurança a magistrados, servidores e jurisdicionados durante sua permanência nas instalações do Tribunal, foi implantado, em 2005, o Sistema de Controle de Acesso – SCA. A medida foi necessária, tendo em vista a vulnerabilidade gerada pelo crescimento tanto da população fixa — servidores, magistrados e prestadores de serviço — quanto da população flutuante — usuários eventuais e visitantes.



O SCA conta com a tecnologia de cartões de aproximação, foto-imagem *on-line* e catracas automatizadas, que permitem acesso fácil, rápido e seguro. Além das catracas eletrônicas, foram instalados detectores de metais nas portarias principais do Edifício-Sede e do Anexo I e em locais estratégicos, como a sala de sessões plenárias e as salas de audiência.

Por intermédio do SCA, são executadas a identificação, na recepção, de todos os visitantes, prestadores de serviço, estagiários e servidores bem como a organização e manutenção dos quadros de aviso, placas de identificação e outros sistemas de comunicação visual. Em 2005, foi registrado pelo SCA o total de 1.147.700 entradas de pessoas em visita ao Tribunal.

Sumário



Início

## AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Para a concretização dos procedimentos licitatórios, diversas são as atividades realizadas de forma paralela, antes da licitação, durante e após sua execução.

O manuseio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF é imprescindível, pois por meio dele obtêm-se informações de fornecedores cadastrados que tenham habilitação prévia para licitar com o Poder Público. Além disso, o Tribunal pode cadastrar fornecedores e atualizar informações no Sistema.

QUADRO 152  
PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO

TIPO	QUANTIDADE
Convite	8
Tomada de preços	2
Concorrência	–
Pregão	119
Suprimento de fundos	25
Dispensa de licitação	331
Extrato de inexigibilidade	18

Em 2005, foram realizados 503 procedimentos de aquisição, com incremento do número de pregões em quase 50%, passando de 77 em 2004 para 119 em 2005. Em contrapartida, as demais modalidades de aquisição tiveram decréscimo, em especial as aquisições por meio de suprimento de fundos, que se reduziram a menos da metade das 57 realizadas em 2004.

Sumário



Início

**QUADRO 153**  
**ATIVIDADES REALIZADAS**

ATIVIDADE		QUANTIDADE
Encaminhamento de notas de empenho		888
Emissão de cartas de capacidade técnica		39
Confecção de carimbos		825
SICAF	Inclusão de empresas/emissão de CRC (Certificado de Registro Cadastral)	15
	Atualização de documentos de empresas	527
	Renovação de cadastramento	39
	Lançamento de penalidades	54
	Pesquisa de empresas	1.397

**QUADRO 154**  
**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ÁREA DE CONTRATOS**

TIPO	QUANTIDADE
Contrato/convênio	210
Extrato de instrumento contratual	210
Ordem de serviço	144
Análise e conferência de documentos de cobrança	1.406
Despacho	1.388
Execução de contrato	192
Documentos expedidos	1.041

Sumário



Início

## OBRAS E ENGENHARIA

Em 2005 as atividades de obras e engenharia priorizaram a prevenção. Para tanto foram realizadas vistorias cotidianas nas unidades, com vistas a verificar o bom funcionamento das instalações elétrica, de telefonia, de elevadores, de ar condicionado, bem como de móveis e equipamentos.

Com isso foi possível detectar situações de risco e adotar medidas para minimizar possíveis ocorrências. Ainda assim, foram atendidas 3.053 requisições de serviço.

Foram desenvolvidos inúmeros projetos e executadas diversas obras, merecendo destaque:

- ▶ a elaboração de projeto (leiaute) visando à reforma de imóveis para instalação de Juizados Especiais Federais em São Sebastião do Paraíso/MG, Passos/MG, Montes Claros/MG, Altamira/PA, Castanhal/PA, Campo Formoso/BA, entre outros;
- ▶ o acompanhamento da impermeabilização do Edifício-Sede e do Anexo I;
- ▶ o acompanhamento da construção do protocolo externo;
- ▶ a elaboração de projeto básico para adaptação do Edifício Cabo Frio;
- ▶ a elaboração de projeto básico de reforma do 1º e 2º subsolos do Edifício Anexo I.

[Sumário](#)[Início](#)



Cuiabá/MT



Rondonópolis/MT



Feira de Santana/BA



Teresina/PI



Paulo Afonso/BA



Varginha/MG



Campo Formoso/BA



Tabatinga/AM



Anápolis/GO



Juazeiro/BA



Passos/MG

Sumário



Início



Em atendimento às normas em vigor e com o objetivo de viabilizar a implantação das Varas Federais criadas pela Lei n. 10.772/2003, foi intenso o apoio prestado às Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região. Assim, foram realizadas 46 visitas, sendo a maioria delas a cidade-sede de Subseção Judiciária.

**QUADRO 155**  
**APOIO ÀS SEÇÕES E SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS**

LOCAL	FINALIDADE
Juiz de Fora/MG	Definição das orientações técnicas para ocupação de edificação cedida pelo INSS para uso da Justiça Federal.
	Reunião com a comissão encarregada de elaborar o projeto para a construção da nova sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora.
	Primeira reunião com a comissão encarregada de elaborar o projeto para a construção da nova sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora.
	Segunda reunião com a comissão encarregada de elaborar o projeto para a construção da nova sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora.
	Reunião com o engenheiro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, com o representante da ARQUI5, empresa vencedora da licitação para a elaboração dos projetos executivos, e com a Supervisora da Seção de Suporte Judicial de Juiz de Fora. Ponderações e avaliação conjunta do projeto básico de arquitetura apresentado pela contratada.
	Recebimento provisório e definitivo do projeto executivo do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora.
Passos/MG	Vistoria no prédio para instalação da Vara da Justiça Federal (Rua Arlindo Figueiredo, n. 128).
São Sebastião do Paraíso/MG	Vistoria no prédio para instalação da Vara da Justiça Federal (Rua Dr. Delfim Moreira, n. 1.804).
Uberlândia/MG	Vistoria nas instalações do Edifício-Sede, com vistas a ampliar a rede lógica do JEF (Av. Cesário Alvim, n. 3.390, Bairro Brasil).
Feira de Santana/BA	Vistoria técnica em duas edificações indicadas para a instalação da Justiça Federal (Rua Desembargador Felinto Bastos, n. 609, Centro, e Rua Barão de Cotejipe, n. 1.432, Centro).
	Vistorias em edifícios para instalação das Varas da Justiça Federal.

Sumário



Início

LOCAL	FINALIDADE
Caxias do Sul/RS	Reunião na empresa UNISAÚDE (Estrada Municipal Vicente Menezes, n. 700, Bairro Linha 40), com os responsáveis técnicos pela adaptação do ônibus do Juizado Especial itinerante da Seção Judiciária do Estado do Acre. Vistoria nos serviços já realizados até o momento. Reunião para discussão de problemas detectados e determinação das providências que devem ser tomadas pela contratada. Recebimento provisório dos serviços.
Montes Claros/MG	Vistorias em edifícios para instalação de Vara da Justiça Federal (Av. Deputado Esteves Rodrigues, n. 1.111, Centro; Av. Presidente Kenedy, n. 230, Bairro Edigar Pereira; Av. Deputado Esteves Rodrigues n. 1.489, Vila Brasília; Av. Culamamgabeira n. 555, Centro, e Praça Dr. Carlos Versiane, n. 21, Edifício Diu Colares, Centro).
Salvador/BA	Acompanhamento e medição da obra do edifício para instalação do Juizado Especial Federal.
Ilhéus/BA	Vistoria em sala do Edifício-Sede da Subseção Judiciária para instalação do JEF.
Porto Velho/RO	Elaboração da 1ª medição dos serviços de reforma parcial e reforço estrutural do Edifício-Sede da Seccional (contrato n. 14/2004). Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços referentes à reforma parcial das residências funcionais da Seccional (contrato n. 10/2004). Análise dos serviços de reforço estrutural do Edifício-Sede. Visita à Subseção Judiciária de Ji-Paraná.
	Retificação e recebimento do projeto básico para implantação da Vara Federal de Ji-Paraná. Elaboração do 1º termo de aditamento ao contrato n. 14/2004, referente à execução de reforço estrutural do Edifício-Sede.
Caxias/MA	Vistoria técnica em uma edificação indicada para a instalação da Justiça Federal (Praça Vespaziano Ramos, n. 743, Centro).
Uberaba/MG	Vistoria técnica em uma edificação onde se instalou o Juizado Especial Federal (Av. Guilherme Ferreira, 129, Centro), bem como na Subseção Judiciária de Uberaba (Rua Rui Soares, 529, Bairro Fabrício).
	Vistoria em imóvel ocupado pelo JEF para verificar as condições das instalações elétricas (rede interna e entrada de energia) e de telemática, visando à elaboração de projeto básico para reforma/ampliação das instalações.
Salvador/BA	Vistorias em edifícios para instalação de Varas da Justiça Federal.
	Reunião na Seccional da Bahia para planejamento das atividades de implantação de Varas Federais no Estado.
	Reunião na Seccional da Bahia para planejamento das atividades de implantação de Varas Federais no Estado e elaboração de projeto básico.
	Elaboração de projetos básicos para instalação das Varas Federais de Vitória da Conquista e Feira de Santana.

Sumário



Início

LOCAL	FINALIDADE
Salvador/BA	Elaboração de projeto básico para instalação da Vara Federal de Guanambi.
	Retificação de projeto básico para instalação das Varas Federais de Guanambi e Eunápolis.
	Elaboração de projetos básicos para implantação da Vara Federal de Paulo Afonso.
	Elaboração de projeto básico para instalação da Vara Federal de Eunápolis.
Feira de Santana/BA	Levantamento final realizado por técnicos da CEF para elaboração dos projetos executivos para instalação da Vara Federal de Feira de Santana.
	Vistoria em imóvel para instalação de Vara da Justiça Federal.
	Vistoria nos imóveis que serão ocupados pela Vara Federal Descentralizada de Feira de Santana, com testes de rede lógica e elétrica, para recebimento da obra de reforma.
Campo Formoso/BA	Levantamento final realizado por técnicos da CEF para elaboração dos projetos executivos para instalação da Vara Federal de Campo Formoso.
	Vistorias em edifícios para instalação de Vara da Justiça Federal.
Altamira/PA	Vistoria em edifícios para instalação de Vara Descentralizada da Justiça Federal com Juizado Adjunto, no município de Altamira. Coleta de informações e plantas do edifício escolhido para elaboração de projeto básico para adaptação e instalação da Vara.
	Vistoria da obra de implantação da Vara Federal de Altamira.
	Reunião com a empresa contratada para adaptação do imóvel que abrigará a Vara Federal Descentralizada com Juizado Adjunto de Altamira. Visita ao imóvel objetivando a agilização dos serviços de adaptação de imóvel para instalação da Vara Descentralizada de Altamira.
Castanhal/PA	Vistoria em edifícios para instalação de Vara Descentralizada da Justiça Federal com Juizado Adjunto no município de Castanhal. Coleta de informações e plantas do edifício escolhido para elaboração de projeto básico para adaptação e instalação da Vara.
	Execução de testes na rede lógica e elétrica para recebimento da obra de Castanhal.
Barreiras/BA	Vistoria em imóveis na cidade para implantação da Justiça Federal (Av. Enefino Sebastião Martins, Centro).
Cáceres/MT	Vistoria em imóvel para instalação do Juizado Especial Federal.
Rondonópolis/MT	Vistoria em imóvel para instalação do Juizado Especial Federal (Rua Barão do Rio Branco, 1.137, e Av. Padre Anchieta, Q. 19, Lt. 14).

Sumário



Início

LOCAL	FINALIDADE
Teresina/PI e Picos/PI	Vistoria na obra do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Teresina. Subsídio à direção do Foro quanto à execução do contrato no que tange à solicitação de reajuste e aditivo para a conclusão da obra do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí. Vistoria em edifícios para instalação de Vara Descentralizada da Justiça Federal com Juizado Adjunto no município de Picos.
	Verificação do andamento da obra e acompanhamento do cronograma físico-financeiro. Visita ao edifício dos Juizados Especiais Federais.
	Vistoria na obra do Edifício-Sede da Seccional do Piauí, em Teresina. Vistoria na obra da Vara Federal Descentralizada de Picos.
	Vistoria na obra de construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí, em Teresina, para levantamento de necessidades e formulação de aditivo.
Paulo Afonso/BA	Vistoria em imóveis para instalação de Vara da Justiça Federal.
Anápolis/GO	Vistorias em edifícios para instalação de Vara Descentralizada da Justiça Federal com Juizado Adjunto. Coleta de informações e plantas dos edifícios para elaboração de projeto básico para adaptação e instalação da Vara.
	Vistoria nos imóveis que serão ocupados pela Vara Federal Descentralizada de Anápolis, com testes de rede lógica e elétrica para recebimento da obra de reforma.
Palmas/TO	Elaboração de relatório técnico decisório objetivando o recebimento definitivo de obra de reforma de instalações técnicas, bem como avaliação das condições do telhamento da edificação.
	Vistoria no terreno doado pela União para levantamento de dados e elaboração de projeto básico para contratação de projeto de arquitetura e complementares, objetivando a construção do Edifício Anexo da Seção Judiciária do Estado do Tocantins. Vistoria Técnica nas instalações elétricas do Edifício-Sede para confirmar a necessidade e urgência da revisão dos serviços de redimensionamento.
Luziânia/GO	Vistoria em edifícios para instalação de Vara Descentralizada da Justiça Federal com Juizado Adjunto no município. Coleta de informações e plantas dos edifícios para elaboração de projeto básico para adaptação e instalação da Vara.
Itabuna/BA	Vistoria em imóveis para instalação de Vara da Justiça Federal.
Eunápolis/BA	Vistoria em imóveis na cidade para implantação da Justiça Federal.
Imperatriz/MA	Reunião com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização e a empresa contratada para a obra de construção do Edifício-Sede da Subseção para verificação da situação dos serviços, identificação dos itens que serão aditivados e revisão do cronograma físico-financeiro em função da disponibilidade de recursos no exercício de 2005.

Sumário



Início

LOCAL	FINALIDADE
Imperatriz/MA	Reunião com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização e a empresa contratada para a obra de construção do Edifício-Sede da Subseção para conhecimento da obra, verificação da situação dos serviços e acompanhamento do cronograma físico-financeiro. Visita à obra com a Comissão, engenheiro fiscal e engenheiro da construtora contratada para vistoria geral e acompanhamento da 8ª medição. Reunião com a Dra. Edna Márcia Silva, Juíza Coordenadora da Subseção Judiciária de Imperatriz, e a Comissão de Execução do Contrato para informar a situação da obra e providências pertinentes.
Jequié/BA	Vistoria em imóvel para instalação da Vara da Justiça Federal (Rua D'Italia, n. 28, 2º pavimento, Centro).
Juazeiro/BA	Vistoria em imóvel para instalação da Vara da Justiça Federal.
	Vistoria no imóvel que será ocupado pela Vara Federal Descentralizada de Juazeiro, para recebimento da obra de reforma. Testes de equipamentos (estabilizador e <i>no-break</i> ), redes lógica (com <i>pet-scan</i> ) e elétrica, conforme recomendações ( <i>check-list</i> e memorandos) da Susis/SECIN.
	Vistorias em edifícios para instalação da Vara da Justiça Federal.
Rio Branco/AC	Verificação e avaliação dos danos causados aos equipamentos e seu local de instalação — relativos à subestação de energia da Seccional, após a ocorrência de sinistro (incêndio).
Belo Horizonte/MG	Colaboração da DIENG na implantação de Varas Descentralizadas previstas para o Estado de Minas Gerais. Apresentação do Dr. Luciano de Paula, arquiteto do TRF – 1ª Região, que se encontra em trânsito para lotação na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, à Comissão instituída pelo Diretor do Foro para acompanhamento da implantação das novas Varas Descentralizadas.
	Elaboração e revisão de projetos básicos para implantação de Vara Federal em: 1) Divinópolis; 2) Lavras; 3) Montes Claros; 4) Varginha e 5) Pouso Alegre. Reunião para apresentação/discussão das alterações no projeto básico da Subseção Judiciária de Juiz de Fora.
	Recebimento provisório do projeto básico para construção da nova sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora. Conferência do projeto básico para construção da nova sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, objetivando o recebimento definitivo. Recebimento definitivo do projeto básico para construção da nova sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora. Conclusão dos anexos que compõem o edital de licitação.
Paulo Afonso/BA	Vistoria em imóveis na cidade para implantação da Justiça Federal.
Aparecida de Goiânia/GO	Vistoria em imóvel para instalação de Vara do Juizado Especial Federal.
	Vistoria em imóveis e execução do projeto básico para instalação de Vara do Juizado Especial Federal.

Sumário



Início

LOCAL	FINALIDADE
Tabatinga/AM	Vistoria em imóvel da Subseção Judiciária para verificar fissuras nas edificações, visando à avaliação da necessidade de contratação de perícia técnica e projeto de reforço estrutural e/ou reparos de acabamento.
Rio Verde/GO	Vistoria em edifícios para instalação da Vara Descentralizada da Justiça Federal com Juizado Adjunto no município.
Cuiabá/MT	Vistoria da obra da nova sede da Seccional de Mato Grosso. Reunião na sede da Seccional para avaliação quanto às possíveis causas para o atraso na execução da obra. Elaboração dos projetos básicos para implantação das Varas Federais de Rondonópolis e Sinop. Visita ao Juizado Especial Federal.
	Vistoria da obra da nova sede da Seccional de Mato Grosso. Avaliação quanto ao término da obra dentro do prazo previsto.
Boa Vista/RR	Vistoria técnica nas instalações elétricas do Edifício-Sede para avaliar necessidade e urgência da execução de obra de redimensionamento. Avaliação técnica do projeto básico contratado e entregue pelo Engenheiro Eletricista Quefren Márcio de C. Plácido (CREA 5874-D RR). Vistoria técnica dos espaços físicos da edificação para avaliar possibilidade de instalação de duas salas de audiência e uma sala de sessões.
Belém/PA e Castanhal/PA	Readequação do espaço físico do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Pará, em Belém. Visita à cidade de Castanhal e acompanhamento das obras do JEF.
Santarém/PA	Execução de projeto básico para instalação do JEF na cidade de Santarém.
Uberlândia/MG	Levantamento <i>in loco</i> da situação da edificação, execução dos desenhos necessários à elaboração do projeto básico. Elaboração do projeto básico para adequação das instalações de combate a incêndio do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Uberlândia.
Porto Velho/RO e Ji-Paraná/RO	Elaboração de projeto básico de reforma da laje do Edifício-Sede da Seção Judiciária de Rondônia, em Porto Velho, e elaboração do 1º Termo Aditivo da Vara Federal com Juizado Adjunto de Ji-Paraná.
Rondonópolis/MT	Vistoria da obra de implantação da Vara Federal de Rondonópolis.
Lavras/MG	Vistoria no imóvel que será ocupado pela Vara Federal Descentralizada de Lavras para recebimento da obra de reforma.
Varginha/MG	Vistoria no imóvel que será ocupado pela Vara Federal Descentralizada de Varginha para recebimento da obra de reforma.
Divinópolis/MG	Vistoria no imóvel que será ocupado pela Vara Federal Descentralizada de Divinópolis para recebimento da obra de reforma. Testes de equipamentos (estabilizador e <i>no-break</i> ), redes lógica (com <i>pet-scan</i> ) e elétrica, conforme recomendações ( <i>check-list</i> e memorandos) da Suis/SECIN.

Sumário



Início

## EXECUÇÃO FINANCEIRA

QUADRO 156

## CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADADO POR SUBPROJETO/ATIVIDADE – TRIBUNAL

SUBPROJETO/ATIVIDADE	CRÉDITO PROVISIONADO (R\$)	CRÉDITO LIQUIDADADO (R\$)	CRÉDITO A LIQUIDAR (R\$)	EXEC. ORÇ. (%)	EXEC. FIN. (%)
Julgamento de causas	142.259.362,51	135.526.423,29	6.561.951,72	99,88	95,27
Capacitação de RH	485.430,00	328.873,94	83.149,53	84,88	67,75
Auxílio-refeição	6.413.448,00	6.378.615,29	29.886,02	99,92	99,46
Auxílio-transporte	67.320,00	45.064,26	22.210,53	99,93	66,94
Auxílio pré-escolar	1.052.000,00	1.031.499,52	19.500,48	99,90	98,05
Pessoal inativo	12.135.940,00	11.968.303,52	30.000,00	98,87	98,62
Contribuição da União e suas autarquias	20.392.438,00	20.392.438,00	–	100,00	100,00
Assistência médico-odontológica	3.496.889,00	3.485.783,05	11.105,95	100,00	99,68
Precatório	491.830.300,93	491.810.394,01	19.906,92	100,00	100,00
RPV	164.548.643,00	150.147.150,80	14.401.492,20	100,00	91,25
<b>TOTAL</b>	<b>842.681.771,44</b>	<b>821.114.545,68</b>	<b>21.179.203,35</b>	<b>99,95</b>	<b>97,44</b>

QUADRO 157

## CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADADO POR CATEGORIA DE GASTO – TRIBUNAL

CATEGORIA DE GASTO	CRÉDITO PROVISIONADO (R\$)	CRÉDITO LIQUIDADADO (R\$)	CRÉDITO A LIQUIDAR (R\$)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	143.813.533,00	143.472.978,12	202.916,37
3 – Outras Despesas Correntes	39.839.294,51	34.571.301,23	5.026.199,35
4 – Investimentos	2.650.000,00	1.112.721,52	1.528.688,51
<b>TOTAL</b>	<b>186.302.827,51</b>	<b>179.157.000,87</b>	<b>6.757.804,23</b>

Excluídos os recursos de Precatório/RPV

Sumário



Início

QUADRO 158

## CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR SUBPROJETO/ATIVIDADE – SECCIONAIS

SUBPROJETO/ATIVIDADE	CRÉDITO PROVISIONADO (R\$)	CRÉDITO LIQUIDADO (R\$)	CRÉDITO A LIQUIDAR (R\$)	EXEC. ORÇ. (%)	EXEC. FIN. (%)
Julgamento de causas	10.658.213,14	5.304.096,60	5.291.029,17	99,41	49,77
Capacitação de RH	117.124,29	26.447,71	73.596,00	85,42	22,58
Auxílio a pessoas carentes	4.808,00	–	–	–	–
Implantação das Varas Federais	6.066.470,13	2.866.806,91	3.198.285,16	99,98	47,26
Implantação do Sistema Integrado de Gestão	5.758.820,00	4.294.767,44	1.462.468,85	99,97	74,58
Assistência médico-odontológica	3.299.286,69	2.637.000,00	662.286,69	100,00	79,93
Administração do patrimônio imobiliário	2.220,00	2.220,00	–	100,00	100,00
Construção do Edifício-Sede de Imperatriz/MA	22.137,50	22.137,50	–	100,00	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>25.929.079,75</b>	<b>15.153.476,16</b>	<b>10.687.665,87</b>	<b>99,66</b>	<b>58,44</b>

Sumário



Início



QUADRO 159

## CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR CATEGORIA DE GASTO – SECCIONAIS

CATEGORIA DE GASTO	CRÉDITO PROVISIONADO (R\$)	CRÉDITO LIQUIDADO (R\$)	CRÉDITO A LIQUIDAR (R\$)
1 – Pessoal e encargos sociais	83.622,52	82.795,42	–
3 – Outras despesas correntes	14.325.100,24	7.848.834,05	6.390.563,90
4 – Investimentos	11.518.136,99	7.219.626,69	4.297.101,97
<b>TOTAL</b>	<b>25.926.859,75</b>	<b>15.151.256,16</b>	<b>10.687.665,87</b>

QUADRO 160

## CRÉDITOS PROVISIONADO E LIQUIDADO POR CATEGORIA DE GASTO – PRECATÓRIOS E RPVs

CATEGORIA DE GASTO	CRÉDITO PROVISIONADO (R\$)	CRÉDITO LIQUIDADO (R\$)	CRÉDITO A LIQUIDAR (R\$)	CRÉDITO DISPONÍVEL (R\$)
1 – Pessoal e encargos sociais	516.019.363,40	502.875.688,28	13.143.674,15	0,97
3 – Outras despesas correntes	599.520.372,58	597.477.737,27	2.042.635,16	0,15
5 – Inversões financeiras	19.466.014,58	19.385.386,86	80.627,72	–
<b>TOTAL</b>	<b>1.135.005.750,56</b>	<b>1.119.738.812,41</b>	<b>15.266.937,03</b>	<b>1,12</b>

Sumário



Início

## COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A dimensão continental da Primeira Região engloba 79% do território nacional. A comunicação entre os diversos órgãos que a formam precisa cobrir distâncias que podem chegar a 5.000 km (Boa Vista–Belo Horizonte)<sup>1</sup>, o que exige sistema integrado de envio e recebimento de correspondências.

Essas atividades são realizadas por meio de postagem e de malotes, cujo total, em 2005, é de 252.456 documentos e processos enviados e de 148.878 documentos recebidos e distribuídos. O volume chegou a mais de 400 mil documentos.

QUADRO 161  
DOCUMENTOS ENVIADOS/RECEBIDOS

DOCUMENTO		QUANTIDADE
Documentos enviados à Seção Judiciária do Distrito Federal		17.918
Documentos enviados ao Conselho da Justiça Federal – CJF		347
Documentos enviados ao Superior Tribunal de Justiça – STJ		2.323
Documentos enviados ao Supremo Tribunal Federal – STF		454
Documentos postados na ECT	registrados	6.799
	registrados com AR	14.953
	simples e impressos	20.203
	mão-própria	2.959
	Sedex	5.542
	PAC	2.202
Documentos enviados via malote às Seccionais	correspondências enviadas	112.776
	malotes enviados	9.191

<sup>1</sup> Dado fornecido pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte: [www.dnit.gov.br](http://www.dnit.gov.br).

Sumário



Início

DOCUMENTO		QUANTIDADE
Processos enviados às Seccionais da 1ª Região		46.732
Processos enviados às comarcas		9.934
Processos enviados aos demais TRFs	2ª Região	17
	3ª Região	90
	4ª Região	15
	5ª Região	1
Documentos recebidos das Seccionais via malote		68.095
Documentos recebidos dos Correios e outros órgãos		52.258
Diários distribuídos no TRF		22.285
Jornais distribuídos no TRF		6.082
Revistas distribuídas no TRF		158

A fim de otimizar os procedimentos de envio e recebimento de documentos, mantida a qualidade dos serviços prestados e utilizando-se os recursos humanos disponíveis, foi implementado o Sistema de Recebimento e Envio de Correspondência – SIREC.

O SIREC possibilita protocolizar as correspondências que serão enviadas, gera recibos de entrega e, sobretudo, facilita a consulta à postagem dos documentos, antes realizada manualmente.

Durante a fase de implantação, foram oferecidos treinamentos às unidades interessadas. Em 2005 tornou-se obrigatória a sua utilização como meio exclusivo de postagem de documentos, seja para a Primeira Região seja para pessoas, órgãos ou entidades externas.



Sumário



Início

**QUADRO 162**  
**COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA**

ATIVIDADE	PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Processos administrativos	autuados	9.658
	arquivados	8.328
Matérias encaminhadas para publicação	diários oficiais	2.753
	Jornal de Brasília	68
Telegramas	transmitidos	1.850
Fax	transmitidos	5.597
	recebidos	18.536
Cópias	reproduzidas	1.392.551
Custas de cópias (R\$)	recolhidas	161.537,59
Faturas/notas fiscais	distribuídas	2.859
	atestadas	122

**QUADRO 163**  
**ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL**

SERVIÇO	QUANTIDADE
Requisições de material (RM) atendidas	5.823
Notas fiscais atestadas	1.017
Pedidos de aquisição de material (PAM) emitidos	351
Documentos expedidos	599
Livros tombados	1.674
Bens patrimoniais tombados	4.274
Despachos em processos	352
Termos de cessão recebidos	4
Termos de responsabilidade emitidos	2.462
Autorizações de entrada/saída de materiais	692
Termos de cessão emitidos	149
Termos de doação emitidos	5
Termos de baixa	15

Sumário



Início

## SERVIÇOS GRÁFICOS

Atualmente o Tribunal conta com uma gráfica de pequeno porte, a quem compete a preparação, reprodução e o acabamento gráfico de documentos e publicações do Tribunal, bem como a realização de serviços de impressão em *offset*, refilo, montagem, encadernação e laminação de diversas publicações.

A equipe, contudo, pode ser considerada de grande porte, o que se comprova pelo comprometimento na prestação de serviços que primaram pela qualidade das publicações, fato que se reflete na projeção interna e externa da Primeira Região. Outro item importante é o atendimento aos prazos estabelecidos, a despeito da insuficiência do quantitativo de recursos humanos e da deficiência de equipamentos.

Em 2005 foram produzidos quase 260.000 exemplares de periódicos, livros, revistas, cartazes, formulários etc., e 280 documentos e publicações receberam apenas encadernação.



Sumário



Início

QUADRO 164  
REPRODUÇÃO GRÁFICA

PUBLICAÇÃO		QUANTIDADE
Periódicos	Revista do TRF – 1ª Região	9.000
	Cartaz da Revista do TRF	1.800
	Índice Geral da Revista	800
	Revista Destaque Mensal	17.500
	Destaque Especial – 1 ano de gestão do Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima	3.000
<b>SUBTOTAL</b>		<b>32.100</b>
X Feira de Saúde	Fôlder: convite/programação da Feira	600
	Destaque Especial de Saúde	1.000
	Marcador de páginas	500
	Mensagens: Respiração Dirigida	1.000
	Calendário: Termômetro das Emoções	1.000
	Livreto: Mapeamento das Emoções	1.000
	Convite/divulgação do <i>talk show</i>	500
	Fôlder: Clareamento Dental	500
	Cartilha: Dúvidas sobre Implante Dental	500
<b>SUBTOTAL</b>		<b>6.600</b>
Formulários e impressos	Impresso para emissão de documentos forenses	4.000
	Termo de recebimento, autuação e distribuição	2.500
	Planilha de autuação de processo	5.000
	Capa de arquivo provisório do julgado	5.000
	Capas de processos do TRF – 1ª Região	140.000
	Diário da Criança	1.950
<b>SUBTOTAL</b>		<b>158.450</b>

Sumário



Início

PUBLICAÇÃO		QUANTIDADE
Diversos	Série Insignes – n. 11 a 13	1.000
	Relatório de Atividades – 2004	500
	Livro: Desapropriação, Doutrina e Jurisprudência	1.500
	Cartilha dos Juizados Especiais Federais	3.000
	Cartilha Jurídica	400
	Livreto: Bem-vindo ao TRF – 1ª Região	5.000
	Revista Jurídica da Seção Judiciária do Estado do Piauí	1.000
	Convite: instalação de Varas Federais	16.920
	Convite: instalação de Juizados Especiais Federais	2.700
	Fôlder: Juizado Especial Federal Itinerante Fluvial	20.000
	Fôlder: Juizado Especial Federal Itinerante Terrestre	5.000
	Fôlder: Divulgação do SIDJOR	5.000
<b>SUBTOTAL</b>		<b>62.020</b>
<b>TOTAL</b>		<b>259.170</b>

Sumário

Sumário



Início



## SEGURANÇA E SERVIÇOS GERAIS

Com os objetivos de testar as atitudes de alerta e o comportamento das equipes, de avaliar a necessidade de revisão nos planos de segurança do Tribunal e, ainda, de testar os reflexos das pessoas que exercem suas atividades no Tribunal, foi realizado, em 2005, o primeiro exercício simulado de abandono de edifício.

O exercício, promovido com a colaboração de diversos órgãos do Distrito Federal: Departamento de Trânsito, Polícia de Trânsito, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar, foi realizado no Edifício Anexo I e demandou mais de 40 dias no planejamento e o envolvimento de mais de 50 pessoas na execução.

O resultado do plano de abandono superou todas as expectativas, contudo a avaliação geral e oficial do exercício será apresentada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Nesse momento será avaliada a atuação de todos os segmentos envolvidos no exercício.

Sumário



Início



QUADRO 165  
CONTRATOS EXECUTADOS PELA ÁREA DE SEGURANÇA

EMPRESA	CONTRATO
Plantech	Controle de acesso e sistema fechado de TV
Nextel	Radiocomunicação e telefonia móvel especial
IB Technology	Fornecimento e instalação de materiais e equipamentos complementares ao Sistema de Controle de Acesso – SCA
Panavídeo	Fornecimento e instalação de sistema de circuito fechado de TV digital – gabinetes
Guanabara Extintores	Recarga dos extintores de incêndio do Tribunal
Capital Empresa de Serviços Gerais Ltda.	Prestação de serviços de copeiragem, limpeza e conservação
Lúcio Mendes Machado e Cia. Ltda.	Concessão de uso para fornecimento de refeições
Distribuidora Metropolitana Ltda.	Fornecimento de hortifrutigranjeiros
Comercial de Alimentos PC Ltda.	Fornecimento de gêneros alimentícios industrializados
João Lopes Malta	Fornecimento de água mineral
Caflama Comercial de Alimentos Ltda.	Fornecimento de açúcar cristal
Mineradora Saint Claire Ltda.	Fornecimento de água mineral com gás

QUADRO 166  
SERVIÇOS GERAIS

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Confecção de chaves	248
Afixação em quadros de aviso	100
Empréstimo de chaves	1.764
Entrada de pessoas	1.147.700
Entrada de material	3.924
Saída de material	2.076
Solicitação de serviços de copa	1.342
Entrada e saída de veículos	150.960
Manutenção de veículos oficiais	93
Requisição de viatura/motorista	6.783
Abastecimento de veículos	2.810

Em 2005 foi prestada segurança a 115 eventos, entre cursos, coquetéis, palestras, exposições, reuniões, treinamentos, solenidades, inaugurações, encontros e provas.

A Segurança esteve presente, ainda, em 715 sessões de julgamento.

Sumário

Sumário



Início

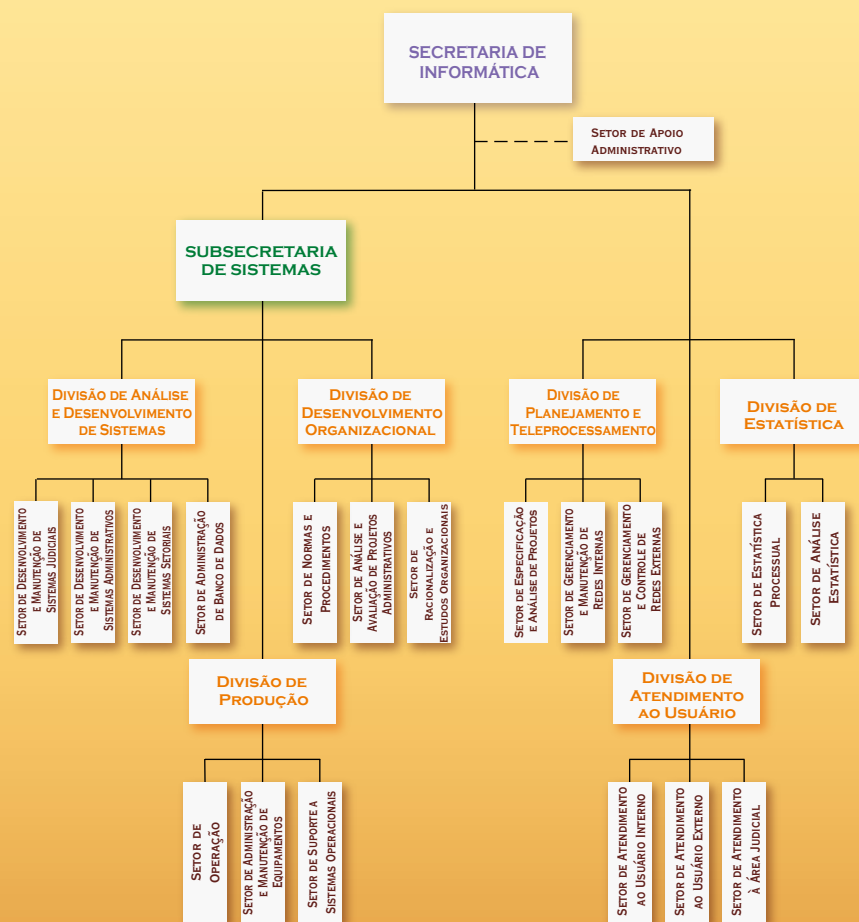
# SECIN

SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Sumário



Início



Sumário



Início

A Secretaria de Informática – SECIN, responsável pela coordenação das atividades inerentes à tecnologia da informação de toda a Primeira Região, tem o objetivo de atender a necessidades de informação dos níveis decisório, intermediário e operacional. Em 2005, deu prosseguimento ao desenvolvimento de tecnologia de ponta para a implantação, consolidação e expansão de sistemas e programas, cuja finalidade é o incremento e a eficácia da gestão dos recursos financeiros, operacionais e humanos do Tribunal.

Nesse sentido, sua equipe não mediu esforços na concretização do desafio de instalar a infra-estrutura de tecnologia da informação nas 17 Subseções Judiciárias instaladas:

- a) Barreiras, Campo Formoso, Feira de Santana e Juazeiro – Seção Judiciária do Estado da Bahia;
- b) Caxias – Seção Judiciária do Estado do Maranhão;
- c) Cáceres – Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso;
- d) Montes Claros, Passos, Patos de Minas, Pouso Alegre, São Sebastião do Paraíso, Varginha e Lavras – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais;
- e) Anápolis e Luziânia – Seção Judiciária do Estado de Goiás;
- f) Altamira – Seção Judiciária do Estado do Pará;
- g) Picos – Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Principal ação do ano, a implantação das Subseções incluiu, ainda, a instalação do sistema de consulta processual em terminais de extratos de andamento processual.

[Sumário](#)[Início](#)

QUADRO 167  
PRINCIPAIS AÇÕES

Atendimento de 21.500 solicitações de serviço dos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários no TRF, Seções Judiciárias e Subseções.
Substituição de todos os equipamentos dos gabinetes e residências dos desembargadores.
Desenvolvimento da interface de digitalização para homologação do Sistema de Execução Fiscal Virtual.
Desenvolvimento do novo Sistema de Gerenciamento de Documentos com Certificação Digital e de rotinas para assinatura desses documentos.
Desenvolvimento do Sistema de Rol de Culpados.
Desenvolvimento de mecanismo de integração entre SIGET e JURIS para criação e controle de documentos relacionados ao Sistema Processual de Segundo Grau, inclusive para substituição do atual envio eletrônico do TRF e visualização dos documentos na internet.
Implantação do Gabinete Virtual, sistema que permite aos desembargadores, juízes e servidores acessar os recursos disponíveis no ambiente do TRF, Seções Judiciárias e Subseções de qualquer lugar do mundo, por meio de acesso comum à internet.
Participação ativa na Comissão COGER n. 45/2005, responsável, entre outras tarefas, pela normatização da implantação das Tabelas Únicas de Classe e Assuntos (TUC e TUA) no primeiro grau, conforme Resoluções CJF n. 317 e 346/2003.

## NOVA PÁGINA ELETRÔNICA

Em 2005, foi instituído o leiaute padrão para as páginas eletrônicas de intranet e internet do Tribunal e das Seccionais da Primeira Região. Tendo como base o trabalho vencedor do concurso da página eletrônica da Primeira Região, o novo leiaute organiza e padroniza tanto a página do Tribunal como as páginas das Seccionais em estrutura única, evidenciando a interligação entre esses órgãos e ampliando a qualidade de acesso e navegação.

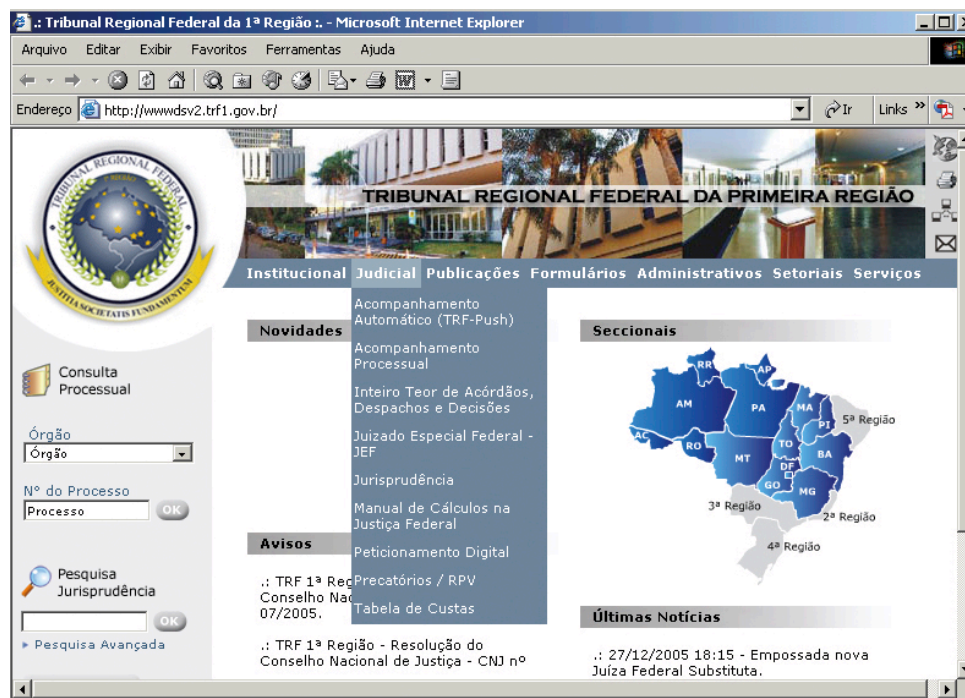
Para tanto, foram padronizados os menus e submenus da página e definidos os critérios para a inclusão de novos atalhos nas páginas da Primeira Região. Além disso, foram estabelecidas as unidades responsáveis pelas informações contidas na página. Cabe à SECIN zelar pela manutenção da padronização do leiaute e dos menus, além do gerenciamento técnico-operacional.

O Tribunal e as Seccionais têm o prazo de até 1º de março de 2006 para adotar a nova padronização.

Sumário



Início



QUADRO 168

### ATIVIDADES RELACIONADAS À PÁGINA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL

Atualização das aplicações disponibilizadas na página eletrônica: Consulta Processual, Petição Eletrônico, Publicações Oficiais, Documentos Oficiais.
Atualização da página das novas Varas.
Atualização da tela de avisos na página inicial do site do TRF – 1ª Região.
Disponibilização de editais dos concursos para juiz e para remoção.
Apresentação das principais partes do processo no Petição Eletrônico.
Confecção da aplicação de petição de vários processos em desenvolvimento.
Gerenciamento diário do sistema <i>Push</i> e reenvio de movimentações.
Criação e manutenção da aplicação e carga dos Diários Digitais da União.
Disponibilização, na intranet, dos Diários Digitais da União, Diário Oficial e Diário da Justiça, visando à racionalização do uso do papel e à diminuição de gastos.
Normatização do leiaute padrão para as páginas eletrônicas de intranet e internet do Tribunal e das Seccionais da Primeira Região.

Sumário



Início

## ENCONTRO DE GERENTES

Em 2005, foi realizado o Primeiro Encontro de Gerentes de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região, com a participação de 25 servidores, responsáveis pela informática no Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias. Nos dois dias do encontro, os partícipes discutiram: a estratégia para a centralização de todas as bases de dados no TRF (já realidade nas novas Subseções), as estruturas de suporte e desenvolvimento já centralizadas no TRF, a sistemática de atendimento aos usuários, as instalações das novas Subseções Judiciárias, a otimização dos serviços prestados e o Juizado Especial Federal, entre outros assuntos.

Concluiu-se, no evento, que as políticas adotadas são de consenso entre os gerentes e, em função do ótimo aproveitamento, ficou acertada a realização semestral desse encontro, a partir de 2006.

[Sumário](#)[Início](#)

## DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS

QUADRO 169  
TREINAMENTOS REALIZADOS

EVENTO	MÓDULO/CLIENTELA
SICAM, SISRA, SIATE e SIREC	Usuários da SJ/RO, SJ/GO, SJ/PA, SJ/AP, SJ/MA, SJ/PI e SJ/RR
SIREC	Usuários do TRF – 1ª Região
Rotina de movimentação física e lançamento de fases de documentos e processos	Usuários da Corregedoria
SARH – Servidores e Estagiários	Usuários do NUCRE da SJ/DF
SARH – Mumps para Oracle	Usuários da SJ/BA, SJ/GO e SJ/MG



Dando prosseguimento à implantação do Sistema de Recursos Humanos – SARH, desenvolvido pelo Tribunal e que está sendo adotado como padrão para toda a Justiça Federal brasileira, a SECIN ministrou cursos e palestras e participou de reuniões com o Conselho da Justiça Federal e demais TRFs, graças ao reconhecimento interno e externo da qualidade deste e dos demais sistemas desenvolvidos pela Secretaria.



Sumário



Início



QUADRO 170  
EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

SISTEMA/ PROGRAMA	FASE
JURIS – Sistema Processual de 2ª Instância	<p>Alteração dos módulos de reatuação/restauração de autuação de processos e de sinopse de pauta.</p> <p>Adaptação do sistema para inclusão dos processos da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs.</p> <p>Criação de relatório para emissão de etiquetas das partes que compõem o processo.</p> <p>Cadastro de usuários e acesso para uso de módulos do sistema.</p> <p>Alteração do mecanismo de aviso de distribuição e do cadastro de advogados.</p> <p>Criação de rotina para definir juiz convocado como responsável por acervo em função da vacância de desembargador.</p> <p>Simplificação da rotina de parâmetros da ata de distribuição.</p> <p>Unificação de rotinas de alteração de dados processuais.</p> <p>Emissão das certidões “Nada Consta” e “Nada Consta Penal”.</p> <p>Criação de módulo para controle de processos criminais nos gabinetes.</p> <p>Modificação da rotina de Guia de Remessa de Processo Judicial – GRPJ, para possibilitar a emissão de várias guias ao mesmo tempo com destinos e órgãos diferentes.</p>
Precatório/RPV	<p>Adaptação do programa de malote para as modificações dos ofícios.</p> <p>Emissão de etiqueta com numeração de ofícios.</p> <p>Inclusão no Sistema de Recebimento e Envio de Correspondências – SIREC do protocolo dos ofícios gerados.</p> <p>Unificação de mais de uma dezena de relatórios com a emissão do relatório dos erros mais comuns de RPV e precatório.</p> <p>Atualização das agências e contas por beneficiários das RPVs e precatórios, por meio do envio do arquivo TXT aos bancos após a abertura das respectivas contas.</p>
Execução Fiscal Virtual	<p>Certificação dos usuários, incluindo geração de cartões e baixa de certificados.</p> <p>Criação da interface de digitalização.</p> <p>Produção de consultas processuais internas e web, relatórios, cadastros e arquivamentos.</p> <p>Criação dos módulos: Digitalização, Protocolo Digital, Análise de Processo, Análise de Prevenção, Central de Mandados, Contadoria, Publicação e Documentos.</p>
SARH – Sistema de Recursos Humanos	<p>Finalização do novo módulo de férias decorrente da Resolução n. 383 do CJF.</p> <p>Criação de relatórios atuariais para o CJF (ativos, dependentes, pensionistas e aposentados).</p> <p>Criação do Relatório do Quantitativo de Servidores Ativos, Inativos e Instituidores de Pensão por Classe e Padrão, Área e Especialidade para enviar ao CJF.</p> <p>Geração periódica de arquivo-texto com os dados cadastrais dos servidores do TRF – 1ª Região para atualizar o Sistema de Biblioteca.</p>
Folha de Pagamento	<p>Geração de cálculos de folhas suplementares de pagamento.</p> <p>Elaboração de novas rotinas solicitadas pela DIREH e pela DIPAG.</p> <p>Alteração e/ou desenvolvimento de programas para atender solicitações do CJF.</p> <p>Geração de arquivos para Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Caixa Econômica Federal, Receita Federal e outros.</p>

Sumário



Início

SISTEMA/ PROGRAMA	FASE
SISTAQ – Sistema de Taquigrafia	Desenvolvimento de rotinas para tornar virtual todo o processo de elaboração das notas taquigráficas.
Sistema Nacional de Cálculo – SNCJ	Criação do módulo Cálculo de Benefícios Previdenciários, com as seguintes opções: a) comparar cálculos na tela de impressão; b) tratar os dados complementares da base do SIAPE; c) aproveitar os valores do sistema de precatório do TRF – 1ª Região no rateio de precatórios; d) copiar parcelas em planilhas acessórias; e) configurar, de forma dinâmica, as funções das teclas ENTER/TAB nas telas de inserção de dados; f) analisar a base de fichas financeiras da Universidade Federal de Uberlândia para aproveitamento no sistema.
Rol de Culpados	Validação dos dados com os usuários. Criação do modelo de dados em conjunto com o CJF e demais TRFs.
Certidões Nacionais	Criação do modelo de dados em conjunto com o CJF e demais TRFs. Criação das tabelas de carga. Criação da <i>package</i> de banco para carga inicial e incremental de todos os bancos de dados da Primeira Região para envio ao CJF. Realização de testes e validações da carga.
Pro-Social	Exposição de tabela de procedimentos – Programa de Cadastramento/Oracle, para a Seção Judiciária do Estado de Rondônia, Seção Judiciária do Estado do Pará e Seção Judiciária do Distrito Federal. Alteração da carteira do PRO-SOCIAL para a Seção Judiciária do Estado de Rondônia. Alteração do programa de cadastramento de beneficiários do PRO-SOCIAL. Criação de programa de gerenciamento de recadastramento do PRO-SOCIAL. Criação de estatística de exames periódicos. Alteração nas rotinas de benefícios do PRO-SOCIAL. Alteração de relatórios de contabilidade para o PRO-SOCIAL. Inclusão do corpo clínico da AMHPDF e AMAI (mais de 6.000 profissionais e suas respectivas especialidades de atendimento). Criação de relatório de médicos por especialidade e local de atendimento, disponível para todos os servidores do TRF – 1ª Região. Descentralização de análise de processos de pagamentos de credenciados entre a Justiça Federal do Distrito Federal e o TRF – 1ª Região. Visita ao Serviço Médico do STJ para conhecimento do funcionamento do sistema informatizado do Setor de Benefícios daquele órgão. Criação de rotina para recálculo de cotas, saldos remanescentes e custeios diversos. Ajuste da rotina de cálculo de férias e licenças para cálculo de auxílios. Alteração do programa de carga de auxílios para a folha de pagamento, em atendimento à determinação do TCU.

Sumário



Início

## QUADRO 171

## ATIVIDADES GERAIS DESENVOLVIDAS NOS SISTEMAS DO TRF – 1ª REGIÃO

ATIVIDADE REALIZADA	ROTINA/MÓDULO/PROGRAMA
Alteração/modificação	<p>Atualização tecnológica dos servidores <i>proxy</i> do TRF e das Seções e Subseções Judiciárias. Substituição de roteadores e rádios digitais de diversas localidades.</p> <p>Atualização de bancos de dados, da versão 8 para a versão 9, no TRF e nas Seções Judiciárias dos Estados do Pará, de Goiás, da Bahia e de Minas Gerais e na Subseção Judiciária de Ilhéus.</p> <p>Recuperação dos dados do JEF Virtual perdidos em decorrência de falha no equipamento na Seção Judiciária do Estado do Tocantins.</p> <p>Centralização dos bancos de dados da Subseção Judiciária de Marabá em Belém.</p> <p>Centralização dos bancos de dados das Subseções Judiciárias de Ilhéus, Passos e Uberaba e das novas Subseções Judiciárias dos Estados da Bahia e de Minas Gerais no TRF.</p> <p>Centralização dos sistemas em Mumps no TRF.</p> <p>Reorganização dos Bancos de Desenvolvimento.</p> <p>Configuração, atualização e acompanhamento dos <i>backups</i> do TRF e Seções Judiciárias.</p> <p>Cópia de dados entre os bancos de produção e desenvolvimento.</p> <p>Geração de arquivos da folha de pagamento para o Banco do Brasil e a CEF.</p> <p>Cadastro da folha de pagamento permitindo o reenquadramento de servidores com ação judicial.</p> <p>Substituição da rotina responsável pela geração de contracheques do Mumps para Oracle.</p> <p>Instalação do totalizador de contracheques nas Seccionais.</p> <p>Adaptação e elaboração de programas para o XI Concurso para Juizes Federais Substitutos (Sistema de Concurso).</p> <p>Adaptação dos programas com o objetivo de fazer carga do Sistema de Recursos Humanos em Mumps para o Sistema de Recursos Humanos em Oracle para as Seções Judiciárias, começando pela Seção Judiciária do Distrito Federal.</p> <p>Inclusão das lotações e funções nas respectivas tabelas da Seção Judiciária do Distrito Federal e associação das funções exercidas pelos servidores.</p>
Criação	<p>Acesso ao banco de dados via VPN – Rede Privada Virtual.</p> <p>Redução do número de SPAMs recebidos.</p> <p>Instalação e configuração dos sistemas de armazenamento (SAN) no Tribunal e Seccionais do Distrito Federal e dos Estados de Minas Gerais e da Bahia.</p> <p>Instalação do novo sistema operacional SUSE Linux Enterprise nos servidores de banco de dados do TRF e das Seções Judiciárias dos Estados de Minas Gerais, de Goiás, de Roraima, de Rondônia, da Bahia, do Acre, do Tocantins, do Maranhão e do Pará.</p> <p>Banco de dados – elaboração de rotinas de detecção e resolução automática de travamentos no banco de dados, de rotinas que reorganizam fisicamente suas tabelas e de rotinas que verificam diariamente o <i>status</i> de todos os bancos de dados quanto a diversos tipos de problemas.</p> <p>Implantação da solução de serviço de terminal (<i>Terminal Service</i>) nas novas Subseções Judiciárias e em algumas unidades do Tribunal e Seções Judiciárias.</p> <p>Migração dos servidores de banco de dados antigos para os novos equipamentos.</p> <p>Instalação e configuração da nova versão do sistema de gerenciamento de <i>backup</i> no Tribunal e Seccionais.</p> <p>Implantação do Sistema SARH na Seção Judiciária do Distrito Federal.</p>

Sumário



Início

ATIVIDADE REALIZADA	ROTINA/MÓDULO/PROGRAMA
Desenvolvimento	<p>Reformulação dos programas de ofício de precatório agrupando os alimentares e unificando os relatórios de União e entidade.</p> <p>Automatização de estatísticas diversas do Sistema de Precatórios.</p> <p>Emissão da Requisição de Pagamento <i>on-line</i> (PREC/RPV) do Sistema Processual – carga automática nos sistemas JURIS e Precatório.</p> <p>Envio de arquivo Access para o CJF com RPVs distribuídas no mês e precatórios – geração automática e mensal manual.</p> <p>Arquivo Access para o CJF com RPVs pagas no mês – geração mensal manual.</p> <p>Agrupamento do discriminativo e do ofício de RPV em um só relatório, gerando um ofício para cada Vara.</p> <p>Unificação no Tribunal das bases de dados da Primeira Região.</p> <p>Sistema de estatística unificada da primeira instância. Implementação prevista para o primeiro semestre de 2006.</p> <p>Elaboração e encaminhamento de projetos básicos para gravação de áudio das audiências da Primeira Região, para aquisição de <i>softwares</i>, para aquisição das redes do TRF e do Edifício Cabo Frio e para regularização dos sistemas operacionais e aplicativos das estações de trabalho do TRF e das Seções e Subseções Judiciárias.</p> <p>Aquisição de solução de gerência de rede.</p> <p>Elaboração da Política de Segurança da Informação da Primeira Região.</p> <p>Migração dos Sistemas Operacionais dos Servidores Windows NT 4.0 para Windows 2003.</p> <p>Desenvolvimento do Sistema de Transporte, que tem como objetivo controlar as atividades relacionadas à entrada/saída, consumo e manutenção das viaturas do Setor de Transporte do TRF da Primeira Região e das Seccionais seguindo padrões e regras estabelecidos pela Instrução Normativa 14-08.</p> <p>Análise eletrônica de guias de encaminhamento no Sistema PRO-SOCIAL, em fase de levantamento e estudo de caso, e disponibilização do prontuário médico.</p> <p>Peticionamento para vários processos no <i>site</i> do Tribunal.</p> <p>Sistema de atendimento ao usuário – Central de Atendimento.</p> <p>Estudos sobre telefonia IP.</p> <p>Estudos para elaboração de <i>software</i> para comunicação interna em tempo real.</p> <p>Levantamento das necessidades de equipamentos e de ampliação e atualização do cabeamento da Seção Judiciária do Estado da Bahia.</p> <p>Elaboração de cursos de informática <i>on-line</i>.</p> <p>Teste de centralização do banco de dados da Seção Judiciária do Estado de Goiás no TRF.</p> <p>Testes de <i>performance</i> em <i>links</i> satelitais usando o sistema Peribit nas Subseções Judiciárias de Santarém e Tabatinga.</p> <p>Unificação de CPDs de toda a Justiça Federal da Primeira Região no TRF.</p> <p>Início do levantamento de requisitos para desenvolvimento do novo sistema de gerenciamento de documentos, permitindo a virtualização.</p> <p>Estudos para que o sistema SIREC seja utilizado em conjunto com o SISPRA, criando-se novo sistema de tramitação de documentos com codificação única em toda a Primeira Região.</p> <p>Estudos para unificação dos programas SIGET Vara e SIGET JEF.</p> <p>Conversão do programa de Atualização dos Acórdãos do JEF para atualizar a metodologia de acesso ao banco. Modificação de toda a forma de acesso e atualização de banco de dados.</p> <p>Adaptação do programa Atualização de Acórdão JEF da DIAJU – SEJIN para trabalhar com processos da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs.</p>

Sumário



Início

ATIVIDADE REALIZADA	ROTINA/MÓDULO/PROGRAMA
Desenvolvimento	<p>Confecção e inserção de novas etiquetas no banco do Programa de Etiquetas com Assinatura da Presidência.</p> <p>Integração com os exeqüentes para implantação do sistema de Execução Fiscal Virtual.</p> <p>Desenvolvimento do serviço de busca indexada de documentos nos servidores de arquivos das Seccionais.</p> <p>Criação de estruturas organizacionais nos servidores de arquivo de algumas Seccionais.</p> <p>Inclusão da relação de processos virtuais na listagem de processos pelo número da OAB, retirada no Sistema Processual Oracle.</p> <p>Desenvolvimento e implantação das telas de ajuda F1.</p> <p>Implantação do Manual da Turma Recursal no Sistema JEF Virtual e na intranet.</p>
Cargas	<i>Approach</i> para Oracle.

## QUADRO 172

## MANUTENÇÕES CORRETIVAS E EVOLUTIVAS NOS SISTEMAS/PROGRAMAS

SISTEMA	MANUTENÇÃO
Sistema de Controle de Documentos, de uso da Corregedoria – SISDOCS	<p>Disponibilização de novos argumentos de pesquisa.</p> <p>Criação de controle de inserção de documentação.</p> <p>Modificação na montagem da chave de recuperação dos documentos.</p> <p>Manutenção na impressão de códigos de barras para impressora Zebra.</p>
Sistema Estatístico	Adequação dos boletins estatísticos às novas movimentações dos JEFs e Turmas.
EProc/JEF – Programa para cadastramento de petições do JEF via web	<p>Adaptação para recebimento de petições em PDF.</p> <p>Envio de <i>e-mails</i> de controle das petições.</p>
Sistema CVS – Catalogador Virtual de Sentenças, de uso das Varas de JEF	<p>Acesso ao sistema de juízes que não pertencem à vara.</p> <p>Inserção de sentenças sem a obrigatoriedade do número.</p> <p>Pesquisa de sentenças.</p> <p>Cadastramento de permissões pelos NUMOIS, via programa.</p>
Sistema de Taquigrafia – SISTAQ	<p>Inclusão de teclas de atalho.</p> <p>Modificação na forma de pesquisa.</p> <p>Ordenação de listas de pauta.</p> <p>Configurações do Word encapsulado no VB.</p> <p>Ajustes visuais nas telas.</p>
Programa de Distribuição de Publicações Institucionais da DIDIV – SEJIN	<p>Inclusão de novos tipos de publicação para cadastro.</p> <p>Modificação nos relatórios.</p> <p>Adequação para cadastro de concurso de juízes.</p>

Sumário



Início

SISTEMA	MANUTENÇÃO
Programa de Atualização de Acórdão da DIAJU – SEJIN	Inclusão de relatórios. Inserção de mecanismos de estatística e controle de atualização de dados. Adequação do código do programa de acórdãos para minimizar lentidão em operações de atualização no banco. Desenvolvimento de facilidades nas atualizações de referências legislativas.
Programa de Atualização de Súmula, Súmula JEF, Arguições e Análise Comparativa de Jurisprudência da DIDIV – SEJIN	Inclusão de relatórios. Manutenção em tabelas dos JEFs para Turmas de Uniformização. Correções nos relatórios do programa de análise comparativa.

## QUADRO 173

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM CONJUNTO COM AS SECCIONAIS

SISTEMA	ATIVIDADE – MÓDULO/PROGRAMA/SISTEMA
Processual 1ª Instância	<p>Envio de dados para o Conselho da Justiça Federal – CJF para a emissão da Certidão Nacional e dados referentes a crimes de lavagem de dinheiro.</p> <p>Implementação do envio eletrônico de <i>e-mail (Push)</i> para o banco de dados.</p> <p>Criação de nova sistemática no Módulo de Prevenção, conforme Orientação Normativa n. 22.</p> <p>Implementação do “Você Sabia”, do Sistema Processual, para informações a respeito de novas implementações, dúvidas, esclarecimentos, avisos.</p> <p>Redistribuições de processos em toda a Primeira Região, em decorrência da conversão de Varas Federais em Varas JEFs ou criação de novos JEFs e equiparação de processos entre as Varas JEFs do Estado da Bahia decorrente da conversão da 9ª Vara Federal do Estado da Bahia.</p> <p>Reassociações retroativas de juízes às Varas Federais para correção de dados estatísticos e de movimentações processuais.</p> <p>Implementação das novas Tabelas de Classe e Objeto, definidas pelo Conselho de Justiça Federal.</p> <p>Adequação do banco de dados para aceitação dos dados de mais de uma Seção Judiciária/ Subseção no mesmo banco, a fim de minimizar a manutenção de banco de dados e iniciar o projeto de unificação de todos os bancos de dados no Tribunal.</p> <p>Adequação do modelo de dados em relação aos dados de cadastro de bens apreendidos, para posterior envio ao CJF.</p> <p>Alteração no Sistema Estatístico da Primeira Região para contemplar a tabela de assuntos do CJF.</p> <p>Alteração do Programa de Impressão dos Relatórios das Turmas Recursais virtuais.</p> <p>Alteração no Sistema de Consulta aos Dados Estatísticos da Justiça Federal de primeira instância.</p> <p>Implantação do Sistema JEF Virtual em 5 Seccionais (AM, PA, MA, BA, MG).</p> <p>Instalação dos sistemas administrativos nas Seções Judiciárias dos Estados de Rondônia, da Bahia, de Goiás, do Pará, do Amapá, do Maranhão, do Piauí, de Roraima e Subseções vinculadas e realização de manutenções preventivas, em atendimento às necessidades dos usuários e às sugestões de implantação de novas rotinas no sistema.</p> <p>Modernização do SIATE com implementação de diversas funcionalidades novas, incluindo previsão do descarte de processos e documentos (integração com PCTT).</p> <p>Implantação do SIGET Vara na Secretaria e Gabinete da 4ª Vara/DF e do Sistema SIGET JF nas Seções Judiciárias do Distrito Federal e dos Estados de Minas Gerais, do Maranhão, do Pará e da Bahia.</p> <p>Desenvolvimento do Catalogador Virtual de Sentenças – Justiça Federal (JEF).</p> <p>Implantação da solução de serviço de terminal (<i>Terminal Service</i>) nas novas Subseções Judiciárias e em algumas unidades do Tribunal e das Seções Judiciárias.</p>

Sumário



Início

QUADRO 174  
EQUIPAMENTOS

Manutenção corretiva em aproximadamente 100 microcomputadores (sem contrato de manutenção).
Substituição das placas de rede <i>on-board</i> por <i>off-board</i> dos equipamentos adquiridos da empresa Novadata.
Manutenção preventiva em todos os equipamentos de estabilização de energia.
Instalação e configuração de <i>cluster</i> de servidor de arquivos para todas as Subseções Judiciárias.
Instalação e manutenção de servidores de aplicação no Tribunal (9 unidades) e nas Seções Judiciárias da Bahia, de Goiás, Mato Grosso, do Pará e de Minas Gerais (2 unidades).

## GESTÃO DOCUMENTAL

Para efetivar a implantação e adoção do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT na Primeira Região, foi realizado, em 2005, o primeiro descarte central de documentos e processos administrativos.

A partir de decisão da Comissão de Avaliação de Documentos do Tribunal, composta pelos dirigentes das áreas de Arquivo Central, de Administração, Judiciária, de Biblioteca e de Desenvolvimento Organizacional e presidida pelo Desembargador Federal Leomar Amorim, ficou definida a segunda sexta-feira do mês de novembro como o dia para o descarte central de toda a Primeira Região.

Participaram desse primeiro descarte 6 das 10 Seccionais onde o PCTT já havia sido implantado: Acre, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Rondônia.

Para possibilitar a classificação e separação de documentos para o descarte, foram destacadas duas equipes:

a) grupos de trabalho formados por multiplicadores, incluindo o coordenador, para a análise, um a um, dos processos administrativos armazenados no Arquivo Central, com o objetivo de classificá-los e calcular sua temporalidade. Foi analisado o total de 14.719 processos administrativos, dos quais 7.592 foram encaminhados para descarte;

b) servidores do Arquivo Central Judicial para a separação do acervo dos processos de precatórios pagos autuados no período de 1989 a 1994. Foram separados para descarte 9.727 precatórios.

Sumário



Início

Foram eliminados pelo Tribunal 17.308 processos administrativos, o que correspondeu a 5.900 quilogramas de papel inservível, doados a instituição filantrópica sorteada entre as cadastradas — a vencedora foi a Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista – Fale. Antes da doação, os papéis foram fragmentados.

As Seccionais participantes descartaram o total de 13.638 documentos — 3.797 quilogramas de papel inservível, também doado a instituições filantrópicas. As demais Seções Judiciárias têm prazo até 30 de julho de 2006 para realizar o primeiro descarte central.

A partir de 2006, serão iniciados os procedimentos para a eliminação de autos findos, conforme as determinações da Resolução 359/2004 do Conselho da Justiça Federal.

QUADRO 175  
ACOMPANHAMENTO DO PCTT

ATIVIDADE	SITUAÇÃO
Atualização da Tabela de Temporalidade de acordo com a Resolução 393/2004 do CJF	Alterações promovidas. Reprogramação e rediagramação para intranet. Inclusão de coluna com indicação do código antigo. Inclusão do código de processo correspondente quando o destino inicial é "processo".
Atendimento aos usuários sobre classificação de documentos, via <i>e-mail</i>	185 atendimentos.
Atendimento ao usuário sobre classificação de documentos, por telefone	20 atendimentos por mês, em média.
Implantação do PCTT nas Seccionais	SJ/DF – fevereiro
	SJ/MT – abril
	SJ/AC – maio
	SJ/RO – julho
	SJ/TO – agosto
	SJ/AM – novembro

Sumário



Início





Implantação do PCTT na Seccional do Tocantins



Implantação do PCTT na Seccional do Distrito Federal



Implantação do PCTT na Seccional de Rondônia



Implantação do PCTT na Seccional do Amazonas

[Sumário](#)[Início](#)

## INSTRUÇÕES NORMATIVAS

A Instrução Normativa – IN é documento de organização e ordenamento administrativo interno que constitui instrumento formal destinado a veicular diretrizes, normatização de métodos e procedimentos, padronização de serviços e materiais, bem como regulamentar matéria específica e orientar os dirigentes e os servidores no desempenho de suas atribuições.

Sendo documento dinâmico, a IN deve ser alterada sempre que necessário. Em 2005 merecem destaque as seguintes alterações:

- a) IN-14-10 – Serviços de Portaria e Segurança: revisada com o objetivo de assegurar compatibilização com o Sistema de Controle de Acesso – SCA (em fase de encaminhamento ao Conselho de Administração para aprovação);
- b) IN-14-11 – Viagens a Serviço: revisada em atendimento à Resolução n. 461/2005 do Conselho da Justiça Federal e encaminhada para apreciação da Diretoria-Geral.

Foi, ainda, aprovada a IN-14-20 – Porte de Arma de Fogo Institucional, que tem por finalidade regulamentar os procedimentos administrativos de utilização e autorização de porte de arma de fogo institucional nas atividades de segurança judiciária do Tribunal Regional Federal e da Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região.

A IN-14-20 apresenta detalhadamente os procedimentos para aquisição e guarda de armas e munição, habilitação de seguranças e concessão do porte de arma, além de definir as atividades de controle que serão realizadas quando da adoção do porte de arma de fogo institucional.

ADMINISTRAÇÃO		IN-14-20
PORTA DE ARMA DE FOGO INSTITUCIONAL		0
ÍNDICE		1
ASSUNTO	MÓDULO	FOLHAS
GENERALIDADES	1	1/3
AQUISIÇÃO E GUARDA DE ARMAS E MUNIÇÃO	2	1/2
PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO	3	1/3
CONCESSÃO	4	1/3
CONTROLE	5	1/3
DISPOSIÇÕES FINAIS	6	1/1
ANEXOS	7	1/11

Sumário



Início

QUADRO 176  
RESUMO ANALÍTICO DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA	FINALIDADE	ÚLTIMA ALTERAÇÃO
IN-11-01 – Serviços Taquigráficos	Definir os serviços taquigráficos e estabelecer critérios para a sua realização no TRF – 1ª Região.	10/02/1993
IN-13-01 – Programa de Estágio	Estabelecer critérios no que diz respeito ao planejamento, à execução e ao acompanhamento do Programa de Estágio realizado pelo TRF – 1ª Região e Seções Judiciárias.	17/09/2004
IN-13-02 – Programa de Capacitação	Estabelecer os critérios e os requisitos necessários à participação de servidores no Programa de Capacitação do TRF – 1ª Região e das Seções Judiciárias da Primeira Região.	06/07/2001
IN-13-03 – Identificação Funcional	Regulamentar os procedimentos relativos à emissão e utilização dos documentos de identificação no âmbito do Tribunal e Seções Judiciárias vinculadas.	12/04/2004
IN-14-01 – Padronização e Classificação de Material	Estabelecer critérios de padronização da classificação de material no TRF – 1ª Região e respectivas Seções Judiciárias.	18/01/1991
IN-14-02 – Comunicação de Extravio/Danificação de Material e Instalações	Racionalizar, normatizar e agilizar a tomada de conhecimento de ocorrências com bens patrimoniais e instalações pela área de Segurança e Vigilância, bem como o processo de apuração de tais ocorrências.	18/01/1991
IN-14-03 – Sindicância Relativa a Bens Patrimoniais	Estabelecer critérios para a realização de sindicância relativa a bens patrimoniais no âmbito do TRF – 1ª Região e Seções Judiciárias.	18/01/1991
IN-14-04 – Classificação de Material de Consumo Durável	Criar as normas de padronização de classificação de material.	18/01/1991
IN-14-05 – Aquisição de Materiais e Contratação de Serviços	Dispor sobre a racionalização e execução dos processos referentes à aquisição de materiais e contratação de serviços.	18/01/1991
IN-14-06 – Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviço	Estabelecer os procedimentos para administração do Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do TRF – 1ª Região.	18/01/1991
IN-14-07 – Serviços de Postagem	Regulamentar, padronizar e agilizar os serviços de postagem, simples, registrados, registrados com Aviso de Recebimento – AR e Mão-Própria – MP, no âmbito do TRF – 1ª Região e das Seções Judiciárias.	25/05/1999
IN –14-08 – Administração de Veículos	Disciplinar as atividades relacionadas com a área de Transporte e utilização dos veículos oficiais do Tribunal e Seções Judiciárias.	21/11/1994

Sumário



Início

INSTRUÇÃO NORMATIVA	FINALIDADE	ÚLTIMA ALTERAÇÃO
IN-14-09 – Serviços Gráficos	Estabelecer e definir procedimentos para utilização dos serviços especializados em arte gráfica em geral e reprodução de documentos no âmbito do Tribunal e Seções Judiciárias.	10/05/1991
IN-14-10 – Serviços de Portaria e Segurança	Regulamentar a execução dos serviços de Portaria, Segurança e Vigilância.	15/05/1997
IN-14-11 – Viagens a Serviço	Disciplinar os procedimentos relativos à indenização de despesas de viagens a serviço, no território nacional, bem como estabelecer critérios e normas para seu adiantamento e prestação de contas.	23/08/1999
IN-14-12 – Protocolo Administrativo	Instituir, disciplinar e uniformizar as atividades relacionadas com protocolo, autuação, organização e tramitação de processos administrativos, documentos e correspondências e com remessa e recebimento de processos judiciais, visando a sua melhor racionalização.	19/05/1994
IN-14-13 – Serviços de Biblioteca	Determinar e disciplinar os métodos e procedimentos para o funcionamento das bibliotecas do TRF – 1ª Região e das Seções Judiciárias.	29/03/1995
IN-14-14 – Administração de Materiais de Consumo	Dispor sobre a racionalização dos procedimentos referentes à administração de materiais de consumo no Tribunal Regional Federal da Primeira Região e Seções Judiciárias.	13/11/1999
IN-14-15 – Controle Patrimonial	Disciplinar as atividades relacionadas com o controle de material permanente do TRF – 1ª Região e Seções Judiciárias.	19/05/1998
IN-14-16 – Desfazimento de Bens Móveis	Disciplinar as atividades relacionadas com o desfazimento de bens móveis do TRF – 1ª Região e Seções Judiciárias.	02/03/1995
IN-14-18 – Gestão de Documentos Jurídicos e Administrativos	Definir e disciplinar os critérios e procedimentos para tratamento da massa de documentos de natureza jurídica e administrativa pertencentes ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região e às Seções Judiciárias jurisdicionadas, no que se refere a sua avaliação e seleção, descarte, arquivamento, empréstimo e fornecimento de cópias, bem como à preservação dos documentos relativos à história do Tribunal, da Justiça Federal e do País.	23/06/1998
IN-14-20 – Porte de Arma de Fogo Institucional	Regulamentar os procedimentos administrativos de utilização e autorização de porte de arma de fogo institucional nas atividades de segurança judiciária do Tribunal Regional Federal e da Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região.	13/06/2005

Sumário



Início

INSTRUÇÃO NORMATIVA	FINALIDADE	ÚLTIMA ALTERAÇÃO
IN-15-01 – Metodologia para Emissão de Instrução Normativa	Estabelecer critérios que devem ser observados na elaboração, divulgação e alteração de instruções normativas, no âmbito da Secretaria do Tribunal e das Seções Judiciárias, de forma a disciplinar essas atividades.	19/08/2004
IN-15-02 – Padronização de Impressos e Formulários	Estabelecer e definir procedimentos para criação, padronização, alteração e cancelamento de formulários, padronização de impressos e práticas usuais concernentes à administração de impressos e formulários, no âmbito do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e da Justiça Federal de primeira instância.	1º/09/1998
IN-15-03 – Comunicações Administrativas	Definir, disciplinar e uniformizar os meios de comunicação escrita do Tribunal e das Seções Judiciárias, considerando sempre o caráter essencialmente formal das comunicações no âmbito do Judiciário.	21/08/2003
IN-15-04 – Metodologia para Emissão de Manual Operacional	Estabelecer critérios que devem ser observados na elaboração, divulgação e alteração de manuais operacionais, no âmbito da Secretaria do Tribunal e das Seções Judiciárias, de forma a disciplinar essas atividades.	05/10/1995
IN-16-01 – Formalização dos Processos de Prestação de Contas	Instrução Normativa n. 9, de 27 de dezembro de 1990, do Departamento do Tesouro Nacional. Módulo 4 da IN-14-05 do TRF – 1ª Região.	04/02/1991
IN-18-01 – Auxílio-Transporte	Regulamentar os procedimentos relativos à concessão do auxílio-transporte em pecúnia aos servidores no âmbito do TRF – 1ª Região e Seccionais	04/07/2001
IN-18-02 – Inscrição e Desligamento do PRO-SOCIAL	Definir e disciplinar os critérios e procedimentos para a inscrição e o desligamento de beneficiários do Programa de Assistência aos Servidores do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – PRO-SOCIAL, pelos servidores do TRF – 1ª Região e das Seções Judiciárias.	08/08/1994
IN-18-03 – Programa de Assistência Psicológica	Definir e disciplinar os critérios e procedimentos para a concessão e a operacionalização do auxílio-alimentação no âmbito do TRF – 1ª Região e das Seccionais.	29/03/2000
IN-18-04 – Auxílio-Bolsa de Estudo	Definir e disciplinar os critérios e os procedimentos para a concessão de bolsas de estudo para o 2º, 3º e 4º grau aos servidores do TRF – 1ª Região e das Seções Judiciárias por parte do PRO-SOCIAL.	08/08/1994

Sumário



Início

INSTRUÇÃO NORMATIVA	FINALIDADE	ÚLTIMA ALTERAÇÃO
IN-18-05 – Auxílio-material Escolar	Definir e disciplinar os critérios e os procedimentos para o funcionamento e a concessão do auxílio-material escolar, no âmbito do TRF – 1ª Região e das Seções Judiciárias.	08/08/1994
IN-18-06 – Auxílio-alimentação	Estabelecer os critérios e os procedimentos necessários à execução das atividades relacionadas à assistência à saúde prestada pelo Tribunal e Seccionais vinculadas.	05/04/2000
IN-18-07 – Assistência à Saúde	Estabelecer os critérios e os procedimentos necessários à execução das atividades relacionadas à assistência à saúde prestada pelo Tribunal e Seccionais da Primeira Região	29/11/2002
IN-19-01 – Repositórios Oficiais de Jurisprudência	Definir e disciplinar os critérios e procedimentos para o registro dos repositórios oficiais da jurisprudência do TRF – 1ª Região, bem como seu acompanhamento, controle e cancelamento.	25/03/1998
IN-19-02 – Obtenção de Cópia de Acórdãos do STF, STJ e do Extinto TFR	Definir, racionalizar e disciplinar os procedimentos para a solicitação e obtenção de cópias do inteiro teor dos acórdãos do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do extinto Tribunal Federal de Recursos.	25/03/1998

Sumário



Início

**QUADRO 177**  
**FORMULÁRIOS E IMPRESSOS**

ATIVIDADE	ACOMPANHAMENTO
Formulários padronizados e em uso no Tribunal e nas Seccionais	358 formulários e impressos (total). 194 formulários e impressos eletrônicos (disponíveis na intranet).
Criação, alteração e atualização de formulários eletrônicos	36 formulários.
Padronização e diagramação de formulários e impressos	177 formulários e impressos.
Procedimentos de reprodução de formulários e impressos não eletrônicos	77 requisições de serviços gráficos analisadas.
Catálogo Eletrônico de Formulários e Impressos	Atualizado e distribuído em CD para todas as Seccionais e para a área de Material e Patrimônio, para a área de Compras e para a Gráfica do Tribunal.
Acompanhamento do consumo do impresso para emissão de certidão negativa pelas Seccionais	Aquisição para 2006 solicitada e realizada.
Carteira de Segurança Judiciária – MOD.14-20-01	Elaborada especificação da carteira de couro e da cédula para fins de aquisição.

Sumário



Início

# SECOI

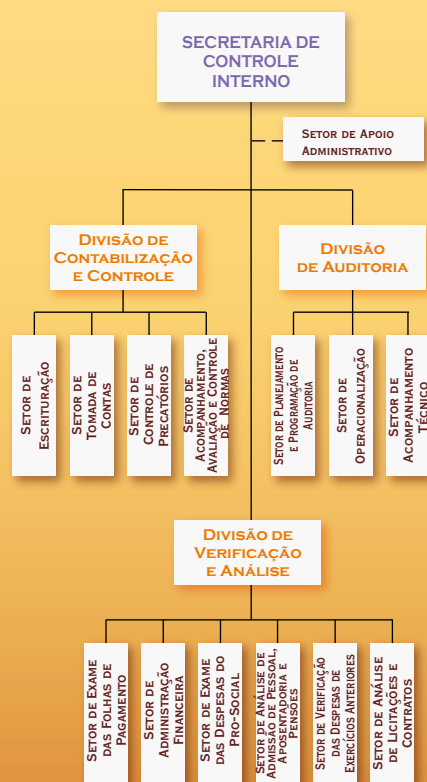
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Sumário



Início





Sumário



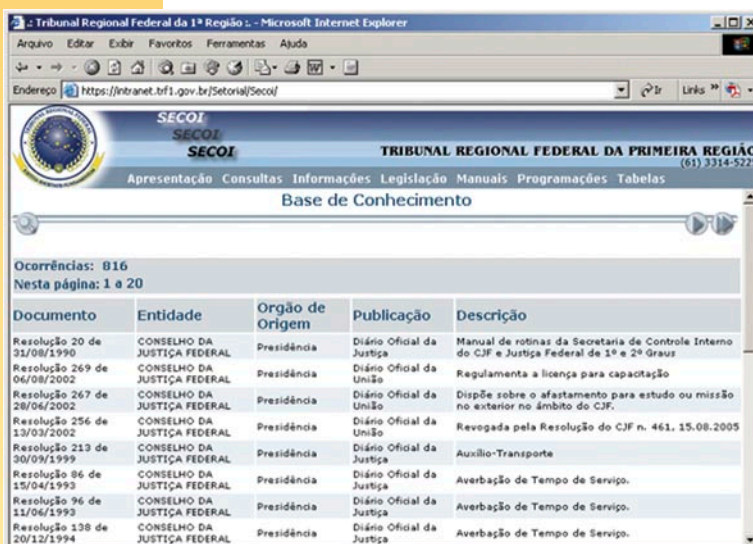
Início

Com atribuições definidas constitucionalmente, o sistema de controle interno da Primeira Região é formado pela Secretaria de Controle Interno – SECOI, no Tribunal, e pelas unidades administrativas correspondentes, nas Seções Judiciárias vinculadas.

Durante o exercício de 2005, foi mantida e aprimorada a rede de comunicação permanente entre o Tribunal e as Seccionais, em busca da uniformização de procedimentos, com a ampla divulgação das informações e dos pareceres da Secretaria e de outros órgãos, como o Conselho da Justiça Federal – CJF e o Tribunal de Contas da União – TCU.

Mesmo diante dos desafios apresentados — escassez de recursos humanos e tecnológicos —, foi promovida maior integração com outras unidades do Tribunal, mediante apresentação de propostas de mudanças que levassem à economia de recursos e à agilidade na tomada de decisões e a prestação de apoio à gestão orçamentária, financeira e patrimonial — prévio, concomitante e posterior à realização das despesas.

Com vistas a subsidiar o desenvolvimento das atividades de controle, assim como proporcionar a disseminação das informações para todas as unidades da Primeira Região, foi realizado o acompanhamento, a atualização e a catalogação da legislação relacionada às áreas de benefícios sociais, credenciamentos, legislação de pessoal, recursos humanos e licitações e contratos administrativos.



Documento	Entidade	Órgão de Origem	Publicação	Descrição
Resolução 20 de 31/08/1990	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	Presidência	Diário Oficial da Justiça	Manual de rotinas da Secretaria de Controle Interno do CJF e Justiça Federal de 1º e 2º Graus
Resolução 269 de 06/08/2002	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	Presidência	Diário Oficial da União	Regulamenta a licença para capacitação
Resolução 267 de 28/06/2002	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	Presidência	Diário Oficial da União	Dispõe sobre o afastamento para estudo ou missão no exterior no âmbito do CJF.
Resolução 256 de 13/03/2002	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	Presidência	Diário Oficial da União	Revogada pela Resolução do CJF n. 461, 15.08.2005
Resolução 213 de 30/09/1999	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	Presidência	Diário Oficial da Justiça	Auxílio-Transporte
Resolução 86 de 15/04/1993	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	Presidência	Diário Oficial da Justiça	Averbação de Tempo de Serviço.
Resolução 96 de 11/06/1993	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	Presidência	Diário Oficial da Justiça	Averbação de Tempo de Serviço.
Resolução 138 de 20/12/1994	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	Presidência	Diário Oficial da Justiça	Averbação de Tempo de Serviço.

Além dessas informações, foram acrescentadas, também, na página da Secretaria, na intranet do Tribunal, 243 mensagens do SIAFI que apresentaram interesse para a Primeira Região, além da Norma de Encerramento do Exercício de 2005 e da Abertura de 2006 Comentada, com destaque para os itens referentes aos procedimentos que deverão ser adotados pelas unidades executoras e setoriais de Contabilidade do TRF – 1ª Região e das Seções Judiciárias vinculadas no processo de encerramento do exercício.

Sumário



Início

No que tange à gestão documental e arquivística, procedeu-se à implantação gradativa do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade – PCTT, o que proporcionou a visita do dirigente do Controle Interno do TRF – 5ª Região, com o objetivo de colher sugestões para implantação do plano naquele órgão, e ainda a participação de servidores da Secretaria nos grupos de trabalho criados para classificar e organizar os documentos e processos administrativos para o primeiro descarte central.

[Sumário](#)[Início](#)

## TOMADAS DE CONTAS

O julgamento de tomadas de contas é instrumento de controle predominantemente *a posteriori*. Iniciado pelo próprio gestor, conta com a participação relevante das unidades de controle interno da Primeira Região na elaboração de documentos e informações sobre a gestão.

No exercício de 2005, foi adotada nova metodologia para elaboração da tomada de contas, com a transferência ao Tribunal da responsabilidade de consolidação das informações das Seções Judiciárias vinculadas. Esse procedimento, como parte do processo de racionalização e automatização do exame das contas pelo TCU, visa à avaliação sistêmica da gestão de cada Tribunal Regional Federal.

A consolidação dos dados das 14 Seccionais da Primeira Região demandou grande esforço da Secretaria, posteriormente reconhecido pelo Comitê Técnico de Controle Interno, órgão criado por resolução do CJF e composto pelos representantes das unidades de controle interno dos Tribunais Regionais Federais.

Para melhor acompanhamento da apreciação das contas da Primeira Região pelo Tribunal de Contas da União, foi realizado levantamento dos acórdãos relativos aos julgamentos das tomadas de contas da Primeira Região referentes aos exercícios de 2002 e 2003 e aprovadas em 2005.

À exceção da Seccional de Rondônia, todas as demais tiveram suas contas aprovadas sem ressalvas, com quitação plena aos responsáveis. As contas da Seção Judiciária do Estado da Bahia referentes ao exercício de 2002, que haviam sido sobrestadas em 2004, foram também aprovadas em 2005. Ficaram pendentes de aprovação as contas da Seção Judiciária do Estado do Acre referentes aos exercícios de 2000, 2001 e 2002.

[Sumário](#)[Início](#)

QUADRO 178  
TOMADAS DE CONTAS APROVADAS

UNIDADE GESTORA	TOMADAS DE CONTAS APROVADAS (EXERCÍCIO)	ACÓRDÃO TCU	PUBLICAÇÃO NO <i>DOU</i>
Acre	2003	2.037	14/09
Amapá	2003	2.408	19/10
Amazonas	2003	1.252	06/07
Bahia	2002	2.466	26/10
	2003	2.037	14/09
Distrito Federal	2003	1.553	03/08
Goiás	2003	1.553	03/08
Maranhão	2003	737	04/05
Mato Grosso	2003	2.037	14/09
Pará	2003	1.587	10/08
Piauí	2003	1.252	06/07
Rondônia	2003	2.409	19/10
Roraima	2003	2.043	14/09
Tocantins	2003	1.788	30/08
TRF	2003	1.245	06/07

Sumário



Início

## SERVIÇOS DE AUDITORIA

Em 2005 houve incremento das atividades de auditoria em razão da remodelação de dois procedimentos:

a) alteração do conteúdo da Auditoria de Gestão pelo Tribunal de Contas da União, que passou a contemplar detalhamentos minudentes acerca da aplicação das despesas públicas no Tribunal e nas Seccionais vinculadas;

b) implementação da Auditoria de Contratos para a fiscalização da execução de contratos de prestação de serviços e de fornecimento do Tribunal.

Além dessas atividades, foi solicitada à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União assistência técnica para melhoria dos processos de auditoria.

**QUADRO 179**  
**AUDITORIAS REALIZADAS**

UNIDADE GESTORA	TIPO DE AUDITORIA	PERÍODO	NÚMERO DE AUDITORES
TRF	Gestão	07/01 a 30/04	7
TRF	Contratos	14 a 18/02	5
Seção Judiciária do Distrito Federal	Operacional	11 a 20/04	4
Seção Judiciária do Estado do Piauí	Operacional e Obras	16 a 20/05	4
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	Operacional e Especial	20 a 24/06	4
Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso	Operacional e Obras	15 a 19/08	4
Seção Judiciária do Estado do Tocantins	Operacional	12 a 16/09	4
Seção Judiciária do Estado do Maranhão	Operacional	17 a 21/10	4
Subseção Judiciária de Imperatriz/MA	Obras	24 e 25/10	2
<b>TOTAL</b>			<b>38</b>

Sumário



Início

**QUADRO 180**  
**TIPOS DE AUDITORIA**

TIPO	FUNÇÕES
De gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>– certificar a regularidade das contas;</li> <li>– verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes;</li> <li>– conferir a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região;</li> <li>– fornecer informações e dados para o Processo de Tomada de Contas do período de referência, observando-se os detalhamentos gerais e específicos das peças previstas no artigo 14 da Instrução Normativa TCU 47, de 27/10/2004.</li> </ul>
Operacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>– avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional ou a parte dele;</li> <li>– auxiliar a Administração na gestão e nos resultados;</li> <li>– fornecer orientações para o aprimoramento dos procedimentos, melhoria dos controles e aumento da responsabilidade gerencial nas unidades administrativas.</li> </ul>
De obras e reformas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– acompanhar a execução de obras e reformas da construção civil, verificando-se a conformidade entre a execução e o contratado;</li> <li>– propor medidas que contribuam para melhor gestão dos recursos e atendimento às regras legais e normativas pertinentes.</li> </ul>
De contratos	<ul style="list-style-type: none"> <li>– acompanhar a execução de contratos, convênios e ajustes de qualquer natureza, verificando-se a adequação aos termos pactuados e a eficiência da fiscalização, comparando-se os elementos físicos com as especificações.</li> </ul>
Especial	<ul style="list-style-type: none"> <li>– examinar fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária. É realizada para atender a determinação expressa de autoridade competente.</li> </ul>

Sumário



Início

QUADRO 181  
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

ATIVIDADES	QUANT.
Acompanhamento das ações corretivas	7
Atendimento de consultas e prestação de orientações referentes a procedimentos de auditoria	143
Atendimento de consultas referentes a contabilizações de registros contábeis e execução financeira, orçamentária e patrimonial	486
Atendimento de consultas referentes a licitações, contratos, suprimentos de fundos, diárias e folhas de pagamento	70
Cadastramento, reativação, desbloqueios e exclusões de senhas dos sistemas SIAFI, SENHA-REDE, SIAFI Educacional, SIAFI Gerencial, CPF, CNPJ e SIASG (total de usuários: 404)	327
Emissão de certificados de regularidade de contas	15
Elaboração de relatório e voto em processos submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo do PRO-SOCIAL	11
Emissão de informações decorrentes da análise de processos	604
Encaminhamento dos dados ao TCU, por meio de transmissão eletrônica (SISAC), relativos a admissão, desligamento, aposentadoria e pensão	477
Padronização de atos normativos	21
Participação em reuniões do Conselho Deliberativo do PRO-SOCIAL	3
Reformulação de atos normativos	2
Relatórios de auditoria de gestão e operacional	31
Reportes de auditoria	18
Solicitações às unidades gestoras (Seccionais)	383

Sumário



Início



**QUADRO 182**  
**PROCESSOS ANALISADOS**

OBJETO	QUANT.
Admissão de pessoal, aposentadorias e pensões	1.127
Análise de licitações e contratos administrativos	8
Assuntos diversos	73
Avogados das Seccionais	94
Baixa de bens	15
Despesas de exercícios anteriores	409
Despesas médico-hospitalares (reembolso e outros)	709
Despesas médico-hospitalares com recursos próprios	320
Despesas médico-hospitalares com recursos da União	912
Despesas relativas a diárias, ajuda de custo, defensoria dativa, bolsa-estágio, seguros em geral e prestações de serviços em cursos e concursos	807
Equipamentos e materiais permanentes	8
Folha de pagamento	413
Incorporação de bens	1
Material de consumo	14
Serviços	143
Suprimento de fundos	34
<b>TOTAL</b>	<b>5.105</b>

Sumário

Sumário



Início

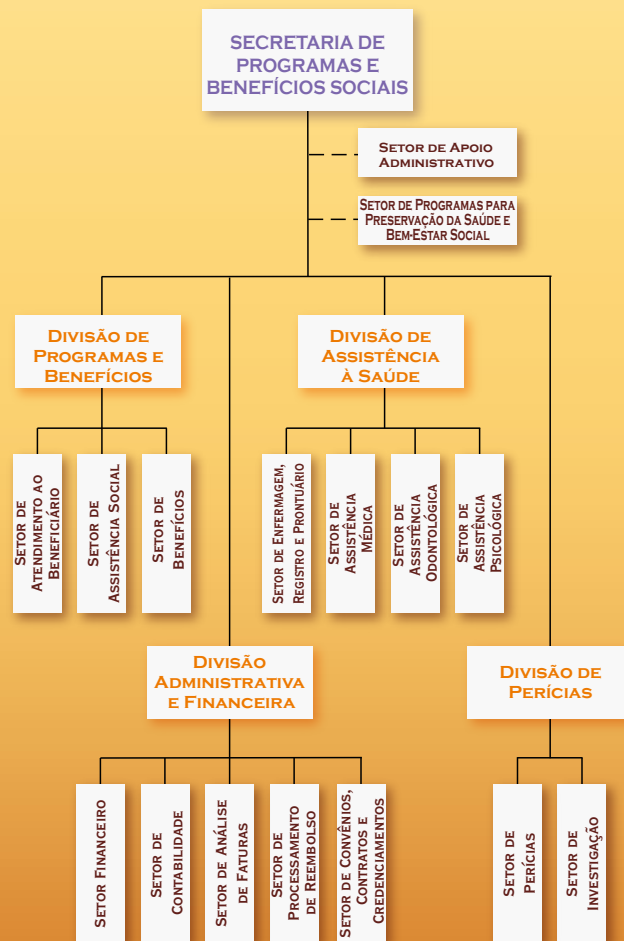
# SECBE

SECRETARIA DE PROGRAMAS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Sumário



Início



Sumário

Sumário



Início

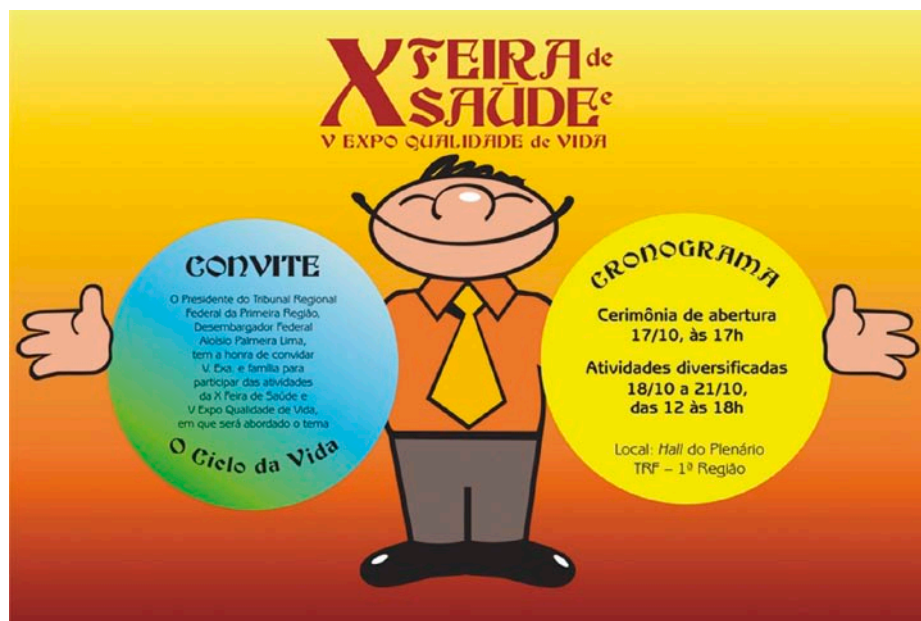


## X FEIRA DE SAÚDE

Evento anual que aborda temas de saúde preventiva e qualidade de vida, a Feira de Saúde comemorou, em 2005, seu 10º ano de realização ininterrupta. Com o atendimento acumulado de quase 16 mil visitantes, a feira, pioneira na Administração Pública Federal, é referência para a realização de eventos similares em diversos órgãos públicos e privados da cidade. Atualmente também é promovida em quase todas as Seccionais da Primeira Região.

No evento, durante uma semana, os visitantes têm a oportunidade de realizar exames preventivos, participar de palestras e oficinas diversas e visitar estandes demonstrativos e interativos, onde são apresentados diversos temas relacionados à saúde e qualidade de vida.

A partir de 2001, com a criação do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT, a feira passou a agregar a Expo Qualidade de Vida, evento que divulga as ações de qualidade de vida do Tribunal e busca conscientizar os visitantes de sua responsabilidade pessoal na conquista de uma vida saudável e de ótima qualidade.



Sumário

Sumário

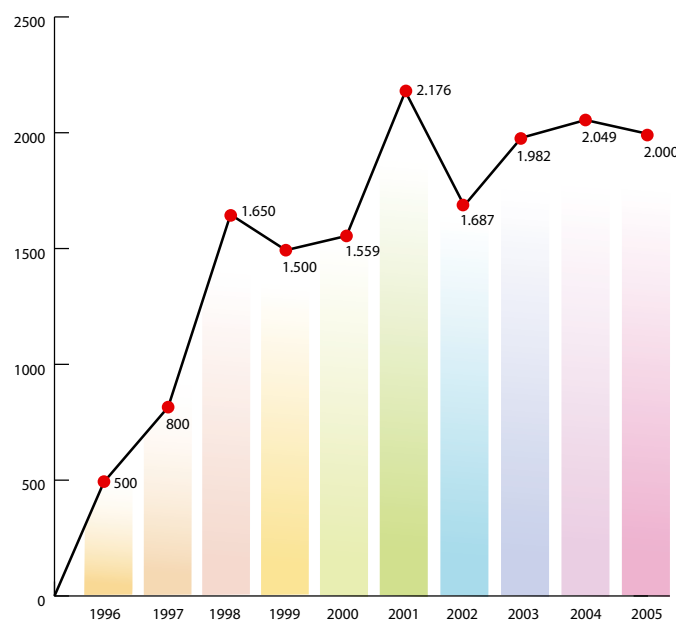
<< >>

Início

QUADRO 183  
EVOLUÇÃO DOS 10 ANOS DA FEIRA DE SAÚDE

EVENTO	ANO	TEMA GERADOR	PARTICIPANTES
I Feira de Saúde	1996	Educação para a Saúde	500
II Feira de Saúde	1997	Educação para a Saúde	800
III Feira de Saúde	1998	Qualidade de Vida	1.650
IV Feira de Saúde	1999	Qualidade de Vida: a iniciativa deve ser sua	1.500
V Feira de Saúde	2000	Qualidade de Vida: a iniciativa deve ser sua	1.559
VI Feira de Saúde e I Expo Qualidade de Vida	2001	Qualidade de Vida e Trabalho: o único risco é ser feliz	2.176
VII Feira de Saúde e II Expo Qualidade de Vida	2002	Saúde: uma questão de equilíbrio	1.687
VIII Feira de Saúde e III Expo Qualidade de Vida	2003	Gestão da Qualidade de Vida dos Servidores do TRF – 1ª Região: mobilização e comprometimento	1.982
XI Feira de Saúde e IV Expo Qualidade de Vida	2004	Gestão da Qualidade de Vida dos Servidores do TRF – 1ª Região: transformação e desenvolvimento	2.049
X Feira de Saúde e V Expo Qualidade de Vida	2005	O Ciclo da Vida (infância, adolescência, maturidade e velhice) e os Elementos da Natureza (água, fogo, terra e ar)	2.000

GRÁFICO 19  
PARTICIPANTES NA FEIRA DE SAÚDE



Sumário



Início

Compete à Secretaria de Programas e Benefícios Sociais – SECBE coordenar o sistema de serviços e benefícios sociais da Primeira Região e gerenciar o Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores – PRO-SOCIAL e o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT.

## SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

**QUADRO 184**  
**ATENDIMENTOS MÉDICOS**

ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Consulta	5.588
Visita hospitalar	14
Visita domiciliar	4
Internação clínica (repouso)	383
Autorizações	4.675
Medicação oral	2.027
Medicação intramuscular	463
Medicação endovenosa	379
Homologação de atestado	573
Curativo	404
Pequena cirurgia	24
Nebulização	308
Eletrocardiograma	214
Exame pré-admissional	195
Sinais vitais	2.262
Controle de peso	4
Junta médica	469
Outros	424
<b>TOTAL</b>	<b>18.410</b>

Sumário

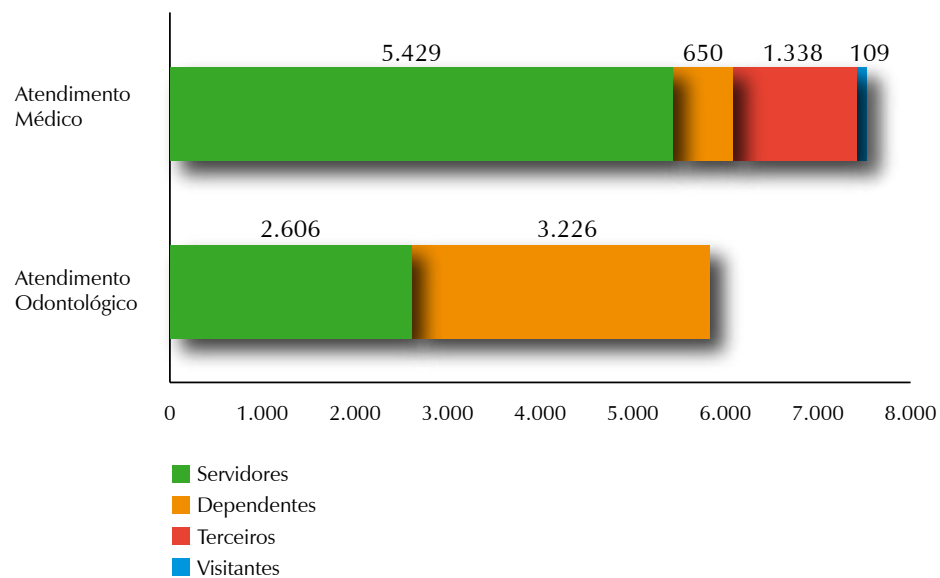


Início

QUADRO 185  
ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

ATENDIMENTO	TOTAL
Consulta	580
Perícia	2.984
Emergência	209
Dentística	256
Pro-dentinho (primeira infância, adolescente e prevenção infantil)	1.138
Prevenção adulto (servidores, prestadores de serviço e estagiários)	665
<b>TOTAL</b>	<b>5.832</b>

GRÁFICO 20  
CLIENTELA ATENDIDA NA ASSISTÊNCIA DIRETA



Sumário



Início



**QUADRO 186**  
**SERVIÇOS PSICOLÓGICOS**

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Documentos expedidos	78
Reuniões	70
Pesquisas e elaborações de trabalhos	11
Visitas às instituições	21
Acompanhamentos de paciente	47
Orientações e aconselhamentos	639
Autorizações psicológicas	804
Autorizações psiquiátricas	246
Autorizações fonoaudiológicas	108
Contatos telefônicos com pacientes e familiares	91
Marcações de consulta	677
Análises de processo	55
Discussões de casos	165
Contatos com profissionais externos	674
<b>TOTAL</b>	<b>3.686</b>

Sumário



Início

QUADRO 187  
AUXÍLIOS CONCEDIDOS (MÉDIA MENSAL)

ÓRGÃO	AUXÍLIO		
	ALIMENTAÇÃO	CRECHE	TRANSPORTE
TRF	1.067	349	107
Acre	114	44	–
Amapá	84	38	–
Amazonas	200	80	–
Bahia	636	202	224
Distrito Federal	696	246	84
Goiás	359	127	9
Maranhão	268	120	68
Mato Grosso	182	63	–
Minas Gerais	1.072	373	428
Pará	281	98	3
Piauí	180	78	–
Rondônia	118	58	–
Roraima	85	42	3
Tocantins	98	50	–
<b>TOTAL</b>	<b>5.440</b>	<b>1.968</b>	<b>926</b>

QUADRO 188  
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO POR BENEFÍCIO SOCIAL (R\$)

BENEFÍCIO	VALOR
Auxílio-Alimentação	32.870.915,33
Auxílio-Creche	5.746.151,81
Auxílio-Transporte	542.497,60
<b>TOTAL</b>	<b>39.159.564,74</b>

Sumário



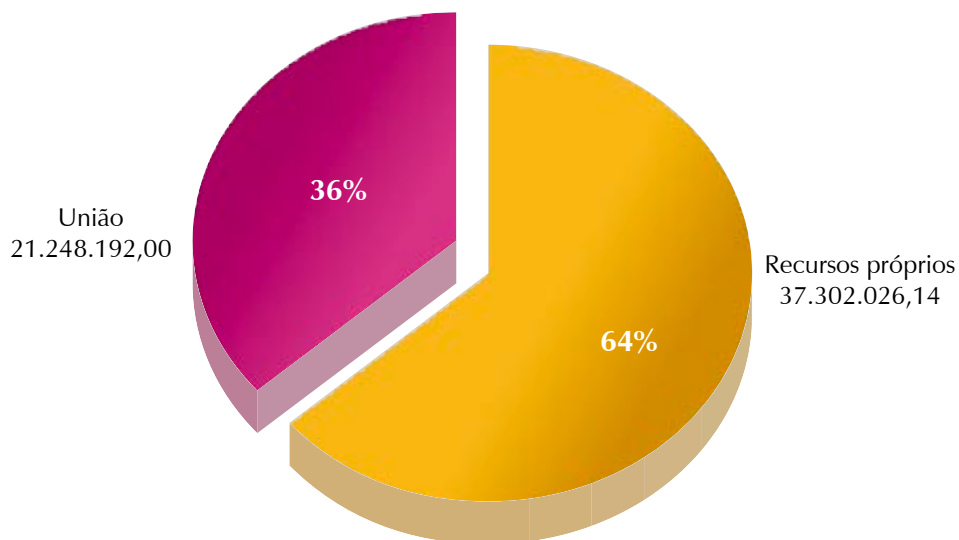
Início

## PRO-SOCIAL

Criado há 16 anos, o Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores – Pro-Social oferece a seus beneficiários o acesso a vasta rede externa de hospitais, médicos, dentistas, psicólogos e outros serviços, por meio do estabelecimento de contratos de credenciamento. Para operacionalizar o Programa, são definidas estratégias e diretrizes pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social, órgão colegiado que garante a regular aplicação dos recursos financeiros e o respeito à norma em vigor. Em 2005, o Conselho realizou quatro sessões, sendo três extraordinárias e uma ordinária, nas quais apreciou o total de 68 processos.

A boa e parcimoniosa aplicação dos recursos permitiu que, em 2005, a reserva técnica, prevista em regulamento, chegasse a mais de 20 milhões de reais, o que pode possibilitar a realização de estudos que objetivem a inclusão, o aperfeiçoamento e a reativação de benefícios.

GRÁFICO 21  
PARTICIPAÇÃO DAS FONTES MANTENEDORAS DO PRO-SOCIAL (R\$)

[Sumário](#)[Sumário](#)[Início](#)

**QUADRO 189**  
**RECEITAS E DESPESAS DO PRO-SOCIAL**

MÊS	UNIÃO					RECURSOS PRÓPRIOS						SALDO			
	SALDO ANTERIOR	RECEITA	DESPESA	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS					TOTAL		DESPESAS		
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTO	OUTRAS						
SALDO DEZ 2004		1.467.095,00		1.467.095,00									12.345.288,86		12.345.288,86
JAN	1.467.095,00	—	571.359,98	895.735,02	12.345.288,86	1.624.502,33	113.958,25	153.497,23	202.290,44				2.094.248,25	1.320.082,18	13.119.454,93
FEV	895.735,02	17.884.649,00	777.118,67	18.003.265,35	13.119.454,93	1.624.572,19	90.417,66	148.036,34	76.658,18				1.939.684,37	1.794.378,75	13.264.760,55
MAR	18.003.265,35	—	893.570,98	17.109.694,37	13.264.760,55	1.626.985,25	85.638,42	178.851,74	73.431,88				1.964.907,29	1.439.109,01	13.790.558,83
ABR	17.109.694,37	—	1.370.210,08	15.739.484,29	13.790.558,83	1.639.000,94	96.692,18	175.567,75	72.717,07				1.983.977,94	1.251.017,33	14.523.519,44
MAIO	15.739.484,29	—	936.746,67	14.802.737,62	14.523.519,44	1.649.035,72	109.932,28	190.341,88	77.897,51				2.027.207,39	1.089.870,00	15.460.856,83
JUN	14.802.737,62	—	1.901.824,42	12.900.913,20	15.460.856,83	1.652.607,89	106.123,62	255.608,59	73.695,57				2.088.035,67	1.080.791,78	16.468.100,72
JUL	12.900.913,20	—	2.677.331,15	10.223.582,05	16.468.100,72	1.661.278,74	94.458,04	261.769,77	71.052,74				2.088.559,29	997.269,51	17.559.390,50
AGO	10.223.582,05	—	2.216.715,93	8.006.866,12	17.559.390,50	1.664.475,65	109.807,19	257.981,10	74.550,53				2.106.814,47	845.333,66	18.820.871,31
SET	8.006.866,12	—	2.173.552,12	5.833.314,00	18.820.871,31	1.668.984,17	113.651,30	258.516,58	72.783,06				2.113.935,11	983.214,74	19.951.591,68
OUT	5.833.314,00	—	1.086.328,92	4.746.985,08	19.951.591,68	1.625.907,98	106.722,91	282.743,42	137.286,11				2.152.660,42	652.225,36	21.452.026,74
NOV	4.746.985,08	—	1.066.090,40	3.680.894,68	21.452.026,74	1.726.165,65	96.976,13	288.672,21	75.998,66				2.187.812,65	820.735,57	22.819.103,82
DEZ	3.680.894,68	1.896.448,00	3.687.484,69	1.889.857,99	<b>22.819.103,82</b>	1.737.023,04	88.595,97	310.264,32	73.011,10				2.208.894,43	2.196.301,68	22.831.696,57
<b>TOTAL 2005</b>		21.248.192,00	19.358.334,01	1.889.857,99		19.900.539,55	1.212.973,95	2.761.850,93	1.081.372,85				37.302.026,14	14.470.329,57	22.831.696,57

Fonte: Recursos União – SEPLA; Recursos próprios – DVAE.

Obs. 1: O “Saldo DEZ/2004” corresponde ao saldo em 31/12/2004.

Obs. 2: Recursos próprios: “Rendimentos” = aplicações em CDB e fundos; “Outras” = seguro de Vida, devolução de DOCs, patrocínios, etc.

Obs. 3: As despesas da União não incluem o auxílio-alimentação, creche e transporte.

QUADRO 190  
 APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRO-SOCIAL POR BENEFÍCIO

DESPESA	BENEFÍCIO	VALOR		
		UNIÃO	RECURSOS PRÓPRIOS	TOTAL
Área social	Programa Qualidade de Vida	–	218.902,41	218.902,41
	<b>SUBTOTAL I</b>	–	<b>218.902,41</b>	<b>218.902,41</b>
Área médica	Consultas	2.374.121,84	1.362.358,52	3.736.480,36
	Exames laboratoriais	1.479.024,13	848.718,50	2.327.742,63
	Exames radiológicos	1.233.160,38	707.632,83	1.940.793,21
	Internações	6.321.387,53	3.627.444,92	9.948.832,45
	Psicologia	795.215,57	456.323,97	1.251.539,54
	TFD	–	24.526,00	24.526,00
	Outras	4.366.002,39	2.505.372,93	6.871.375,32
	Material de consumo	150.228,48	–	150.228,48
	<b>SUBTOTAL II</b>	<b>16.719.140,32</b>	<b>9.532.377,67</b>	<b>26.251.517,99</b>
Área odontológica	Dentisteria	797.136,38	457.426,21	1.254.562,59
	Prótese dentária	839.394,21	481.675,31	1.321.069,52
	Periodontia	209.368,35	120.143,27	329.511,62
	Radiologia	217.051,59	124.552,20	341.603,79
	Endodontia	113.327,82	65.031,68	178.359,50
	Outras	462.915,34	265.637,87	728.553,21
	<b>SUBTOTAL III</b>	<b>2.639.193,69</b>	<b>1.514.466,54</b>	<b>4.153.660,23</b>
Área administrativa	Fenaserjus	–	2.605.385,10	2.605.385,10
	Seguro de vida	–	314.404,27	314.404,27
	Passagem e hospedagem (TFD)	–	83.645,69	83.645,69
	Outras	–	201.147,89	201.147,89
	<b>SUBTOTAL IV</b>		<b>3.204.582,95</b>	<b>3.204.582,95</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>19.358.334,01</b>	<b>14.470.329,57</b>	<b>33.828.663,58</b>

Fonte: DIVAF e SEPLA

Observações:

Outras despesas médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirúrgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria e acupuntura.

Outras despesas odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia e prevenção.

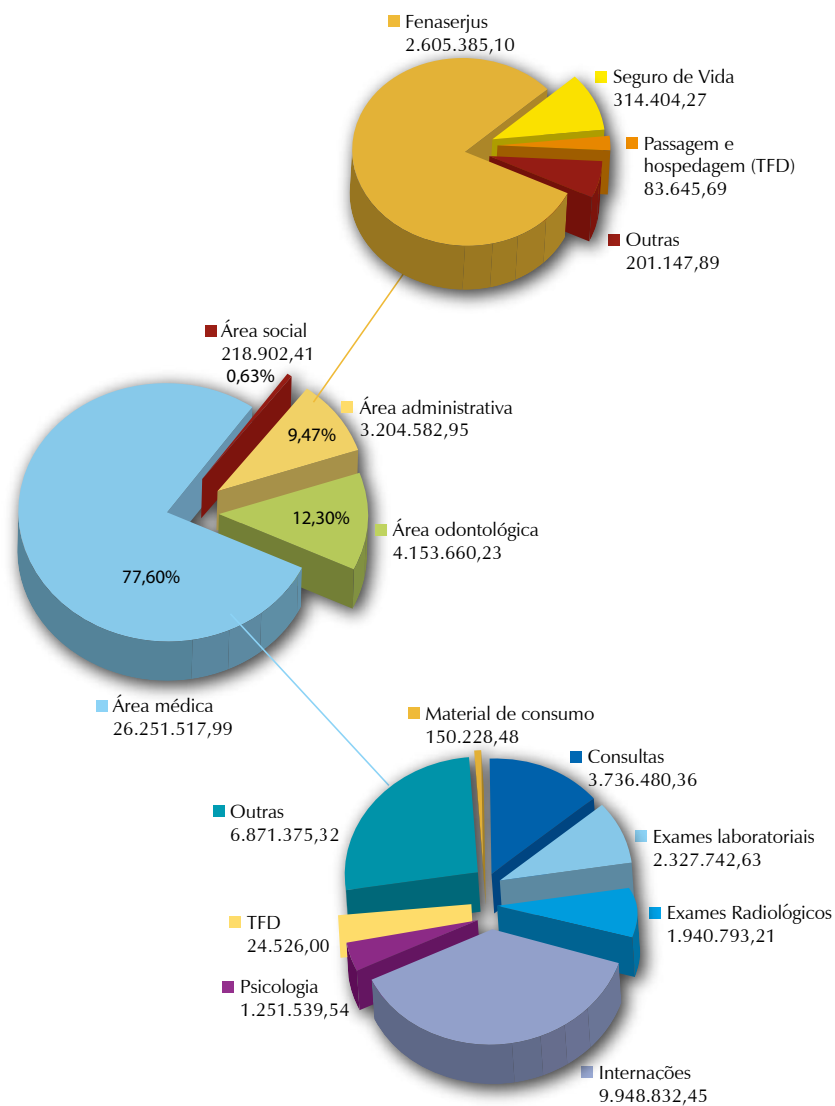
Outras despesas administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança UNIMED, manutenção de convênios, material de expediente e INSS de autônomos.

Sumário



Início

**GRÁFICO 22**  
**APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRO-SOCIAL**



Sumário



Início

QUADRO 191  
**ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA REDE CREDENCIADA**

BENEFÍCIO	QUANTIDADE
Consulta médica	59.448
Exame laboratorial	21.922
Exame radiológico	13.942
Internação	12.909
Fonoaudiologia	1.134
Tratamento fora do domicílio	31
Medicina física e reabilitação	3.296
Outros – área médica	30.535
Psicologia	6.650
Consulta odontológica	6.994
Dentisteria	4.200
Prótese dentária	1.453
Periodontia	1.218
Radiologia	6.059
Endodontia	874
Outros – área odontológica	3.976
<b>TOTAL</b>	<b>174.641</b>

Sumário



Início

QUADRO 192  
BENEFICIÁRIOS DO PRO-SOCIAL

SECCIONAIS/TRF	ATIVOS	INATIVOS	DEPENDENTES	PENSIONISTAS	TOTAL
TRF	950	66	2.340	17	3.373
Acre	95	14	267	4	380
Amapá	75	11	221	–	307
Amazonas	170	17	419	2	608
Bahia	540	40	1.070	5	1.655
Goiás	346	51	815	12	1.224
Distrito Federal	645	112	1.450	27	2.234
Maranhão	218	35	632	10	895
Mato Grosso	176	20	417	4	617
Minas Gerais	926	109	2.120	10	3.165
Pará	220	25	581	12	838
Piauí	160	21	468	9	658
Rondônia	110	10	313	1	434
Roraima	79	9	228	3	319
Tocantins	98	6	279	–	383
<b>TOTAL</b>	<b>4.808</b>	<b>546</b>	<b>11.620</b>	<b>116</b>	<b>17.090</b>

Sumário



Início



GRÁFICO 23  
DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS  
DO PRO-SOCIAL NA PRIMEIRA REGIÃO

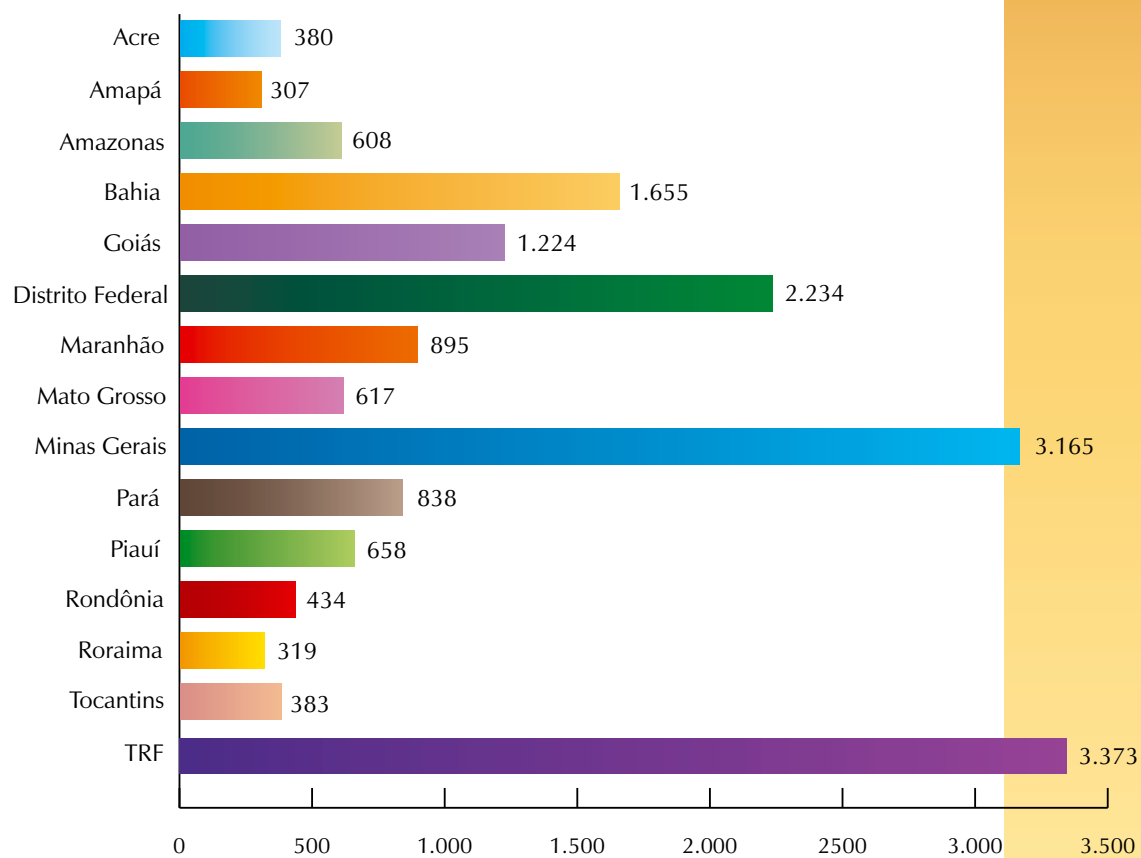
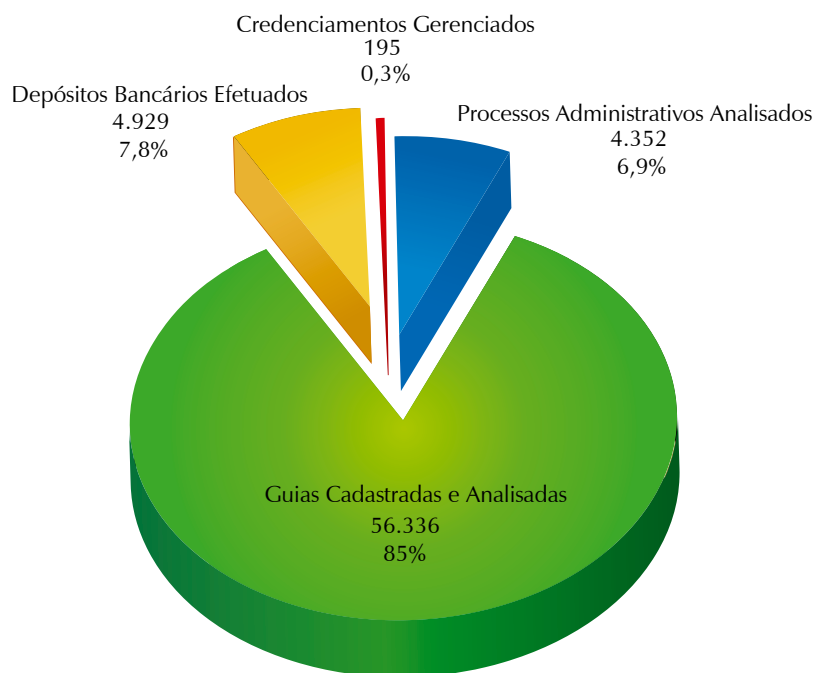
[Sumário](#)[Início](#)

GRÁFICO 24  
ATIVIDADES DE CREDENCIAMENTO



Sumário



Início

## PGQVT

O Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT tem como objetivo proporcionar aos magistrados e servidores sistema integrado e contínuo de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e a promoção de ambiente satisfatório de trabalho. Para sua manutenção, são destinados até 2% dos recursos próprios do PRO-SOCIAL, o que totalizou, em 2005, R\$ 348.428,42.

O gerenciamento dos recursos financeiros destinados ao PGQVT de toda a Primeira Região, antes realizado no Tribunal, foi descentralizado para as Seccionais, a partir do segundo semestre de 2005, como resultado das discussões dos encontros de capacitação de coordenadores dos Comitês de cada Seção Judiciária e do TRF.

A partir da descentralização, a aplicação e o controle dos recursos financeiros do Programa passaram à responsabilidade dos Comitês Gerenciais locais, assessorados por comissões administrativo-financeiras. Essa medida objetivou proporcionar maior autonomia na aplicação dos recursos e, ainda, agilizar os procedimentos de implementação das ações.

A falta de espaço físico adequado, a sobrecarga de trabalho em todos os níveis, a escassez de recursos humanos e o tempo gasto na elaboração, aprovação e publicação dos novos documentos norteadores do Programa foram obstáculos para que grande parte das ações previstas para 2005 fossem realizadas, o que gerou saldo de recursos financeiros, especialmente nas Seccionais.

Em 2006, com tempo hábil para adequação das Seccionais às novas normas de procedimento, espera-se o aumento da aplicação dos recursos provisionados para o PGQVT.

O saldo positivo reflete também o esforço contínuo do PGQVT em estabelecer parcerias externas e obter patrocínios para a realização de suas ações de qualidade de vida, garantindo assim a otimização dos recursos próprios em toda a Primeira Região.

Sumário



Início

QUADRO 193  
 APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PGQVT

ÓRGÃO	VALOR PROVISIONADO	VALOR UTILIZADO	SALDO
TRF	73.900,84	69.050,87	4.849,97
Acre	9.154,90	301,40	8.853,50
Amazonas	13.431,47	2.079,88	11.351,59
Amapá	7.174,45	3.001,00	4.173,45
Bahia	29.289,50	2.070,40	27.219,10
Distrito Federal	47.238,10	35.858,90	11.379,20
Goiás	24.736,60	12.821,10	11.915,50
Maranhão	15.493,19	13.819,00	1.674,19
Mato Grosso	13.769,41	1.800,00	11.969,41
Minas Gerais	57.036,42	43.131,27	13.905,15
Pará	16.987,22	5.446,66	11.540,56
Piauí	13.377,31	2.747,25	10.630,06
Rondônia	10.989,05	1.440,00	9.549,05
Roraima	7.473,28	0	7.473,28
Tocantins	8.376,68	6.142,00	2.234,68
<b>TOTAL</b>	<b>348.428,42</b>	<b>199.709,73</b>	<b>148.718,69</b>

Sumário



Início

**QUADRO 194**  
**PGQVT – RESULTADOS DE DESTAQUE**

Aprovação do Plano de Ação 2005/2006 pela Resolução/PRO-SOCIAL n. 01 de 26 de agosto.
Descentralização financeira dos recursos do PGQVT.
Continuidade do programa, com a formação do novo Comitê Gerencial, com o apoio da Administração do TRF e a colaboração dos servidores voluntários.
Formação de equipes gestoras do PGQVT, desenvolvimento de talentos e competências dos participantes.
Otimização dos recursos humanos, físicos e materiais.
Fortalecimento da autogestão da saúde e qualidade de vida e, conseqüentemente, desenvolvimento e melhoria comportamental.
Reconhecimento interno e externo, contribuindo para a melhoria da imagem do Tribunal, ressaltada pela atuação do PGQVT como coordenador do estande do TRF – 1ª Região no evento “Justiça para Todos”, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, em comemoração aos 45 anos de Brasília, no Parque da Cidade, no período de 21 a 24 de abril. O estande ofereceu diversos atendimentos e explicações sobre os diferentes serviços prestados aos usuários da Justiça Federal.
Expansão do movimento de Qualidade de Vida e Trabalho no Poder Judiciário.

Sumário



Início



Oficina de bolsa



Campanha Pro-Dentinho



Grupo Viva Melhor – Aposentados TRF



Campanha de Vacinação



Coral Habeas Cantus



Semana do Coração



Dia das Mães no Berçário



Programa Emagreça com Saúde



Oficina de arte para crianças



Programa de Acompanhamento a Gestantes



Palestra para gestantes – Higiene do Bebê

Sumário

Sumário



Início

QUADRO 195  
ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PGQVT

AÇÃO	PROJETO	DESENVOLVIMENTO		UNIDADE RESPONSÁVEL
		RESULTADO	QUANTIDADE	
IV – Utilização dos meios de comunicação para compartilhamento de experiências e divulgação das atividades do PGQVT	Implementação do boletim eletrônico semanal sobre assuntos relacionados à qualidade de vida	Manutenção semanal do boletim eletrônico <i>Bem-Me-Quero</i> , além de constante divulgação das ações do PGQVT nos meios de comunicação internos do Tribunal. Produção do vídeo institucional “X Feira de Saúde: o ciclo da vida”.	55 boletins Bem-Me-Quero. 9 revistas <i>Destaque</i> mensal contendo artigos diversos sobre QVT. Notas freqüentes no <i>Destaque do Dia</i> .	SECBE ASCOM
V – Capacitação dos comitês do PGQVT	Orientação e acompanhamento dos comitês do TRF e Seccionais	Atualização de conhecimentos sobre temas relacionados à qualidade de vida, por meio da participação em eventos internos e externos.	7 eventos externos de capacitação. 5 reuniões de trabalho/ estudo. 2 visitas técnicas. Total de 87 participantes.	SECBE SECRE
IX – Desenvolvimento das equipes de saúde	Reuniões científicas	Realização de reuniões de estudo de temas de interesse das equipes de saúde e presença em eventos, internos e externos, com palestrantes ou participantes.	10 reuniões com a participação média de 15 pessoas. 17 eventos com a participação de 23 integrantes da equipe multidisciplinar do TRF.	SECBE
X – Promoção de saúde, prevenção de doenças e qualidade de vida e trabalho	Ser Saudável	Programa de controle de peso, criado em 2005 e orientado pela nutricionista do Tribunal.	Atendimento de 61 servidores, subdivididos em 5 grupos. Foram realizadas 25 reuniões com cada grupo, num total de 125 reuniões em 2005.	SECBE
	Deixando de fumar sem mistérios	Programa de apoio aos servidores tabagistas, com aplicação de questionário a 190 magistrados e servidores, dos quais 21% declararam ser fumantes e ter interesse em refletir sobre o tabagismo e seus males.	Realização de 4 reuniões semanais, com freqüência média de 10 participantes.	

Sumário



Início



AÇÃO	PROJETO	DESENVOLVIMENTO		UNIDADE RESPONSÁVEL
		RESULTADO	QUANTIDADE	
X – Promoção de saúde, prevenção de doenças e qualidade de vida e trabalho	Prevenção e controle dos riscos cardiovasculares	Semana do Coração, em que foi aferida pressão arterial e distribuído material informativo em todas as unidades do Tribunal. Foram realizadas, ainda, palestras e orientações individualizadas.	1.027 pessoas tiveram sua pressão arterial aferida. Entre as pessoas atendidas, 26% dos magistrados e servidores e 23% prestadores de serviço e estagiários apresentaram pressão arterial acima do ideal e são acompanhados pelo Serviço Médico do TRF. Os considerados hipertensos foram orientados e encaminhados para tratamento externo.	SECBE
	Campanhas de imunização	Campanha de vacinação antigripal, que atendeu a magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários do Tribunal e das Seccionais do Distrito Federal e do Tocantins.	1.250 vacinas aplicadas	
XI – Prevenção ao estresse e às doenças ocupacionais	Prevenção e controle dos riscos ambientais	Vistoria na Gráfica e na Oficina Mecânica do Tribunal, áreas que apresentam maior índice de risco ambiental. Contratação provisória de um técnico de segurança no trabalho, que prestou orientações às referidas áreas quanto às correções necessárias e quanto à aquisição e implantação dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs.	12 visitas, nas duas áreas, e orientação a 40 pessoas	SECBE
XII – Campanhas odontológicas	Pro-Dentinho e campanhas preventivas: primeira infância, adolescente e adulto	As campanhas Primeira Infância (crianças de até 2 anos) e Pro-Dentinho (crianças de 3 a 12 anos) foram realizadas semestralmente; as campanhas Adolescente (de 13 a 18 anos) e Adulto, em meses de menor demanda no Serviço Odontológico.	1.803 atendimentos realizados	SECBE

Sumário



Início

AÇÃO	PROJETO	DESENVOLVIMENTO		UNIDADE RESPONSÁVEL
		RESULTADO	QUANTIDADE	
XIII – Projeto De Bem com a Vida	loga	Atividade oferecida aos servidores em três aulas semanais, para a diminuição do estresse, como restrição à falta de espaço físico adequado.	117 aulas ministradas para uma média de 18 alunos.	SECBE
	Massagens	O serviço de massagem expressa é realizado em cadeiras ergonômicas, por massoterapeutas especializados, selecionados pelo PGQVT.	2.234 massagens realizadas. Destas, 1.755 foram custeadas pelos servidores, em horários pré-agendados, e 479 foram oferecidas durante a X Feira de Saúde e eventos promovidos pelo PGQVT, sem ônus para os servidores.	
XIII – Projeto de Bem com a Vida (continuação)	Arte e Vida	Oficinas interativas: pintura em tela, <i>decoupage</i> , pintura em prato, bolsa em pedraria, pintura em tela para crianças, falso mosaico e artesanato em <i>patchwork</i> e tinta <i>puff</i> . Os participantes contribuem com taxa para aquisição de material.	12 oficinas realizadas, com 163 participantes	SECBE
XIV – Feira de Saúde e Expo Qualidade de Vida	Feira de Saúde	X Feira de Saúde e V Expo Qualidade de Vida — eventos simultâneos que tiveram como programação: vivências, <i>workshops</i> , oficinas interativas, palestras, massagens, exames diversos, além da visitação a 16 estandes relacionados a diferentes áreas de saúde.	2.000 – participantes, aproximadamente	SECBE SECRE ASREP ASCOM SECAD
XV – Projeto Viva Melhor	Programa de Preparação para a Aposentadoria – PPA	Implantação das atividades do Projeto Viva Melhor, formado por aposentados do Tribunal, que incentivam a valorização do servidor aposentado ou prestes a se aposentar.	Dez reuniões realizadas e um passeio, com média de 15 integrantes por evento. Atendimento às solicitações do grupo: confecção de novo crachá de identificação e acesso aos serviços da biblioteca.	SECBE

Sumário



Início

AÇÃO	PROJETO	DESENVOLVIMENTO		UNIDADE RESPONSÁVEL
		RESULTADO	QUANTIDADE	
XVI – Desenvolvimento Materno-Infantil	Funcionamento do Berçário	Inaugurado em 2002, o Berçário do Tribunal funciona de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h, prestando atendimento a crianças de 0 a 1 ano, filhos de servidores.	26 bebês atendidos: 17 do Tribunal e 9 da Seção Judiciária do Distrito Federal.	SECBE
	Programa de Acompanhamento à Gestante	Encontros em que foram tratados temas de interesse das gestantes do Tribunal, com palestras e atendimentos individuais prestados por profissionais da área de saúde.	5 encontros realizados com 10 participantes em média.	SECBE
	Programa de Educação Alimentar	Oficinas interativas de reeducação alimentar de crianças e adolescentes, destinados a ensinar a preparação de pratos nutritivos e deliciosos, incentivando os jovens a ter uma alimentação mais rica e sadia. Palestras educativas sobre conceitos alimentares, cuidados básicos de higiene, o uso de anabolizantes e a prática da atividade física sem orientação médica.	4 oficinas interativas e palestras educativas realizadas com a participação média de 10 crianças e adolescentes por evento.	
XVII – Restaurante/Lanchonete	Acompanhamento e avaliação das atividades do Restaurante do Tribunal	Acompanhamento da qualidade dos serviços oferecidos pelo Restaurante do Tribunal, que, em 2005, serviu, em média, 500 refeições e 100 lanches/dia. Visitas constantes, análises das sugestões/críticas dos usuários e pesquisas de satisfação realizadas.	1 visita semanal realizada. 12 sugestões/críticas dos usuários analisadas por semana. Aplicada pesquisa de satisfação, com, aproximadamente, 250 respondentes.	SECBE

Sumário



Início

AÇÃO	PROJETO	DESENVOLVIMENTO		UNIDADE RESPONSÁVEL
		RESULTADO	QUANTIDADE	
XX – Promoção de Eventos Culturais de Integração Social e Confraternização dos Servidores	Eventos temáticos	Datas especiais comemoradas: Dia da Mulher, das Mães, dos Pais e do Servidor. Confraternização de Fim de Ano, sempre com o apoio financeiro de patrocinadores externos.	5 eventos realizados	SECBE ASREP
XXI – Projeto de Cântico Coral	Coral Habeas Cantus	Criada a Associação dos Amigos do Coral Habeas Cantus, entidade jurídica sem fins lucrativos, para facilitar a obtenção de patrocínio das atividades do coro, assegurando sua continuidade. Foi firmada parceria com o SINDJUS, sindicato representativo dos servidores do Judiciário, que assumiu as despesas referentes aos salários do maestro e da pianista do coral.	19 eventos internos e externos foram promovidos pelo coral ou tiveram sua participação, destacando-se: VI Festival Mundial de Coros – Puebla/México, como representante do Brasil; Exposição Coral Habeas Cantus: 15 Anos de História, realizada na Semana do Servidor, encerrada com concerto e coquetel; II Concerto “Encantando Sonhos de Natal”, promovido pelo Coral Habeas Cantus, realizado no TRF, com a participação de 6 corais, em sua maioria de órgãos do Judiciário Federal.	SECBE ASREP

Sumário



Início